



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG - PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: 1997 - 2009

Elisabete Edelvita Chaves da Silva

UNIRIO/ Mast - RJ, março de 2013.

GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: 1997 - 2009

por

Elisabete Edelvita Chaves da Silva.

*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento sustentável*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO/ MAST, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Borges
Co-orientadora: Professora Doutora Cêça Guimaraens

UNIRIO/MAST – RJ, Março de 2013.

FOLHA DE APROVAÇÃO

GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: 1997 – 2009

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada em por:

Prof. _____
Professor Doutor Luiz Carlos Borges – Orientador

Prof. _____
Professora Doutora Cêça Guimaraens – Co-orientadora

Prof. _____
Professor Doutor Marcus Granato – Membro interno

Prof. _____
Professor Doutor Edson Motta Jr. – Membro externo

Rio de Janeiro, março de 2013.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ – RJ

S586 Silva, Elisabete Edelvita Chaves da

Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Manaus: 1997- 2009 / Elisabete Edelvita Chaves da Silva, 2013.

219 p. : il. ; 30 cm.

Orientador: Professor Doutor Luiz Carlos Borges.

Co-orientadora: Professora Doutora Cêça Guimaraens.

Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013.

Bibliografia: p.

1. Museologia. 2. Patrimônio Cultural. 3. Gestão da Conservação Integrada. Planejamento estratégico. 4. Plano de Gestão. 5. Plano de Conservação. Título. I. Borges, Luiz Carlos. II. Guimaraens, Cêça. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003-). (Centro de Ciências Humanas e Sociais). Mestrado em Museologia e Patrimônio. VI. Museu de Astronomia e Ciências Afins. V. Título.

CDD 616.91852

Ao meu estimado orientador Luiz Carlos Borges, por fazer ecoar em mim as minhas palavras e conduzir com serenidade, afincos e sensibilidade este trabalho.

A minha co-orientadora pela disciplina e métrica que imprimiu a dissertação.

Aos membros da banca de qualificação, Otoni Moreira de Mesquita e Marcus Granato pelas fundamentais orientações feitas durante todo o processo.

Aos coordenadores do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Tereza Scheiner e Marcus Granato pela dedicação e qualidade do curso.

Aos professores do curso, em especial a Marcus Granato e Márcio Campos D' Oline pelas aulas inesquecíveis que guardarei na memória.

Ao Governo do Estado do Amazonas, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas – FAPEAM, pela bolsa de estudos disponibilizada.

Aos colegas das turmas de 2010 e 2011, pelo compartilhamento de saberes e incentivo.

Aos amigos Ozana Hannesch e Carlos Silva que durante este percurso estiveram sempre incentivando e compartilhando o pensamento e a vida.

A Juliana Ângelo, secretária da Pós-Graduação de Museologia e Patrimônio pelo interesse e dedicação.

As bibliotecárias do Mast e da Fiocruz: Heloisa Almeida, Florentina, Telma e Maria Clara, pelo excelente atendimento no exercício de suas funções.

Aos amigos de todos os tempos Ailton Leite, Ana Eliza Frazão, Yasmim Frazão, Lauro Macedo, Nereida Coelho, Regina Melo, Rogelio Casado, Sandra Feliciano, Mione Hugon e Elaine Behring pelo compartilhamento da vida.

Aos amigos da Fiocruz, Carolline Tinôco, Ana Marques e Fernando Mendes pelo carinho paciência e solidariedade.

As equipes técnica da SEC, Prefeitura de Manaus e IPHAN e amigos que compartilharam o exercício da gestão: Otoni Mesquita, Regina Lobato, Denise Baraúna, Jane Fontenelle, Ana Paula Rabelo, Vlândia Cantanhede, Ana Kalina Moura, Roger Perés, Etelvina Garcia, Ana Lúcia Abraham, Maurício Caldas, Jane Cony e Bernadeth Andrade (*in memoriam*).

Aos gestores que possibilitaram a vivência profissional em Manaus, Robério dos Santos Pereira Braga e Maria Arminda Castro Mendonça de Souza.

As irmãs Ana Maria e Rachel, cunhados Marco Antônio e Nery e sobrinhos Jonatas, Perola, Betinha, Davi e Heitor, pela família que constituímos e pela nossa aliança.

Ao meu pai Jorge Francisco da Silva (*in memoriam*) pelo gosto que tinha pela literatura.

A minha tia Elizeth Chaves (*in memoriam*), pelo incentivo nos momentos mais difíceis.

Ao companheiro Alfredo Augusto Castro Mendonça de Souza (*in memoriam*), por me fazer querer ver no presente, o futuro.

A Deus pelo dom da vida.

Dedico este trabalho a minha mãezinha querida Elisabete Edelvita Chaves da Silva,
perseverante, trabalhadora, amiga fiel, companheira de todas as horas e desta etapa tão
importante das nossas vidas.

Para você o meu reconhecimento e amor!

SILVA OLIVEIRA, Elisabete Edelvita Chaves da. *Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Manaus: 1997- 2009*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 219p. Orientador: Luiz Carlos Borges. Co-orientadora: Cêça Guimaraens.

RESUMO

Com esta dissertação buscou-se apresentar um panorama da Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural do Centro Histórico de Manaus, no período de 1997 a 2009 e, ao introduzir determinados teóricos do campo, procurou-se esclarecer os fundamentos e conceitos que permeiam o pensamento ocidental, os princípios éticos e as práticas de intervenções em Centros Históricos.

Neste objetivo elaborou-se um breve histórico fundamentado em pesquisa bibliográfica e iconográfica sobre a formação da cidade de Manaus, constituição do patrimônio cultural disposto no Centro Histórico de Manaus e construção do campo da conservação. E efetuou-se a revisão do material coletado pela pesquisadora no exercício da profissão na Secretaria de Estado da Cultura, Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas - FAPEAM, Fundação Municipal de Turismo – Programa Monumenta e Instituto de Planejamento Urbano.

Apresentaram-se os principais projetos e atividades realizados pelas instâncias públicas e dois estudos de casos de intervenções realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura. Desta maneira foi possível aferir os problemas e os atributos da gestão da conservação realizada pelo Governo Municipal, Governo Estadual e Governo Federal, com vistas a entender como as instâncias públicas têm gerido o Patrimônio Cultural disposto no Centro Histórico de Manaus e recomendar diretrizes.

Ao verificar os pressupostos para a gestão da conservação, coletar e analisar dados sobre o Patrimônio Cultural disposto no CHM constatou-se a inexistência de uma gestão integrada e propôs-se o “compartilhamento do tempo” como estratégia à gestão eficaz do patrimônio cultural disposto no CHM, por meio de um arranjo interinstitucional organizacional que contenha os gestores das três instâncias governamentais e representantes da sociedade organizada, que atuem de maneira integrada por meio de um Plano de Conservação, com vistas à sustentabilidade das ações.

Palavras chave: Museologia. Patrimônio cultural. Restauração. Gestão da conservação integrada. Plano de gestão.

SILVA OLIVEIRA, Elisabete Edelvita Chaves da. *Conservation Management of Cultural Heritage in the Historic Center of Manaus: 1997 - 2009*. 2013. Dissertation (Master's) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2013. 219p. Supervisors: Luiz Carlos Borges and Cêça Guimaraens.

ABSTRACT

This dissertation intends to present an overview of the Conservation Management of the cultural heritage in Manaus Historical Center from 1997 to 2009 and, by introducing some theorists in the field, it intends to clarify the foundations and concepts that permeate Western thoughts, the ethical principles and the intervention practices of Historical Centers.

Within this goal, it was elaborated a brief history substantiated in bibliographic and iconographic research about the formation of the city of Manaus, the constitution of the cultural heritage in Manaus Historical Center and the building of the field of conservation. It was performed a review of the material collected by the researcher in the Secretaria de Estado e Cultura, Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas – FAPEAM, Fundação Municipal de Turismo - Programa Monumenta and Instituto de Planejamento Urbano.

The main projects and activities accomplished by public instance and two intervention case studies performed by the State Government, by means of Secretaria de Estado da Cultura were presented. Thus, it was possible to measure the problems and the qualities of the conservation management executed by the City Government, the State Government and the Federal Government, in order to understand how the public instances have been administrating the cultural heritage disposed in Manaus Historical Center and to recommend guidelines.

On verifying the hypotheses for conservation management, collecting and analyzing data about cultural heritage on Manaus Historical Center, it has been established the inexistency of an integrated management. And it was proposed the “sharing of time” as an strategy towards efficient management of the heritage disposed in Manaus Historical Center, by means of an organizational institutional arrangement that includes the managers of the three government instances and society representatives, that act in an integrated way by means of a Plan of Conservation, viewing the sustainability of the actions.

Key words: Museology. Cultural heritage. Restauration. Management of integrated conservation. Strategic planning. Management plan.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

- ABRACOR** – Associação Brasileira de Conservação e Restauração
- ACA** – Associação de Comercial do Amazonas
- AFEM** – Agência de Fomento do Estado do Amazonas
- AMAP** – Associação Amazonense de Artistas Plásticos
- AMAZONASTUR** – Empresa Estadual de Turismo do Estado do Amazonas
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CCPRN** – Centro Cultural Palácio Rio Negro
- CECI** – Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial
- CEDPHA** – Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico
- CHM** – Centro Histórico de Manaus
- CI** – Conservação Integrada
- COIAB** – Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira
- EMTU** – Empresa Municipal Transportes Urbanos
- FAPEAM** – Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas
- FUMTUR** – Fundação Municipal de Turismo
- FVL** – Fundação Villa-Lobos
- IAB** – Instituto dos Arquitetos do Brasil
- IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus
- ICOM** – Conselho Internacional de Museus
- ICRROM** – Centro Internacional para o Estudo, Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural
- IGHA** – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
- IMPLURB** – Instituto Municipal de Planejamento Urbano
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LOMAM** – Lei Orgânica de Manaus
- MANAUSTUR** – Fundação Municipal de Turismo
- MinC** – Ministério da Cultura
- MPF** – Ministério Público Federal
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAS** – Programa de Alimentos Seguros
- PM** – Prefeitura de Manaus
- PPSH** – Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano
- PROSAMIM** – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus
- SEAD** – Secretaria de Estado de Administração

SEC – Secretaria de Estado da Cultura
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda
SEINF – Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMAD – Secretaria Municipal de Administração
SEMAGA – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SEMC – Secretaria Municipal de Cultura
SEMED Secretaria Municipal de Educação
SEMEF – Secretaria Municipal de Finanças
SEMOSB – Secretaria Municipal de Obras, Saneamento Básico e Serviços Públicos
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento
SESC – Serviço Social do Comércio
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| FIGURA 1 – VISTA DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS. | - 5 - |
| FIGURA 2 – COLISEU, S/D. ROMA, 2008. | - 21 - |
| FIGURA 3 – MAPAS DE MANAUS E DO AMAZONAS, 2002. | - 57 - |
| FIGURA 4 – MAPA DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS – CHM. PERÍMETRO TOMBADO EM 1989 PELA PREFEITURA DE MANAUS E PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA E BENS PROTEGIDOS PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS. | - 58 - |
| FIGURA 5 – PROSPECTO DA FORTALEZA DO RYO NEGRO, JOAN ANDRE SCHWEBEL, 1756. | - 60 - |
| FIGURA 6 – VISTA DE MANÁOS - FRANZ-KELLER, 1868. | - 61 - |
| FIGURA 7 – AUF DER MUSIK TRIBUNE... , 1868 | - 65 - |
| FIGURA 8 – PLANTA (CROQUIS) DA CIDADE DE MANÁOS. GOVERNO DE J. B. DE F. TENR. ARANHA, 1852. | - 68 - |
| FIGURA 9 – CARTA CADASTRAL DOS ARRABALDES DE MANÁOS A. D. 1895. | - 69 - |
| FIGURA 10 – MAPA DA CIDADE DE MANAUS E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CENTRO HISTÓRICO-MANCHAS DE EXPANSÃO URBANA A PARTIR DO LIMITE SUL COM O RIO NEGRO, 2007. | - 69 - |
| FIGURA 11 – PLANTA DO MERCADO MUNICIPAL DE MANAUS – 42, 1988. | - 75 - |
| FIGURA 12 – REGISTRO ICONOGRÁFICO DA ESCAVAÇÃO DE URNA ARQUEOLÓGICA NA PRAÇA D. PEDRO II, 2002. | - 78 - |
| FIGURA 13 E FIGURA 14 – PRAÇA DOM PEDRO II, ÁLBUM DE MANAÓS 1901-1902. | - 79 - |
| FIGURA 15 – FACHADAS DO HOTEL CASSINA, FINAL DO SÉCULO XX. | - 80 - |
| FIGURA 16 E FIGURA 17 – DETALHES DAS FACHADAS DEGRADADAS DO HOTEL CASSINA, 2002. | - 81 - |
| FIGURA 18 – PAÇO MUNICIPAL, FINAL DO SÉCULO XIX. | - 82 - |
| FIGURA 19 – OBRA DE RESTAURAÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, 2006. | - 83 - |
| FIGURA 20 – CATHEDRAL DE MANAUS, ALBUM DO AMAZONAS 1901-1902. | - 84 - |
| FIGURA 21 – CATEDRAL DE MANAUS. ALBUM DE MANAÓS 1901-1902. | - 84 - |
| FIGURA 22 E FIGURA 23 – JARDINS DA MATRIZ. | - 86 - |
| FIGURA 24 – MONUMENTO À SANT' ANNA NERY, INÍCIO DO SÉCULO XX. | - 88 - |
| FIGURA 25 – PRAÇA HELIODORO BALBI, INÍCIO DO SÉCULO XX. | - 91 - |
| FIGURA 26 – ESCULTURA EM FERRO FUNDIDO, MUSA – FUNDAÇÃO VAL D'OSNE, FINAL DO SÉCULO XIX. | - 92 - |
| FIGURA 27 – ESCULTURA EM FERRO FUNDIDO, O CÃO E O JAVALI – FUNDAÇÃO VAL D'OSNE, FINAL DO SÉCULO XIX. | - 92 - |
| FIGURA 28 – ESCULTURA EM FERRO FUNDIDO, DIANA, A CAÇADORA – FUNDAÇÃO VAL D'OSNE FINAL DO SÉCULO XIX. | - 93 - |
| FIGURA 29 – ESCULTURA EM FERRO FUNDIDO, APOLO – FUNDAÇÃO VAL D'OSNE FINAL DO SÉCULO XIX. | - 93 - |
| FIGURA 30 – COLÉGIO AMAZONENSE PEDRO II, FINAL DO SÉCULO XIX. | - 94 - |
| FIGURA 31 – CINE GUARANY, SÉCULO XX. | - 95 - |
| FIGURA 32 – PALACETE PROVÍNCIA, ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX. | - 96 - |
| FIGURA 33 – PALACETE PROVÍNCIAL, ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX. | - 96 - |
| FIGURA 34 – PALACETE PROVÍNCIAL, 1907. | - 96 - |
| FIGURA 35 – PALACETE PROVÍNCIAL DURANTE O PERÍODO DA PESQUISA, 2006. | - 97 - |
| FIGURA 36 – PALACETE PROVÍNCIAL DURANTE A OBRA DE RESTAURO, 2008. | - 97 - |
| FIGURA 37 – PALACETE PROVÍNCIAL, APÓS A OBRA DE RESTAURAÇÃO, 2009. | - 97 - |
| FIGURA 38 – O BANHO DE CECI, 1899. DURANTE O PROCESSO DE RESTAURAÇÃO, 1997. | - 99 - |
| FIGURA 39 – ATELIÊ DE RESTAURO, CENTRO DE ARTES CHAMINÉ, 2000. | - 99 - |
| FIGURA 40 – RESTAURAÇÃO DE ESCULTURA EM FERRO FUNDIDO - NINFA, FABRICADA PELA FUNDIÇÃO VAL D'OSNE, 2008.. | - 100 - |
| FIGURA 41 – CIDADE DE MANAUS (LADO SUL), 1899. ÁLBUM O ESTADO DO AMAZONAS. GÊNOVA. | - 102 - |
| FIGURA 42 – MONUMENTO DE ABERTURA DOS PORTOS DO AMAZONAS AO COMÉRCIO MUNDIAL. | - 103 - |
| FIGURA 43 – THEATRO AMAZONAS, 1899. GÊNOVA. | - 104 - |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| FIGURA 44 – PRAÇA DA SAUDADE, MONUMENTO TENREIRO ARANHA, INÍCIO DO SÉCULO XX. | - 108 - |
| FIGURA 45 – RESIDÊNCIA DE WALDEMAR SCHOLZ, S/D. | - 109 - |
| FIGURA 46 E FIGURA 47 – SKY-LINE DO PROJETO CASAS DA SETE, APRESENTANDO OS IMÓVEIS VIZINHOS AO PALÁCIO RIO NEGRO ANTES E APÓS A INTERVENÇÃO. | - 110 - |
| FIGURA 48 E FIGURA 49 – PONTE BENJAMIM CONSTANT, 1901-1902. | - 112 - |
| FIGURA 50 – TENTATIVA DE REMOÇÃO DOS CAMELÔS DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS, 2005. | - 123 - |
| FIGURA 51 – ENTORNO DA PONTE DE FERRO, ANTERIOR À INTERVENÇÃO DO PROSAMIM, 2007. | - 136 - |
| FIGURA 52 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROSAMIM, REDUÇÃO DO LEITO DO IGARAPÉ E CRIANÇAS SE BANHANDO NO IGARAPÉ POLUÍDO, 2012. | - 136 - |
| FIGURA 53 – IGARAPÉ DO MESTRE CHICO, 2001. | - 137 - |
| FIGURA 54, FIGURA 55, FIGURA 56 – FORRO DA CAPELA MOR, DURANTE A OBRA DE RESTAURAÇÃO, 2001. | - 139 - |
| FIGURA 57 E FIGURA 58 – FORRO DA CAPELA MOR, DURANTE OBRA DE RESTAURAÇÃO, 2001. | - 139 - |
| FIGURA 59, FIGURA 60 E FIGURA 61 – DETALHES DURANTE E APÓS A RESTAURAÇÃO, 2002. | - 139 - |
| FIGURA 62 – MUSEU DA CATEDRAL, 2002. | - 141 - |
| FIGURA 63 – GARRAFA E MANUSCRITO ACHADOS NAS PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS INTERNAS DA SACRISTIA, 2002. | - 142 - |
| FIGURA 64 – MANUSCRITO ACHADO NAS PROSPECÇÕES INTERNAS DA SACRISTIA, 2002. | - 142 - |
| FIGURA 65 – PROSPECÇÕES PARIETAIS NA SACRISTIA, ONDE FOI ENCONTRADO UM ARCO PLENO QUE INTERLIGAVA A NAVE COM A SACRISTIA E A CÁPSULA DO TEMPO, 2002. | - 143 - |
| FIGURA 66 – MUSEU DO TEATRO AMAZONAS, 2012. | - 147 - |
| FIGURA 67 – LARGO DE SÃO SEBASTIÃO, EM DESTAQUE A GALERIA DO LARGO. | - 149 - |
| FIGURA 68 – LARGO DE SÃO SEBASTIÃO DESTAQUE PARA CASA DO RESTAURO. | - 149 - |
| FIGURA 69 – TIPOS DE INTERVENÇÕES ADOTADAS PELO PROJETO, 2003. RECONSTRUINDO A <i>BELLE ÉPOQUE</i> . MANAUARA: PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO ENTORNO DO TEATRO AMAZONAS E PRAÇA DE SÃO SEBASTIÃO. | - 150 - |
| FIGURA 70 – REMOÇÃO DE LIXO PELA PREFEITURA DE MANAUS, 2012. | - 170 - |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Quadro 1 – Secretaria de Estado de Cultura – SEC - Organização Sistêmica 2011. | - 52 - |
| Quadro 2 – Distribuição regional dos recursos empenhados pelo IPHAN em 2009. | - 130 - |
| Quadro 3 – Evolução Orçamentária da SEC (Investimento em Cultura no Estado do Amazonas) | - 130 - |
| Quadro 4 – Diagrama de Arranjo Institucional-Organizacional | - 163 - |

SUMÁRIO

| ITEM | PÁG. |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1 - TEORIAS E PRÁTICAS ATINENTES À GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL | 14 |
| 1.1 GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITUAÇÃO, TEORIA E PRÁTICA. | 15 |
| 1.2 OS TEÓRICOS E SUAS CONTRIBUIÇÕES. | 21 |
| 1.3 GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. | 32 |
| 1.3.1 Gestão e Planejamento. | 35 |
| 1.4 DIRETRIZES NA CONSERVAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS. | 39 |
| 1.4.1 Práticas Preservacionistas no Brasil. | 44 |
| 1.4.2 Os mecanismos de proteção do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Manaus. | 48 |
| CAPÍTULO 2 - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS | 56 |
| 2.1 LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO. | 57 |
| 2.2 VALOR HISTÓRICO E CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS – CHM. | 60 |
| 2.3 OS BENS PATRIMONIAIS | 73 |
| 2.3.1 Praça Dom Pedro II e entorno. | 76 |
| 2.3.2 Catedral de Manaus – Igreja de Nossa Senhora da Conceição. | 84 |
| 2.3.3 Praça Heliodoro Balbi e entorno. | 91 |
| 2.3.4 Praça de São Sebastião, Monumento à abertura dos Portos do Amazonas ao comércio mundial edificações históricas e entorno. | 102 |
| 2.3.5 Praça da Saudade. | 106 |
| 2.3.6 Palácio Rio Negro e entorno. | 109 |
| CAPÍTULO 3 - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CHM: PROBLEMÁTICA, CRÍTICA E SUGESTÕES | |
| 3.1 A PROBLEMÁTICA DA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: GOVERNO MUNICIPAL. | 115 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2 A PROBLEMÁTICA DA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: GOVERNO FEDERAL. | 116 |
| 3.3 A PROBLEMÁTICA DA GESTÃO DA CONSERVAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS: GOVERNO ESTADUAL. | 136 |
| 3.4 PROPOSTA DE ARRANJO INSTITUCIONAL - ORGANIZACIONAL PARA A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS. | 134 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 156 |
| REFERENCIAS | |
| APÊNDICE | |
| Apêndice 1 - PROJETO DE REGENERAÇÃO DA PRAÇA DA MATRIZ - | 165 |
| IMAGENS DA PRAÇA DA MATRIZ E CATEDRAL DE MANAUS – PMM – | 174 |
| PROGRAMA CORREDOR CULTURAL | 185 |
| Apêndice 2 – PESQUISA SÓCIO ECONÔMICA DO TRABALHO | 186 |
| INFORMAL EM MANAUS E ANÁLISES. SEBRAE – AM. ACTION | |
| MARKETING E PESQUISA DE MERCADO. | |
| Apêndice 3 - QUADRO DE ESPAÇOS MUSEALIZADOS, MUSEUS, | 187 |
| CENTROS CULTURAIS, CASAS E GALERIA EM MANAUS | |
| | 189 |

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta dissertação vincula-se à linha 2 – Museologia, Patrimônio e desenvolvimento sustentável do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, desenvolvido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

Propõe-se, com esta pesquisa, analisar os fatores intervenientes que envolveram a gestão da conservação do patrimônio cultural¹, situado no Centro Histórico de Manaus – CHM², entre os anos de 1997 e 2009, na esfera do governo estadual. Para isso será utilizada a ótica dos fundamentos de “gestão do patrimônio cultural integrado”, conforme o pensamento dos autores registrados no livro homônimo, organizado pelo arquiteto e urbanista Sílvio Zancheti, no ano de 2002.

Segundo Zancheti (2002, p. 7) “a gestão da conservação integrada urbana e territorial é um campo disciplinar que procura reunir teorias, conceitos e experiências reais de modo a formar uma prática planejada de ação pública para conservação e desenvolvimento das cidades contemporâneas”. Tem como premissas o desenvolvimento sustentável das áreas qualificadas, a equidade social, a recuperação de áreas degradadas ou obsoletas, a valorização das paisagens históricas e culturais, entre outros. Segundo o mesmo autor, esses princípios também foram utilizados em Siena, Brescia, Milão, Ferrara, Lowell e Lisboa.

Há múltiplas dimensões sociais e simbólicas de entendimento do termo patrimônio, no contexto contemporâneo. Originário do latim *patrimonium*, está relacionado à herança familiar e a indivisibilidade dos bens, é também entendido como conjunto de bens familiares; riqueza, preciosidade; bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida, que passa(m) por processo de tombamento para

¹PATRIMÔNIO CULTURAL – (ingl. *Cultural heritage*, esp. *Patrimônio cultural*). n.m. – Conjunto de bens patrimoniais, mobiliários e imobiliários, materiais e imateriais, concebidos ou adaptados pelo homem e, neste aspecto, entrando no domínio da cultura. É particularmente o caso das obras de arte, mas também, dos artefatos, prédios, contos, teatro, etc. A UNESCO retém, a título do patrimônio mundial cultural (material), os monumentos (obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência), os conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidas que, em razão de suas arquiteturas, de sua unidade ou de sua integração na paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência) e o sítios (obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, assim como as zonas e inclusive os sítios arqueológicos que têm um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico). A distinção entre patrimônio cultural e patrimônio natural é, em um certo nível, puramente formal, tanto as fronteiras entre um e outro são indefinidas. →→ Patrimônio (DEVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 643).

Segundo o Código Deontológico do ICOM para Museus é “todo objeto o conceito que se considera dotado de valor estético, histórico, científico ou espiritual”. Ver também: a Constituição Brasileira de 1988, artigo 216; Fonseca (2003) e Gonçalves (2007).

² Área delimitada pela Lei Orgânica de Manaus, no artigo 342 que determina o tombamento para fins de proteção e acautelamento e programação especial o perímetro compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a Orla Fluvial, delimitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant.

que seja(m) protegido(s) e preservado(s); no sentido jurídico patrimônio refere-se a conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa [...] (HOAUISS, 2009, p. 1147).

Com tantas vertentes para significação, considera-se que o termo possibilita diversas formas de apropriação e vivência. Gonçalves escreve que

parece não haver limites para o processo de qualificação dessa palavra
[...]

A palavra "patrimônio" está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (Gonçalves, 2007, p, 108-109).

A noção que se tem atualmente de patrimônio atribui-se que seja decorrente da Revolução Francesa, quando os bens da realeza e nobreza foram expropriados e começaram a ser dilapidados pelos franceses, e o Governo da França começou a reuni-los em espaços, que foram denominados Museus³. Estes bens, bem como os monumentos históricos, passam a representar propriedades vinculadas à construção de uma imagem de uma nação, conforme afirma Choay (2001).

A abordagem do patrimônio nesta dissertação comunica fundamentalmente um tempo passado, e essa comunicação se concretiza por meio de vários indícios; pode estar materializada na arquitetura, nas paisagens, na arqueologia, nos modos de fazer etc. Ela está sempre engendrada em um contexto social, histórico, político, cultural, religioso, tecnológico e científico. O que nos permite a identificação das suas genealogias, dos períodos nos quais está inserida, de suas feitura, etc. Portanto,

³ n.m (du grec *mouseion*, temple des muses) - Equival. angl. : *museum*; esp.: *muse* ; all Museum; it. : *museo*; port. : *museu*.

Le terme <<musée>> peut désigner aussi bien L'institution que L'établissement ou le lieu généralement conçu pour procéder à la selection, L' etude et la presentation de témoins matériels et immatériels de L' Homme et de son environnement. La forme et les fonctions du musée ont sensiblement varié au cours de siècles. Leurs contenu s'est diversifié, de même que leur mission, leur mode de fonctionnement ou leur administration (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p .271).

O significado do termo Museu vem se transformando no decorrer dos tempos como um produto das sociedades, os objetos museais das são re-significados e a Museologia tem mediado estas transformações. Para Scheiner o Museu é, pois, um nome genérico que se dá a um conjunto de manifestações simbólicas da sociedade humana, em diferentes tempos e espaços. As diferentes formas de Museu nada mais são do que representações (ou expressões) desse fenômeno, em diferentes tempos e espaços, de acordo com as características, os valores e visões de mundo de diferentes grupos sociais. E a Museologia não tem como objeto de estudo os museus, ou a instituição museu, mas sim a *ideia de Museu* desenvolvida em cada sociedade, em cada momento de sua história. Esse movimento torna-se possível por meio da investigação dos diferentes modos e formas pelos quais a sociedade humana percebe o Real - traduzidos pela relação que se estabelece, em cada momento, entre indivíduo, sociedade (SCHEINER, 2008, p. 40).

considera-se que as paredes de uma casa ou a tipologia de sua construção sempre remeterão a algum aspecto de sua procedência, ou seja: ao ambiente de onde foi retirada e moldada a matéria-prima; às maneiras de apropriação; às características estilísticas; à maneira de constituição, distribuição e apropriação dos espaços, dos usos e hierarquização social e à relação que se estabelece nos espaços públicos, privados e os vazios urbanos.

O Patrimônio cultural sempre remeterá a determinado período temporal, cultural ou social no qual está inserido, e que será revelado, ou não, seja ao arqueólogo, ao conservador-restaurador, ao arquiteto, ao historiador, ao museólogo, etc., de acordo com as referências e experiências destes profissionais, seus interesses, suas buscas e níveis de apropriação do conhecimento.

Portanto, busca-se entender como o conceito de patrimônio vem sendo compreendido no Centro Histórico de Manaus no que tange às justificativas de conservação e preservação do patrimônio cultural, tanto para mensurar o valor que os cidadãos e as instâncias governamentais responsáveis pela gestão atribuem ao patrimônio cultural, ou seja, o valor simbólico, que identifica o que o patrimônio comunica como, na mesma medida, para avaliar os níveis de intervenções que deverão ser realizadas.

O Centro Histórico de Manaus atualmente conserva a forma urbanística planejada no final do século XIX, parte do patrimônio arquitetônico e monumental erigido no período do apogeu do Ciclo Econômico da Borracha a partir dos últimos decênios do século XIX, o patrimônio arqueológico que apresenta vestígios de ocupações milenares, e edificações modernas construídas, na maioria, até meados do século XX. Apresenta ainda, o patrimônio natural representado pelas águas do Rio Negro que o margeiam e o adentram e algumas práticas culturais como a comercialização do Tacacá nas vias públicas, as procissões realizadas pela Igreja Católica e o tradicional carnaval de rua. São tradições mantidas mesmo com as inúmeras transformações ocorridas na cidade.

O conjunto de bens patrimoniais de que trata esta pesquisa está delimitado pelo perímetro do CHM, com foco nas áreas onde o poder instituído realizou ou propôs intervenções de reforma, recuperação, conservação⁴ e restauro⁵.

⁴ Conservação pode ser tomada como o termo geral para a salvaguarda do patrimônio, e como a ação de prevenção da sua decadência. Ela engloba todos os atos para prolongar a vida de nosso patrimônio cultural e natural, sendo seu objetivo apresentar a todos que usam e contemplam maravilhados as edificações históricas as mensagens artísticas e humanas que essas edificações possuem (Feilden, 19823). A conservação é geralmente tomada como um termo geral relacionado com a proteção do patrimônio cultural e natural, incluindo áreas históricas e paisagens culturais, cujos balanços e natureza específicas dependem da fusão das partes que foram compostos, incluindo atividades humanas, edificações, organização espacial e arredores (UNESCO 1976# *apud* JOKILHETO, 2002, p.11).

O Centro Histórico é o principal elo do estado do Amazonas entre o homem da cidade e o homem da mata (fig.1), porta de entrada para os “ribeirinhos” que aportam diariamente na cidade pelo histórico porto flutuante ou pela orla do Rio Negro, para comercializar seus produtos ou para realizar compras no centenário Mercado Adolpho Lisboa, na feira da Manaus Moderna, ou nos galpões, nas vendas e nos armazéns que ladeiam o mercado. Abaixo, fotografia do início do século XX que registra em primeiro plano o Rio Negro e as embarcações típicas da época e, ao fundo, a frente da orla da cidade, as edificações históricas, tendo a Catedral de Manaus como marco na paisagem.



Figura 1 – Vista do Centro Histórico de Manaus.
Fonte: Album do Amazonas: 1901-1902. Gov. Silvério Nery.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

É no CHM que se concentram as raízes do patrimônio cultural e que está localizada, a maioria das instituições de gestão do patrimônio, representando o cenário onde o patrimônio instituído ganha forma e é vivenciado pela população residente e

Vinãs complementa essa ideia quando afirma que “La conservación es la actividad que aspira futuras alteraciones de un bien. O mejor: La conservación es la actividad que consiste en adoptar medidas para que un bien determinado experimente el menor número de alternaciones durante el mayor tiempo posible” (VINÂS, 2007, p.19).

⁵ Viñas (2007) escreve que: Según una Idea muy extendida, la restauración puede definirse de forma sencilla como la actividad que consiste en devolver algo a su estado original o autentico. La defición de *restauration* que ofrece *The Shorter Oxford English Dictionary* en su edición de 1801 es típicamente factual: “La acción o processo de devolver algo a una condición sin daños o perfecta”.

1824: “El processo de desarrollar alternaciones o reparaciones com la Idea de devolver um edificio a um estado similar a su forma original. (Kosek, 1994).

1966: Carta de Veneza: “Una operación altamente especializada. Su objetivo és preservar y revelar el valor estético e histórico del monumento (Art. 9).

En definitiva, lo que caracteriza tanto a la conservación como a la restauración no son sus técnicas o instrumentos, sino la intención com que se hacen ciertas acciones: no depende de *qué se hace*, sino de *para qué se hace*. La toma de consciente de las limitaciones prácticas y teóricas de la conservación y de la restauración ha hecho que la práctica totaliad de las definiciones contemporáneas sean de este tipo.

exposto aos turistas. É também onde o comércio informal se estabelece por meio de milhares de ambulantes que comercializam produtos diversificados. Onde o patrimônio cultural começa a ser requalificado por meio dos projetos de conservação e de restauro realizados pela Secretaria de Estado da Cultura.

Estão apresentados e comentados a seguir, os principais motivos que justificam o estudo proposto.

O interesse pelo tema decorre da minha ligação com a área desde o período da minha graduação, na Escola de Belas Artes, e nos primeiros trabalhos voltados à conservação-restauração de bens culturais e a museologia, desde 1988, tendo participado de várias obras de restauração, tais como: na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; no Teatro José Alencar, no Ceará e na Capela do Sítio de Santo Antônio, em São Roque, São Paulo; entre outros.

Em Manaus participei da gestão da conservação do patrimônio cultural nos governos estadual e municipal, entre os anos 1997 a 2009. E realizei pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas abrangendo os espaços públicos do Centro Histórico de Manaus.

Nesse ínterim, organizei e participei de vários cursos e consultorias de conservação e restauração do patrimônio cultural, tais como, os cursos ministrados por Edson Motta Jr - Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Escola de Belas Artes e Carlo Lalli, do *Opificio delle Pietre Dure - Ministero per i Beni e le Attività Culturali*, Florença. No que tange à museologia, em 1997, participei do curso de iniciação à museologia promovidos pelo Governo do Estado - SEC em parceria com a Fundação Getúlio Vargas/ ISAE, ministrados pelos professores Mário Chagas e Solange Godói, entre outros. E em 2007, do Curso de especialização em Museologia, organizado pela Universidade Federal do Amazonas, com as professoras Suely Cerávolo e Cêça Guimaraens.

Quanto à área da gestão da conservação, as práticas decorrentes do ofício da conservação-restauração e a participação em equipes de trabalho multidisciplinares, levaram-me a cursar a especialização em “Gestão do patrimônio cultural integrado”, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/ Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial/ CECI, tendo como professores Sílvio Zancheti e Ana Rita Carneiro, entre outros. Dessas experiências decorre esta pesquisa.

Por essa vivência e por já ter identificado, previamente, problemas no CHM concernentes à descontinuidade e pouca integração entre as instituições, como: equipe técnica inconstante e, por vezes, sem especialização na área; gestores nomeados por indicação política, e não por interesse pelo campo e trajetória acadêmica e prática;

ausência de planejamento integrado⁶ nas instituições públicas, o que motivou a realização desta pesquisa.

Sendo carioca morei em Manaus por treze anos e reconheço a minha porção amazonense. Neste período, tive a oportunidade não só de propor e desenvolver projetos, mas igualmente de me afeiçoar àquele patrimônio.

Com esta pesquisa pretendo analisar e registrar um pouco do que vivenciei, sob a ótica da gestão da conservação no Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura – SEC; e na Prefeitura de Manaus – Programa Monumenta e Coordenadoria de Projetos Especiais e Programa Corredor Cultural, realizados pela Fundação Municipal de Turismo/ Manaustur e Instituto de Planejamento Urbano, documentando e sistematizando os principais feitos e apresentando novas diretrizes para futuros possíveis àquelas realidades.

O objetivo da pesquisa é analisar a Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural, na esfera estadual, no perímetro do Centro Histórico de Manaus no período de 1997 a 2009, por meio da realização de levantamentos dos problemas da gestão da conservação do patrimônio cultural do CHM, segundo as bases propostas pela Gestão do Patrimônio Cultural Integrado⁷ e o estudo dos fatores que favorecem e desfavorecem a promoção do patrimônio do CHM, com vistas a contribuir para o estudo da normatização dos preceitos inerentes à gestão da conservação do patrimônio cultural integrado.

Busca-se entender os mecanismos que propiciaram o estado atual da gestão e responder antigos questionamentos, como:

O que constitui o patrimônio cultural do CHM, quais são as suas categorias e seus “atributos simbólicos”?

Qual quinhão deste patrimônio cultural está acautelado e ou conservado pela gestão pública no CHM?

Como e onde a gestão da conservação realizada pela SEC tem contribuído para a patrimonialização do CHM?

⁶ O planejamento normativo foi generalizadamente aplicado na América Latina a partir de meados do século XX. Para tratar da cidade, esse planejamento ganhou dimensão específica, cunhado como planejamento integrado ou “comprehensive planning”. O planejamento integrado, embora seja uma transposição de concepções americanas, tem ainda como referência a Carta dos Andes/Colômbia, elaborada em 1958, no seminário de técnicos e funcionários em planejamento urbano, promovido pelo Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento (CINVA). Nessa Carta, o planejamento integrado está assim entendido:

‘Um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores consequências’ (PONTUAL, 2002, p.104).

⁷ Ver Zancheti, 2002.

Por entender que a gestão do patrimônio cultural integrado prevê uma série de procedimentos técnicos e administrativos que buscam a conservação dos bens culturais por meio da sua utilização baseada na “sustentabilidade cultural”, ou seja, a “recuperação e revitalização de áreas centrais degradadas, a recuperação do estoque arquitetônico, o uso sustentável dos recursos culturais e naturais, a participação dos agentes culturais na elaboração da gestão, entre outros” (ZANCHETI, 2002), busca-se aplicar esta metodologia, com vistas a responder tais questões.

No que tange à valoração do Patrimônio Cultural do Centro Histórico de Manaus, seu patrimônio cultural e natural é constituído de artefatos pré-coloniais, igarapés, rios, ruas, praças, antigos casarões, edificações históricas e atuais que compõem a paisagem, aqui definida como:

configuração espacial formada por objetos e atributos físicos, naturais e artificiais, e resultante do processo histórico da relação do homem com a natureza, onde atuam outros componentes de ordem social, econômica, psicológica e cultural, sujeitos a mudanças (Universidade de Manchester, 1976). É também um processo interativo, no qual atuam todos os sentidos e o observador também é participante. Por estar no campo multidisciplinar, a paisagem pode assumir conceitos que priorizam determinados aspectos e, na verdade, são complementares. Os elementos naturais da paisagem são relevo, água, vegetação, o homem, os animais e os elementos artificiais, como as estruturas espaciais criadas por diferentes tipos de uso ou construções diversas de caráter pontual, linear ou superficial (CARNEIRO, 2002, p. 143).

Então se considera que existam três fatores importantes para a constituição do patrimônio cultural no CHM, o primeiro é a herança indígena, o segundo foi a *Belle Époque Amazônica*, propiciada pelo ciclo econômico da borracha e o terceiro foi a implantação da Zona Franca de Manaus. Esses elementos culturais, sociais e econômicos contribuíram para a constituição e degradação do patrimônio cultural do CHM.

O Centro Histórico de Manaus guarda significativos vestígios das populações que habitaram a cidade desde o período pré-colonial. São registros dessa ocupação o patrimônio representado nas “urnas funerárias” encontradas pela Prefeitura de Manaus, na obra de reforma da Praça Dom Pedro II, em 2003, que gerou o projeto de escavação arqueológica naquele sítio; os materiais provenientes das escavações do Sítio Catedral, pesquisado por ocasião da restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição; a Praça Heliodoro Balbi, restaurada em 2009, ricamente ornada com esculturas e chafariz em ferro confeccionados pela fundição francesa Val d'Osne; o paisagismo composto por vegetação amazônica, com um entorno de edificações centenárias e onde circulam milhares de pessoas diariamente, entre outros espaços de valor cultural. São elementos

que justificam a salvaguarda e valorização de um conjunto paisagístico significativo da história social, cultural e econômica do Brasil.

Outro ponto importante é a necessidade de ampliar as pesquisas que contribuam para o conhecimento do campo de estudo envolvido, considerando que as obras realizadas no Centro Histórico de Manaus são geralmente de cunho intervencionista: a restauração, a reforma, a revitalização. Essas ações estão exclusivamente relacionadas a algumas áreas dentro do CHM, e não ao complexo do conjunto integrado. Para que isto seja possível, é necessária a verificação do papel das instituições frente à gestão do CHM e pensar na intervenção, não como um fato isolado, mas imbricada a um conjunto de procedimentos expressos no planejamento estratégico⁸.

Schiffer (2002) em *A conservação urbana e a superação da pobreza* aborda a complexidade que abrange a gestão ao escrever que

A literatura disponibilizada pelos bancos de desenvolvimento internacionais indica ainda que simplesmente restaurar um ativo isoladamente, quer seja um monumento, um edifício, não tem gerado um efeito multiplicador na economia, portanto não tem interferido nos níveis de pobreza local. Onde o patrimônio cultural tem apresentado algum impulso ao desenvolvimento econômico tem sido em projetos resultantes de processos complexos, de longa maturação, que requerem um planejamento adequado, dependem de vários setores e incluem investidores privados (SCHIFFER, 2002, p. 299).

A ausência de interação interinstitucional entre as esferas públicas que atuam frente ao patrimônio cultural do CHM não tem possibilitado o desenvolvimento de uma gestão da conservação, onde o planejamento possa ser elaborado de maneira ampla, sistêmica, eficiente e de tal forma que se identifiquem os agentes culturais e seus domínios, e que se observe e se respeite a vocação das áreas, os programas e projetos elaborados e implantados, estagnados, em desenvolvimento, etc.

Portanto, considera-se que esta pesquisa poderá contribuir para a análise dos “futuros possíveis”, frente a uma gestão integrada, e para uma distribuição social das intervenções propostas para o CHM, alicerçadas nas problemáticas da gestão.

Conforme Severino (1980), “na análise, o objeto (da pesquisa) é decomposto em suas partes constitutivas, tornando simples aquilo que era composto e complexo. Trata-

⁸ Pontual escreve que “essa teoria, denominada por Matus (1989) de planejamento situacional ou estratégico, diferencia-se da teoria do planejamento normativo. Na primeira, admite-se que existam vários sujeitos que planejam a realidade com objetivos conflitantes, e que o Estado ou o poder público é um desses sujeitos, embora tenha uma posição privilegiada. Entende-se, também, que a resolução dos conflitos envolve o compartilhamento de deveres e responsabilidades com todos os demais grupos econômicos e sociais presentes na sociedade. Na segunda, o poder público é o único sujeito que planeja e governa o sistema social, aquele que deve tudo prover” (PONTUAL, 2002, p. 103).

se, portanto, de dividir, isolar, discriminar”. São “operações técnico-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos” Lopes (2005). Nesse sentido, a análise da gestão da conservação se dará por meio das seguintes etapas:

- breve histórico sobre a construção do campo onde foram apresentados os principais teóricos do campo do patrimônio e sobre os princípios da gestão da conservação do patrimônio cultural;
- pesquisa bibliográfica e iconográfica sobre os distintos tempos do CHM, seus habitantes, acontecimentos marcantes, construção do patrimônio instituído;
- revisão do material coletado pela pesquisadora no exercício da profissão na Secretaria de Estado da Cultura, Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas - FAPEAM, Fundação Municipal de Turismo – Programa Monumenta e Instituto de Planejamento Urbano;
- interpretação dos dados que serão submetidos à análise através da utilização dos modelos técnicos apontados acima, por meio da observação dos materiais advindos da pesquisa, do método proposto pela Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio Cultural.

A dissertação foi estruturada em capítulos de conteúdos diversos que são apresentados a seguir.

No primeiro capítulo denominado Teorias e práticas atinentes à gestão da Conservação Integrada foi apresentado como se deu a construção do campo da conservação por meio dos teóricos e de suas práticas. Foi elaborado um pequeno histórico sobre a gestão da conservação integrada, suas bases, seus objetivos e os principais desafios; e sobre a gestão, o planejamento e o plano de gestão como estratégias da gestão da conservação integrada.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, segundo Lopes:

a descrição faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase de interpretação e, por isso, combina igualmente em suas operações técnicas e métodos de análise [...] constitui a primeira etapa da análise dos dados da pesquisa. A descrição é desenvolvida através da operação de análise descritiva e é feita em dois passos: o primeiro é constituído por procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados [...]. O segundo passo abrange procedimentos propriamente analíticos que visam à construção dos “objetos empíricos” e a reprodução do fenômeno nas condições de sua produção (LOPES, 2005, p. 149).

Os materiais coletados e selecionados foram tabelados, ilustrados, mapeados e contextualizados, propiciando uma análise descritiva dos “dados científicos”. Estes materiais foram confrontados com a bibliografia e método proposto, com vistas a obter uma “análise interpretativa dos fatos”, como denomina Lopes (2005, p. 152-153), o que possibilitou a visualização da gestão da conservação desenvolvida no período da pesquisa e sua contribuição para a conservação do patrimônio.

Alguns documentos nacionais e internacionais que influenciam e norteiam os debates e as práticas conservacionistas, bem como, orientam quanto aos problemas de gestão da conservação do patrimônio cultural no CHM foram apresentados e comentados.

Foi apresentado um pequeno histórico das instituições públicas gestoras do patrimônio cultural em Manaus, delimitando a área de abrangência de suas proposições e os principais trabalhos realizados no período da pesquisa, apresentando em linhas gerais, o que foi realizado para gestão da conservação do Centro Histórico de Manaus, entre 1997 e 2009.

No segundo capítulo denominado Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Manaus foi feita uma síntese da constituição do patrimônio cultural e analisados os principais programas realizados pelas instituições gestoras, com ênfase no que foi executado pelo Governo do Estado do Amazonas através da Secretaria de Estado da Cultura.

No 3º capítulo intitulado Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural do Centro Histórico de Manaus: problemática, crítica e sugestões, foram elencadas as relações da gestão da conservação do patrimônio cultural - o governo do estado, o governo municipal e o IPHAN: a gestão integrada e as principais realizações das instituições que o gerem.

Foram apresentados dois estudos de caso sobre projetos de restauração e revitalização do patrimônio cultural, realizados pela Secretaria de Estado da Cultura – a Catedral de Manaus e o Teatro Amazonas e entorno - onde foram verificadas algumas tarefas da gestão, tais como, o monitoramento, os tipos de intervenção adotada e o controle.

Foram apresentadas algumas tendências futuras na gestão da conservação do patrimônio cultural do CHM com vistas a sua sustentabilidade e elaborada proposta para a gestão da conservação do patrimônio cultural, a documentação e normatização na administração e o plano de conservação que, como será abordado posteriormente, é o planejamento integrado da gestão da conservação entre as instâncias públicas e privadas e a sociedade.

Na conclusão foram realizados comentários e recomendações sobre as abordagens feitas na dissertação e indicada a Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio do Centro Histórico de Manaus como um instrumento para a sua preservação.

Quanto aos fundamentos teóricos e a metodologia utilizados na pesquisa, a análise da problemática da gestão será fundamentada em textos que expliquem os conceitos associados às práticas realizadas no Centro Histórico de Manaus e visa contribuir para a compreensão de conceitos e articulação de ideias.

Segundo Lopes (2005, p.148), “a bibliografia de uma pesquisa fornece o itinerário ou roteiro intelectual utilizado pelo autor”, desta maneira a dissertação foi fundamentada em conceitos, referências e métodos de observação e análise, advindos dos campos da Conservação Integrada⁹ e do Patrimônio.

Além dos textos reunidos em Zancheti (2002), também foram utilizadas como fonte bibliográfica as obras de referência dos principais teóricos do campo do patrimônio, dissertações, artigos em periódicos; artigos em anais de congressos; leis, decretos, cartas e recomendações patrimoniais; documentos administrativos – projetos, relatórios e laudos técnicos.

Historiadores e memorialistas como Mário Ypiranga Monteiro (1972), Otoni de Moreira Mesquita (1997); (2006), Ana Maria Daou (2004), Etelvina Garcia (2005) foram utilizados no intuito de entender as circunstâncias que levaram a constituição do patrimônio cultural, seus tempos históricos e suas (re)construções.

No âmbito do Patrimônio e da Museologia¹⁰, foram utilizados os textos de Françoise Choay (2001), José Reginaldo Gonçalves (2006), Teresa Scheiner (2007),

⁹ A conservação integrada (CI) é um princípio fundamental para a conceituação do desenvolvimento sustentável urbano, especialmente porque restabelece a cidade como um artefato histórico-cultural que estabelece o nexo entre as gerações. Nesse sentido, a cultura aparece como uma dimensão de mesma importância que a economia e a política em qualquer estratégia de implantação de políticas de desenvolvimento sustentável. O conceito de gestão está sendo adotado como uma forma de reconhecimento da importância dos processos de negociação em participação política na tomada de decisões para o planejamento urbano contemporâneo (ZANCHETI, 2002).

¹⁰ Etimologicamente falando, a museologia é o “estudo do museu” e não a sua prática, que remete à *museografia*. Mas o termo, confirmado neste sentido amplo dos anos 50, e seu derivado *museológico* – sobretudo em sua tradução literal inglesa (*museology* e seu derivado *museological*) – encontraram cinco noções bem distintas [...] as questões museológicas relativas aos museus; A museologia: uma ciência aplicada, a ciência do museu. Ela estuda a história e o seu papel na sociedade ...; uma ciência que examina a relação específica do homem com a realidade..., dá ênfase à vocação social do museu e à sua característica interdisciplinar, ao mesmo tempo que sobre seus modos de expressão e comunicação renovados. Seu interesse dirige-se sobretudo para os novos tipos de museu concebidos em oposição ao modelo clássico..., compreendendo o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica ligadas ao campo museal... DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 343-345).

Diana Lima (2010), entre outros para identificação nos discursos e gestão das práticas museológicas.

No campo da gestão da conservação, a pesquisa traz uma abordagem dos conceitos e práticas desenvolvidos na área, correlacionando, quando pertinente, os problemas e métodos organizados por Sílvia Zancheti (2002), (intitulado “Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural Integrado”), no Curso de Gestão da Conservação do Patrimônio Integral realizado no Centro de Conservação Integrada e Urbana e Territorial – CECI, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Com esta análise, pretende-se compreender o estado atual da gestão, ou seja: quem são os atores, áreas de intervenção, interações entre as instâncias, os problemas, entre outros aspectos.

A pesquisa referente à Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural foi abalizada por meio da produção de Sílvia Zancheti, Virginia Pontual, Ana Rita Carneiro, Jukka Jokilehto, entre outros, no intuito de desenhar os princípios da conservação, da gestão e os possíveis mecanismos para a gestão da conservação integrada.

No que tange à teoria da conservação, foram analisadas as contribuições de Viollet-le-Duc (2006), Cesare Brandi (2005), Salvador Vinãs (2003), Françoise Choay (2001), entre outros para a compreensão dos conceitos e teorias utilizados no campo do patrimônio e sua aplicabilidade à gestão da conservação.

Também foram utilizados materiais provenientes da internet advindos de fontes fidedignas, tais com: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Secretaria de Estado da Cultura - SEC, Conselho Internacional de Museus – ICOM, entre outros.

CAPÍTULO 1

TEORIAS E PRÁTICAS ATINENTES À GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1. TEORIAS E PRÁTICAS ATINENTES À GESTÃO DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA

Há várias formas de ver e viver o patrimônio cultural, tais como as assinaladas por Marcell Mauss (1974) e Bronislaw Malinowisk (1976) com o Kula Trobriandês e do Potlatch, no noroeste americano, referidas por Gonçalves (2007); ou como os Ticunas, no Amazonas por Faulhaber (2007). O entendimento do que compreende este acervo está diretamente relacionado à cultura de onde advém. Portanto são singulares as formas que, por exemplo, Japão, França, África adotam para preservação dos seus patrimônios. Bem como há maneiras diversas de tratar os patrimônios culturais tangíveis e intangíveis.

Neste capítulo serão apresentados alguns princípios que nortearam a conservação, restauração e preservação do patrimônio cultural no ocidente e que colaboraram para a construção do campo de estudo nas práticas indicadas pelas instituições patrimoniais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o Conselho Internacional de Museus - ICOM, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, etc., no que tange ao objeto de estudo pesquisado, que é a gestão da conservação no Centro Histórico de Manaus.

Elaborou-se um pequeno histórico sobre a Gestão da Conservação Integrada, suas bases, seus objetivos e os principais desafios; o planejamento e o plano de gestão como estratégias da gestão da conservação integrada. Bem como, selecionou-se alguns documentos que influenciam e norteiam os debates e as práticas conservacionistas.

Será apresentado, também, um histórico das instituições públicas gestoras do patrimônio cultural em Manaus, delimitando a área de abrangência de suas proposições.

1.1 Gestão da conservação do Patrimônio Cultural: conceituação, teorias e práticas

Os conceitos de conservação, restauração e preservação utilizados no mundo ocidental foram construídos de acordo com as perspectivas sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas na Europa, cuja ênfase ocorreu nos séculos XVIII e XIX e resultaram na normatização das práticas profissionais, por meio de recomendações e legislações específicas.

Choay identifica algumas circunstâncias significantes que contribuíram para a noção adotada no ocidente para a compreensão dos conceitos, já no século VI ela escreve que

o papa Gregório I toma a si a tarefa de manutenção do parque imobiliário, e pratica uma política de reutilização que será continuada por seu sucessor Honório: as grandes residências patrícias são transformadas em mosteiros, suas salas de recepção em igrejas. Exteriormente, ele recomenda aos missionários: 'Não destruam os templos pagãos, mas só os ídolos que neles estão. Quanto aos edifícios, limitem-se a aspergilos com água benta e neles colocar seus altares e relíquias' (CHOAY, 2006, p. 36).

Ao reutilizar as edificações considera-se que Gregório I preconizou um dos conceitos elementares do século XX e XXI, suscitado pela possibilidade de finitude dos recursos naturais, que é o da sustentabilidade e alguns valores intrínsecos ao patrimônio cultural, assinalados por Lacerda (2002), como o valor histórico, artístico e de antiguidade.

Com a prática de colecionamento, gradativamente atividades de conservação, recuperação e preservação de elementos artísticos, arquitetônicos, arqueológicos, da fauna e flora foram sendo desenvolvidas. Isto ocorreu, primeiramente, pela tentativa e erro de registro, através do desenho e da gravura, por meio das representações iconográficas ocorridas a partir do século XIV, provenientes do contato dos antiquários e artistas com as ruínas italianas, gregas e dos países da América.

O despreparo inicial dos artistas e arquitetos frente às representações iconográficas, a inexatidão das gravuras, desenhos artísticos e arquitetônicos, e a busca a representação do "belo", muitas vezes decorrente da imaginação do executor, não garantiram a representação fidedigna dos monumentos, inicialmente.

No decorrer do tempo, novas formas de representação da realidade, até então, reveladas pela escrita e oralidade são utilizadas e "entre o século XVI e o fim do Iluminismo, o estudo das antiguidades evolui segundo uma abordagem comparável a das ciências naturais; ele busca uma mesma descrição, controlável e, portanto, confiável, de seus objetos" (CHOAY, 2006, p. 76).

Com a aplicação do método comparativo foi possível aferir a fidelidade das representações iconográficas realizadas pelos artistas e arquitetos, e as peças originais ou do mesmo estilo e procedência. Entretanto, nessa época, "o caráter conservacionista era delimitado pelo caráter documental das obras", o que não garantiu a preservação dos objetos, pois, "após quase três séculos de estudos dedicados as antiguidades, a forma dominante de sua conservação continua sendo o livro com gravuras" (CHOAY, 2006, p. 90).

Os antiquários¹¹, ao promoverem o registro da cultura material por meio de gravuras e desenhos, advindos da observação *in loco*, contribuíram para a sistematização do processo de documentação, o que Choay (2006, p. 76) considera “um caso particular do triunfo geral da observação concreta sobre a tradição oral e escrita, do testemunho visual sobre a autoridade dos textos”.

As intervenções inicialmente se deram de acordo com a necessidade de manutenção das edificações e dos monumentos, e os conceitos de conservação, restauração e preservação foram construídos paulatinamente, de acordo com a concepção de história e cultura de cada época. Há, na Itália, a valoração dos monumentos locais, no século XIV, o que posteriormente se disseminou pela Europa quando os europeus passam a se reapropriar de seus próprios monumentos.

As crises na Europa colaboraram para formulação de teorias e práticas nas áreas do patrimônio e museologia, principalmente na França e na Inglaterra, que culminaram na Revolução Industrial, Revolução Francesa, Guerras Mundiais e posteriormente nas catástrofes naturais, como por exemplo, a

perda de patrimônio nas enchentes de Florença (1966 – Itália) e a tomada de consciência sobre o problema da poluição desenfreada, da chuva ácida, e do papel quebradiço (1960 – EUA). O foco das ações direciona-se a recuperar grandes volumes de acervos e edificações que foram danificados e que necessitam de longo prazo, alto custo e inúmeros especialistas para serem recuperados, sem a certeza de que o trabalho seria concluído de forma adequada ao custo *versus* benefício. Junta-se a esta dúvida o alargamento do conceito de patrimônio, que amplia cada vez mais os domínios de atuação da conservação-restauração e a participação das outras disciplinas que lhe são complementares (HANNESCH; SILVA, GRANATO; CARVALHO, 2012, p. 5).

Essas circunstâncias deflagraram formas distintas de proteção dos documentos históricos. No caso da França, no século XIX, a urgência em preservar àqueles patrimônios contra o vandalismo “fez com que os bens armazenados em depósitos fossem transferidos de seus depósitos provisórios em definitivos e aberto ao público, consagrado então com o nome recente de *museum* ou de museu¹²” (CHOAY, 2006, p. 101).

¹¹ Segundo a própria etimologia, os eruditos e os sábios que se dedicam ao estudo das antiguidades serão chamados ‘antiquários’. O termo conservou esta acepção em inglês. A partir da segunda metade do século XVI, o interesse dos antiquários europeus (a começar pelos ingleses) levar-se-á também progressivamente ao que resta das suas respectivas heranças nacionais denominadas então ‘antiguidades nacionais’ (CHOAY, 2009, p. 23).

¹² Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente (ICOM, 2004, p. 4).

A afetividade e o reconhecimento da história da arte como indicadores dos caminhos a serem percorridos na restauração do patrimônio histórico foram fundamentais para a construção das teorias e práticas, “da noite para o dia, a conservação iconográfica abstrata dos antiquários cedia lugar para a conservação real. A descrição literária e a prancha gravada apagavam-se diante da materialidade própria aos edifícios a serem conservados” (CHOAY, 2008, p. 96).

Pode-se assim concluir, que os problemas sociais vivenciados em países como Itália, Inglaterra e principalmente a França colaboraram para o surgimento da ideia de nação e constituíram as bases do patrimônio cultural, como não somente pertencente à realeza e ao clero, mas como um bem público a ser preservado e transmitido às futuras gerações.

Os conceitos relativos ao campo do patrimônio tiveram seus significados ampliados no decorrer do tempo. Concomitantemente à ideia de “invenção do patrimônio histórico” (CHOAY, 2006, p. 175), entre os séculos XVIII e XIX, desenvolvem-se as práticas de reparo e/ou restauração dos bens ditos de importância artística, histórica e arqueológica. Neste sentido, considera-se importante observar como os conceitos de conservação, restauração e preservação foram sendo estruturados e colocados na linha do tempo, e como se ancoraram e metamorfosearam de acordo com as mudanças ocorridas no entendimento dos conceitos de cultura e patrimônio. Kühl ressalta que

a restauração, até se firmar como ação cultural no século XIX, passou por lento processo de maturação no decorrer do tempo. Anteriormente, as intervenções feitas em edifícios preexistentes eram resultados, geralmente, de exigências práticas e voltadas para sua adaptação às necessidades da época. Mesmo aquelas ações que poderiam ser consideradas tentativas de restauração eram comumente consequência de algum problema de ordem pragmática, não tendo a carga cultural que a questão assumiu no século XIX (KÜHL, 2008, p. 15).

Funari e Pelegrini escrevem que as técnicas de reprodução de imagem, o Renascimento, o colecionismo alicerçam a construção da imagem que se tem do patrimônio. No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados Nacionais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 13). Os autores identificam no surgimento dos Estados Nacionais o “que faltava para desencadear uma transformação radical no conceito de patrimônio”. Ao citar o político italiano Massimo D’Azeglio, quando constata que “feita a Itália, é preciso fazer os italianos”, para exemplificar como o conceito de patrimônio espraia-se por meio da “introjeção ou doutrinação interior” e como legitimou a formação do Estado-Nação,

passando a representar “um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI: 2006, p. 15 -17).

Corroborando com essa ideia, Gonçalves escreve que “os ‘patrimônios culturais’ são construídos concomitantemente com os Estados nacionais, que fazem uso dessas narrativas para construir memórias, tradições e identidades” (GONÇALVES, 2002, p. 148).

Vários foram os teóricos e práticos que contribuíram, no seu tempo, para a construção dos conceitos que atualmente utilizam-se ou que se execra no ofício da gestão da conservação do patrimônio: Quatremère de Quincy, Viollet-le-Duc, John Ruskin, William Morris, Gustavo Giovannoni, Aloïs Riegl, Cesare Brandi e tantos outros. As contribuições dadas à preservação do patrimônio cultural erigido pela humanidade pelos conservadores-restauradores, arquitetos-restauradores, historiadores, arqueólogos e profissionais de museus foram construídas por meio de experiências pessoais que estão imbricadas à cultura e ao momento histórico de onde estes emergem. Especialistas do campo que dialogam entre si por meio da participação em congressos promovidos a partir da terceira década do século XX pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO; Organização das Nações Unidas - ONU; Centro Internacional para o Estudo, Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural - ICCROM, Conselho Internacional de Museus - ICOM, Comitê Internacional de Museologia - ICOFOM; e no Brasil pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, IPHAN; pela Associação Brasileira de Conservação e Restauração – ABRACOR, pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, Instituto dos Arquitetos Brasileiros – IAB e por universidades e instituições de pesquisa, entre outros. Jokilehto esclarece que

o desenvolvimento real de uma colaboração internacional para a proteção do patrimônio cultural aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento das Nações Unidas e especialmente da UNESCO. Isso foi seguido pelo restabelecimento do Escritório Internacional de Museus, como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não-governamental, e a criação do Centro Internacional para o Estudo, Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM) como uma organização intergovernamental, lidando tanto com o patrimônio móvel quanto com o construído. Seguiu-se o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), uma outra organização não governamental que estabelece laços entre profissionais. Além disso, as várias regiões do mundo criaram suas próprias organizações, mais especificamente orientadas para os problemas dos seus países (JOKILEHTO, 2002, p. 18).

Intervenções importantes para o “movimento da conservação” (JOKILEHTO, 2002) foram realizadas por Raffaele Stern (1774-1820), na restauração do Coliseu, que

primou pela preservação da estrutura histórica da edificação por meio de contrafortes, “optou-se pela construção de um esporão oblíquo de tijolos em uma das extremidades da curvatura externa, uma intervenção verdadeiramente conservativa [...] e consolidar os elementos tal como se encontravam” (KÜHL, 2008, p. 17) e Giuseppe Valadier (1762-1838) que, ao intervir em 1821, nesse monumento, distinguiu a intervenção por meio da utilização de um mármore diferente do original e restituiu a forma arquitetônica.

Stern restabeleceu a forma estrutural e evidenciou e diferenciou os materiais utilizados na intervenção dos materiais originais, enquanto Valadier visou o “revestimento da forma arquitetural do monumento, enquanto distinguiu ainda o trabalho novo ao antigo” (JOKILEHTO, 2002, p. 12), restituindo a forma da edificação e distinguindo os materiais antigos dos utilizados na intervenção.

Nesse sentido, esses experimentos, associam-se às teorias elaboradas por Camillo Boito (1836-1914), no que se refere à distinguibilidade, à restituição formal. E também, de certa maneira, as proposições de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, no que tange a imprimir a marca do tempo no objeto restaurado, pois a distinção dos vários tempos, também marca a tipologia invasiva da intervenção. Outra contribuição de Boito é a restauração filológica¹³, por ele proposta; no final do século XIX e que persiste até a atualidade com os princípios das intervenções restaurativas, principalmente na arqueologia e nos documentos que têm como suporte o papel.

Na figura a seguir se observa a intervenção de consolidação e reforço de Stern na fachada externa, e a intervenção de Valadier, no muro interno, com a inserção de novos materiais, distinguindo dessa maneira o que é originário da edificação e o que foi introduzido pelo arquiteto.

¹³ O termo decorre das propostas suscitadas por Boito que enfatizava o valor documental da obra.



Figura 2 – Coliseu, s/d. Roma, 2008.
Fonte: Wknight94.

Com o critério de distinguibilidade abriram-se precedentes para preservar os registros históricos constitutivos dos bens móveis e imóveis e, com este direcionamento, manter a diversidade que lhes é própria. Essa solução metodológica foi adotada pelos teóricos que os sucederam e são utilizadas até hoje nas obras de conservação e restauração.

1.2 Os Teóricos e suas Contribuições

A Revolução Francesa, as Guerras mundiais, as grandes catástrofes, os avanços científicos e tecnológicos que envolveram a humanidade, impulsionaram o desenvolvimento das teorias que alicerçam o campo da preservação do Patrimônio Cultural, pois dizem respeito à sua salvaguarda, reinvenção e reinserção no contexto urbano.

Gestores, colecionadores, arquitetos, restauradores, historiadores, museólogos, arqueólogos, entre outros, estiveram à frente dos questionamentos que balizaram o campo da Gestão da Conservação e estabeleceram tratativas fundamentadas na ética, na história e na cultura.

Os exemplos dão a dimensão do cabedal teórico e profissional desses especialistas: Aloïs Riegl era conservador de museus e historiador da arte, Presidente da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos, da Áustria; Camillo Boito era arquiteto, restaurador, historiador e teve uma participação importante na elaboração da Carta de Veneza de 1964; Cesare Brandi era advogado e formado em letras, dedicou a sua carreira à crítica e a história da arte, foi diretor do Istituto Centrale di Restauro, em Roma, e escreveu a “Teoria da Restauração”.

Dentre os teóricos da conservação Aloïs Riegl (1859-1905) estabelece novas diretrizes para o entendimento do conceito de monumento. Choay esclarece que a origem do termo deriva do verbo *monere* (advertir, lembrar) e que a

natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.

[...]

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2001, p. 17 - 18).

Choay (2001) e Jokilehto (2002) conferem a Aloïs Riegl singular contribuição para a conservação, à maneira que se percebe os monumentos na atualidade. Choay (2001) afirma que

Riegl é o primeiro a apresentar, sem ambiguidade, a distinção que procurei apontar entre o monumento e o monumento histórico, cuja origem ele situa, em algumas linhas, na Itália, no século XVI. Tendo sido também o primeiro a definir o monumento histórico a partir de valores de que foi investido no curso da história faz-lhe o inventário e recebe uma nomenclatura pertinente.

Sua análise é estruturada pela oposição de duas categorias de valores. Uns, ditos 'de rememoração' (Erinnerungswerte), são ligados ao passado e se valem da memória. Outros ditos de 'contemporaneidade' (Gegenwartswerte), pertencem ao presente (CHOAY, 2001, p. 168).

Riegl delimitou os conceitos de monumento e monumento histórico e criou outra noção de valor, o da "ancianidade" que, segundo Choay, "diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo não pára de lhe imprimir... cujo fim é a inevitável degradação..." Choay (2006, p.168), enquanto Lacerda (2002) identificou o valor de antiguidade¹⁴, em oposição a valores contemporâneos. Alguns exemplos de monumento histórico são a arte e arquitetura helenística, pirâmides do Egito e Stonehenge.

Riegl tornou clara a distinção entre 'monumentos' (edificados para transmitir uma mensagem) e 'monumentos históricos' (edificações que adquiriram valor histórico através do tempo). Sua análise dos valores (valores históricos e valores contemporâneos) foi uma contribuição importante para o pensamento moderno (JOKILEHTO, 2002, p. 14).

¹⁴ O valor de antiguidade (segundo Karl Heinrich Marx) manifesta-se pelo aspecto não moderno dos monumentos. A forma pela qual o valor de antiguidade se opõe aos valores de contemporaneidade reside nas imperfeições das obras, dos seus defeitos de integridade [...] (LACERDA, 2002, p. 60).

Ao identificar no monumento os valores contemporâneos, “edificados para transmitir uma mensagem” e em monumento histórico os valores de antiguidade “edificações que adquiriram valor histórico através do tempo” Jokilehto (2002, p.14), Riegel desvela no monumento a relação sincrônica que este exerce em relação à sociedade, pois faz ingerências ao tempo presente, e no monumento histórico traduz na relação diacrônica que este suscita, faz ingerências ao tempo vivido, às várias memórias, ao que traz as marcas do tempo. O que corroborará para identificar a subjetividade inerente a cada obra, como pressuposto para elaboração de diagnósticos e terapias na conservação e restauração de bens culturais. Este aspecto também foi abordado por Brandi e Viñas. Pois como conclui Choay, “ele demonstrou que em matéria de restauração não pode existir nenhuma regra, cada caso inscreve-se numa dialéctica particular de valores em jogo” (CHOAY, 2009, p. 33-34).

Jokilehto escreve que os monumentos dividem-se em duas categorias: monumentos intencionais são os monumentos cuja função é a comemoração de um momento ou evento do passado, o que Choay (2009, p. 33) identifica como “dispositivo memorial” e que “foram edificados para transmitir uma mensagem”, como por exemplo, o Monumento aos Pracinhas, no Rio de Janeiro, destinado à memória dos brasileiros que morreram durante o combate, na 2ª Guerra Mundial e o Monumento de Abertura dos Portos do Amazonas, ao comércio mundial, em Manaus.

Nos monumentos há a valoração das obras por suas características artísticas, históricas e afetivas “denota, a partir daí (final do século XVIII), o poder, a grandeza, a beleza: cabe-lhe explicitamente, afirmar os grandes desígnios públicos, promover estilo, falar à sensibilidade estética” (CHOAY, 2009, p. 19). É uma criação da sociedade moderna.

No que tange a maneira de manter os bens culturais, Choay observa que “o século XIX é, integralmente, atravessado por esta problemática e pelo afrontamento entre os dois campos, intervencionista e não intervencionista...” (CHOAY, 2009, p. 32). Inaugura essa discussão o francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), que foi responsável por supervisionar as atividades de restauração na França, no período de 1840 até 1879. “Suas intervenções estão marcadas na igreja de La Madeleine em Vézelay, Notre-Dame de Paris (com Jean-Baptiste Lassus), a Cité de Carcassonne e o castelo de Pierrefonds” (JOKILEHTO, 2001, p. 13). Ele criou uma escola e, embora tenha sido bastante contestado por descaracterizar as edificações no que tange ao quesito historicidade, contribuiu para a formulação dos princípios que fundamentaram a restauração. Segundo o arquiteto Jokilehto, para Violet-le-Duc:

o objetivo de tal restauração era então restabelecer a edificação histórica, de uma forma que se supunha que ela tivesse no período mais significativo de sua história. Lidando com a arquitetura medieval, isso geralmente significava a remoção de adições posteriores, especialmente aquelas em estilo clássico, e a 'restauração' da estrutura em sua forma ideal. Essa abordagem tornou-se um verdadeiro modismo, que foi exportado para outros países na Europa e depois para todo o mundo. Um impacto posterior pode ser visto na 'restauração de período' do Colonial Williamsburg, nos USA, nos anos 30. Ao mesmo tempo, os restauradores contribuíram para o desenvolvimento de metodologia que tiveram influência duradora na prática (JOKILEHTO, 2002, p. 13).

Muito criticado pelo caráter seletivo de suas intervenções, pois privilegiava o estilo gótico em detrimento dos outros estilos arquitetônicos, ou seja, por considerar espúrias as alterações das obras que não fossem imanentes do estilo arquitetônico por ele selecionado, outorgava ao restaurador o poder de recolocar a obra numa condição de inteireza, que podia nunca ter existido em certo tempo, inclusive com adição de novos elementos. A restauração, naquele momento, tinha como objetivo o

'retorno' a uma fase original o que implicaria necessariamente na eliminação de acréscimos, cujo julgamento de valor era feito a partir da avaliação da unidade de estilo...

[...]

A crítica a essa visão 'estilística', iniciada por Ruskin (1819-1900), serviu de fundamento à formulação do pensamento moderno, que tem como base a moderna escola italiana de restauro. Tendo Camillo Boito (1836-1914) seu principal artífice... (PUCCIONI, 1997, p. 5).

Por outro lado, Kühl cita algumas contribuições de grande atualidade suscitadas pela obra de Violet-le-Duc:

o fato de recomendar que se deva restaurar não apenas a aparência do edifício, mas também a função portante de sua estrutura; procurar seguir a concepção de origem para resolver os problemas estruturais; a importância de se fazer levantamentos pormenorizados da situação existente; agir somente em função das circunstâncias, pois princípios absolutos podem levar ao absurdo; a importância da reutilização para sobrevivência da obra, pois restaurar não é apenas uma conservação da matéria, mas do espírito do qual ela é suporte (KÜHL, 2006, p. 23).

Embora tenha estabelecido critérios que nortearam a restauração em seus primórdios, Violet-le-Duc foi ainda muito combatido por seus contemporâneos; seus procedimentos também podem ser definidos pelo que Cesare Brandi denominou posteriormente de "falso histórico". Porém, procedimentos decorrentes de sua prática são utilizados na atualidade, como nos aponta Kühl, e direcionam à percepção de como a teoria foi sendo construída por meio de ambiguidades, assertividades, tentativas e erros, inerentes ao desenvolvimento das práticas.

A partir da segunda metade do século XVIII, a restauração passou a se afastar cada vez mais das ações ditadas por razões pragmáticas e assumiu aos poucos uma conotação fundamentalmente cultural, baseada em análises sistemáticas, com maior rigor e método nos procedimentos, e com o julgamento alicerçado no conhecimento histórico e em análises formais. Vários fatores contribuíram nesse processo, tais como o Iluminismo, as reações às destruições maciças posteriores à Revolução Francesa, as profundas e aceleradas transformações geradas pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, alterando a relação de uma dada cultura com seu passado e dando origem a uma maneira de encarar o legado cultural, que resultaria nos movimentos para preservação e restauração de monumentos (KÜHL, 2008, p.16).

Neste contexto, ao eclodirem novas diretrizes sobre os procedimentos preconizados por Viollet-le-Duc, surgiu o “Movimento de conservação” que defendeu uma ação menos invasiva e criticava

tais restaurações estilísticas, frequentemente favorecendo períodos históricos seletivos a despeito de outros, provocaram entretanto fortes críticas. A nova consciência histórica que evoluiu do século dezoito chamou a atenção para o significado da autenticidade do material histórico dos monumentos antigos. Compreendeu-se que o trabalho de um artesão ou de um artista era inevitavelmente caracterizado pela cultura e pelas condições socioeconômicas da época. Era, portanto, impossível reproduzir o trabalho em seu significado original em um contexto cultural diferente, mesmo que as formas fossem fielmente copiadas (JOKILEHTO, 2002, p. 13).

Eugène Emmanuel Violet-Le-Duc privilegiou em suas intervenções o estilo gótico, em detrimento dos acréscimos ocorridos nas arquiteturas no decorrer do tempo. Seu principal contestador e criador do movimento “antirrestauração” foi o inglês John Ruskin (1819-1900). Segundo Pinheiro (2008, p. 10), Ruskin, “o principal teórico da preservação no século XIX, na Inglaterra”, preceituava o “absoluto respeito pela matéria original, que levava em consideração as transformações feitas em uma obra no decorrer do tempo, sendo a atitude a tomar a de simples trabalhos de conservação, para evitar degradações, ou, até mesmo, a de pura contemplação” (KÜHL, 2006, p. 19).

Ele ressaltava os monumentos do passado como expressão da ocupação humana, e parte da história, destacando-lhes o caráter testemunhal, documental e memorial. “Querendo viver a cidade histórica no presente, Ruskin na verdade a encerra no passado e perde de vista a cidade historial, a que está engajada no devir da historicidade” CHOAY, (2001, p. 181). Para ele a restauração era um sacrilégio, Ruskin defendia o perecimento da obra em seu curso natural, contudo Choay conclui que Ruskin e Morris “combatem pela vida e sobrevivência da sociedade pré-industrial” (CHOAY, 2001, p. 181).

No célebre livro “As sete lâmpadas da arquitetura”, publicado pela primeira vez em 1849, destaca-se a “Lâmpada da Memória”, cujo Aforismo 31, dita que:

A assim chamada Restauração é a pior forma de destruição [...]. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. [...] Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar aos mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura. Aquilo sobre o que insisti acima como sendo a vida do conjunto, aquele espírito que só pode ser dado pela mão ou pelo olhar do artífice, não pode ser restituído nunca (RUSKIN, 2008, p. 79).

A ideia da arquitetura como arte e sua perenidade está imbricada na obra de Ruskin, para quem medidas de manutenção, como a consolidação¹⁵, seriam capazes de cristalizá-la; ele escreveu: “cuide bem de seus monumentos, e não será preciso restaurá-los” (RUSKIN, 2008, p. 81 e 82). Observa-se a ambiguidade de Ruskin, ao considerar espúria qualquer tentativa de intervenção, para ele “restaurar um objeto ou um edifício é atentar contra a autenticidade, que constitui a sua própria essência” (CHOAY, 2001, p.155). Ruskin, no mesmo livro e capítulo já citados escreve que

Não falemos, pois, de restauração. Trata-se de uma Mentira do começo ao fim. Você pode fazer um modelo de um edifício como de um cadáver, e o seu modelo pode conter o contorno das antigas paredes dentro dele, assim como o seu molde pode conter o esqueleto, sem que eu possa ver ou apreciar qualquer vantagem nisso [...] (RUSKIN, 2008, p. 81).

Sabe-se que quando se trata do tempo sem intervenção não há bem que perdue, sejam os danos advindos de fatores químicos (poluição ambiental, poeira...), físicos (temperatura e umidade relativa), naturais (terremotos, furacões, enchentes...), biológicos (térmitas, algas, fungos...), humanos (guerras, vandalismos, intervenções...) e intrínsecos à materialidade da obra (feitura, componentes...). Assim, Ruskin, de certa maneira, destina o patrimônio histórico à “ruína e à desagregação progressiva” (CHOAY, 2001, p. 155), e não à conservação.

Esse sentido de autenticidade dado por Ruskin se distancia da definição do conceito contemporâneo que se utiliza para o termo patrimônio cultural, o qual acompanha os vários tempos históricos em que a obra está inserida, como será postulado em outros autores que ajudaram a consolidar os conceitos que estruturam a restauração, conservação e preservação do patrimônio cultural.

¹⁵ Processo pelo qual matérias extremamente frágeis e friáveis são reforçadas pela adição de uma substância consolidante (LORÉDO, 1994, p. 43).

Jokilehto identifica três maneiras de aferição do conceito autêntico, o primeiro refere-se ao aspecto criativo, o segundo diz respeito ao aspecto legal, à veracidade e legitimidade e o terceiro ao aspecto cultural; ele esclarece que

a etimologia da palavra 'autêntico' refere-se ao grego 'autos', significando próprio, autônomo, não dependente de outros. Como tal, autêntico pode ser referido em diferentes tipos de contexto: o aspecto criativo pode ser expresso na qualidade de um trabalho de arte, definido como uma obra-prima, e incluindo um forte elemento inovador. O aspecto legal refere-se à verificação do fato de um documento particular ser verdadeiro e genuíno. O aspecto cultural refere-se ao contexto de uma comunidade e à veracidade do significado de ações específicas (JOKILEHTO, 2002, p. 16).

Nesse sentido, considera-se que o valor aferido ao Patrimônio Cultural, na atualidade, requer a inserção de outros aspectos que não dizem respeito à sacralidade do bem – no sentido de intocabilidade – a qualidade, a originalidade e sim ao valor que os cidadãos lhes conferem.

Outro que se destacou no movimento “antirrestauração” e acompanhou a corrente de Ruskin é William Morris (1834-1896), que fundou a Sociedade para a Proteção das Edificações Antigas (SPAB) e incentivou a criação de outras sociedades similares na França, Alemanha, Itália e Índia (JOKILEHTO, 2002, pág. 13).

Na Itália, Camillo Boito (1836-1914), arquiteto, restaurador, professor, historiador, teórico e literato defendia uma intervenção mínima, para que o edifício mantivesse a unidade de estilo; a preservação da pátina; e a demolição, se necessário, de elementos acrescentados com o tempo. Considerava que toda adição de recomposição deveria ser identificada, reconhecendo o valor documental da obra. Para ele

um prédio histórico era visto de forma similar a um manuscrito antigo, onde era necessário manter a leitura do texto antigo, e fazer novas interpretações distintas e reversíveis caso houvesse necessidade de revisá-las. A abordagem foi chamada de 'restauração filológica' (JOKILEHTO, 2001, p. 13).

Em conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884, Camillo Boito expressou que:

1º É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco;
2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2008, p. 60 - 61).

Ao contrário de Ruskin, Camillo Boito, admite que o restauro pode ser necessário para não se abdicar do dever de preservar a memória. Dentre as suas contribuições

destacam-se as utilizadas nos processos de construção da prática da conservação, restauração e preservação dos bens culturais na atualidade, que são: a unidade de estilo; os projetos calcados no historicismo; o respeito pela matéria original, a ideia de reversibilidade e de distinguibilidade; a importância da documentação e de uma metodologia científica; e a intervenção mínima no restauro (KÜHL, 2008, p. 27).

Ele enuncia oito princípios (KÜHL, 2008, p. 26) que deveriam ser seguidos para se evidenciar que as intervenções não são antigas:

- Diferenciação de estilo entre o novo e o velho;
- Diferenciação de materiais de construção;
- Supressão de linhas ou de ornatos;
- Exposição das velhas partes removidas, nas vizinhanças do monumento;
- Incisão, em cada uma das partes renovadas, da data da restauração ou de um sinal convencional;
- Epígrafe descritiva gravada sobre o monumento;
- Descrição fotográfica dos diversos períodos das obras, expostas no edifício ou em local próximo a ele; e ainda,
- Descrições em publicações de notoriedade.

Considera-se digna de nota a contribuição de Camillo Boito à formulação dos princípios contemporâneos de conservação e restauração. Ao abordar aspectos basilares inerentes a essas práticas, ele encontrou consonância em outros teóricos cujas práticas preconizadas são defendidas até à atualidade pela comunidade dos conservadores-restauradores, nas diretrizes propostas por Brandi, Caple, Vinãs, entre outros. A mínima intervenção; a conservação preventiva; a documentação; as várias fases constituintes da obra; e a reversibilidade - embora hoje este termo esteja sendo revisto pelos especialistas da área pelo termo de retratabilidade - são práticas comuns, adotadas em canteiro de obras de restauração, pinturas de cavalete, objetos arqueológicos, obras sobre papel, entre outras categorias, seja pela utilização de materiais compatíveis, que além de serem distinguíveis, não devem oferecer riscos de danos aos materiais originais e nem constituírem um “falso histórico” (BRANDI, 2005).

Exemplo desta afirmativa é o restauro dos afrescos no Palácio Vecchio, em Florença, e o restauro de urnas funerárias do período Paredão¹⁶, encontradas no ano de

¹⁶ “A fase Paredão tem datações absolutas entre os séculos VII e XII d.C., e se distribui pela região de Manaus e da área de confluência dos rios Solimões e Negro. Seus materiais apresentam forma e decoração peculiares. As formas mais comuns são os vasos com alça, cuias e grandes urnas funerárias com apliques

2002, na Praça D. Pedro II e posteriormente nas adjacências, durante obras realizadas pela Prefeitura Municipal de Manaus e que atualmente se encontra sob a guarda da Universidade Federal do Amazonas, no Museu Amazônico.

Outra contribuição importante foi a do teórico Cesare Brandi, bastante difundido entre os profissionais, na comunidade internacional e, particularmente no Brasil. Historiador, foi por décadas diretor do "Istituto Italiano de Restauração (Istituto Centrale del Restauro), em Roma. A teoria de Brandi surge em um período em que

a destruição (causada pela segunda guerra mundial) enfatizou a necessidade de se clarearem as diretrizes para a restauração de estruturas históricas danificadas. O Istituto Italiano de Restauração (*Istituto Centrale del Restauro*) foi estabelecido em 1938 pelo historiador da arte Giulio Carlo Argan (1904-94). Cesare Brandi (1906-88) foi nomeado seu primeiro diretor. Na Itália, o pensamento filosófico foi muito influenciado por Benedetto Croce (1866-1952), que fortaleceu a importância de uma abordagem crítico-filosófica para a história e a historiografia... (JOKILEHTO, 2001, p. 14).

O livro *Teoria del Restauro* (1963) de sua autoria, determina os códigos deontológicos do campo e suas práticas, até a atualidade. Em sua abordagem teórico-conceitual, propunha o entendimento desta atividade como uma ação dentro da dúbia polaridade estética e histórica. E que, no momento do reconhecimento da obra, como obra de arte, situa-se o reconhecimento da Restauração. Brandi propõe o restabelecimento da unidade potencial da obra, sem que sejam alteradas as marcas do tempo, a historicidade, que deve estar arraigada ao objeto patrimonial.

Quanto à obra de arte, Brandi observa que

A matéria como epifania da imagem dá, portanto, a chave do desdobramento, apenas esboçado e agora definido como estrutura e aspecto. A distinção dessas duas acepções fundamentais insere, ademais, o conceito de matéria na obra de arte, não de modo diverso, porém ainda mais inseparável do que aquele que é *verso* e *recto* para a medalha. É claro que o fato de ser prevalentemente *aspecto* ou prevalentemente *estrutura* serão duas funções da matéria na obra de arte, e uma em geral não contradirá a outra, sem que com isso se possa excluir um conflito. Semelhante conflito, como para a instância estética em contraste para instância histórica, só poderá ser resolvido com a prevalência do aspecto sobre a estrutura, quando não puder ser conciliado (BRANDI, 2005, p. 36 - 37).

Para Brandi, na obra, a matéria fica em segundo plano, corroborando com seu valor estético, para valer apenas como imagem. A decisão deve partir do próprio conceito da obra de arte, demonstrando que a matéria apenas deve primar sobre a imagem se isto

antropomorfos, muito comuns em sítios arqueológicos espalhados pela cidade" (LIMA e MORAES, 2010, p. 95 e 96).

subverter o conceito da arte, ou seja, quando o dano interferir na leitura da imagem, na “epifania da imagem” (BRANDI, 2005, p. 36). Brandi também manteve a proposta de seu antecessor Camillo Boito: a conservação da pátina como documento de historicidade da obra de arte, corroborando para as práticas conservacionistas suscitadas também por Riegl e Boito.

Na arquitetura, preocupou-se com a função do entorno da obra, contribuindo assim, para a manutenção da ambiência da atmosfera cultural, fator importante, mesmo quando existem em um mesmo sítio, edificações ou vazios urbanos de várias temporalidades. O que deverá ser cada vez mais comum à humanidade, pois com o passar dos tempos, mesmos com as medidas de salvaguarda, os bens se degradam e novas “arquiteturas” / construções são incorporadas como patrimônio, sinistros acontecem, entre outros.

Dentre as suas deliberações, Brandi considerava que o “restauro é um ato crítico voltado para reconstituição da autenticidade do objeto reconhecido como obra de arte”, no qual se deve estar atento ao “juízo de valor” no que tange à dialética histórica e artística (BRANDI, 2005, p.12), ou seja, os valores concernentes a cada obra de arte e que devem ser mantidos.

Cabe ressaltar que a obra de Brandi, por vezes, é pouco reflexiva, questionável e pouco aplicável para objetos funcionais, como os de ciência e tecnologia e arquivísticos e etnográficos.

Verificando as contribuições de Ruskin e Brandi, observa-se que enquanto para Ruskin o bem deveria ser sacralizado no tempo, Brandi respeita os elementos históricos do bem, como pressupostos às novas intervenções e os significados que lhes são próprios.

Na atualidade, a conservação, restauração e preservação se amalgamam às produções científicas e as formulações pessoais realizadas pelos profissionais da área (VIÑAS, 2003), e não se restringem ao conservador-restaurador e ao arquiteto-restaurador, mas também, sempre que necessário, a uma equipe interdisciplinar que pode englobar uma gama de profissionais, de acordo com as especificidades dos bens e danos ocorridos. Geralmente os outros especialistas são: engenheiro, arqueólogo, museólogo, historiador, historiador da arte, educadores, químico, físico, biólogo, geólogo, entre outros especialistas.

Puccioni (1997), em “Restauração estrutural: uma metodologia de diagnósticos”, atribui à “mudança no pensamento contemporâneo a pesquisa como um processo de conhecimento crítico, capaz de compreender as transformações formais do edifício

dentro do contexto histórico em que ocorreram”, bem como a “incorporação de outras ciências”.

Salvador Viñas (2003) argumenta, em seu livro “Teoria Contemporânea da Restauração”, que a restauração contemporânea deve ter como premissa a função que os bens culturais têm perante a sociedade, que os abaliza e respalda e defende que a intervenção deve considerar o valor simbólico e historiográfico contido no bem.

Nesse sentido, apreende o caráter imaterial e simbólico e aponta que a restauração atua na materialidade, análise já realizada por Brandi (2005), identificando o ponto de partida das primeiras conjecturas a serem seguidas, que depois será absorvida dentro dos códigos de ética dos profissionais da conservação-restauração como princípios basilares, aplicáveis na atualidade.

Nas ações de conservação-restauração devem-se considerar os processos aos quais estão imbricados os bens culturais, desde a sua feitura como objeto, ou como manifesto inerente a uma determinada cultura, ou seja, as informações armazenadas no objeto desde a sua feitura e no decorrer da sua existência. Isto porque a valoração é dada ou não, de tempo em tempo, de acordo com os grupos sociais e/ ou com os gestores do patrimônio, de “maneira arbitrária”, ou seja: “são portanto passíveis de reinvenção” como indica Gonçalves (2007, p.155), ao referir-se ao patrimônio cultural. Sendo a restauração, “uma ação de caráter eminentemente cultural, que se transforma em ato crítico alicerçado na análise da relação dialética entre fatores estéticos e históricos de uma dada obra” (KÜHL, 2008, p. 27).

Um exemplo clássico é a intervenção ocorrida no Pelourinho, feita pelo Governo do Estado da Bahia, em meados da década de 1980, que excluiu a população negra de baixa renda residente na área e constituiu um conjunto de novos usos dos imóveis para atendimento das demandas turísticas. Os afrodescendentes conferiam àquele local as características tão apreciadas por brasileiros e estrangeiros: as suas culturas. Com a gentrificação¹⁷, no decorrer dos anos, após as intervenções restaurativas e fundiárias ocorreu o esvaziamento da área e as antigas práticas imanentes daquela cultura foram

¹⁷Gentrificação é a substituição de uma população de classe baixa que ocupa um bairro urbano, por outra de classe mais alta. Pode ser dito também que gentrificação é a conversão de uma área antiga, em um bairro mais afliente, pela reforma das habitações, resultando em um aumento do valor dos imóveis, e a expulsão da população original mais pobre.

Esse processo tanto pode ser o resultado de uma política orquestrada de revitalização, como pode resultar de um processo natural, tendo sua origem em interesses de grupos sociais específicos. Em ambos os casos, o processo pode envolver conflitos entre os grupos até a completa remoção dos moradores de classe mais baixa (MONTEIRO, 2001, p. 288).

restringindo-se a apresentações culturais para turistas ou voltadas à educação, cursos de dança e música da cultura africana, e para a sua guarda.

Então, cada objeto cultural, como por exemplo, uma urna funerária do período Paredão, uma residência do século XIX, um Centro Histórico, etc., deve ser tratado de acordo com a especificidade que apresenta e que o alicerça. As teorias que, na atualidade, regem os discursos da conservação do patrimônio cultural devem ser elaboradas na observância das construções inerentes ao objeto cultural, às várias etapas de sua história e ao significado que este tem para os seus proprietários e ou para quem os valora em seus aspectos culturais, históricos e simbólicos, pois todo bem cultural tem arraigadas as marcas de sua origem e de sua história.

Os autores citados acima, e tantos outros, elaboraram valiosos textos, cujas diretrizes e conceitos colaboram até hoje para a construção crítica e teórica dos preceitos utilizados na restauração, conservação e preservação dos bens culturais. E, assim, no decorrer do tempo, as discussões provocadas pelos pensadores que “cultuavam” e, posteriormente, cuidaram e cuidam do legado material, foram sedimentadas por meio da experimentação, assimilação, reprodução, contestação, requalificação, entre outros.

1.3 - Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio Cultural

O entendimento do conceito de conservação integrada é expresso por Virgínia Pontual, no texto “Referência cultural e o planejamento da conservação integrada”. A autora vai buscar no conceito de cultura¹⁸ as bases para compreensão das práticas do planejamento da cidade. Atribui a Peressi (1998) e a Clifford (1994) as “dimensões indissociáveis”, inerentes às teorias de gestão e planejamento da cidade e, assim como Gonçalves (2007), aborda o aspecto dicotômico da resistência e da transformação, enquanto elemento cultural, pois são as referências culturais que fomentam as práticas culturais e a gestão da conservação do patrimônio cultural.

Atributo dos centros históricos, a cultura alicerça e fomenta estes espaços de permanência e ruptura, seja por meio do passado construído ou reclamado ou do presente, onde são exercidas as práticas culturais, cujas ressonâncias no tempo e espaço se direcionam para o futuro. Pontual (2002, p. 100) afirma que a cultura “constitui-se como elemento primordial das práticas recentes do planejamento da cidade”. Dessa forma são “polifônicos” (ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007) os fenômenos que se dão

¹⁸ Em resumo, numa perspectiva antropológica, as culturas são constituídas pelas metáforas por meio das quais as ‘inventamos’: ora como evolução, como função, como gramática, como código, como estrutura; ora como drama, teias de significados, textos, modos de produção textual, estratégias discursivas, dialogia, narrativas. Nesse mesmo processo de inventarmos “outras” culturas por meio dessas metáforas, inventamos e reinventamos, simultaneamente, a nossa própria cultura, seja a cultura dos antropólogos, sejam as culturas vividas por indivíduos e grupos no cotidiano (GONÇALVES, 2007, p. 248 - 245).

nesses espaços, que guardam a estratigrafia inerente às diversas temporalidades que o constituem.

Ciente de que qualquer centro histórico¹⁹ está imbricado às outras áreas da cidade e às dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais inerentes a estas, é necessário pensá-lo como um elemento integrado a esses contextos, arraigado de passado e dinâmico na contemporaneidade. “Em termos do planejamento do território, a grande questão que se coloca é como manter um processo de transformação do território que não cancele essa herança e que inclua o novo numa relação ‘harmônica’ do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma” (LAPA; ZANCHETI, 2002, p. 35), pois o tempo se esvai e os atores também, o que persiste é o espaço, o que se seleciona para a preservação e os novos atores.

O ponto central da discussão da conservação integrada na atualidade é: como a ação pública planejada pode contrapor-se aos processos homogeneizantes do território, sem ‘barrar’ o processo de *inovação*. A conservação deve ser tomada como ponto de partida da inovação e não a ideia, ainda muito corrente, de que o território é um campo livre, sem uma herança (LAPA; ZANCHETI, 2002, p. 35).

Dessa maneira entende-se que a cultura como elemento originário e fomentador, ao mesmo tempo em que vincula o que é comum aos indivíduos de uma determinada localidade, estabelece dessa maneira a diferenciação entre os povos. Na Gestão da Conservação é necessário distinguir, monitorar e incentivar os fenômenos da contemporaneidade, que podem minimizar ou reduzir as especificidades locais inerentes a uma determinada cultura, sendo a participação do Estado importante na preservação e fomento das práticas culturais

A gestão da conservação integrada do patrimônio cultural é um campo de estudo que, segundo Zancheti (2002), primeiramente visava recuperar o Centro Histórico de Bolonha,

no final da década de 1960, conduzida por políticos e administradores do partido comunista e [...] serviu como argumento para a construção e uma política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular.

[...]

Nos anos 80 e 90, a proposta da CI abandonou o cunho “social” e passou a ser encarada como uma forma de *revitalização* ou *reabilitação* de áreas centrais deprimidas ou obsoletas. Nesse sentido, associou-se à proposta de recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções, especialmente daqueles protegidos por instrumentos

¹⁹ Fernando Carrión (2002) apresenta os desafios e tendências dos Centros Históricos, em “Vinte temas sobre os centros históricos na América Latina”.

legais de tombamento, localizados em áreas centrais (LAPA; ZANCHETI, 2002, p. 31).

Por um lado, isto ocasionou a valorização das áreas anteriormente degradadas e dos serviços oferecidos, aumentando o fluxo turístico na Europa e nos EUA, mas em contrapartida reduziu a população que habitava as áreas, originando o processo de gentrificação.

Outros fatores que corroboraram para o entendimento que se tem da conservação integrada foram, a 2ª Conferência Mundial do Meio Ambiente ECO 92, no Rio de Janeiro, que associou a “questão ambiental à social e qualquer política urbana atual passou a ser considerada conservação ambiental, entendido este princípio como o do controle da mudança das estruturas ambientais urbanas” e a utilização do “planejamento urbano para a leitura da cidade, mediante as análises morfológicas e tipológicas²⁰” (ZANCHETI, 2002, p. 2), *apud* (LACERDA; ZANCHETI, 1999). Segundo Zancheti e Lapa,

A questão básica do planejamento urbano e territorial atual centra-se no reconhecimento de que a cidade, ou uma rede local de cidades, é o fruto de um longo processo de transformação que deixa sinais de seu percurso no próprio território, como, por exemplo, a divisão das propriedades, a organização dos cultivos, os caminhos e estradas, a rede de drenagem, as construções, as cidades e suas diferentes partes, entre inúmeros outros artefatos humanos, isto é, *o território é o campo de manifestação e representação da diversidade da cultura*. O território é visto de uma perspectiva antropológica, segundo um método arqueológico, no qual a ação humana, até os meados do século XIX, se deu mais pela superposição e justaposição dos resultados da sua ação do que pelo cancelamento da herança do passado (ZANCHETI; LAPA, 2002, p.35).

O Centro Histórico de Manaus está arraigado aos patrimônios cultural e natural que o constituem e que derivam das heranças culturais que geram a diversidade e as dinâmicas culturais da atualidade. À função de requalificação social da Conservação Integrada - CI²¹ é acrescida à função de requalificação cultural, tendo o planejamento urbano e a gestão como ferramentas de desenvolvimento da CI.

²⁰ O método morfotipológico é aplicado para se analisar o sítio e seu conjunto, do ponto de vista da forma, do traçado que define ruas, praças em relação aos condicionantes do sítio, como rios, topografia, lagoas, e área portuária, ponto de partida para ocupação do território. São levados em conta os condicionantes do lugar: clima, vegetação, sistema hídrico, topografia. O traçado marca a hierarquia dos espaços públicos em relação às edificações, permitindo a leitura e reconhecimento do local [...] (CARNEIRO, 2002, p. 144).

²¹ Jokilehto escreve que a CI é alcançada pela aplicação de técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta de funções apropriadas no contexto de áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando julgamentos equilibrados (JOKILHETO, 2002, p. 11). Ver também JOKILHETO, 2002, p. 15.

1.3.1 Gestão e planejamento

Considera-se que gestão e planejamento são indissociáveis quando se trata de conservação do patrimônio cultural. A gestão diz respeito ao mandato atual e as políticas de governo, pois, administra-se muitas vezes o recurso que foi captado no exercício anterior. Já planejamento refere-se às proposições que requerem um médio e longo período de maturação, ou seja, são práticas referentes a políticas de estado que podem ultrapassar a uma gestão administrativa. Realiza-se então na gestão o que foi premeditado no planejamento de acordo com “Plano de Gestão”.

Pontual, ao escrever sobre a gestão da conservação, afirma que

as práticas recentes de gestão das cidades têm seguido, com frequência, os fundamentos do planejamento estratégico inter-relacionado com a teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio cultural. Essas práticas buscam orientar intervenções nas cidades com eficiência e eficácia, isto é, objetivam minimizar as perdas sociais e os vestígios da história (PONTUAL, 2002, p. 113).

Segundo a mesma autora, a noção de gestão é dada a partir da década de 1970, por meio da distinção entre poder central e o poder local no âmbito das sociedades nacionais e na contemporaneidade pela descentralização das decisões e responsabilidades políticas. Dessa maneira, “verifica-se o reconhecimento da relativa autonomia política e econômica entre os poderes central e local, embora a ação governamental, em qualquer das instâncias, deve ser pautada por uma visão estratégica e governabilidade do sistema de governo” (PONTUAL, 2002, p. 113). Ela busca em Buarque o entendimento do conceito de gestão:

sistema institucional e arquitetura organizacional adequados e necessários para implementar a estratégia e o plano de desenvolvimento local sustentável, mobilizando e articulando os atores (organizações da sociedade) e os agentes (instâncias públicas), com seus diversos instrumentos, e assegurando a participação da sociedade no processo, para a execução e o acompanhamento das ações (BUARQUE, 1999 *apud* PONTUAL, 2002, p. 113).

Tratando-se de gestão da conservação, isso quer dizer que a gestão está associada a um sistema organizacional, à política pública, como à legislação; programas de governo e interação entre as propostas e práticas; capacitação de mão de obra especializada; orientação e monitoramento dos especialistas à comunidade; participação do setor público e da sociedade, com vistas à preservação de maneira sustentável do patrimônio cultural. Pontual (2002) afirma que o planejamento da conservação deve ser elaborado no plano de gestão que

Consiste num conjunto de ações e recursos técnicos, institucionais e financeiros logicamente ordenados, objetivando uma mudança nos procedimentos políticos, institucionais e administrativos, relativos a um conjunto social, segundo um marco temporal e uma unidade territorial. O referencial adotado é o do desenvolvimento sustentável e da conservação urbana, considerando-se a visão estratégica do planejamento [...] (PONTUAL, 2002, p. 115).

Barboza, reportando-se aos problemas de gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, escreve que:

[...] os principais obstáculos referem-se à dificuldade de estruturação de unidades de ação que permitam aproveitamento dos recursos políticos para minimizar fragilidades institucionais. De outra forma, os principais obstáculos referem-se à gestão – ou à capacidade de processamento tecnopolítico e aos processos organizacionais – que dão suporte para materializar a gestão proposta (BARBOZA, 2008, p. 61).

Essa incapacidade identificada por Barboza reforça a importância do Plano de Gestão, onde estão desenhadas as propostas dos governos federal, estadual, municipal; os atores; os agentes; os programas, projetos e ações; as prospectivas; os problemas; os mecanismos de avaliação, as estratégias de monitoramento e controle contendo as possíveis alternativas de desenvolvimento. O plano deve estar relacionado à manutenção do patrimônio em nível local de maneira eficiente e eficaz.

Zancheti conclui que

o Plano de Gestão é um conjunto estruturado e lógico de procedimentos normativos e operativos que busca garantir a conservação de bens patrimoniais, dentro de um determinado quadro temporal referencial, mediante a mobilização de atores sociais e recursos econômicos (ZANCHETI, 2003 , p. 91).

Outra ferramenta utilizada na gestão da conservação é o “plano de desenvolvimento local”, que segundo Pontual objetiva

não só a elevação da competitividade da economia local, da renda e das formas de riqueza, mas utilizar para o alcance desses objetivos o legado do patrimônio cultural, conservando sua especificidade, autenticidade para as gerações futuras. Nesse sentido, a formulação de estratégias deve identificar e destacar os eixos do desenvolvimento local que caracterizam os eixos estruturadores das ações de renovação urbana de modo a potencializar o aproveitamento das oportunidades e reduzir a vulnerabilidade das ações exógenas (Pontual, 2002, p. 115).

As proposições para conservação de centros históricos devem estar associadas aos planos de desenvolvimento projetados para a cidade. Pois, os problemas estão atrelados a um sistema maior que é a cidade, portanto, faz-se necessário pensá-los de

maneira integrada, não só no que tange às políticas públicas a serem aplicadas na área no âmbito do patrimônio cultural, como também de maneira mais ampla, no meio ambiente, no transporte, na educação, no turismo, nos usos, na infraestrutura, entre outros. Por exemplo, no caso do Centro Histórico de Manaus, banhado pelo Rio Negro e entrecortado por igarapés, não se pode pensar em gestão da conservação sem analisar a relação que o manauense estabelece com este patrimônio, que margeia a cidade levando vida, beleza e lixo para a população e turistas.

Dessa forma, considera-se a cidade, como um sistema integrado, e que os problemas e as soluções devem ser resultantes de uma discussão e entendimentos promovidos pela sociedade.

Souza examina com atenção as práticas de planejamento e gestão e aponta a diferença e complementaridade entre essas práticas, identificando no planejamento a estruturação da prática, buscando antever o futuro, em contraposição ao imediatismo da gestão, quando escreve:

Tendo em mente o planejamento urbano, mas mantendo a definição em um nível bastante abstrato, pode-se assentar que planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, explicitar intenções de ação, estabelecer metas diretrizes. Ou, para dizer a mesma coisa de modo talvez mais direto: buscar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis problemas, ou inversamente, com o fito de tirar partido de prováveis benefícios. Agora, sobre gestão, termo de popularização mais recente [...], remete ao presente: gerir significa administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas [...] (SOUZA, 2006, p. 149).

Compreende-se então, que o planejamento na gestão da conservação requer um programa sistêmico de governo de médio e longo prazo de realização, sendo um instrumento a ser utilizado pelas administrações no decorrer das gestões, pois é atinente não somente a um mandato político, mas sim aos programas de governo que serão implementados na cidade. Para isto, é necessária a organização do sistema de gestão por meio de mecanismo de incentivo e supressão das ações danosas; contratação de corpo técnico permanente; planejamento conjunto englobando as instâncias públicas e a sociedade civil organizada; redução de impostos; isenções e incentivo fiscal para imóveis preservados; educação patrimonial; financiamento para recuperação de imóveis em áreas protegidas e reinvestimentos dos recursos nas mesmas áreas; orientação técnica, no que tange aos usos e tipologias de intervenções, aos proprietários dos imóveis; punição progressiva a proprietários que não conservem os imóveis; intercambio cultural; e, conforme acrescenta Pontual, na

- Conjugação do caráter político com o componente técnico;
- Mediação das relações de poder entre decisores internos e externos à organização governamental;
- Negociação de meios fins com suporte técnico visando subsidiar a tomada de decisão;
- Capacitação de atuação política e administrativa dos governantes públicos;
- Formulação de escolhas alternativas, considerando as heranças, a realidade atual e os limites do possível (PONTUAL, 2002, p. 103).

Como se pode notar, são vários os mecanismos a serem utilizados para a realização da gestão eficaz da conservação do patrimônio cultural.

Observa-se, em Manaus, a pouca interação entre as diversas esferas de governo e que geralmente há mais funcionários exercendo cargos comissionados e terceirizados, do que funcionários concursados. Disso decorre a falta de acompanhamento e de aplicabilidade dos planos e, conseqüentemente, a perda de informação e o não alcance dos objetivos previstos. Ainda que não garantam a aplicabilidade, programas de capacitação devem ser incentivados pelo Estado, que também deve realizar o monitoramento do estado de conservação das edificações, os usos e as atividades nelas desenvolvidas. A gestão, dessa forma, estaria inserida nas ações rotineiras em função do orçamento existente, das propostas dos governos e como estes se relacionam. Com isso, compreende-se que o planejamento forneceria subsídios para a gestão futura da conservação. Souza ratifica que

[...] quanto ao planejamento, como seu viú, seu horizonte temporal é o futuro, especialmente o médio e o longo prazo. Encarados dessa forma, gestão e planejamento não são termos nem intercambiáveis, nem concorrentes, eles dizem respeito a diferentes tipos de atividades, atividades essas complementares.

[...]

Teoricamente, o planejamento é a preparação para a gestão futura, em que o que se busca é evitar ou pelo menos, minimizar problemas, além de ampliar margens de manobra [...] (SOUZA, 2006. p. 150).

Compreende-se, que quando há planejamento, há mais possibilidade de se ter uma boa gestão. Dessa maneira, conclui-se que bons gestores não somente administram o presente, para o qual são eleitos, mas criticamente assimilam e revisam o que foi proposto pela gestão anterior e antecipam o possível futuro. A análise dos possíveis cenários futuros subsidia as tomadas de decisões, pois quanto “maior o número de variáveis controladas por um governo, maior é a sua governabilidade pública”, que é o “balanço entre as variáveis controladas e não controladas na ação de governo”, conforme escreve (MATUS, 1989, apud PONTUAL, 2002, p. 113). “Ao sistema de governabilidade acresce-se o conteúdo programático dos projetos de ações e a capacidade de condução e direção do governo” (PONTUAL, 2002, p. 113).

Souza, baseado no que Carlos Matus denominou de “Quatro trincheiras”, escreve que

a tarefa que urge é investir em uma alternativa a ambos (gestão e planejamento). Uma alternativa que, no plano tático, procure aproveitar da melhor maneira possível os meios gerais atualmente disponíveis (planos, processo orçamentário, legislação urbanística e tributária e políticas públicas em geral), tentando subverter-lhes a ‘lógica atual’ original e habitual por meio de novas interpretações e novos instrumentos, na base de uma correlação de forças favorável; e que, no plano estratégico, aponte para uma organização espacial e para um tipo de planejamento e gestão completamente diferentes daquilo que hoje é conhecido e praticado (SOUZA, 2006, p. 157).

Dessa forma, é possível antecipar vários cenários e formular mudanças, com base em indicadores e variáveis, com vistas a produzir um futuro desejável e controlável. Sobre este tema Pontual afirma que o planejamento integrado deve ser entendido como:

Um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores consequências (Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento - CINVA, 1958, *apud* PONTUAL, 2002, p. 104).

O planejamento deve ser elaborado de maneira a atender não somente às demandas atuais, mas prever o maior número de futuros possíveis e com propostas que incluam os vários atores sociais a quem são direcionados o planejamento e a gestão. Nesse entendimento, Souza (2006, p. 260) escreve sobre a “pedagogia urbana” e afirma que “planejar e gerir uma cidade não significa planejar e gerir ‘coisas’, mas planejar e gerir relações sociais. Coloca-se, então, a pergunta, fundamental quando se abraça o compromisso de democratizar esse planejamento e essa gestão: *quem* planeja, *quem* gere?”. É o que o autor descreve como a participação da sociedade na gestão e planejamento da cidade, em contraposição ao “discurso competente” (CHAUI, 2006), que ele entende como “a pretensão de monopólio da autoridade para tratar de determinados temas por parte dos detentores de um certo tipo de conhecimento especializado...” (Souza, 2006, p. 262).

1.4 Diretrizes na Conservação de Bens Patrimoniais

Considerando as propostas e críticas realizadas pelos teóricos do campo e os documentos de instituições de preservação, como o IPHAN, ICOM, ICRROM, UNESCO, têm sido produzidos documentos que têm colaborado para a prática da gestão da conservação do Patrimônio cultural.

A Declaração de Amsterdã, realizada em 1975 e resultante do Congresso do Patrimônio Europeu, preconiza os princípios de Conservação Integrada - CI, atenta para função social do patrimônio, amplia a noção de patrimônio no que tange ao valor artístico das edificações para “cidades e vilas com interesse histórico e cultural”, imputa ao governo local o compromisso de salvaguardar o patrimônio; considera a participação da sociedade nos benefícios alcançados pela gestão; considera a necessidade dos recursos humanos e econômicos para a gestão eficaz e prevê o auxílio por parte do governo para conservação do patrimônio privado, inclusive a redução de impostos; reforça a importância de ferramentas legislativas e administrativas; apoia programas de educação patrimonial; atenta para a importância da elaboração de novos marcos de valor arquitetônico; entre outras determinações que são na atualidade premissas da conservação, restauração e preservação do patrimônio cultural em centros históricos.

Identifica-se nessa orientação internacional para o patrimônio europeu, as recomendações de gestão da conservação do patrimônio cultural adotados pelo governo brasileiro, por meio das políticas instituídas pelo IPHAN, nas proposições elencadas pelo Programa Monumenta (2000), no Plano de Preservação (2003), nas políticas públicas apontadas nos últimos anos, de forma acanhada, para a gestão da conservação pelo Governo Municipal, Governo Estadual e Governo Federal.

Outra importante diretriz internacional é a Recomendação de Nairóbi, 1976, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua função na vida contemporânea. Essa Recomendação analisa que “cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveriam ser considerados em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes” (ONU, 1976, p. 3).

A Recomendação tem como estrutura o planejamento físico territorial, as raízes culturais e as necessidades atuais de expansão ou modernização dos sítios. O que nos induz a pensar na gestão integrada como estratégia de conservação, pois propõem de forma ampla e sistêmica a análise e solução dos problemas da gestão, inclusive por meio da colaboração internacional dos países membros.

A Carta de Petrópolis é resultado do 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização dos Centros Históricos, realizado no Rio de Janeiro, em 1987, pelo IPHAN. Nela, sítio histórico urbano é definido como o

espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não históricos da cidade, já que toda a cidade é um organismo histórico (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 1).

Nessa perspectiva, observa-se como o centro histórico se relaciona com outras áreas da cidade; é o espaço onde parte daquela história começou, sendo ele o seu catalisador pelo aspecto memorial que dele emana.

Sendo a polifuncionalidade uma característica do SHU (Sítio Histórico Urbano), a sua preservação não deve se dar à custa de exclusividade de usos, nem mesmo daqueles ditos culturais, devendo, necessariamente, abrigar os universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade heterogênea e plural. Guardando essa heterogeneidade, deve a moradia construir-se na função primordial do espaço edificado, haja vista a flagrante brasileira. Desta forma, especial atenção deve ser dada à permanência no SHU das populações residenciais e das tradicionais, desde que compatíveis com sua ambiência (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 1).

A tipologia dos usos e a diversidade de serviços oferecidos no CHM podem favorecer a sustentabilidade da área, o que poderá ser verificado pela apropriação dos espaços pela população, pelo estado de conservação dos imóveis e áreas, pela qualidade de vida dos moradores. O Estado deve fomentar essa ocupação, utilizando esses espaços, requalificando as áreas públicas incentivando a população local a permanecer nessas áreas, oferecendo serviços necessários e de interesse da população local.

Entretanto, no que tange à gestão de conservação do patrimônio cultural no Centro Histórico de Manaus, embora tenham sido realizados projetos como a revitalização do Largo de São Sebastião, a restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, a criação de museus e centros culturais e realizadas atividades culturais constantes nesses espaços, promovidas pelas instâncias públicas, principalmente pela Secretaria de Estado da Cultura, houve por parte dos governos o esvaziamento da área. A Assembleia Legislativa, a Câmara dos Vereadores, o Tribunal de Justiça, entre outros, saíram desse espaço, o que contribuiu para o aumento da degradação do CHM, pois áreas foram esvaziadas, ocasionando perdas econômicas, sociais e culturais. Observa-se que a Secretaria de Estado da Cultura concentrou a maioria dos seus setores na área, inclusive os administrativos, o que permite uma maior compreensão e aferimento dos problemas ocorridos no cotidiano.

Não há para o CHM políticas públicas que incentivem a população local a permanecer ou mudar para o Centro Histórico. Inclusive, o Programa Monumenta lançou

edital para financiamento de recuperação de imóveis privados a custos mínimos, de acordo com Brasil (2006), mas foram poucos os proprietários que participaram do edital. A Prefeitura de Manaus realizou concurso público em 1994 para revitalização da área denominada pela Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAM de Centro Antigo de Manaus, que abrangia a Praça d. Pedro II e o entorno do Paço da Liberdade, e a SEC realizou intervenções de “Revitalização do entorno do Teatro Amazonas” e das “Fachadas das Sete”, recuperando imóveis, de uso residencial, misto e comercial, localizados no entorno de bens públicos. Mas no que tange a Prefeitura esses projetos não reverberaram como o planejado pela Prefeitura de Manaus, pois

na preservação do SHU (Sítio Histórico Urbano) é fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, é imprescindível a viabilização e o estímulo aos mecanismos institucionais que asseguram uma gestão democrática da cidade, pelo fortalecimento da participação das lideranças civis (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 1).

Como escrito anteriormente, essas ações devem ser sistematizadas em um Plano de Gestão, conforme descrito em Zancheti (2002). O Brasil, por meio do IPHAN, tem uma proposta similar com a denominação de “Plano de preservação” de um Sítio Histórico Urbano – PPSH, como se verifica no trecho a seguir:

é um instrumento de natureza urbanística e de caráter normativo, estratégico e operacional. Destina-se ao desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados em nível federal. É um instrumento de gestão compartilhada que deve resultar acordo entre os principais atores públicos e privados, no qual o processo participativo é imprescindível. Deve promover uma ação pública coordenada e provocar a articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio cultura urbano (BRASIL, 2003, p. 7).

Embora tenham ocorrido várias reuniões na gestão da superintendente Bernadete Andrade, com o objetivo de implantação do Plano de Preservação, após 2005, não houve mais proposições organizadas pelo IPHAN, com vistas a dar continuidade, e propor novas metodologias e o compartilhamento das tarefas de gestão. Observam-se outras diretrizes do Governo Federal, ao longo do processo que envolveu o Governo Municipal e o Governo do Estado a trabalharem de maneira integrada na gestão do centro histórico.

Outras iniciativas com vistas à gestão integrada foram realizadas por outros setores do Governo Federal, como o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, que “visa, entre outros objetivos, o ordenamento dos espaços litorâneos de domínio da União (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2010). Coordenado em conjunto

pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental (MMA/SQA), e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria do Patrimônio da União (MP/SPU), “busca implementar uma política nacional construída de forma compartilhada com outros entes federados e com a sociedade civil, buscando articulações de incentivo ao turismo, de proteção ao meio ambiente e de ocupação urbana...”(BRASIL, 2006, p .5).

A Prefeitura de Manaus, por meio da Lei nº 671, de 04 de Novembro de 2002, regulamentou o “Plano Diretor Urbano e Ambiental, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de Cidade de Manaus e dá outras providências relativas à gestão do território do Município” (Diário Oficial do Município de Manaus, 2002, p. 3). Observa-se no artigo 14 da referida lei, que trata do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, estratégias atinentes a gestão integrada do Patrimônio Cultural, são elas:

- I - executar inventário atualizado de todos os bens imóveis considerados de interesse cultural, já protegidos ou não, em articulação com órgãos e entidades federais e estaduais de cultura e patrimônio;
- II - inventariar e registrar as manifestações culturais – tradições, hábitos, práticas e referências culturais de qualquer natureza – existentes no município que conferem a identidade de suas populações e dos espaços que habitam e usufruem;
- III - aperfeiçoar os instrumentos de proteção dos bens de interesse cultural, definindo os níveis de preservação e os parâmetros de abrangência da proteção, também em articulação com os demais órgãos e entidades de preservação;
- IV - estabelecer mecanismos de fiscalização dos bens culturais de caráter permanente, no âmbito da Prefeitura de Manaus, e articulados com as demais instâncias de governo;
- V – instituir meios de divulgação sistemática junto à população, especialmente nas escolas, através de propaganda institucional, para despertar o interesse de preservação do Patrimônio Cultural, em todas as formas e manifestações;
- VI - incentivar a revitalização de prédios, conjuntos e sítios históricos, tendo como exemplo experiências realizadas em outras cidades brasileiras;
- VII - apoiar os projetos de recuperação urbana e valorização de bens tombados em andamento em Manaus;
- VIII - criar formas de captação e geração de recursos para manutenção e valorização do patrimônio, com ampla participação da iniciativa privada;
- IX - preservar a cultura local, levando em consideração os usos e costumes da população manauense nas medidas de recuperação e valorização das margens dos rios.

Entretanto, efetivamente não foram desenvolvidos efetivamente programas e nem planos que abarcassem as disposições previstas na legislação.

O planejamento integrado entre as esferas públicas possibilita maior alcance dos objetivos, previstos e imediatos, bem como a implantação de estratégias para gestão eficaz. Em Manaus, alguns projetos foram firmados visando à ação conjunta entre o governo estadual e municipal, como na Restauração da Catedral de Manaus, quando o

governo do estado restaurou a Igreja e parte do entorno edificado, cabendo à Prefeitura de Manaus a recuperação da Praça. Mas este, certamente, não é o melhor exemplo de gestão integrada, considerando os resultados alcançados e porque os projetos não decorreram de um planejamento sistêmico e integração dos programas, projetos e ações, pois “a preservação do SHU (Sítio Histórico Urbano) deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço” (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987, p. 2).

As Cartas e Recomendações são documentos que norteiam o campo da conservação, são elaboradas por especialistas do campo, como Boito, Brandi (cartas patrimoniais), Scheiner (Código Deontológico da Museologia). No caso da Recomendação de Nairobo constitui-se em documento atinente aos países membros da ONU, o que requer um exercício incomum no que tange ao respeito às especificidades inerentes a cada país participe e a interação das ações de gestão entre eles.

Nesse sentido considera-se basilar que os códigos, legislações, cartas e recomendações abarquem a diversidade e as especificidades do patrimônio cultural o qual visam proteger.

1.4.1 Práticas preservacionistas no Brasil

As práticas preservacionistas no Brasil decorreram inicialmente de uma visão eurocentrista do patrimônio cultural, no que tange a reprodução de padrões relacionados à feitura e à preservação, pois o que se buscou preservar primeiramente foi a herança portuguesa representada principalmente pela arquitetura, como comprova o alto número de imóveis do período colonial reconhecidos pelo IPHAN. Essa visão reducionista do que compreendia o Patrimônio Cultural Brasileiro ocasionou que vários exemplares da cultura e do patrimônio estivessem às margens das políticas públicas de conservação.

A diretriz federal respaldou o exercício da gestão da conservação em nível municipal e estadual, o que resultou no Amazonas, no insuficiente registro do Patrimônio Cultural e efetivamente da sua preservação. Novas diretrizes foram apontadas, a partir do ano 2000 por meio dos programas e projetos propostos para o Estado pelo Governo Federal e foram sendo seguidas no decorrer da gestão entre tentativas, erros e acertos.

Cabrale (2005, p.10) registra a gênese das políticas culturais no Brasil, quando afirma que

a elaboração do que se pode chamar de políticas culturais governamentais no Brasil teve início durante o primeiro governo Vargas. Foi o tempo da construção de instituições voltadas para setores em que o Estado não atuava. O maior exemplo é o do campo da preservação do patrimônio material com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (SPHAN) (CABRALE, 2005, p. 10).

A categoria “artístico e histórico” foi inventada por meio das políticas públicas de proteção do patrimônio, com a criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, denominação primeira do atual IPHAN), na década de 1930, na gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade²², com o predomínio da salvaguarda do patrimônio artístico e arquitetônico, erário da cultura lusitana. E, como na Europa, ela vai ajudar a construir a ideia de Estado-Nação. Chuva conclui:

portanto, a construção de um patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil pode ser localizada historicamente nas décadas de 1930 e 1940. Sua consagração naturalizou a ideia de “patrimônio nacional” de tal forma, que se torna difícil imaginar, ainda hoje, que esta noção, em algum momento, tenha sido inventada, pois parece ter sempre existido. Esta construção foi pontuada pela criação do órgão responsável pela chamada proteção do “patrimônio cultural” – o Sphan. Em suma, um projeto modernista, nascido na década de 1920, incorporado dentro das redes do Estado a partir de 1930 e, especialmente do Estado Novo (CHUVA, 2009, p. 106).

Fonseca (2009, p. 63) cita que, em depoimento ao Conselho Federal de Cultura, Rodrigo Melo Franco de Andrade declara que, “entre os bens de valor arqueológico, histórico, artístico e natural [...] avultam, porém, os monumentos arquitetônicos, como núcleo primacial de nosso patrimônio”. Essa declaração revela o modelo e, conseqüentemente, a delimitação da intervenção federal nas políticas patrimoniais adotadas no Brasil por décadas. Este discurso institucional em nível nacional direcionou

a limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acatamento e teve como consequência a produção de uma compreensão restritiva do termo ‘preservação’, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio a reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados de tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, os quais no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (FONSECA, 2009, p. 64).

Com essa política ministrada pelo Governo Federal, o patrimônio de “pedra e cal” foi resguardado, em detrimento do patrimônio inerente à cultura nativa, negra e miscigenada. E a posição do IPHAN regeu as medidas preservacionistas adotadas nas localidades. Chuva (2009) escreve que

²² Fundador e durante 30 anos presidente do IPHAN.

a concentração de tombamentos de bens arquitetônicos foi um dado flagrante e já bastante conhecido, perfazendo um total, no período, (1938-1946, dentre 52 municípios e 17 estados da federação), de 93,76%. O patrimônio cultural constituía-se, portanto, pela arquitetura sendo os 6,24% restantes inexpressivos [...] (CHUVA, 2009, p. 206).

A Constituição Brasileira de 1988 vislumbra a mudança desse quadro, quando define e determina os níveis de proteção do patrimônio cultural no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A intangibilidade do patrimônio é avalizada por meio da legislação. O valor simbólico dos bens culturais alcança destaque frente à gestão da conservação, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sendo o ministro da cultura Francisco Welford, - embora Calabre (2009, p. 119) considere que “uma das poucas realizações ocorridas na gestão Welford foi a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial”, - com a aplicação do decreto 3.551, de 2000, que trata do patrimônio intangível. O decreto instituiu quatro livros, como apresentado a seguir:

Artigo 1º Fica instituído o registro de bens de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro,

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

Livro de Registro dos saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

Livro Registro das celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, religiosidade, do entretenimento e outras práticas culturais;

Livro de Registro das formas de Expressões, onde serão inscritas as manifestações literárias musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

Livro de Registro dos lugares, onde serão inscritos, mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2002, p. 1).

Considera-se que estes avanços resultam de políticas públicas implantadas desde a década de 1970 por Aloísio Magalhães, à frente do Centro Nacional de Referências Culturais, na gestão do presidente Geisel. Calabre informa que:

em 1975, fora do âmbito do MEC, teve início um projeto que resultou na criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). Tendo como metas principais o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para todos os brasileiros, o Ministério da Indústria e do Comércio e o Distrito Federal assinam um convênio que prevê a formação de um grupo de trabalho para estudar alguns aspectos e especificidades da cultura e do produto cultural brasileiro (CALABRE, 2005, p. 140).

O patrimônio intangível²³ no Brasil constituiu-se à margem das políticas públicas, pois muitas vezes as práticas culturais foram coibidas pelo Estado e pela Igreja Católica, como os ritos indígenas, o candomblé, a capoeira, etc., sendo os grupos culturais os mantenedores e fomentadores de suas culturas.

As propostas de proteção do patrimônio cultural decorreram, a partir de 1970, do reconhecimento pelas instituições de preservação, em especial o IPHAN, da produção cultural das sociedades indígenas e africanas, entre outras. Atualmente, devido à continuidade das políticas públicas propostas para o campo, a cultura indígena e popular brasileira, bem como seus legados, ocupam uma posição propícia, ou seja, postula o monitoramento no que tange à legislação o que, em primeira instância, tem contribuído para a conservação, disseminação, fruição e “ressonância” destes bens culturais. Corroborando com este pensamento, Barboza (2008, p. 61), referindo-se às políticas públicas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, escreve que “o principal dos avanços foi a proposta de estruturação de políticas culturais de Estado que se referissem a diferentes dimensões do conceito de cultura [...]”.

Porém, sabe-se que são necessários recursos econômicos e humanos para implantação dessas políticas. E observa-se que a pouca eficácia das políticas culturais,

²³ O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do governo federal responsável pela tutela do patrimônio cultural material e imaterial do Brasil, não possuía instrumentos de proteção para o patrimônio imaterial. Entretanto, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. O reconhecimento da importância das manifestações culturais, particularmente as tradicionais e populares, na formação da identidade brasileira remonta aos anos 1930 [...] Nos anos 1970, essas ideias foram retomadas pelo Centro Nacional de Referência Cultural e posteriormente pela Fundação Nacional Pró-Memória. Tal retomada enfatizou a visão antropológica de cultura e procurou superar a dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações [...] (PONTUAL, 2002, p. 102).

PATRIMÔNIO IMATERIAL (ingl. *Intangible heritage*, esp. *Patrimonio inmaterial*). n.m. Na sequência da influência do continente asiático, mas também dos continentes americano e africano, a noção ocidental de patrimônio se estendeu a aspectos previamente afastados das definições jurídicas nacionais e internacionais anteriores, pelo menos dos museus. Assim, desde 2003, a Unesco reconhece por « patrimônio cultural imaterial »: « as práticas, representações, expressões, conhecimentos e *know-how* (savoir-faire) – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos, e, se for o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função do meio, interação com a natureza e história, e lhes propicia um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e criatividade humana (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 644).

propostas pelo Governo Federal, no que tange ao financiamento de projetos culturais, cristalizou-se no Amazonas. Barboza alega que

o que podemos afirmar, entretanto, é que as instituições federais mantiveram-se em situação precária, pois seus orçamentos permaneceram insuficientes e suas capacidades de atuação não foram ampliadas. Se não podemos falar de substituição dos recursos públicos, podemos dizer que as políticas culturais foram subsidiárias em relação ao financiamento ou, mais especificamente, de suas insuficiências, que mantiveram a ação pública limitada em abrangência e em capacidade de coordenação de suas políticas, mesmo nos quadros de uma promissora atuação sistêmica (BARBOZA, 2006, p. 85).

E justifica essa análise quando escreve que, excluindo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, “possivelmente, nos demais estados há uma dificuldade de acesso dos agentes culturais às empresas ou destas às informações necessárias ao uso dos mecanismos disponíveis” (BARBOZA, 2006, p. 80). Se os problemas só decorrem dessa questão é necessário, então, que o Governo Federal destine recursos humanos e financeiros com vistas a diminuir esta lacuna, e permita a divisão equalizada dos recursos destinados à pasta. Mas, é possível que a pouca designação de recursos pelo órgão federal para região norte, possa estar também relacionada à valoração dada ainda a herança europeia, preservada pela instituição. Visto que, institucionalizada, é legalmente correto mantê-la.

1.4.2 Os mecanismos de proteção do patrimônio cultural no Centro Histórico de Manaus

No período da pesquisa, observa-se a atuação das três instâncias de poder na gestão da conservação do Centro Histórico de Manaus - CHM. Vários, embora insuficientes, são os mecanismos utilizados para a conservação do patrimônio cultural do Amazonas, tais como: as legislações federais, estaduais e municipais; os aportes financeiros, por meio de programas voltados para projetos preservacionistas; a formação e capacitação de técnicos; o desenvolvimento de pesquisas, obras de conservação e restauração, manutenção de calendário cultural, etc.

Estas ações foram intensificadas, entre 1997 e 2009, embora a maioria das áreas do CHM ainda permanecesse bastante degradada, principalmente a área portuária, o Mercado Adolpho Lisboa e o entorno, a Feira Manaus Moderna, o Rio Negro e os Igarapés.

As ações preservacionistas no CHM remetem inicialmente, à década de 1980, entretanto, é a partir do final de 1990 que se observa uma maior efetividade nas ações

governamentais, no que diz respeito à gestão da conservação do patrimônio cultural, por meio de ações incipientes dos governos.

Observa-se no CHM, certa continuidade nas políticas de governo, por parte do Governo Municipal, no que tange a identificação, delimitação e monitoramento mesmo que insuficiente, considerando que não há o tombamento individual dos imóveis do CHM, e sim a delimitação do perímetro denominado de CHM, por meio da legislação municipal e pela tentativa de controle dessa ferramenta pela Câmara de Vereadores de Manaus e outros setores governamentais.

O Governo Estadual, por meio da SEC, tem mantido desde a sua criação uma política em prol da conservação-restauração dos bens culturais do CHM, como o Programa Manaus Belle Époque, através da capacitação de seus técnicos e trabalhadores; da conservação-restauração e musealização²⁴ do patrimônio cultural, por ele elencado e por uma política de espetacularização do Patrimônio Cultural.

O Governo Federal tem participado da gestão da conservação do patrimônio cultural, por meio do monitoramento dos projetos, principalmente no âmbito da arqueologia e a partir de 2000, com o Programa Monumenta, na gestão das obras de restauração dos imóveis de valor histórico-cultural, da elaboração de inventários e de proposição de metodologias para gestão da conservação.

A Prefeitura de Manaus

A política pública no âmbito Municipal dividiu-se em várias pastas, no que tange a disseminação e fomento à cultura e a conservação do patrimônio cultural municipal. O órgão responsável em 1997 pela pasta cultura na Prefeitura Municipal de Manaus era a Fundação Villa-Lobos – FVL e segundo Costa (2011) a FVL foi criada em 1987, por meio do decreto 5.963, com o objetivo de amparar e estimular as produções artísticas locais. Os principais projetos realizados foram: Pequenos projetos grandes ideias, Orquestra Sinfônica de Manaus, Projeto Valores da Terra e Regatão Cultural. Todos voltados para área cultural (COSTA, 2011, p.29).

Os órgãos de proteção ao patrimônio cultural, entre 1997 e 2009, em nível municipal, no período da pesquisa, foram: Fundação Municipal de Turismo – Manaustur,

²⁴ A musealização é, portanto, um processo que torna um objeto em objeto de museu, e imprime ao museu um duplo valor social: o de preservação, investigação e valorização do patrimônio, mas também o de produtor de cultura. Esta percepção do Real, como ressonância do indivíduo e do coletivo, traduz-se no potencial museológico (SCHEINER, 2011).

Programa Corredor Cultural, Programa Monumenta; Secretaria Municipal de Cultura e Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB, Programa Centro Vivo.

Destaca-se na gestão municipal em 1997 o Programa Centro Antigo e em 2000 o Programa Monumenta em parceria com o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Os dois programas visavam regenerar áreas degradadas de valor cultural no Centro Histórico de Manaus. Finalmente é importante incluir a implantação da Secretaria Municipal de Cultura – SEMC, no período entre (2006 - 2009).

O Patrimônio cultural do Centro Histórico de Manaus está acautelado por meio da Lei Orgânica de Manaus - LOMAM, na Lei nº 2044 de 18 de outubro de 1989, publicada no Diário Oficial em 30 de outubro de 1989, na administração de Arthur Virgílio e regulamentada no Decreto nº 6.078 de março de 1990.

A referida lei “dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do Município de Manaus e dá outras providências”, tais como: a designação do que constituem esses patrimônios o tombamento, a designação da Secretaria de Cultura do Município como gestora do tombamento, conservação entre outras.

Na reedição de 2008 determina no artigo 235 que:

fica estabelecido que o gabarito máximo a ser admitido na área compreendida pelo Sítio Histórico e de “em torno” dos prédios, monumentos ou logradouros com características a serem preservadas, objeto de proteção especial, é de 21 m (vinte e um metros), e, para área compreendida pelo Centro Antigo tombado, na forma do artigo 342 desta Lei é de, no máximo, 30 m (trinta metros), contados a partir do solo.

§ 1º Considerar-se-á como "em torno" uma área mínima de 150 m (cento e cinquenta metros), circunvizinha ao imóvel tombado como patrimônio histórico, por qualquer das esferas administrativas.

§ 2º Tem-se por Sítio Histórico da cidade o trecho compreendido entre a Avenida Sete de Setembro até a orla do Rio Negro, inclusive Porto Flutuante de Manaus, Praças Torquato Tapajós, 15 de Novembro e Pedro II, Ruas da Instalação, Frei José dos Inocentes, Bernardo Ramos, Av. Joaquim Nabuco, em toda a sua extensão, Visconde de Mauá, Almirante Tamandaré, Henrique Antony, Lauro Cavalcante e Governador Vitório (LOMAM, 2008, p. 76 - 77).

A Legislação é um instrumento fundamental para proposição, monitoramento e controle da gestão, utilizado pelos gestores, na orientação dos projetos propostos e na fiscalização. Tem sido também utilizada pela SEC e pelo IPHAN, como ferramenta de controle das intervenções. O capítulo IV da referida Lei trata “das políticas cultural e educacional, do desporto e do lazer”, o artigo 342 determina que:

fica tombado, para fins de proteção e acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei o centro antigo da

cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant. § 1º Incluem-se, no trecho tombado, os igarapés e a orla fluvial, que deverão ser recuperados com vistas a se transformarem em vias de respiração e circulação da cidade.

§ 2º Fica o Município incumbido de proceder às medidas relativas aos registros do tombamento, expedição de certidão, identificação e classificação dos imóveis e sítios, com vistas ao estabelecimento das providências de trato, acautelamento e proteção, a serem adotadas, visando a determinação do percentual de redução do imposto predial, conforme dispõe o artigo 339 desta Lei, bem como emissão de normas a serem observadas para os casos de reformas e edificações.

§ 3º O Porto de Manaus, como bem tombado pelo Patrimônio Municipal, não poderá sofrer alterações que modifiquem suas atuais características, principalmente no que tange a sua estrutura física e área construída, excetuando-se, apenas, o aparelhamento necessário ao exercício de suas funções precípua (LOMAM, 2008, p. 105).

É nesta área que os gestores irão concentrar a gestão da conservação do patrimônio cultural, entre 1997 e 2009 fundamentados neste artigo da legislação municipal. Entretanto, embora a legislação seja da década de 80, como foi apresentado, o Município até hoje não efetivou as “medidas relativas aos registros dos tombamentos...” Como especifica a lei.

O Governo Municipal identifica pelo Decreto nº 7176 de 10 de fevereiro de 2004 – publicado no DOM nº 938 de 11 de fevereiro de 2004 e republicado no DOM nº 1018 de 14 de junho de 2004 - a “Listagem dos imóveis de interesse de preservação”, mas até a atualidade não os tombou individualmente, como preconiza a LOMAM.

A Lei também dispõe nos artigos 343, 344 e 345, Subseção III, sobre a “Manutenção e ampliação dos Acervos”, mas, são ínfimas as ações nesse sentido.

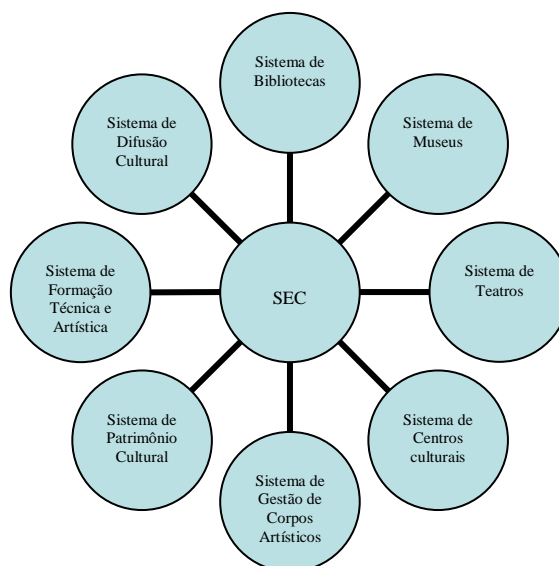
O Governo Municipal tem vários desafios no monitoramento e controle da conservação do CHM, como serão analisados posteriormente, problemas como a invasão de áreas públicas, a poluição dos igarapés, o trânsito, o monitoramento das intervenções em bens imóveis, a falta de capacitação de seus técnicos na área da conservação e gestão, a insuficiente qualidade das intervenções, a dificuldade de conclusão das operações de restauro propostas, entre outros.

O Governo Estadual

A Secretaria de Estado da Cultura – SEC é o órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural no Amazonas, em nível estadual. O órgão pertencia a Superintendência de Cultura, vinculado à Secretaria de Educação do Estado. A SEC foi fundada no ano de 1997 e é composta na área da gestão do patrimônio, principalmente,

pela Coordenadoria de Patrimônio Histórico (restauo de obras de arte, restauo de papel, arquitetura; patrimônio imaterial e arqueologia), a Coordenadoria de Museus e a Coordenadoria de Difusão Cultural.

A SEC apresenta o seguinte sistema organizacional:



Este sistema funciona de forma integrada e as ações são executadas com vistas à realização de objetivos comuns aos vários sistemas. Por exemplo, o sistema de patrimônio cultural atua em todos os sistemas considerando que a maioria das edificações que sediam os outros sistemas é histórica etc.

O governo do Estado tombou vários imóveis no CHM, a partir da década de 1980. No período da pesquisa restaurou e institucionalizou imóveis públicos e espaços públicos, para sediar os departamentos da SEC, como por exemplo: o Centro Cultural Palácio Rio Negro, o Largo de São Sebastião; e a residência da professora Ivete Ibiapina, atualmente, Casa da Música.

É nessa década, portanto, que o Estado vai eleger seus patrimônios oficiais, iniciando com o Governador José Tito Lindoso que, em 1980, tomba quatro imóveis: a Academia Amazonense de Letras, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), o Palácio da Justiça e o Palácio Rio Negro, seguido do Governador Amazonino Mendes, em 1988, tombando Agência do Banco Itaú, Agência Central dos Correios e Telégrafos, a Biblioteca Pública do Estado, o Cemitério São João Batista, o Colégio Amazonense Dom Pedro II, o Quartel do Comando da Polícia Militar do Amazonas, a Estação da Castelhana, a antiga estação de tratamento de esgotos, atual Usina Chaminé, a Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, os Grupos Escolares Euclides da Cunha, Barão do Rio Branco, José Paranaguá, Nilo Peçanha, Ribeiro da Cunha, Saldanha Marinho, as Igrejas Matriz Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Remédios, de São Sebastião e de Santo Antônio, o Instituto Benjamin Constant, o antigo Instituto Superior de Estudos da

Amazônia (ISEA), atual Teatro da Instalação, a Penitenciária Central Raimundo Vidal Pessoa, o antigo Centro de Convivência do Idoso/LBA, atual Tribunal de Contas da União (TCU), o Relógio Municipal e a Ponte Benjamin Constant (HONDA, 2006, p. 84).

Alguns usos dos imóveis foram modificados, como o Tribunal de Justiça do Amazonas, cujas atividades foram transferidas, desde 2006, para nova sede no bairro do Aleixo e o prédio abriga atualmente o Centro Cultural Palácio da Justiça, gerido pela SEC.

Em 2000 foi implantado o “Projeto Manaus *Belle Époque* de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião”, da Secretaria de Estado da Cultura, que visava “a partir da revitalização de algumas das mais significativas áreas históricas da cidade, fomentar o turismo, conforme justificativa anunciada na apresentação da proposta...” (HONDA, 2006, p. 117).

A SEC começou incipiente com poucos recursos econômicos e técnicos pouco qualificados, mas ganhou espaço nas políticas culturais²⁵ do Governo do Estado, como por exemplo, no “Projeto Manaus Belle Époque” já mencionado. E, tem podido avançar nesse sentido, considerando que em sua gestão não ocorreram muitas mudanças dos agentes institucionais, ou estes foram cunhados pelos primeiros, não havendo dessa maneira grandes conflitos a serem administrados.

No entanto, é necessário pensar em estratégias que permitam a manutenção dos programas realizados, após este ciclo, para que o CHM e a cultura, que move aquele espaço, não passem por mais um processo de degradação.

Segundo dados da própria Secretaria de Estado da Cultura, o gerenciamento sistêmico permitiu articular e controlar as atividades culturais de forma integrada, facilitando a troca de informações, a normatização dos procedimentos técnicos e financeiros, o que permite a racionalização das ações e a otimização dos custos (COSTA, 2011, p. 117).

Entretanto essa articulação sistêmica se dá entre as diretorias da SEC e demais secretarias estaduais, não entre as outras instituições governamentais, como será visto

²⁵ Um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. A recuperação da política cultural, levada a cabo por um determinado governo em um período da história de um país, pode ser realizada através do mapeamento das ações do Estado no campo da cultura, ainda que este não as tenha elaborado ou reunido como um todo coerente, como uma política determinada. O mapeamento de tais ações deve ter como foco os âmbitos da produção, da circulação e do consumo culturais (CALABRE, 2005, p. 9).

nas intervenções realizadas e citadas nos Capítulos 2 e 3. Faz-se necessário atentar que o planejamento integrado abarque entre outros fatores a "integração intersetorial das políticas públicas, a participação social na formulação de estratégias, objetivos e metas, e a cooperação financeira entre diversos agentes, públicos, e privados, na implantação dos projetos" Schiffer (2002, p. 298). O que requer uma postura integrada entre as instituições públicas na gestão da conservação do CHM.

A SEC também realizou vários projetos de publicações de obras literárias e, a partir de 1997, patrocinou vários festivais como os de Ópera, Teatro e Cinema que desde então fazem parte do calendário anual da instituição, assim como, a criação de vários Museus, Centros Culturais, Bibliotecas, cursos de capacitação, criação dos corpos estáveis de balé e música do Teatro Amazonas.

Considera-se que o que foi restaurado pela SEC, tem sido bem gerido, pois se encontra de maneira geral, em bom estado de conservação e apresenta apropriação da população, porém faz-se necessário planejar o futuro e ampliar os domínios das ações.

O Governo Federal

As instituições federais envolvidas na gestão do patrimônio cultural no período da pesquisa foram: o MinC, por meio do IPHAN e do Programa Monumenta; o Museu Amazônico; a Universidade Federal do Amazonas - UFAM; o Ministério do Turismo, Ministério do Planejamento e o Ministério das Cidades.

Em Manaus, os bens reconhecidos como patrimônio brasileiro foram tombados pelo IPHAN mais de três décadas após o primeiro tombamento em nível federal no Brasil e totalizam quatro bens situados no perímetro urbano: o Teatro Amazonas, tombado em 1966 e registrado no Livro Histórico; o Reservatório do Mocó, tombado em 1985 e inscrito nos Livros de Belas-Artes e Histórico; o Mercado Adolpho Lisboa, tombado em 1987 e inscrito nos Livros de Belas Artes e Histórico; e o Complexo Paisagístico do Porto de Manaus, tombado em 1987 e inscrito nos Livros de Belas-Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

As ações do IPHAN no Centro Histórico de Manaus, no que tange ao patrimônio edificado, concentram-se no acompanhamento das obras executadas - salvo obras de manutenção na própria sede - como: as obras de conservação do Teatro Amazonas; a obra de revitalização do Porto de Manaus; as obras de escavação dos Jardins da Igreja Matriz, do Porto de Manaus e da Praça D. Pedro II; as obras de restauração geridas pelo Programa Monumenta, entre outras.

A ação da instituição é destacável no que tange a realização de inventários e no acompanhamento das pesquisas arqueológicas realizadas no Centro Histórico de Manaus.

Em linhas gerais, parcos foram os investimentos realizados no CHM pelo IPHAN, como se observará posteriormente, tanto no que diz respeito a investimento em recursos humanos, como na aplicação de verbas públicas para gestão do patrimônio e na continuidade das ações propostas, como o Inventário dos bens do Teatro Amazonas, o Plano de Preservação, as obras de restauração, entre outros. Entretanto as diretrizes apontadas pelo Governo Federal, principalmente no que diz respeito às metodologias de trabalho na área da gestão da conservação, a proposta de Gestão da Conservação Integrada, impressa nos documentos, manuais e editais elaborados pelo Governo Federal, poderão conduzir a um novo momento na gestão da conservação do Patrimônio Cultural no Centro Histórico de Manaus.

CAPÍTULO 2

GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

2. GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

Este capítulo aborda os aspectos histórico-culturais que contribuíram para a construção do patrimônio cultural, disposto no Centro Histórico de Manaus – CHM, por meio da elaboração de uma síntese histórica dos lugares onde ocorreram as intervenções de conservação e restauração. Trata também, da gestão da conservação realizada pelo poder público no CHM, com ênfase nos programas realizados pela Secretaria de Estado da Cultura – SEC.

2.1 – Localização do Território

A cidade de Manaus está localizada na região norte do Brasil (fig.3), no estado do Amazonas. Abrange uma área de 11.458,005km² e tem segundo a Lei Orgânica de Manaus – LOMAM como limites os municípios: ao Norte, Presidente Figueiredo; a Leste, Rio Preto da Eva e Itacoatiara e ao Sul, Careiro da Várzea e Iranduba. (Projeto GEO Cidades, 2002, p.17).

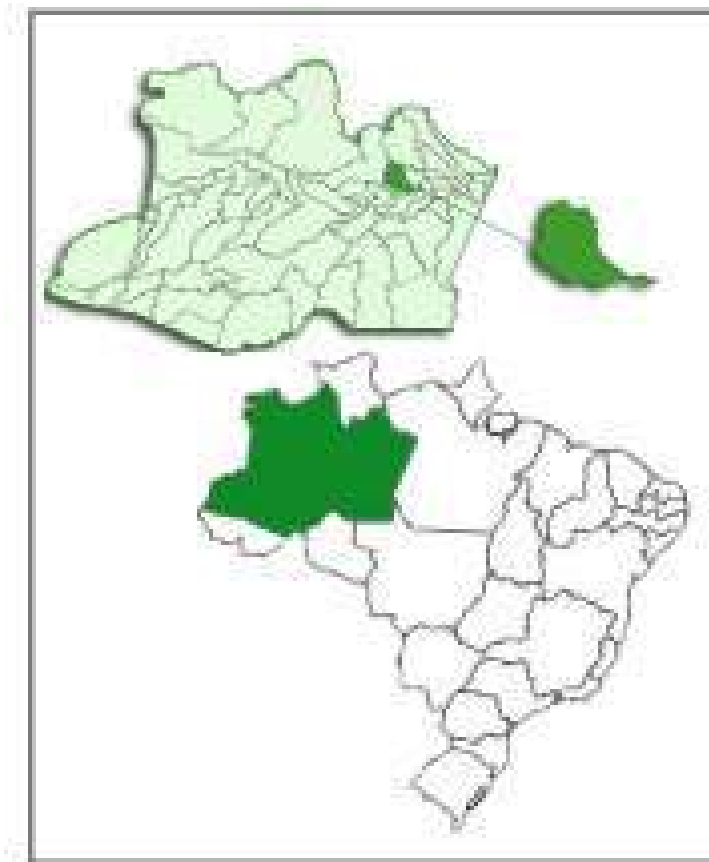


Figura 3 – Mapas de Manaus e do Amazonas, 2002.
Fontes: GEOCIDADE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Tratamento gráfico: Elisabete Edelvita Chaves da Silva

Um marco no reconhecimento dos bens culturais pelas instâncias públicas, como patrimônio cultural da cidade de Manaus e do Amazonas, se constitui com a atuação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que inscreve a partir de 1966 quatro imóveis da área no Livro Histórico e das Belas Artes. Na década de 1980, a Prefeitura de Manaus, por meio da Lei Orgânica de Manaus - LOMAM delimita a área do CHM (fig.4), como Área de Interesse de Preservação e elabora um cadastro especificando os imóveis que são protegidos pela legislação. Nesse mesmo período o Governo do Estado tomba os imóveis que lhe são próprios e outros, garantidos pelo IPHAN e pela Prefeitura de Manaus, conforme demonstra mapeamento apresentado na Figura 4.

Em 2012, o IPHAN, tomba o CHM, no perímetro descrito pela LOMAM.



Figura 4 – Mapa do Centro Histórico de Manaus – CHM. Perímetro tombado em 1989 pela Prefeitura de Manaus e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Identificação da área e bens protegidos pelas instituições públicas.

Fonte: Programa Monumenta, 2002.

Tratamento Gráfico: Yasmin Frazão.

- Bens Tombados pelo governo do Estado do Amazonas.
- 2. Instituto Benjamin Constant
- 13. Instituto Geográfico e Artístico do Amazonas – IGHA
- 17. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas - UFAM
- 18. Igreja Nossa Senhora dos Remédios
- 19. Grupo Escolar Nilo Peçanha
- 20. Prédio da Agencia do Banco Itaú
- 21. Prédio Agencia Central dos Correios e Telégrafos

22. Relógio Municipal
 23. Catedral de Manaus- Igreja Nossa Senhora da Conceição
 24. Biblioteca Pública do Estado do Amazonas
 25. Colégio Amazonense D. Pedro II
 26. Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas (Palacete Provincial).
Museu Tiradentes.
 27. Grupo Escolar Saldanha Marinho
 28. Centro de Convivência do Idoso
 30. Palácio da Justiça
 31. Academia Amazonense de Letras
 32. Igreja de São Sebastião
 33. Palácio Rio Negro
 34. Grupo escolar Barão do Rio Branco
 35. Antiga Estação de Tratamento de Esgoto (Centro de Artes Chaminé)
- Conjunto Arquitetônico do Porto de Manaus tombado pelo IPHAN.
1. Rodo-Way
 3. Armazém 3
 4. Armazém 3
 5. Armazém 5
 6. Armazém 4
 7. Armazém 15
 8. Prédio do Tesouro
 9. Setor Administrativo
 10. Museu do Porto
 11. Armazém 10
 12. Antigo Hospital Militar
 15. Armazém 20
- Bens tombados pelo IPHAN e pelo Governo do Estado.
14. Alfândega
 16. Mercado Adolpho Lisboa
 17. Teatro Amazonas

Na imagem anterior se destaca o Centro Histórico de Manaus, que é delimitado e protegido pela Lei Orgânica de Manaus – LOMAM e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional – IPHAN e os bens tombados individualmente e em conjunto pelas

instâncias governamentais que regem a gestão da conservação do Patrimônio cultural da cidade de Manaus.

2.2 - O Valor Histórico e Cultural do Centro Histórico de Manaus – CHM.

Os viajantes que passaram por Manaus deixaram impressões registradas do que viram e viveram no lugar, por meio de relatórios de viagem, mapas, desenhos e fotografias, como o registro iconográfico (fig. 5) feito pelo engenheiro alemão Joam Andre Schwebel, que traz a seguinte inscrição:

Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldea de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camará, Bararuã, Dari; situadas no mesmo rio: feitos por ordem do illustrissimo e excellentissimo Sr. Gov.or e Cap.am Gn.al do Estado, Plenipotenciario, e primeiro Comissario das demarcações dos reaes dominios de sua magestade fidelissima da parte do norte / Executados pelo Captam Engenheiro Joam Andre Schwebel (SCHWEBEL, 1756).

O manuscrito identifica a Fortaleza da Barra do Rio Negro, a antiga igreja e duas edificações ao redor da ermida, de onde se esprou o assentamento que deu origem à cidade de Manaus.



Figura 5 – Prospecto da Fortaleza do Ryo Negro, Joan Andre Schwebel, 1756.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

Outra referência iconográfica da cidade de Manaus que ora se formava é a aquarela do etnólogo Franz-Keller (fig.6), datada de 1868, observa-se que no lugar não existiam maiores transformações nas paisagens.



Figura 6 – Vista de Manáos - Franz-Keller, 1868.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

O nome da cidade Manaus tem origem na extinta tribo indígena que habitava a região, denominada Manáos. Não se sabe ao certo o ano da fundação da cidade, segundo Mesquita “a origem de Manaus data do século XVII, quando os Portugueses passaram a explorar a região amazônica em busca de escravos indígenas” (MESQUITA 2006, p. 3).

Por volta de 1669 foi erigida a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro e, ao seu redor, foi se formando a cidade, como se visualiza na Figura 5. Monteiro (1971, p. 67) escreve que “possivelmente dadas às indicações mais aceitáveis, a região era habitada por índios Manáos, a nação que dominava o vale do Rio Negro”. Quanto à localização, o autor informa que:

O arraial do rio Negro, como vem escrito e citado vulgarmente, e lemos na correspondência dos governadores e em outros diplomas régios e de outras autoridades, tem começo com a ereção da Fortaleza da Barra do Rio Negro, em 1669, atribuída ao capitão Francisco da Mota Falcão e a seu filho natural, Manuel da Mota Siqueira, peritos militares.
[...]

Era o arraial, um aglomerado de soldados, aos quais se ajuntariam mais tarde, em 1695, os padres Carmelitas, construindo a pequena ermida próxima ao forte, sob a tutela de N.S. da Conceição. Forte e igreja,

juntos marcam o início da sociedade ativa em outros moldes, em moldes diversos da aldeia indígena precedente, já lembramos antes. Mas arraial também se refere à fixação de catecúmenos à ilharga da igreja (MONTEIRO, 1971, p. 63, 69).

Monteiro (1971) e Mesquita (2006) escrevem sobre as impressões que alguns dos “viajantes” tiveram ao registrarem a cidade. Henry Bates, em “O Naturalista do Rio Amazonas”, escreveu ‘a cidade da Barra está construída em trecho de terra elevada, mas muito irregular, da margem esquerda do Rio Negro, e contava, em 1850, cerca de 3.000 habitantes’ (Bates, apud MONTEIRO, 1971, p. 63). Agazziz, em “Viagem ao Brasil” (1865-1866), considera que Manaus era uma aldeia em perecimento. Entretanto, este descreve que a cidade possuía àquela época edifícios públicos, tais como: tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência, etc., (MONTEIRO, 1971).

Mesquita (2006) acrescenta que ao chegar a Manaus em 1849, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace, inaugura um novo momento, quando observa a topografia e os elementos constitutivos da paisagem, como ‘os dois igarapés, as duas pontes de madeira, as ruas esburacadas e sem calçamento, as paredes das casas pintadas nas cores branco e amarelo e as portas e janelas de verde’ (WALLACE, 1979 apud MESQUITA, 2006, p. 29) e acrescenta: “no dizer do inglês era ‘bem agradável o aspecto do casario brilhante ao sol...’” E, que era “‘bem provável’ não existir entre as pessoas nascidas no local uma única gota de ‘sangue inteiramente europeu’ pois destacava que a miscigenação entre portugueses e índios tinha sido ‘considerável’”.

Muitos são os relatos da província, jornais, álbuns e a iconografia produzidos antes e durante o advento da exploração da borracha, ou seja, do látex extraído da árvore *Hévea Brasiliensis*, que fomentou o mercado comercial no Brasil e no mundo, naquele período, como os desenhos e aquarelas, do engenheiro alemão Franz Keller; o Álbum do Amazonas 1901-1902, produzido por F. A. Fidanza, no governo de Silvério Nery; e a publicação bilíngue (português e italiano), intitulada O Estado do Amazonas (Brazil), publicada em Gênova em 1899, pelo *stabilimento tipo-litografico ditto A. Montofarno*, entre outros, propiciam também uma compreensão daquele cenário e somam-se aos registros dos naturalistas, que demonstraram as impressões pessoais dos que vivenciaram, de acordo com suas referências, interesses e propósitos.

A publicação ‘O Estado do Amazonas’, do pintor italiano Arturo Luciani e do brasileiro Jornalista Bertino de Miranda Lima, tem nitidamente a intenção de emitir para o leitor a impressão de uma cidade próspera, cujos anúncios destacam os proveitos na economia, como a aquisição de terras, o clima, a iconografia, os tipos de seguros, o transporte e, até, os honorários.

O “Album do Amazonas 1901-1902” oferece ao leitor um panorama do estágio de “desenvolvimento” que alcançou a cidade: praças, igreja matriz, teatro, alfândega, monumentos, avenidas, entre outros. Assim, é possível, por exemplo, conceber com base nos relatos dos viajantes e na iconografia uma imagem da cidade na “Manaus Belle Époque²⁶”.

Mesquita (2006) escreve que Paul Marcoy, em 1869, ao registrar sua experiência na América do Sul, informa que em Manaus havia sido descoberto um cemitério indígena, próximo à Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro e que Franz Keller-Leuzinger, que esteve na região entre 1867 e 1869, cita o fato e faz um registro iconográfico de uma urna funerária.

Quanto às pesquisas arqueológicas em Manaus, Lima e Moraes informam que,

A região amazônica, e particularmente a cidade de Manaus – situada às margens da confluência de dois dos maiores rios do mundo, o Negro e o Solimões – tem uma longa história de ocupação humana, que remonta a milhares de anos. Os sítios arqueológicos, através dos quais contamos esta rica história, são abundantes. O alto potencial arqueológico da região é comprovado pelas dezenas de sítios ali presentes, principalmente na zona rural do município (Hilbert, 1968; Simões, 1974; Costa e Lima, 2006) (LIMA; MORAES, 2010, p. 91).

Neves (2004, apud CORRÊA, 2007, p. 10) escreve que:

levantamentos bibliográficos e de campo realizados pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, permitiram a elaboração de um mapa com 53 sítios registrados por pesquisas anteriores, realizadas por Hilbert (1968), Simões (1974, 1983), Neves (1998, 1999), pelo Projeto ArqueoUrbs²⁷ (2002).

O Projeto ArqueoUrbs (Arqueologia Urbana), desenvolvido por Paulo Zannitini, em 2002, foi solicitado pela Secretaria Estado da Cultura e Desportos – SEC. O arqueólogo identificou “pontos de maior probabilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos relacionados à ocupação inicial de Manaus...” (CORRÊA, 2007).

Foram desenvolvidas também pesquisas no sítio arqueológico Catedral de Manaus, em 2002, por Maria Arminda Mendonça de Souza, Marcus Vinicius de Miranda Corrêa e Paulo Tadeu Albuquerque; no sítio arqueológico da Praça D. Pedro II e Paço Municipal, em 2003, por Eduardo Góes Neves e equipe; no sítio arqueológico Paço

²⁶ Ver MESQUITA (1997) e (2006) e DAOU (2004).

²⁷ Pesquisa financiada pelo governo do Estado – autorização federal de pesquisa: Iphan Minc número 128, 25 de julho de 2002. Foi utilizada uma pequena área piloto, sendo os procedimentos orientados para localização e avaliação de eventuais vestígios remanescentes de Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro e demais estruturas surgidas no seu redor. Relatório “Primeiras contribuições – ArqueoUrbs”, 2002, p. 9. In (CORRÊA, 2007, p. 10).

Municipal e entorno, de 2006 a 2008, por Marcus Vinícius de Miranda Corrêa. Abrahim relata que

de maio a agosto de 2003, durante as obras de restauração da Praça D. Pedro II, como parte do Projeto Centro Antigo de Manaus, do Programa Monumenta, um convênio entre o Ministério da Cultura, e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Prefeitura de Manaus, procedeu-se ao salvamento e resgate sistemático de seis grandes urnas funerárias, exumadas pela equipe contratada de arqueólogos da Universidade Federal de São Paulo e Universidade do Amazonas, para o levantamento extensivo da área da Praça, que resultou em 255 registros de vestígios significativos de cerâmica arqueológica (ABRAHIM, 2006, p. 174).

Nesses sítios foram coletados vestígios arqueológicos que confirmaram a ocupação daquelas áreas no período pré-colonial e colonial. Dentre o material coletado na Praça D. Pedro II, no Paço Municipal e em sua calçada lateral, foram encontradas urnas funerárias, que estão tuteladas pela Universidade Federal do Amazonas, no Museu Amazônico. A primeira urna encontrada estava rente à escadaria do coreto de ferro fabricado por Francis Morton & Cia. Limited Engineer, de Liverpool, durante uma obra promovida em 2003, pela Prefeitura de Manaus.

O Centro Histórico de Manaus é o lugar de onde a cidade expandiu sua paisagem é uma amostra da constituição, apropriação e seleção dos espaços, nos vários tempos históricos, “é a configuração espacial formada por objetos e atributos físicos, naturais e artificiais, e resultante do processo histórico e da relação entre o homem e a natureza” (CARNEIRO, 2002, p. 143). No entanto, nem após as escavações arqueológicas realizadas, não existem “marcos na paisagem” do CHM do patrimônio arqueológico que é reconhecido pela Academia, por meio dos relatos, das pesquisas arqueológicas e pela seleção nos museus, mas não é apropriado pela população, como elemento do seu cotidiano no que tange a cultura material.

O etnólogo Theodor Koch-Grünberg, ao escrever e registrar iconograficamente a sua expedição, ocorrida entre 1903-1905, dá um testemunho sobre as populações que ocupavam o noroeste do Brasil, um registro de seus universos tangíveis e intangíveis. Ele descreve o homem da floresta: suas funções sociais, hábitos, valores culturais, etc. , bem como os utensílios domésticos, as cestarias, os adornos corporais, os instrumentos musicais, as armas, os ritos, as danças, as indumentárias e os brinquedos.

Relatando sobre a tipologia das malocas em Cururu-cuára, no Rio Aiarý, esse etnólogo observa: “não podemos negar a merecida admiração a toda a construção que resiste eficazmente ao vento e à chuva, embora os esteios e as vigas, feitos de troncos fortes de árvores, bem alisados, estejam fixados apenas por amarras de plantas

trepadeiras, sem uso de revestimento metálico e sem pregos” (KOCH-GRÜNBERG, 2005, p. 98). Sobre os nativos, o autor escreve:

[...] Como nos tempos mais antigos, ainda hoje os indígenas formam a parte principal da população de Manáos. Por toda a parte vê-se essa gente morena. Alguns já faz tempo estão ‘civilizados’ e como caboclo vivem nos subúrbios, descendentes desfigurados dos antigos donos do país, outros – como no Pará – são empregados nas casas aristocráticas, ou levam à cidade desde longe, remando, as grandes embarcações.

[...]

Não é raro ver também os autênticos indígenas, em grupos pequenos ou maiores, nas ruas da cidade. Embora usem a prescrita vestimenta europeia, calça e camisa, é fácil, porém perceber no seu modo peculiar de andar – eles vão sempre em fila, um atrás do outro –, e nas outras características que os distinguem dos caboclos locais, que são gente autêntica da selva (KOCH-GRÜNBERG, 2005, p. 29 e 30)

O processo de colonização que se deu no Amazonas no qual a cultura europeia se sobrepôs à dos nativos foi estampado na paisagem do CHM e propiciou a ruptura entre os nativos e seu meio ambiente. É uma amostra daquele momento histórico, ou seja, da supressão das culturas nativas daquele espaço geográfico. O apogeu econômico, com as exportações do látex para os Estados Unidos da América e para a Europa, promoveu alterações no âmago de Manaus. Os nativos tinham um tempo, uma maneira de lidar com o espaço, com a natureza, e entre eles mesmos, cujos códigos de comportamento eram diversos dos que lhes foram impostos pelo colonizador, como a catequização (fig.7), e do que se vê atualmente.



Figura 7 – Auf der musik tribune... , 1868
Autor: Franz Keller.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

A Manaus descrita por Koch-Grünberg possuía:

[...] um desenvolvimento quase norte-americano. Cinquenta anos atrás era apenas algo mais que um pequeno e sujo ninho de indígenas, sem importância digna de nota, sobre o qual Ave-Lallemant podia dizer nas suas deliciosas descrições: ‘tudo parecia como se estivesse ainda à espera de algo que pudesse dar o impulso certo’ (KOCH-GRÜNBERG, 2005, p. 29).

A República e o Ciclo da Borracha ofereceram as condições necessárias para que essas mudanças ocorressem e, em 50 anos – nos anos após 1850, a cidade mudou de feição abruptamente e a Manaus indígena e cabocla passou a ser, mesmo que momentaneamente, a “Paris dos Trópicos”²⁸.

Salgueiro em “A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República”, observa a

visão de história da nação e o esforço de construção da identidade nacional nos primeiros anos da República, após o Governo Provisório, focalizando especificamente a produção artística brasileira de pintura mais significativa do ponto de vista de inserção nesse projeto de construção da nação republicana no período” (SALGUEIRO, 2002, p. 3).

Esta ideia pode ser constatada na construção pictórica do acervo da Pinacoteca do Estado do Amazonas, na obra “Último baile na ilha fiscal”, de Francisco Aurélio de Figueiredo, obra homônima à do acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, que anuncia e registra o momento histórico de insurreição da República.

Manaus, que não colheu as benesses da Monarquia no Brasil, amargou a subordinação à capital da província: Belém. Portanto, é emblemático este estudo encontrar-se na coleção do Governo do Estado do Amazonas, pois esse episódio da história do Brasil favoreceu um novo momento econômico, cultural e social para o estado.

Manaus, na primeira década do século XX, possuía várias linhas de vapores ligando o país com os EUA e a Europa, bondes elétricos, serões musicais, teatro, etc. Como bem coloca Koch-Grünberg: “Sim, Manáos tem nisso e outras muitas coisas, algo das cidades grandes. Somente em algumas ocasiões, especialmente nas festas populares, quando as mentes se exercitam, percebe-se que a gente está na margem da selva” (Koch-Grünberg, 2005, p.28 e 29).

Mesquita (2006) e (2006), ao analisar a *Belle Époque* em Manaus, diagnostica que a prosperidade econômica alcançada com a comercialização do látex, que propiciou as alterações urbanísticas na cidade de Manaus, decorreu da:

²⁸ Como foi chamada a cidade de Manaus ao receber as benéficas decorrentes dos lucros do ciclo da borracha, período chamado de Belle Époque.

1. Proclamação da República, e da perspectiva desenvolvimentista em que o governo brasileiro se inseria (MESQUITA, 2006, p. 121);
2. Imigração nordestina, decorrente da seca de 1877, pois não havia mão de obra, nem na cidade de Manaus, tampouco no interior do Amazonas (MESQUITA, 2006, p.128);
3. Abertura dos [...] rios amazônicos à navegação comercial para todas as nações amigas [...] (MESQUITA, 2006, p. 131), em 1867;
4. Indústria automobilística que fomentou e abarcou a demanda do látex, extraído dos seringais (MESQUITA, 2006, p. 126);
5. Administração do governador Eduardo Ribeiro, que no seu governo (1892 -1896), transformou Manaus em um canteiro de obras (MESQUITA 2006, p. 122).

Acrescenta-se a essa constatação de Mesquita (1997), os fatores exógenos, ou seja:

1. As mudanças no sistema político e a crise econômica, que assolou a França e a Inglaterra, que podem ter corroborado para o investimento estrangeiro na Amazônia. Como, por exemplo,

o desenvolvimento da indústria siderúrgica criava a própria crise e dessa vez tão séria a ponto de ser chamada de a 'Grande Depressão'. O último quartel do século XIX foi, portanto, caracterizado pela agressão institucionalizada, agora forma de imperialismo, fórmula encontrada para garantir os mercados em prol do domínio econômico (SILVA, 1986, p.17).

Como atestam os bens móveis e equipamentos urbanos, como o Mercado Adolpho Lisboa, importado nas últimas décadas do XIX, momento em que a indústria do ferro fundido começa a não ser mais valorada e valorizada na Europa. Pode-se afirmar que, para a Europa, aquelas terras passaram a ser momentaneamente um promissor e diversificado mercado.

2. Os benefícios divulgados na Europa, no intento de captar investidores, como atesta o álbum "Estado do Amazonas", de Arturo e Beline (1899).

Daou (2004), ao escrever sobre a *Belle Époque* no Amazonas e sobre o perfil daqueles que lá chegaram registra que:

Muitos dos que foram para o Amazonas na década final do século XIX e no início do século XX - estrangeiros ligados à exportação e à importação ou funcionários das firmas prestadoras de serviços urbanos de navegação e, em menor número, profissionais liberais [...] ingleses, americanos, libaneses e, também, exportadores de borracha, médicos brasileiros [...] (DAOU, 2004, p. 37).

Estes estrangeiros vieram em busca dos benefícios decorrentes da prosperidade econômica advinda do extrativismo gomífero, ocorrido na região, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, e da República, o que alavancou uma ruptura visceral nos hábitos dos habitantes e, conseqüentemente, no ambiente. Tal circunstância inseriu novos costumes na população local, conduzidos por ações modernizadoras, em contraponto à estagnação econômica e ao isolamento da região norte brasileira e, até na atualidade, vividos por várias cidades localizadas no interior do Amazonas.

Daou (2004) descreve a “belle époque Amazônica como produto do progresso brasileiro” e que:

[...] as transformações urbanísticas ocorridas, já nos anos 1890 nas capitais das distantes províncias do Pará e do Amazonas anteciparam e estimularam o que viria a acontecer, no início do século, na capital da República. A atuação das elites, movidas por expectativas progressistas e estimuladas pelo dinamismo da economia, alteraram de forma marcante a situação da Amazônia Brasileira.

[...]

É indiscutível o lugar que o Brasil assume no conjunto de transformações que então ampliava significativamente as áreas do planeta sob influência e domínio das economias industriais das crenças e valores a estas correlatas. Antes mesmo da presença de produtos industriais, dos bens de consumo europeus e americanos no cotidiano de sociedade geograficamente distantes dos centros de produção de valores tributários do credo liberal encontravam adeptos e vieram a formar as bases de aceitação para que as expansões europeia e americana encontrassem ambiente particularmente favorável (DAOU, 2004, págs16, 17 e 18).

Observa-se nos mapas a seguir (Figuras 8 a 9) as mudanças urbanísticas que ocorreram no Centro Histórico de Manaus a partir de 1852.



Figura 8 – Planta (croquis) da Cidade de Manáos. Governo de J. B. de F. Tenr. Aranha, 1852.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.



Figura 9 – Carta Cadastral dos Arrabaldes de Manáos A. D. 1895.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

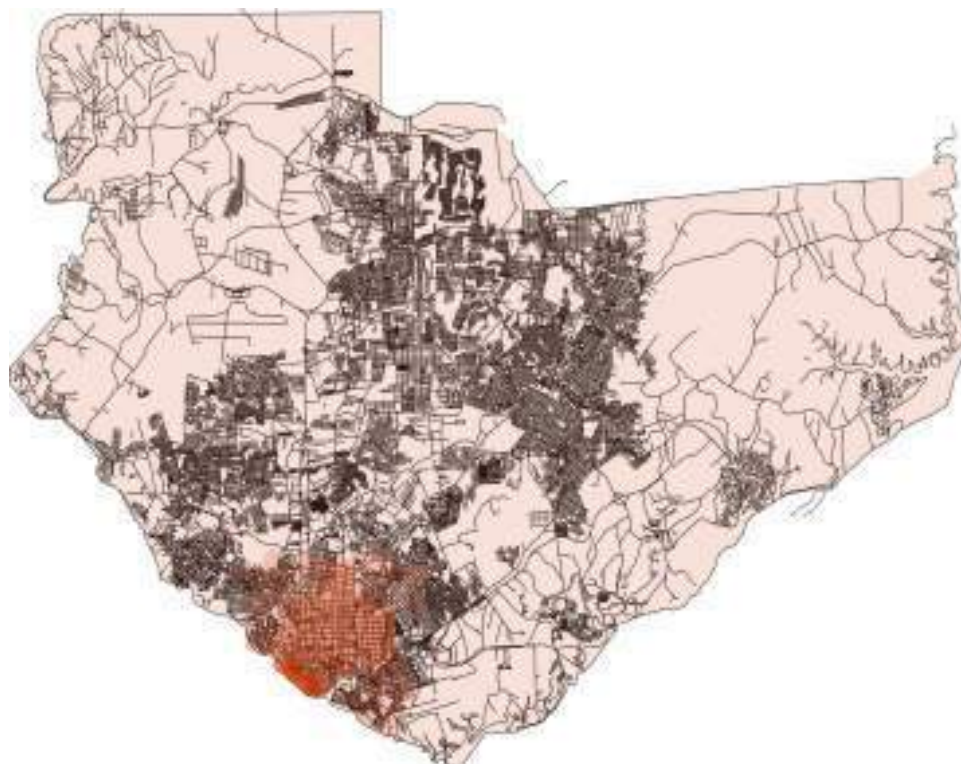


Figura 10 – Mapa da Cidade de Manaus e localização geográfica do Centro Histórico-Manchas de expansão urbana a partir do limite sul com o Rio Negro, 2007.
Fonte: Instituto Municipal de Planejamento Urbano – Implurb.
Tratamento Gráfico: Vlândia Cantanhede.

Essas transformações podem ser observadas nos mapas (figuras 8 a 9) em relação à expansão territorial que se deu entre os anos 1852 e 1895, decorrentes do súbito crescimento econômico. Em menos de cinco décadas a cidade tem a sua área triplicada. O mapa atual da cidade (fig.10) localiza na cor sépia a área de atuação da gestão da conservação, indica o local de onde a cidade se espalhou e a expansão territorial que abrangeu ao longo do século XX, além do traçado urbanístico. Os fatores determinantes da *Belle Époque*, identificados por Mesquita (2006), citados anteriormente, propiciaram uma mudança de feição desde a geografia, até os hábitos e costumes trazidos dos vários tipos que por lá chegaram.

Porém, como citado, é com a República que essas ações foram incrementadas e alterava-se o ato de administrar.

A Constituição de 1891 dava aos Estados brasileiros uma autonomia nunca antes experimentada: descentralizava-se a administração e transferia-se aos governantes a maior parte dos encargos. Anteriormente, todas as decisões estavam centralizadas na figura do imperador (MESQUITA, 2006, p. 133).

E, assim, Monteiro (1971) considera que

Manaus é assim o produto precário e autêntico da falta de planificação, de organização, a resultante de uma provisória concentração ativa que não teve tempo suficiente para corrigir os defeitos todos do passado. Poderíamos mesmo declarar que a cidade não teve adolescência, se isto não importasse numa audaciosa maneira de sentir o fenômeno urbano. Passou da infância, num salto perigoso, sem as evoluções naturais, para a maturidade. De repente achou-se envolvida no cosmopolitismo, sustentada pela força nutriz da economia predatória (MONTEIRO, 1971, p. 19 e 20).

De acordo com esse pensamento, Oliveira (2012) escreve sobre as consequências que tais circunstâncias acarretaram ao amazônida, referindo-se à ruptura do estágio agrário em que se encontravam os nativos, para novos modelos sociais, culturais e econômicos impostos pelo colonizador e da constante miscigenação que se estende até a atualidade.

[...] Pois o processo da colonização obrigou por decreto, a imposição da cultura portuguesa, lançando os sobreviventes direto da pré-história tardia para o pré-capitalismo, e um capitalismo pouco compreendido na Amazônia brasileira. Há, portanto, um permanente conflito de identidade cultural, distorcendo e escandalizando, procurando negar o passado de um lugar como a cidade de Manaus.

[...]

Tapuios, isto é, índios destribalizados, mamelucos, cafuzos, portugueses, caboclos, pessoas vindas aos milhares do nordeste na época da borracha, negros escravos, em minoria, judeus, palestinos, japoneses, e hoje, haitianos, constitui a população "amazônica". Até o momento em que era Capitania de São José do Rio Negro, rebaixada

para a categoria de “Comarca”, durante o processo de independência do Brasil, não havia uma preocupação com cultura e identidade, origens. Na primeira fase de enriquecimento, o tão aclamado “período da borracha amazônica”, os coronéis enriquecidos buscam se espelhar na cultura europeia, na arquitetura, nas artes, aterrando os igarapés, desmatando e modificando a geografia urbana de Manaus. (OLIVEIRA, 2012, s. n^o).

A borracha, utilizada pela indústria pneumática, propiciou lucros aos seringalistas que, em sua maioria, eram europeus ou descendentes. Estes impuseram sua cultura dominante à nativa, importando “progresso” para a região, observável no urbanismo, na arquitetura, nos transportes (bondes, embarcação a vapor e porto flutuante), na eletricidade (iluminação, bonde, fábricas etc.), e nos modos de vestir, costumes, hábitos, entre outros. Mesquita ao analisar a *Belle Époque* Amazônica, conclui que

se por um lado, podem-se exaltar os aspectos modernos e civilizados da nova fase experimentada, por outro, pode-se lamentar que ao inserir-se na desejada contemporaneidade, a frágil sociedade local passasse a sofrer dos males de sua época e da desestruturação típica, provocada por ‘progresso’ econômico repentino, gerando um descontrole social que deixava atônitas as autoridades (MESQUITA, 2006, p. 147).

Mas, esse repentino “progresso” não durou muito. No primeiro decênio do século XX, sementes da *Hévea brasiliensis* foram levadas para a Ásia que passa a comercializar o látex, levando Manaus à decadência econômica, ocasionada pelos baixos preços do produto. Foi quando o estado do Amazonas entrou em declínio econômico e social, quadro este que só foi alterado após a implantação da Zona Franca de Manaus²⁹, criada em 1967, por Francisco Pereira da Silva.

Com o declínio das exportações, Manaus passou por uma estagnação econômica, casas antigas foram demolidas, fachadas foram mantidas e recobertas por placas propagandísticas, os usos das edificações foram alterados, o fluxo de transeuntes concentrou-se em determinadas áreas da cidade, em contraponto a outras áreas abandonadas, entre outras alterações da paisagem, com vistas a atender às demandas do novo modelo econômico que se instalava. Nesse sentido, Programa Geo Cidade analisa que

iniciou-se em Manaus um novo ciclo econômico, com a instalação de um parque industrial de porte e a consolidação de um setor terciário baseado na comercialização de produtos importados. Estas atividades

²⁹ Garcia escreve que “o projeto do deputado Pereira da Silva recebeu emenda na Câmara Federal por parte de relator, deputado Maurício Joppert, sob a justificativa de que a criação de uma *zona franca* traduziria com maior fidelidade o pensamento do autor e se converteria em instrumento de mudança eficaz do que um porto franco. Remetido para o Senado, o projeto Pereira da Silva foi defendido pelo seu relator naquela casa legislativa, senador Leopoldo Tavares da Cunha Melo. Depois de longa tramitação (seis anos) no Congresso Nacional, o projeto foi finalmente aprovado, dando origem à Lei n^o 3.173, que instituiu a primitiva Zona Franca de Manaus, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia 6 de junho de 1957 e publicada no Diário Oficial da União do dia 12 do mesmo mês” (GARCIA, 2004, p. 36).

aqueceram a economia local e geraram milhares de empregos e postos de trabalho, diretos ou indiretos. A cidade deixou ser um “porto de lenha”, como muitos afirmavam, para transformar-se em um importante pólo de industrialização. Nos últimos trinta anos, a Zona Franca foi responsável pela atração de um grande fluxo migratório do interior do Estado, do Nordeste e de diferentes regiões do país. Em consequência, a população de Manaus cresceu mais de 500%, saltando de 300 mil habitantes, na década de 1970, para mais de 1 milhão e 500 mil na virada do século XXI (PROJETO GEO CIDADE, 2002, p. 21).

Aquela situação de falta de recursos econômicos e, posteriormente, a decadência material dos bens culturais por falta de manutenção, adaptação e mudança de uso, levou à adequação dos imóveis aos novos usos, determinados pelo novo modelo econômico. Um exemplo disto é a residência situada na Avenida Sete de Setembro, que passou a ser utilizada como loja comercial denominada Foto Nascimento. Esta casa teve o primeiro pavimento, onde outrora residiam os moradores, transformado em depósito, e o porão, em loja. Com isto, a fachada frontal da edificação foi completamente alterada, por meio da ampliação dos vãos e colocação de letreiros.

Várias alterações foram feitas no mesmo quarteirão, restando apenas a edificação geminada à loja Foto Nascimento, da Família Castro, que teve sua fachada recuperada no final da década de 1990, quando os letreiros foram removidos e os óculos³⁰ reconstituídos.

No que diz respeito à implantação de políticas de proteção do Patrimônio Cultural, a partir da década de 1970, o Governo do Estado do Amazonas, tomba várias edificações de valor histórico e cultural. Na década 1980, é implantada no Amazonas, a 1ª Superintendência do IPHAN, e a Prefeitura de Manaus elabora o “Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico – AM”, especificado na “Planta Cadastral do Centro Histórico/ Urbano de Manaus”. Setor Especial de Unidade de Interesse de Preservação. Decreto 4.673, datado de 17/05/85, e registrado no IPHAN em ANS 06277 e que foi utilizado no processo de tombamento do Mercado Adolpho Lisboa.

Em 1997, a Secretaria de Estado da Cultura – na época denominada Secretaria de Estado da Cultura e Estudos Amazônicos - implantou o Projeto Fachadas da Sete, e recuperou os imóveis localizados no entorno. No mesmo ano a Prefeitura de Manaus lançou o concurso público para a recuperação dos imóveis localizados no entorno da Praça D. Pedro II, denominado Projeto Centro Antigo.

Em 2000 a Secretaria de Estado da Cultura começa investir na recuperação da área do entorno do Teatro Amazonas, no Projeto Manaus *Belle Époque*. Nesse mesmo

³⁰ Elemento arquitetônico disposto na fachada, que visa aumentar a ventilação interna dos ambientes.

ano a Prefeitura de Manaus assina convênio com o Governo Federal e o Banco Interamericano para implantação do Programa Monumenta, cujos objetivos foram:

- a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal;
- b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio;
- c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para a implantação de prioridades de conservação. O objetivo de curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto (BRASIL, 2002, p.10).

O Programa Monumenta concentrou-se no Sítio Histórico de Manaus³¹, e visava à recuperação do Paço Municipal, de duas casinhas localizadas na Rua Bernardo Ramos, do Mercado Adolpho Lisboa, do Chafariz e Coreto da Praça D. Pedro II, da Praça Dom Pedro II, de imóveis privados. E ainda, à educação patrimonial e à criação de um fundo de preservação com vistas à sustentabilidade da área do projeto.

Em 2006 a Prefeitura funda a Secretaria Municipal de Cultura - SEMC, que foi, em 2009, integrada a Fundação Municipal de Turismo - Manaustur e passou a ser denominada de Manauscult.

2.3 - Os Bens Patrimoniais

O Centro Histórico de Manaus guarda significativos vestígios dos povos que habitaram a cidade desde o período pré-colonial. São registros dessa ocupação, as urnas funerárias encontradas pela Prefeitura de Manaus, na obra de reforma da Praça Dom Pedro II, em 2003, que gerou o projeto de escavação arqueológica naquele sítio e os milhares de vestígios encontrados nos sítios pesquisados.

Também compõem o patrimônio manauense os vestígios de arqueologia histórica, referentes aos materiais provenientes das escavações do sítio Catedral, pesquisados por ocasião da restauração da Catedral de Manaus e seus jardins, com um entorno de edificações centenárias e onde circulam milhares de pessoas diariamente.

O legado patrimonial da cidade inclui ainda a Praça Heliodoro Balbi, recentemente restaurada, ornada com esculturas e chafariz em ferro, confeccionados pela fundição francesa Val D'Osne; o Mercado Adolpho Lisboa, que foi encomendado da Inglaterra; o Rio Negro, "estrada de Rio" que abastece a cidade e onde práticas como a pesca, o recreio são cultivadas, entre outros.

³¹ Perímetro dentro do Centro Histórico de Manaus referente à área mais antiga da cidade, onde estava localizada a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro e, onde estão assentados a Praça D. Pedro II, a Catedral de Manaus, o Mercado Adolpho Lisboa e entornos, descritos na LOMAM.

A importação de bens pré-moldados da Inglaterra e da França propiciou a formação da imagem de uma cidade que não tinha por si só mão de obra nem recursos materiais, tecnológicos e científicos para executar tais obras. Então, segundo o Processo de Tombamento do Mercado e as obra de Mesquita (2004) e Garcia (2005) se importou em vários tempos: o Mercado Adolpho Lisboa, que é constituído de elementos arquitetônicos em ferro fundido e forjado inglês, confeccionados pela empresa *Saracen Foundry* de Walter Macfarlane e Francis Morton, engineers, Liverpool. E elementos estruturais e decorativos para o Teatro Amazonas, o Palácio Rio Negro, a Biblioteca pública, o Tribunal de Justiça, o Palácio Rio Negro, a Catedral de Manaus, o Pavilhão Universal, as pontes de ferro, o Cemitério de São João Batista, os Jardins e Praça da Matriz com ferragens, esculturas, chafarizes, entre outros.

O conjunto de bens patrimoniais de que trata esta São elas: 1) a Praça Dom Pedro II e entorno; 2) a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Catedral de Manaus, 3) a Praça Heliodoro Balbi e entorno; 4) o Largo de São Sebastião, o Monumento à Abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial e o conjunto arquitetônico do entorno; 5) a Praça da Saudade e 6) o Palácio Rio Negro.

Apesar de estarem nos limites do CHM, não foram pesquisadas as intervenções ocorridas no Mercado Adolpho Lisboa e no Parque Jefferson Péres. Este fato ocorreu, no que tange ao Mercado Adolpho Lisboa, porque há uma série de problemas e demanda de extensa pesquisa. Dentre os problemas ocorridos durante a gestão da obra do restauro, identificou-se:

1. Complexo tombado e fiscalizado pelo IPHAN, gerido pela Prefeitura localizado no perímetro do Centro Histórico de Manaus;
2. Obra de restauro iniciada em 2006 promovida pela Prefeitura de Manaus e o Programa Monumenta;
3. Desenvolvimento de pesquisas decorrentes de achados arqueológicos durante a obra de restauração, o que colaborou para alteração do cronograma da obra;
4. Local de comercialização de alimentos, o que requer questões de adequação das práticas de comercialização de alimentos e outros atores como a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, o Ministério Público do Amazonas, várias Secretarias Municipais, como a Secretaria de Feiras e Mercados;
5. Mais de trezentos permissionários, que estão com seus postos de trabalhos reduzidos, inclusive alguns já faleceram;

6. O péssimo estado de conservação do bem, alcançado no decorrer da intervenção;
7. A paralisação da obra pelo Ministério Público, com vistas a um ajustamento de conduta entre os agentes, entre outros problemas.

O Mercado foi construído em três momentos diferentes e os materiais empregados foram de procedências distintas, conforme demonstrado no Processo de tombamento nº 1.179 – T – 8, datado de 1988 (fig,11), Geraldo Gomes da Silva (1986), Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Maria Luiza Ugarte (1990), Cacilda Teixeira da Costa (2001), Etelvina Garcia (2005) e Otoni Moreira Mesquita (2006), entre outros. E os registros iconográficos realizados. Costa escreve que “o interesse pela construção de mercados cobertos marcou a primeira metade do século XIX na Europa, e seu clímax foi a construção de Les Halles em Paris por Baltard, em 1853” Costa (2001, p.131).

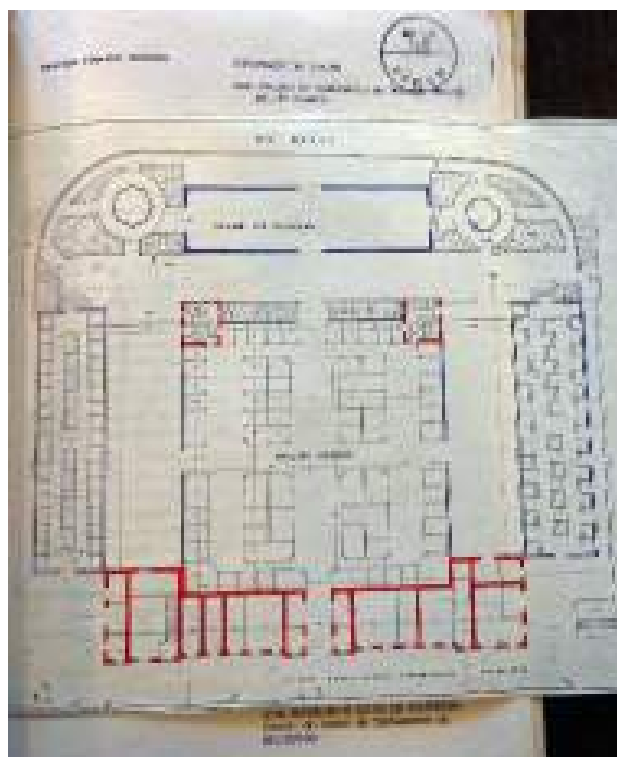


Figura 11 – Planta do Mercado Municipal de Manaus – 42, 1988.
Fonte: IPHAN, Processo de tombamento, nº 1.179 – T – 85.

Na figura anterior, visualiza-se a planta baixa do Mercado Adolpho Lisboa e as diferentes fases de sua constituição. A obra iniciada em 1882, apresenta-se no Pavilhão Central cujas estruturas metálicas leem-se as inscrições: *Francis Morton, Engineers, Liverpool*, em azul, marco originário da construção em ferro e alvenaria inaugurada em 1883, cuja fachada frontal foi erigida voltada para o Rio Negro; em vermelho o Pavilhão de Estivas na fachada da Rua dos Barés, em alvenaria contratado em 1902; em azul, nas

vistas laterais do Pavilhão Central foram montados os Pavilhões da Carne e do Peixe, fabricado por Walter Mcfarlane & Co., construídos entre 1905 e 1908 Costa (2001), a frente da fachada do Pavilhão Central, voltada para a Orla do Rio Negro, foi montado o Pavilhão das Tartarugas, em 1909, fabricado por Walter Mcfarlane & Co; ladeado por dois pequenos Quiosques de Ferro, entre 1911 e 1913, também fabricado por Walter Mcfarlane & Co.

Quanto ao Parque Jefferson Péres a intervenção teve a gestão do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – Prosamim que visa a solucionar problemas ambientais, urbanísticos e sociais em Manaus e a Secretaria de Estado da Cultura - SEC. Envolveu aspectos de natureza ambiental, como a remoção da população que habitava as margens dos Igarapés, a redução dos leitos dos Igarapés, a criação de um cenário com elementos arquitetônicos remanescentes de outras áreas do CHM, entre outros.

A inclusão desses projetos na pesquisa demandaria uma ampliação da bibliografia utilizada para análise da intervenção e pesquisa de campo, o que por si compreenderia outra dissertação.

2.3.1 Praça Dom Pedro II e entorno

Situada no nascedouro da cidade, formada pelas ruas Governador Vitório, Bernardo Ramos, Av. Sete de Setembro, a Praça D. Pedro II teve várias denominações, tais como: Largo do Pelourinho, Largo do Quartel, Largo D. Pedro II, e após a Monarquia, Praça da República. Encravada na Ilha de São Vicente, a passos do Rio Negro, possui antigos registros de ter sido um cemitério indígena, conforme informam Hibert (1968), Monteiro (1971), Mesquita (1997) e Neves (1999).

A Arqueologia

Através dos relatos dos viajantes Franz Keller-Leuzinger (1867-1869) e Paul Marcoy (1869) se têm referências sobre a habitação primitiva no local, o que foi comprovado na administração do governador Eduardo Ribeiro, no final do século XIX. Monteiro (1971) e Mesquita (2006) escreveram sobre obras realizadas em 1939 no local e que apontaram também, para a presença desse patrimônio etnológico.

Monteiro acrescenta ainda que as obras realizadas em 1939 apontam para a presença desses materiais etnológicos. Recentemente foram feitas pesquisas arqueológicas significantes à compreensão da história da cidade.

Lima e Moraes informam que entre as décadas de 1950 e 1960, iniciam-se as pesquisas arqueológicas na Amazônia quando o arqueólogo alemão Peter Paul Hilbert desenvolveu estudos na Amazônia Central. Eles escrevem que

Hilbert registrou alguns sítios arqueológicos na área central e nos arredores da cidade de Manaus, onde atualmente se encontram o centro histórico, a refinaria petrolífera de Manaus (REMAN) e o Aeroporto da Ponta Pelada. Esses locais receberam as nomenclaturas de sítio Manaus, Refinaria, Base Naval e Paredão. Este pesquisador se tornou um importante nome da arqueologia amazônica, uma vez que seus trabalhos o auxiliaram a estabelecer uma primeira – e pioneira – cronologia da ocupação pré-colonial da cidade de Manaus e da Amazônia central, definindo e nomeando os principais conjuntos artefatuais encontrados na região (Hilbert, 1968) (LIMA; MORAES, 2010).

Alvo de intervenções em nível municipal, primeiramente no “Projeto Centro Antigo de Manaus”, gerido pela Prefeitura de Manaus, que instituiu concurso público para as intervenções na área, em meados da década de 1990 e impulsionou o convênio entre a Prefeitura de Manaus e o Governo Federal, para efetivação do Programa Monumenta, em Manaus. E confirmou, por meio das pesquisas arqueológicas realizadas na área, os relatos dos viajantes e dos governantes, como um cemitério arqueológico dos índios Manáos, nação indígena a qual é atribuída à denominação da cidade de Manaus.

A partir de 2000, o Programa Monumenta (Ministério da Cultura) conjuntamente com a Prefeitura de Manaus - Manaustur, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, desenvolveram o projeto de recuperação desta área. Coube à Fundação Municipal de Turismo – Manaustur administrar a Unidade Executora do Projeto - UEP e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a avaliação e fiscalização das obras, respectivamente.

Em 2002 o Projeto ArqueoUrbs identifica pontos de maior probabilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos relacionados à ocupação inicial de Manaus.

Corrêa (2007) informa que em 2003 a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB encaminhou carta à 1ª SR IPHAN manifestando-se contra a remoção dos objetos de exumação da Praça e que o IPHAN, por meio da superintendente Dra. Maria Bernadete de Mafra Andrade, oficia ao Ministério Público Federal – MPF concordância com a reivindicação da entidade indígena. Em 2004, o Procurador da República, Dr. Eduardo Barragan Sêroa Motta, encaminha minuta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para Manaustur e demais atores do processo. Entretanto, o pleito da COIAB foi indeferido, pelo MPF, por este considerar não haver comprovação nos autos de prejuízo ao sítio arqueológico, efetuados na obra em questão.

Considerado local sagrado para os descendentes dos primeiros habitantes do lugar, esse patrimônio cultural, marcado por temporalidades visíveis e invisíveis, cujos registros estão também para além da “memória urbana” e “memória da cidade”, é um “Lugar de Memória” Abreu (2011) Assim, o reconhecimento material das marcas destas temporalidades, revela na constituição deste espaço, a referência patrimonial que implicou sua configuração.

Na figura a seguir se observa uma das urnas funerárias escavadas pela equipe do arqueólogo Eduardo Goes Neves, após um achado furtivo, e o estudante de arquitetura Keyce Araújo registrando a urna encontrada. Durante as escavações, os arqueólogos retiraram urnas representativas da Fase Paredão (fig.12), que corresponde de 100 à 800 anos DC e mapearam a área, por meio de quadrículas, com vistas a preservar a maioria das urnas em seus locais originários, identificando-as através de mapeamento, a fim de não se esgotarem as fontes de pesquisas. Desta maneira, o sítio poderá ser avaliado no futuro, com recursos tecnológicos não invasivos.



Figura 12 – Registro iconográfico da escavação de urna arqueológica na Praça D. Pedro II, 2002.
Fonte: Acervo Keyce Araújo.

Lima e Moraes informam que

no ano de 2006, o IPHAN promoveu um importante estudo sobre o patrimônio arqueológico da região, através do já citado Levantamento Arqueológico no Município de Manaus (LAMA) (Costa e Lima, 2006), que teve o intuito de catalogar os sítios presentes no município. Além disso, objetivou-se naquele momento levantar informações sobre a localização, estado de conservação e relevância de sítios e coleções arqueológicas para possibilitar o desenvolvimento de um plano de ação efetivo para a preservação do patrimônio (LIMA; MORAES, 2010, p. 94).

Pode-se dizer que na última década as pesquisas arqueológicas foram espalhadas, não só no que tange a arqueologia pré-colonial, como também da arqueologia histórica o que culminou com a criação do Curso de Bacharelado em Arqueologia, pela Universidade Estadual do Amazonas – UEA e a criação do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, pela SEC, em 2009.

As obras da Praça, geridas pela Prefeitura de Manaus, começaram em 2002 e só foram concluídas em 2008, o prazo de execução foi postergado devido ao “achado fortuito”, que provocou a pesquisa arqueológica. E decorrente da mudança de governo ocorrida nesse ínterim, alteração do corpo técnico, elaboração do projeto para restauração do Chafariz das musas e coreto de ferro e do paisagismo da praça, entre outras situações.

As obras de restauração do Paço perduraram até dezembro de 2012, e as urnas escavadas, que ficariam provisoriamente sob a guarda do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas – UFAM permanecem no Museu, onde foram restauradas, acondicionadas e expostas.

O mobiliário

A Praça possui também mobiliário, decorrente dos lucros públicos advindos da comercialização da *Hévea brasiliensis*, no final do século XX: uma fonte de bronze³², contendo as inscrições H W. HOGG (Hebert W. Hogg) e coreto em ferro fundido, confeccionado pela firma Francis Morton & C^a Limited Engineers, de Liverpool (fig. 13 e fig.14), conforme o “Projeto de conservação e restauro do chafariz da Praça D. Pedro II”, elaborado pela Prefeitura de Manaus. No local existe ainda centenária e frondosa vegetação, que constitui o ambiente do jardim, que é ladeado por edificações de valor histórico-cultural, como o Paço Municipal, erigido em 1875.



Figuras 13 a 14 – Praça Dom Pedro II, Álbum de Manaós 1901-1902.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

³² A engenheira Silvia Puccioni identificou a peça como igual a do chafariz locado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O Hotel Cassina

Localizado no entorno da Praça, o Hotel Cassina, (fig. 15) foi também denominado de Cabaret Chinelo.



Figura 15 – Fachadas do Hotel Cassina, final do século XX.
Fonte: Acervo Pessoal, Carmelia Esteves de Castro.

Braga refere-se às personalidades que ali se hospedaram, como o escritor Coelho Neto, Plácido de Castro, Caudilho que, “em seu salão de jantar, sofreu atentado a bala, ao tempo em que, defendia as terras brasileiras do Acre contra as manifestações militares bolivianas” (BRAGA, 2002, p. 1). Ele escreve:

[...] Foi o primeiro estabelecimento de hospedagem de 1ª classe em Manaus, seus hóspedes eram visitantes eminentes, ricos comerciantes, atores teatrais famosos, políticos, coronéis de barranco e seringalistas, de passagem por Manaus, vindos do sul do país ou do exterior. Este hotel, no ciclo da decadência da borracha, iria desaparecer em seu lugar surgiria o famoso Cabaré do Chinelo do “Bas-Fond” e das prostitutas.

[...]

Localizado no antigo bairro de São Vicente de Fora, hoje conhecido como centro antigo [...]. O Hotel Cassina foi caracterizado como um dos principais “points” da cidade, feito este que durou anos... (BRAGA, 2000, p. 1).

Atualmente o prédio se encontra em acelerado processo de degradação (fig. 16 e fig. 17) e com a perda de seus valores culturais: desagregação dos revestimentos das fachadas, perda dos elementos decorativos em ferro fundido, decomposição das características espaciais, entre outros. “Este prédio representa hoje, um retrato vivo da decadência da borracha. Mas está de pé, na sua função de lugar da memória, como a ‘imortalizar a morte’” (NASCIMENTO, 2002, p. 52).



Figura 16 e Figura 17 – Detalhes das Fachadas degradadas do Hotel Cassina, 2002.
Fonte: SEC – Ateliê de Restauro.

Observa-se nas fotografias o péssimo estado de conservação do imóvel. Em 2006, foi iniciada a montagem do canteiro de obras de restauro, pela Secretaria do Estado da Cultura – SEC, porém, o projeto não teve prosseguimento.

Palácio Rio Branco

A Praça D. Pedro II também é ladeada pelo Palácio Rio Branco, edificação que segundo Mesquita (2007), foi projetada por “Rossi & Irmãos”, no Governo de Constantino Nery.

É um edifício de dois pavimentos (e porão baixo), tratado com bossagem e sua fachada apresenta três corpos, sendo o central ligeiramente descolado à frente, ostentando um pórtico que, na parte superior, apresenta colunas compósitas (MESQUITA, 2007, p. 265).

Os elementos de fachada são constituídos de argamassa pigmentada na cor ocre e mármore branco. Há também duas esculturas em metal, de figuras femininas desnudas, ladeando as escadas da fachada frontal. O interior da edificação é ornado com forros em estuques compostos por elementos fitomórficos, pisos confeccionados nas madeiras Acapu e Pau Amarelo, e pastilhas vidradas sextavadas, entre outros elementos decorativos.

O imóvel foi restaurado em 2002 e manteve o uso institucional até 2006, quando a Assembleia foi transferida para o Bairro Parque 10 de Novembro e o prédio foi fechado.

Paço Municipal: O palácio da presidência

O Paço Municipal está localizado no antigo bairro de São Vicente entre a Rua Bernardo Ramos, Avenida Sete de Setembro (antiga Rua Municipal) e Rua Capitão Vitório, na Praça Dom Pedro II.



Figura 18 – Paço Municipal, final do século XIX.
Fonte: SEC – Museu da Imagem e do Som.

O prédio (fig. 18) é tombado pelo governo do estado e possui características neoclássicas e teve seu projeto elaborado em 1865, segundo Castro (1948, p.54) apud Mesquita (2006, p.79). Projetado para abrigar o Paço da Câmara foi alugado à província em 1884 a fim de sediar o Palácio da Presidência, conforme Mesquita (2006).

O Paço Municipal torna-se parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Manaus, e em 1957 passa a chamar-se de Paço da Liberdade, no governo de Gilberto Mestrinho. No início dos anos de 1980 o Paço Municipal fica sob a proteção especial da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, o atual Conselho Estadual de Defesa do Departamento Histórico e Artístico da Amazônia - CEDPHA (Souza, 2001-2004).



Figura 19 – Obra de Restauração do Paço Municipal, 2006.
Autor: Hamilton Salgado.
Fonte: Prefeitura de Manaus – Programa Monumenta – UEP.

O Governo do Estado utilizou o prédio como sede até a aquisição do Palacete Scholtz, em 1907. O Paço também foi sede da Prefeitura de Manaus até 1998, quando esta foi transferida para o Bairro da Compensa, ficando o prédio abandonado a partir de então.

Em 2003 o prédio é integrado à “Área de interesse do Projeto”, do Programa Monumenta. Corrêa escreve que

O prédio constitui um dos dois objetos âncoras a receberem os recursos voltados à restauração por meio do Programa Monumenta. Juntamente com os objetos artísticos do Coreto e Chafariz em ferro fundido, situado na Praça D. Pedro II, configuram um conjunto integrado, expresso na continuidade entre o espaço edificado e o jardim aberto, estruturados em uma única ambiência urbana (CORRÊA, 2007, p. 14).

A proposta de revitalização da área pelo Programa Monumenta previa a integração da Praça Dom Pedro II, o futuro Museu e a comunidade que reside no seu entorno. E que após a recuperação da edificação, a construção abrigasse o Museu da Cidade, como escreve Caldas (2006). Proposta da gestão dos prefeitos Alfredo Nascimento, mantida na gestão de Serafim Corrêa.

Porém, com a mudança de governo, gestão Amazonino Mendes, opta-se por mudar o uso previsto do imóvel para o Museu de Arte Contemporânea. A obra foi

inaugurada em dezembro de 2012 e até o término desta dissertação, não se tem notícia do projeto de museologia que será implantado.

Arquivo Público do Estado

O prédio do Arquivo Público do Estado guarda os registros da cidade, porém tanto as condições da edificação quanto ao estado de conservação do acervo, estavam em péssimo estado de conservação, no período da pesquisa. Nascimento relata que “[...] Há apenas uma bibliotecária que é a Diretora; poucos documentos estão organizados em ordem cronológica... Os próprios funcionários parecem não saber do valor que aquele ambiente e as obras que ali se encontram, tem para a história da cidade” (NASCIMENTO, 2002, p. 53).

2.3.2 Catedral de Manaus – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

A Catedral de Manaus – Igreja Matriz de Nossa da Conceição, está localizada no cume da praça da matriz entre a Av. Sete de Setembro, Av. Eduardo Ribeiro e Rua Marquês de Santa Cruz (fig. 20 e 21), teve sua pedra fundamental lançada em 1858, pelos padres Carmelitas, sendo inaugurada, quase vinte anos depois, em 1876, ainda no período provincial (Mesquita, 2006, p.69), conforme inscrição cunhada nas paredes atrás do altar da nave da igreja.

É um marco da paisagem do Centro Histórico de Manaus (figuras 20 a 21), notável e observável de vários prismas principalmente de quem adentra a cidade pelo Rio Negro.



Figura 20 – Cathedral de Manaus, Album do Amazonas 1901-1902.

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, 1901-1902.

Figura 21 – Catedral de Manaus. Album de Manaós 1901-1902.

Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, 1901-1902.

Baseada no caixote Greco-romano, a fachada divide-se em dois andares distinguindo-se três seções centrais e duas torres laterais. O andar térreo da fachada frontal é vazado por três portas em arco pleno, emolduradas por frontão reto, ornado com elementos fitomórficos esculpidos em pedra carbonática. A escadaria e calçamento foram confeccionados em pedra de liós, vindo de Portugal e o passeio, em pedra jacaré, comum à região; a balaustrada e postes, em ferro fundido, foram confeccionados por Walter Macfarlane, Inglaterra.

No interior da igreja, na nave, foram erigidos oito altares laterais: os quatro altares mais próximos do altar-mor foram construídos originalmente em mármore e os outros foram confeccionados em madeira e gesso e recobertos por camadas de tinta, dando aspecto de mármore.

Os altares laterais foram construídos, segundo o pároco da igreja (padre Souza), porque até o período anterior a 1960, o Concílio do Vaticano só permitia ao padre a celebração de uma missa por dia em cada altar da igreja. Por isso, com a construção de vários altares laterais na nave, podiam ser celebradas várias missas durante um mesmo dia.

Jardins da Matriz - Praça da Matriz

A Catedral, os Jardins e a Praça da Igreja Matriz compõem um conjunto paisagístico histórico e cultural protegido pela legislação federal e estadual (área de entorno de bem tombado em nível federal, na época da pesquisa, atualmente considerada área protegida, em processo de tombamento em nível federal; e área protegida pela Lei Orgânica de Manaus – LOMAM), o que implicaria em um diálogo entre os gestores quanto à administração daquela área.

O local denominado atualmente pela população em geral de Praça da Matriz, compreendia, no início do século XX, um complexo integrado de Praças e os Jardins da Matriz. As praças foram outrora denominadas: Praça Oswaldo Cruz, Praça da Alegria, Praça da Matriz, Praça do Comércio, Largo da Imperatriz e Praça da Imperatriz. Essas áreas tiveram os traçados várias vezes modificados pelas administrações públicas, conforme demonstram Mesquita (2006), o Projeto de Recuperação da Praça da Matriz, elaborado em 1994 pela Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR e Secretaria Municipal de Obras Saneamento Básico e Serviços Públicos – SEMOSB, a dissertação

de mestrado de Maria Evany do Nascimento³³ denominada “Patrimônio e Memória da cidade: Monumentos do Centro Histórico de Manaus”, e os diversos registros iconográficos realizados no local desde o século XIX.

As alterações urbanísticas abrangem o traçado urbano, o deslocamento e inserção de equipamentos, introdução de novos usos incompatíveis com a conservação da área, entre outros. O local foi paulatinamente remodelado como demonstra parte do estudo iconográfico realizado pela Prefeitura de Manaus, no Programa Corredor Cultural, feito por Peres e Silva (2008), no Apêndice 1.

As praças e jardins foram decorados entre o final do século XIX e início do século XX por elementos em ferro fundido, provenientes das fundições artísticas da Europa, como atestam as prospecções realizadas pela SEC e pela Prefeitura de Manaus – Programa Corredor Cultural. Esse tipo de ornamentação foi disseminada em Manaus na difusão dos padrões estilísticos promovidos pela *Belle Époque* e pelo ecletismo.

Em frente à Catedral, na Praça Oswaldo Cruz há uma Fonte de Ferro de origem inglesa, confeccionada pela fundição artística *Sun foundry* – Glasgow; o Relógio Municipal, tombado pelo governo do estado, de origem suíça, situado na Avenida Eduardo Ribeiro, foi erigido na administração do prefeito Araújo Lima. E um obelisco em alvenaria e mármore, edificado em comemoração ao 1º Centenário da elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de cidade, dentre outros.

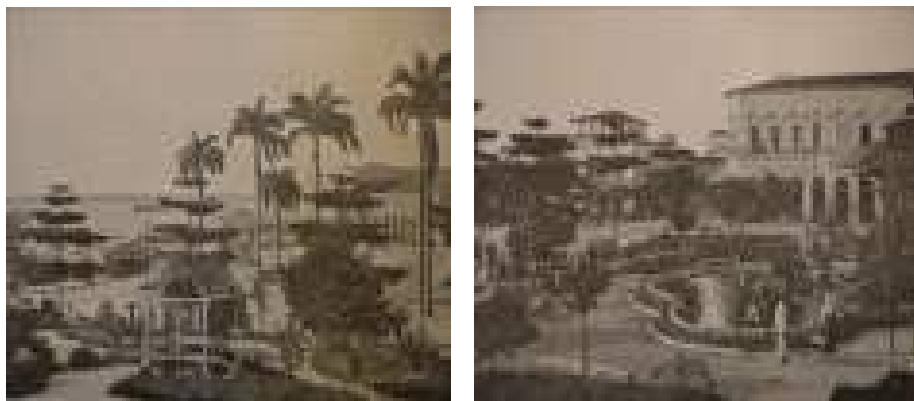


Figura 22 e Figura 23 – Jardins da Matriz.
Fonte: Álbum Manaus: 1901-1902, sd.

Quanto aos modelos aplicados no início do século XX, nas cidades brasileiras, Robba e Macedo esclarecem que:

³³ Nascimento escreveu “Patrimônio e Memória da Cidade: Monumentos do Centro Histórico de Manaus” pela Universidade Federal de Amazonas, em 2003. A partir da seleção de quatro monumentos dispostos no CHM, destaca a importância da preservação e defende a cidade como um museu a céu aberto...

Com a rápida consolidação e assimilação do modelo da praça ajardinada como padrão de modernidade urbana, consolidou-se também o hábito de projetar a praça pública. As praças já não podiam ter as características dos largos coloniais, sem vegetação ou sem os elementos pitorescos da *Belle Époque*.

[...]

Esse padrão de projeto de praça ajardinada, devido à influência cultural francesa e inglesa, é dotado de uma forte unidade em seu programa e forma, e é típico de uma linha de projetos de arquitetura brasileira denominada *Ecletismo*. Essa linha, que engloba desde os jardins do século XVIII até as grandes praças ajardinadas construídas nas primeiras décadas do século XX, se caracterizando pela apropriação de vários estilos e influências...

[...]

No epicentro dessa linha de projetos, e como sua força motriz estavam as grandes reformas urbanas do final do século XIX. A violência e a rapidez de tais transformações sedimentaram o Ecletismo como o mais expressivo padrão arquitetônico no país (ROBBA; MACEDO, 2003, p. 30).

É nesse cenário cultural que se insere esse marco da paisagem de Manaus, constituído por elementos de diversas procedências e variedade de materiais. Numa grande área disposta com chafarizes, esculturas, elementos arquitetônicos em ferro fundido, inserção de várias espécies de vegetação, lago, coretos e *chalet* em material cimentício, bonde, etc.

Porém, em menos de um século, esse patrimônio foi sendo bastante transformado: as praças perderam as configurações espaciais e novos elementos são inseridos na paisagem, como o terminal de ônibus, o Pavilhão Universal foi transferido para a Praça Tenreiro Aranha. O Chafariz dos Leões, cuja odisseia está descrita em Mesquita (2006), que estava desmontado e armazenado em depósito da Prefeitura de Manaus, foi remontado na Bola do Eldorado em meados da década de 2000 e em 2009 foi transferido para o Parque Jefferson Péres. Na Fachada lateral do Jardim da Matriz existia um lago, cuja área foi identificada e mapeada pela equipe de arqueologia no projeto de restauração da Catedral em 2002.

Havia também na Praça um monumento ao Barão de Sant'Anna que, segundo Nascimento (2004, p. 131) fora encomendado em 1902, por Sebastião Diniz, para homenagear o escritor de "*Le pays des Amazonas*". Inaugurado em 1905, na Praça XV de novembro foi transferido para a Praça Oswaldo Cruz e em 1975, na administração de Jorge Teixeira, teve a escultura destruída. Sobre essas dilapidações do lugar, Mesquita acrescenta que

Durante a administração do Prefeito Jorge Teixeira, desapareceu a praça arborizada, com o Pavilhão Ajuricaba, além de suas frondosas mangueiras, enquanto que o chalé foi desmontado e transferido para outro local; atualmente se encontra em frente à área onde antigamente

havia a praça Tamandaré, depois Tenreiro Aranha e atualmente Adalberto Valle... (MESQUITA, 2006, p. 282).

Do Monumento à Sant'Anna Nery (fig. 24), restou apenas o busto, em ferro fundido, que o encimava e que foi transferido para os Jardins da Matriz. Porém, em 2006, o busto foi roubado e recuperado pela polícia, que encaminhou a obra à SEC, para restauração e que após a intervenção, dispôs novamente o busto na praça.



Figura 24 – Monumento à Sant' Anna Nery, início do século XX.
Fonte: SEC – Biblioteca virtual.

Buscou-se em Gonçalves (1996), entender o que ocorreu no CHM, às drásticas mudanças na paisagem no período de um século, o autor atenta que a ideia de perda do patrimônio cultural é criada dentro do discurso preservacionista e que esta é uma construção manipulada politicamente e que, portanto, o patrimônio como toda a coleção jamais se completará.

Compreendeu-se que o patrimônio cultural disposto no Centro Histórico de Manaus tem sido recomposto e composto, como estratégia política dos governos para valorização de suas gestões. Os bens degradados e abandonados foram reinventados por meio das intervenções que a princípio tinham como premissas a (re)construção sem fundamentação histórica e causaram perdas irreversíveis dos valores culturais na paisagem.

Uma importante mudança observada é nas intervenções realizadas na década de 1970 e entre 1997 a 2009, é que embora ainda tenha-se como princípio restaurar o que está muito degradado, as instâncias governamentais fundamentam-se em aportes científicos, embora ainda sejam comuns tentativas e erros nesses processos. O IPHAN estabelece as regras de acordo com as diretrizes internacionais e cada vez mais de acordo com a heterogeneidade brasileira, a Prefeitura por meio da legislação e programas tenta implantar essas deliberações e o Governo do Estado, na maioria das vezes atenta para as diretrizes conservacionistas, mas por vezes cria as suas próprias regras de acordo com os valores estilísticos da Belle Époque, como será abordado no Projeto da Praça de São Sebastião.

Situação da gestão da conservação no período da pesquisa

Os Jardins e à Praça da Matriz, são bastante frequentados pela população, pois são vários os atrativos dispostos na área e no seu entorno, tais como: o Porto de Manaus, a Zona Franca de Manaus, a Catedral, o Terminal de ônibus, o comércio popular, o Mercado Adolpho Lisboa, o entreposto da Feira da Banana e a Feira da Manaus Moderna, entre outros.

Observa-se que uma das primeiras perdas do patrimônio erigido pelo colonizador no entorno da Catedral foi a redução da área destinada ao transeunte. As alterações dos traçados das praças, ocasionadas por reformas citadas anteriormente, a demolição e transferência de seus elementos artísticos e arquitetônicos para outras áreas da cidade e a construção de novos equipamentos privilegiaram o fluxo dos automóveis, em detrimento do transeunte. A área foi paulatinamente perdendo os seus valores culturais e econômicos, o que levou à degradação humana.

Um problema identificado reside na ocupação dos espaços públicos no Centro Histórico de Manaus – CHM pelos camelôs, e envolvem múltiplos atores, o patrimônio público, questões políticas, econômicas, sociais e eleitorais, pois pode representar um risco às futuras (re)eleições. Resolver a questão da apropriação do espaço público para comercialização é uma atribuição do Governo Municipal, que deve monitorar e dá a concessão para que eles se instalem e não tem o controle dos produtos oferecidos a população.

Os problemas econômicos, que ocasionaram o êxodo humano do Nordeste, Norte e interior do Amazonas para Manaus, o pouco controle do poder público no que tange à gestão da conservação da área, a ausência de análise e monitoramento sistêmico, o parco e insuficiente nível das intervenções realizadas na área em nível ambiental e

social, a descontinuidade dos programas que leva ao não aproveitamento dos diagnósticos e projetos realizados para recuperação da área e a perda de recursos advindos de convênios com o governo federal e instituições internacionais, a ausência de ferramentas que permitam que os programas tenham prosseguimento após o término dos mandatos dos políticos, os poucos recursos advindos do governo federal para a recuperação daquela área da cidade, são alguns indicadores da gestão e indicadores de conservação³⁴, que mensuram e evidenciam o alto índice de degradação da área.

Na análise da conservação do patrimônio cultural é preciso atentar ao que foi realizado, ao que não foi realizado, ou está paralisado e ao que se deseja realizar. Problemas relacionados com as etapas de negociação, monitoramento, avaliação e proposição e controle (ZANCHETI, 2002) também foram observados na gestão da área, no que tange à administração do IPHAN, pois o Complexo *Booth Line* – área onde há indícios de ser o local onde estava situada a Fortaleza – protegido em nível federal está embargado, desde 2002.

O embargo às obras do Porto de Manaus foi promovido pela demolição de parte do conjunto arquitetônico, ocasionada por obras do “Porto Privatizado”. Após o embargo, o conjunto ficou abandonado, sem que nenhuma medida proposta pelo IPHAN, sobretudo a de escoramento das estruturas das edificações tenha se cumprido pelo Porto Privatizado até 2009.

O Museu do Porto, localizado no entorno imediato da Praça da Matriz e também tombado pelo IPHAN, possui acervo documental e tecnológico sobre a cidade de Manaus e história da instituição destacável, porém degrada-se há décadas sem que uma solução efetiva tenha sido tomada para sua conservação.

As intervenções propostas para os espaços públicos devem ser realizadas em consonância com os agentes e atores que regem as áreas, para que embargos não empaquem o processo e comprometam o resultado final das intervenções e que as mesmas estejam em consonância com as culturas as quais representam.

Quando se trata da gestão municipal na área, observa-se que há duplicidade de

³⁴ Zancheti escreve que “os indicadores são representações formais qualitativas e quantitativas para mediar a mudança da realidade do tempo. Os indicadores quantitativos permitem a comparação entre situações e realidade, no tempo ou no espaço. Os qualitativos expressam o caráter de uma realidade não quantificável [...]”, Como por exemplo os indicadores de conservação: “Estado de conservação dos bens tombados e espaços públicos; Número de construções reabilitadas por ociosidade, do estoque construído; estado de manutenção urbana; Diversidade funcional do sítio; Caráter residencial do sítio [...]”. E indicadores de gestão, que podem ser mensurados por meio da: Atualização dos inventários de bens tombados; Efetividade dos cadastros imobiliários e fiscais; Periodicidade operativa e representativa da Comissão de Conservação; Iniciativa de planos e projetos; Número de consultas do público ao escritório” (ZANCHETI, 2003, p. 110-111).

funções no que tange às atribuições, como várias secretarias municipais com a mesma função na gestão do CHM, isto é um entrave para a gestão da conservação na área.

2.3.3 Praça Heliodoro Balbi e entorno

A Praça Heliodoro Balbi está situada entre a Rua José Paranaguá, a Avenida Floriano Peixoto e a Avenida Sete de Setembro, uma das principais avenidas do Centro Histórico de Manaus – CHM, segundo Braga (2001), sua designação é uma homenagem a Heliodoro Balbi, advogado, jornalista, professor do Ginásio Pedro II, fundador da Associação Amazonense de Letras – AAB e integrante do Partido Revolucionista, falecido em 1918. A Praça é popularmente chamada também de Praça da Polícia, pois está localizada em frente ao Palacete Provincial, antigo Quartel da Polícia.

A Praça Heliodoro Balbi teve várias denominações “oficiais ou não” como descreve Braga (2001): Largo do Liceu, Largo do Palacete, Largo 28 de setembro, Praça da Constituição, Praça Gonçalves Ledo, Praça Roosevelt, Praça João Pessoa (BRAGA, 2001, p. 1). As denominações denotam os acontecimentos históricos e culturais, e indicam as intervenções realizadas como a modificação de sua configuração espacial na gestão do governador Eduardo Ribeiro, com vistas a dar passagem para o bonde, a demolição da casa de guarda, a desativação do lago e chafariz, a colocação de cercas ao redor dos jardins, a construção de uma passarela, o deslocamento do Café do Pina, entre outras mudanças na paisagem, como escreve Braga:

[...] Tem história peculiar na formação urbana da cidade de Manaus. Antes de ser organizada como logradouro público, ladeada pelo Colégio Amazonense D. Pedro II e pelo Quartel da Polícia era um pedaço de chão que parecia destinado a recolhimento e passeio da população, um imenso descampado (BRAGA, 2001, p. 1).

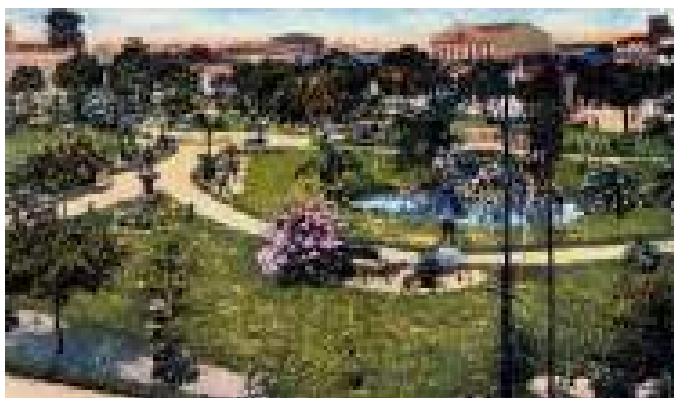


Figura 25 – Praça Heliodoro Balbi, início do século XX.
Fonte: Coleção Alain Cõix.

O ajardinamento (fig. 25) foi determinado em 1906 pelo Prefeito de Manaus, Coronel e Comandante da Polícia Militar, Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa (BRAGA, 2001, p.1), e faz daquela parte da cidade um ponto de parada, aos transeuntes, alunos do Colégio Amazonense e aos frequentadores que utilizam os tabuleiros da Praça para jogar dominó, os bancos para sentar e contemplar, conversar e namorar; os lagos para se refrescar, pois a frondosa vegetação ameniza a temperatura e torna a praça um atrativo a qualquer hora do dia.

Seguindo linhas europeias, especialmente a francesa em todo o seu traçado com jardins singulares, um pavilhão de ferro erguido sobre base de alvenarias de pedras, lago artificial cortado por uma ponte de cimento armado, uma gruta com cascata, um chalé de alvenaria com tijolos para guardar as ferramentas que cuidariam da sua conservação (BRAGA, 2001, p. 1).

O Mobiliário

O jardim é também decorado por dois coretos, um em ferro fundido e outro em alvenaria; e quatro esculturas em ferro fundido da fundição Val d'Osne, sendo elas a: Diana, Deusa da caça; Mercúrio, divindade mensageira dos Deuses, protetora dos viajantes e Deus do Comércio; a Ninfa; o cão e o Javali, representando o Cão e o Javali da mitologia romana. Há também duas esculturas em ferro fundido na entrada frontal do Palacete, representando dois soldados.

No ano de 1997, o historiador Otoni Mesquita confirmou junto a Fundação Val d'Osne a origem das peças que naquela ocasião não estavam catalogadas pela fundição como parte do acervo francês (figuras 26 a 29), ele também identificou que a escultura “o Cão e o Javali” exposta nos jardins do Palácio do Catete é igual à da Praça, em Manaus.



Figura 26 – Escultura em Ferro fundido, Musa – Fundação Val d'Osne, final do século XIX.

Figura 27 – Escultura em Ferro fundido, O Cão e o Javali – Fundação Val d'Osne, final do século XIX.

Fonte: Daniela Arthur, 2009.



Figura 28 – Escultura em Ferro fundido, Diana, a Caçadora – Fundação Val d’Osne final do século XIX.

Figura 29 – Escultura em Ferro fundido, Apolo – Fundação Val d’Osne final do século XIX.

Fonte: Daniela Arthur, 2009.

Há uma fonte em ferro fundido, lagos, ponte e lago com borda em rustificação, decoração observada em outras praças construídas no mesmo período no Brasil, confeccionados em cimento apresentando características fitomórficas. Braga escreve que

[...] Em 1950 surge o Café São Jorge, depois Café do Pina, como é conhecido até os dias de hoje, fazendo história e sendo palco de inúmeros episódios interessantes da vida boêmia de Manaus, da política e das letras.

[...]

Em 1954 na praça foi fundado o Clube da Madrugada, de baixo de um mulateiro, servindo como movimento cultural e literário de renovação das letras e artes do Amazonas (BRAGA, 2001, p. 1).

A Praça está inserida no contexto urbano, não somente pela dimensão espacial, local de passagem, corredor urbano, vértice da tríade Catedral, Porto de Manaus e Zona Franca de Manaus, mas, também, pelas atividades que são desenvolvidas ao seu redor, pela interação com as edificações históricas situadas no entorno e pelas práticas sociais e culturais ali realizadas, a apropriação do espaço urbano pela população que frequenta o local e seu entorno.

A Praça Heliodoro Balbi, conjuntamente com a Praça da Matriz, localizadas no perímetro da Avenida Eduardo Ribeiro, são de singular importância no contexto histórico,

artístico e paisagístico do CHM e continuam sendo suporte para as dinâmicas culturais ocorridas no CHM.

As edificações históricas do entorno

A Praça Heliodoro Balbi, é ladeada por várias edificações históricas, como o Colégio Estadual do Amazonas, outrora denominado Liceu Provincial, Gymnásio Amazonense Dom Pedro II (fig. 30). A obra de construção da edificação teve início em 1881, sendo oficialmente concluída em 1896. A edificação, que abrange uma quadra, destaca-se na paisagem pela robustez do envelope e pela cantaria em Liós da fachada frontal. Ali estudaram personalidades do Amazonas, como o senador Jefferson Péres e governadores Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes. O prédio foi recuperado pelo governo de estado, no período da pesquisa, com a assessoria dos técnicos da Coordenadoria de Patrimônio Histórico da SEC.



Figura 30 – Colégio Amazonense Pedro II, final do século XIX.
Fonte: Carmelia Esteves de Castro.

Guardadas na memória dos habitantes mais antigos estão também outras edificações históricas localizadas no entorno da Praça, como o Cine Guarany (fig. 31), também denominado “Cine Olympia” (CASTRO, 2001, p. 1), “Casino – Theatro Julieta” e “Theatro Alcazar” Braga (2001, p.1), cujo prédio foi demolido em 1986, para dar lugar a uma agência bancária.



Figura 31 – Cine Guarany, século XX.
Fonte: Carmelia Esteves de Castro.

E o Cine Polytheama, datado de 1912 que, em 1993, deu lugar a uma casa de câmbio, restando da estrutura original, o frontão triangular da fachada principal e os vãos das janelas que foram identificados por meio de anamnese³⁵, durante a obra de restauração de autoria da arquiteta Socorro Gouvêa.

A edificação foi recuperada no ano de 2006 para abrigar uma loja de departamento e a intervenção primou por retomar as características arquitetônicas da fachada original, com isto os vãos vedados foram abertos e o andar térreo foi adaptado para os novos usos comerciais.

O Palacete Provincial

O início da construção do Palacete Provincial data de 1860 e o término, 1874. A edificação abrigou várias repartições públicas: o Liceu, Biblioteca Pública, Assembléia Provincial, Repartição de Obras Públicas, Museu Tiradentes, Quartel da Companhia Geral da Polícia Militar do Amazonas e Museu de Numismática (MESQUITA, 2006, p. 75). A edificação é tombada pelo Governo do Estado e está dentro do perímetro do CHM, na Zona Franca de Manaus.

A seguir visualizam-se algumas imagens do Palacete (figuras 32 a 37) que registram o descampado, antes das intervenções ocorridas que modelaram a área em

³⁵Após a coleta de informações gráficas (documental e iconográfica), há que reunir os dados emanados do próprio objeto. Trata-se da reconstituição das diversas fases de intervenção sofridas por um edifício ao longo do tempo. A essa reconstituição pode-se chamar de anamnese. Termo de origem médica que significa 'conjunto de informações acerca do princípio e evolução de uma doença' (HOLANDA, 1986); em restauração anamnese diz respeito à pesquisa e à reconstituição das diversas intervenções executadas em datas anteriores Puccioni (1997, p. 18).

praça. E também a apropriação da área pelos militares e populares e as reformas urbanísticas trazidas por Eduardo Ribeiro e Adolpho Lisboa.



Figura 32 – Palacete Província, últimas décadas do século XIX.
Fonte: Carmelia Esteves de Castro.



Figura 33 – Palacete Provincial, últimas décadas do século XIX.
Fonte: César e Cia.



Figura 34 – Palacete Provincial, 1907.
Fonte: Coleção Alain Cöix.



Figura 35 – Palacete Provincial durante o período da pesquisa, 2006.

Figura 36 – Palacete Provincial durante a obra de restauro, 2008.

Fonte: Daniela Arthur.



Figura 37 – Palacete Provincial, após a obra de Restauração, 2009.

Fonte: Daniela Arthur.

Mesquita escreve que

O Palacete Provincial foi um dos primeiros prédios públicos com características da arquitetura tradicional, construído em Manaus, sendo evidente em seu aspecto formal a herança de uma arquitetura colonial, lembrando bastante as construções típicas da Câmara e Cadeia, erguidas em todo País durante aquele período.

[...]

Revela alguns aspectos ligados ao Renascimento italiano, ou seja, um forte predomínio de linhas horizontais, e a tendência simétrica revelada na fachada e na planta baixa do edifício. Mesmo com pequena diversificação de tendências, esta obra pode ser classificada como mais um exemplar da arquitetura eclética na cidade (MESQUITA, 2006, p. 77 e 78).

O Palacete Provincial abriga o Museu Tiradentes, que guarda o acervo da Polícia Militar e o Museu de Numismática. Margareth (2001) afirma que a origem do Museu de Numismática se deve à coleção pessoal de moedas, cédulas, medalhas e documentos históricos do comerciante e governador do Amazonas, Bernardo de Azevedo da Silva

Ramos³⁶ (1858-1931) que, em 1898, enriqueceu seu acervo adquirindo a coleção valiosa do humanista Cícero Peregrino. Em 1900, nas festividades do quarto centenário do Descobrimento do Brasil, as obras foram expostas por Bernardo Ramos, no Rio de Janeiro. A coleção quando adquirida foi considerada, a primeira do Brasil e a quinta do mundo em valor histórico.

Criado em 30 de novembro de 1900, o Museu de Numismática foi reinstalado no prédio da Vila Ninita em novembro de 2000 e a partir de 2009 passou para sua nova sede no Palacete Provincial - local totalmente restaurado e revitalizado pela Secretaria de Cultura. O acervo está exposto em duas salas com exposições permanentes acondicionadas em 74 vitrines, abrangendo as Idades Antiga, Média e Contemporânea, e é constituída por moedas, cédulas, medalhas e condecorações nacionais e internacionais (BRASIL, 2005).

O acervo do Museu é composto por cerca de 1.700 peças e é provavelmente o mais antigo de Manaus, e foi instituído pelo Decreto nº 460 que criou a Seção Numismática na Imprensa Oficial, em 1900.

A Pinacoteca do Estado

A Biblioteca Pública do Amazonas foi a primeira sede de funcionamento da Pinacoteca do Estado, criada no ano de 1964, no governo de Arthur Reis e idealizada pelo artista plástico Moacir Andrade. O acervo é composto por obras adquiridas desde os tempos áureos da borracha, como as de Antônio Parreiras, Manuel Santiago, Francisco Aurélio de Figueiredo, Eliseu Visconti, Burle Max, Oscar Ramos, Otoni Mesquita, Jair Jacquemont, Bernadete Andrade, Sergio Cardoso Helen Rossy, Buy Chaves, entre outros.

Em 1992 a Pinacoteca foi transferida para o prédio do Centro de Artes da Chaminé, antiga usina de água, de propriedade da empresa inglesa “*Manaos Improvements*”, empresa responsável pelo abastecimento de água no início do século XX, em Manaus. E teve como diretor o artista plástico Jair Jacquemont, que mantinha uma agenda de exposições e cursos, além de atividades teatrais e musicais.

Porém, desde a implantação da Pinacoteca, o governo não fomentou a conservação, restauração e preservação do acervo. O prédio não oferecia uma infraestrutura adequada, e as obras do acervo degradaram acondicionadas umas sobre as outras, em uma área ínfima, com goteiras e umidade.

³⁶ Bernardo D' Azevedo da Silva Ramos (1858-1931), também foi colecionador de moedas e fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, em Manaus.

Em abril de 1997 a Secretaria de Cultura do Estado instituiu a Coordenadoria de Patrimônio Histórico³⁷, que implanta a Assessoria de Patrimônio Histórico, o Ateliê de Restauo de Obras de Arte (fig. 39) e posteriormente o Ateliê de Conservação e Restauo de Papel.

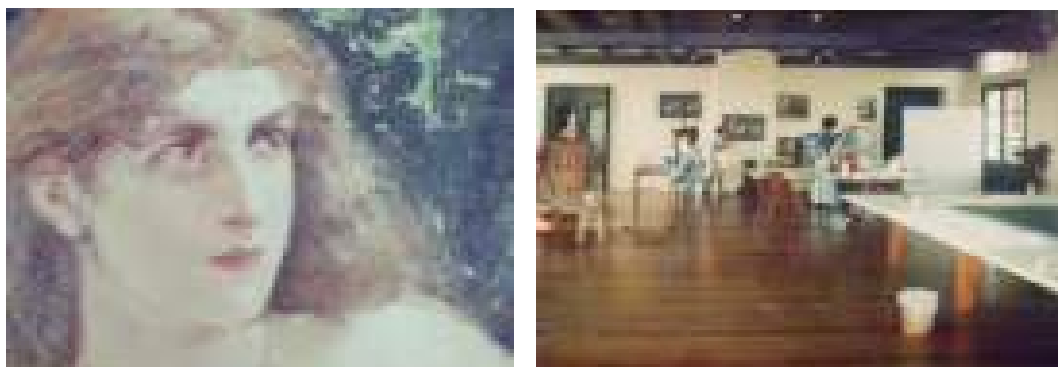


Figura 38 – O Banho de Ceci, 1899. Durante o processo de restauração, 1997.

Autor: Francisco Aurélio de Figueiredo.

Fonte: SEC – Ateliê de Restauo. Alberto César, 1997.

Figura 39 – Ateliê de Restauo, Centro de Artes Chaminé, 2000.

Fonte: SEC – Ateliê de Restauo. Alberto César, 2000.

As obras restauradas inicialmente foram expostas em prédios da SEC, como o Centro Cultural Palácio Rio Negro, a Biblioteca Pública, a Sede da SEC, entre outros. A partir de 2000, sob a curadoria da museóloga Vera Lucia Ferreira e posteriormente pelo artista plástico Oscar Ramos, após a conservação-restauração de mais de 775 obras o acervo foi selecionado e exposto na Vila Ninita.

No decorrer dos anos, vários cursos foram propostos e organizados pelo ateliê, como o “Seminário internacional de conservação, restauração e preservação de bens culturais”, do Brasil e Itália, que reuniu vários especialistas dos mais distintos suportes, na cidade de Manaus.

Além da conservação e restauo do acervo da Pinacoteca, o Ateliê também contribuiu, no que tange aos bens móveis e elementos decorativos integrados à

³⁷Coordenada primeiramente pelo jornalista, artista plástico e historiador da arte Otoni Mesquita; e posteriormente pelos arquitetos Alfredo Marques e Regina Maria Lobato. No mesmo ano, Otoni e a conservadora-restauradora Elisabete Edelvita Chaves da Silva implantam o Ateliê de Restauo de Obras de Arte (figs: 53 e 54), com vistas a conservar e restaurar o acervo da Pinacoteca do Estado. Atividades museológicas começam a ser realizadas, no Centro de Artes Chaminé, como a conservação das obras, a catalogação, a restauração, a exposição, entre outras. A partir de 2000, a Coordenadoria de Patrimônio Histórico e o Ateliê de Restauo de Obras de Arte passam a ocupar uma residência na Praça de São Sebastião, onde é implantado também o Atelier de restauo de papel gerenciado por Denise Baraúna de Vasconcelos, e a Gerencia de Projetos Especiais, por Franklin Mota. A partir de 2009, os Ateliês estão locados no Palacete Provincial.

arquitetura, nos projetos de cursos de capacitação em restauro e “Fachadas da Sete”, consultorias técnicas, restauro de catedral, restauro do Monumento de Abertura dos Portos, restauro das esculturas da Praça Heliodoro Balbi (fig. 40), restauro do Palacete Provincial, restauro da Academia Amazonense de Letras, entre outros.



Figura 40 – Restauração de escultura em ferro fundido - Ninfa, fabricada pela Fundação Val d’Osne, 2008.

Fonte: SEC – Ateliê de Restauro de obras de arte.

Em 2009, após o restauro do Palacete Provincial, o Ateliê de Restauro e o Atelier de Papel, a Reserva Técnica (instalados no Largo de São Sebastião) e o acervo (que estava disposto na Vila Ninita) foram transferidos para o Palacete Provincial, onde estão até hoje instalados.

Situação da Gestão da conservação no período da pesquisa

A Praça Heliodoro Balbi está situada em uma das vias mais movimentadas do Centro Histórico de Manaus, o que propicia a circulação de alto número de transeuntes, ou de quem simplesmente converge para lá com a finalidade de sentar nos seus assentos à sombra de uma seringueira, vegetação originária da região; ou para encontrar os amigos após as aulas do Colégio Amazonense Pedro II, ou para jogar uma partida de dominó, entretenimento muito habitual na cidade de Manaus.

A Praça, a Pinacoteca do Estado, os Museus, o Palácio Provincial, ficaram durante anos abandonados pela gestão pública estadual e municipal. As manutenções ocorridas nesses locais, nos anos anteriores à pesquisa, embora profundas, como a reforma ocorrida em 2004 na gestão de Eduardo Braga, não conseguiram resolver o problema da conservação e da gestão e em pouco tempo a praça estava degradada.

Durante a maior parte do período da pesquisa, a Praça, que foi gerida pela Prefeitura de Manaus, apresentou o acervo de peças em ferro fundido e os elementos arquitetônicos degradados. A fonte não funcionava; as bacias serviam de “piscina” para menores em situação de risco que frequentavam o local (depois, inoperantes, tornaram-se depósito de dejetos humanos); a Ninfa, escultura em ferro fundido teve o braço arrancado; o coreto estava degradado com grades e vidros faltantes, servindo de abrigo para “sem-teto”. E, com o passar dos anos a praça foi tomada pelo comércio informal.

O Palacete Provincial, gerido pela Polícia Militar, estava em péssimo estado de conservação. Da praça podiam-se observar nas fachadas as esquadrias úmidas, faltantes e quebradas, as argamassas em descolamento, as calhas obstruídas, entre outros.

Nos últimos anos de ocupação do prédio pela Polícia Militar, poucos eram os oficiais que ocupavam o prédio, várias salas estavam sem uso, outras serviam de depósito de material arqueológico, coletado no Estado. Porém, mesmo com todos os problemas, a Praça Heliodoro Balbi era um local de escape para moradores e frequentadores do CHM.

A partir de 2006 iniciam-se as obras de restauro, no Palacete Provincial, e posteriormente na Praça. Nesse período negociações são feitas entre o Governo de Estado e a Prefeitura de Manaus, por meio da SEC, Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos - SEMULSP, responsável pela manutenção da praça e o Programa Corredor Cultural, com vistas à participação da Prefeitura de Manaus nos trabalhos de recuperação da Praça, como, embutir a fiação aérea, iluminar e pavimentar a praça, porém os resultados não foram exitosos.

Em 2009 o Governo do Estado inaugurou as obras de restauração da Praça e do Palacete Provincial. Passam a ocupar o prédio a Diretoria de Museus e o Museu de Numismática, Museu da Imagem e do Som, Pinacoteca do Estado, Museu da Polícia Militar e parte da Diretoria de Patrimônio Histórico, composta pelo Ateliê de Restauro de Obras de Arte, Ateliê de Conservação e Restauro de Papel, Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza³⁸ e a Gerência de Patrimônio Imaterial.

³⁸ Alfredo Augusto Castro Mendonça de Souza era filho da amazonense Carmelia Castro Mendonça de Souza, a “tia Carmelia”, professora do Colégio D. Pedro II e do escritor João Mendonça de Souza. Morou em Manaus até os 16 anos, quando foi para o Paraná cursar engenharia. Mentor do 1º curso de arqueologia do país, na Faculdade Marechal Rondon, foi sócio fundador da Sociedade Brasileira de Arqueologia - SAB e professor da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Dentre os seus textos destaca-se o Dicionário de Arqueologia.

2.3.4 Praça de São Sebastião, Monumento à abertura dos Portos do Amazonas ao comércio mundial, edificações históricas e entorno.

A Praça de São Sebastião está situada no quadrilátero formado pelas ruas Costa Azevedo, 10 de Julho, José Clemente e Avenida Eduardo Ribeiro, e o Teatro Amazonas e compõe um conjunto paisagístico de singular interesse, histórico cultural e turístico da cidade de Manaus.

Mesquita (2006, p. 293) escreve que no final do século XIX, “só havia no local uma coluna em alvenaria, muito simples, dedicada à abertura dos portos...” (fig. 41). Monteiro registra que a abertura do Rio Amazonas ao comércio mundial, se deu em 7 de setembro de 1867, com vistas a “promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e comércio do rio Amazonas e seus afluentes dos rios Tocantins e São Francisco” (MONTEIRO 1990, p. 49).

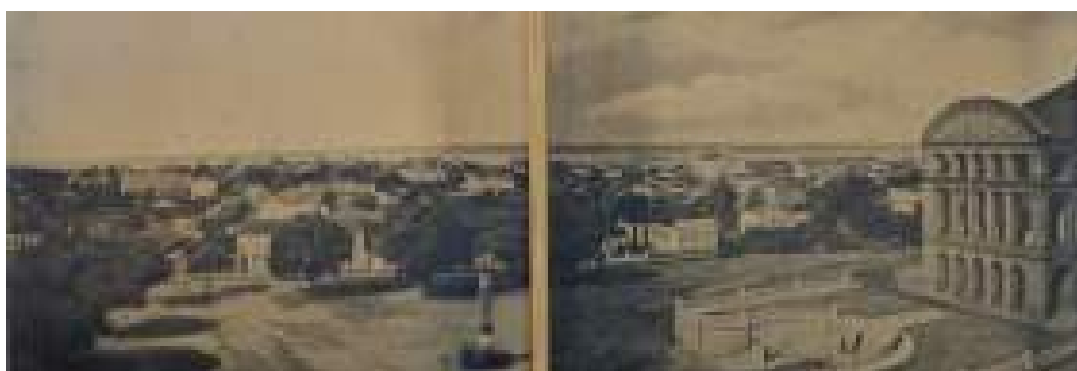


Figura 41 – Cidade de Manaus (lado sul), 1899. Álbum O Estado do Amazonas. Gênova.
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

O Monumento à Abertura dos Portos

Posteriormente próximo ao local, como atesta a (fig. 42), foi erigido um monumento criado por Domenico De Angelis (-1999); obra fundida em bronze por Flli. Mercatali e G.B. Bastianelli, em Gênova e erigida ao centro da praça, de acordo com o modelo de praça moderna identificado por Camillo Sitte. Monteiro (1972) também informa que foram confeccionadas pelo escultor Enrico Quatrinni, em Roma, a base, bacias e escadaria, em mármore. Esses dados foram confirmados pelos altos-relevos e gravações que estão cunhados no monumento, e que foram registrados pela equipe de restauração da SEC, durante as obras de restauro, realizada em 2004.



Figura 42 – Monumento de Abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial.
Fonte: Álbum do Amazonas 1901-1902.
Acervo: Biblioteca Nacional.

Monteiro também informa que o Monumento foi inaugurado em 1900 não tendo De Angelis retornado à Manaus pois faleceu no mesmo ano, em Roma, abatido pela epidemia de febre amarela.

Jatobá identifica na concepção do monumento, influências grego-romanas, medievais e renascentistas e conclui que “No Monumento é clara a alusão ao caos inicial do Novo Mundo, agora civilizado, e que abre os portos aos demais continentes” (Jatobá, 2003, s/p).

Erigido no centro da Praça de São Sebastião, o monumento de mais de 13 metros, ergue-se com imponência naquele espaço e compõe conjuntamente com o Teatro Amazonas, os casarios antigos, Tribunal de Justiça, igreja de São Sebastião, arborização e as pedras do calçamento, uma ambiência singular na paisagem histórica, pois reúne em um só espaço o teatro, a igreja, a praça, o bar, a banca de tacacá, entre outros elementos.

Teatro Amazonas

O Teatro Amazonas (fig. 43) é considerado um dos símbolos do patrimônio cultural tangível, do Amazonas. Foi erigido com os lucros advindos da exportação da borracha para Europa e Estados Unidos, na gestão do governador Eduardo Ribeiro e inaugurado em 1886. É protegido pelas três instâncias de poder.



Figura 43 – Theatro Amazonas, 1899. Gênova.
Fonte: O Estado do Amazonas.
Acervo: Biblioteca Nacional.

Segundo Monteiro (2001-2004), a autoria do projeto da edificação é do Gabinete Português de Engenharia de Lisboa: “a planta vencedora está assinada por Jorge dos Santos e Felipe Monteiro, datada de Lisboa, 4 de outubro de 1882, com as chancelas do representante Antônio de Oliveira Braga e da testemunha Pais Sarmiento” (MONTEIRO, 2001-2004, p. 1). Porém, Mesquita contraria a essa afirmativa ao escrever que Monteiro não atesta, mas supõe a autoria, baseado nas inscrições da planta (Mesquita, 2006, p. 207).

A edificação apresenta características ecléticas, é ornada com materiais procedentes da França, Inglaterra, Itália etc., como a tela em *Mauroflage* do *plafond* criada pela *Caza Capezot*, em Paris. Na plateia, destaca-se o pano de boca pintado por Crispim do Amaral (1858-1911), que representa o fenômeno natural dado no Amazonas chamado de “Encontro das Águas”, que é o encontro das águas escuras do Rio Negro com as águas barrentas do Rio Solimões.

O Salão Nobre, decorado pelo artista italiano Domenico de Angelis, possui alegoria em *mauroflage*³⁹ denominada “A glorificação das Belas Artes”, falsos *gobelins*⁴⁰,

³⁹ Mauroflage – técnica que consiste em colar uma tela pintada, diretamente sobre a superfície, seja uma parede ou um teto.

⁴⁰ Técnica difundida a partir do século XVIII. São pinturas que imitam tapeçarias, realizadas diretamente sobre o tecido ou sobre fina camada de base de preparação, quase imperceptível. No caso do Teatro Amazonas a trama grossa do tecido (suporte da pintura) permite uma ilusão ótica de que a pintura é uma tapeçaria.

retratando a literatura e a fauna e flora brasileira; estuques, piso em *parquet*⁴¹, pinturas parietais em *tromp' oeil*⁴², entre outros. Detalhando esse fausto, Monteiro (2001-2004) escreve que, “para o luxo requintado do Teatro Amazonas vieram cortinas de Damasco, tapetes persianos, veludos, rendas. Os camarotes eram guarnecidos de bambinelas de veludo de *reps carmezin* com berloques de fios de ouro...” (MONTEIRO, 2001-2004, p. 1).

O Teatro Amazonas foi o primeiro bem reconhecido como patrimônio histórico brasileiro pelo IPHAN, no Amazonas, sendo inscrito em 1966, no livro Histórico dessa autarquia, em 1966.

2.3.5 Praça da Saudade

A Praça da Saudade está localizada no quadrilátero formado pelas Avenidas Ferreira Pena, Ramos Ferreira, Avenida Epaminondas e Rua Simão Bolivar. Mesquita escreve que em 1893 era denominada de Praça Cinco de Setembro, e “estendia-se desde o Palácio do Governo (atual Instituto de Educação do Amazonas) até a Avenida Epaminondas...” (MESQUITA, 2006, p. 289). Atribui-se a origem do nome da Praça da Saudade à proximidade que havia ao antigo cemitério. Nos registros iconográficos observa-se que o

Projeto (da praça) tinha linhas clássicas marcando a convergência de caminhos em direção ao monumento citado, localizado no ponto central. Dele partiam caminhos estelares e circulares, notadamente um desenho simétrico. Por entre os caminhos havia grandes gramados e pouca arborização sendo que nos quatro lados da praça existiam caramanchões que enalteciam o caráter romântico da paisagem urbana de poucos edifícios no entorno (CARNEIRO, 2006, p. 1).

Até a década de 1960, a Praça preservou a ambiência harmônica em relação à forma e espacialidade, as características românticas da praça permaneceram por pouco tempo na paisagem, foram se metamorfoseando. E na década de 1970, perdeu parte de sua área, para a construção do prédio, onde funcionavam repartições públicas, denominado Palácio da Cultura (MESQUITA, 2006, p. 290). Braga descreve as alterações que se deram na paisagem neste período, ao afirmar que a Praça da Saudade

⁴¹ O piso é formado por milhares de peças de madeiras brasileiras, encaixadas sem a utilização de pregos e que compõem um desenho geométrico. Foi restaurado durante a pesquisa pela SEC e o IPHAN.

⁴² Quer dizer iludir o olho é quando a pintura dá uma falsa impressão da realidade pintada. No exemplo da pintura assinada por De Angelis, no forro do Salão Nobre, o observador ao movimentar-se pela sala, tem a impressão que a figura modificou de posição.

Foi remodelada na administração do prefeito Josué Cláudio de Souza que nela fez incluir uma fonte luminosa de molde moderno, com pastilhas coloridas, e duas estatuetas em bronze, referentes ao homem primitivo e ao homem moderno, sendo retirados os caramanchões que a circundavam, nas quatro faces da praça, edificados em alvenaria, com 14 colunas de pedra de cada lado de sua estrutura, bem como retirados os bancos antigos, em alvenaria, que eram dos moldes existentes no Parque 10 de novembro e na atual praça do Largo de São Sebastião. Naquela remodelação foram modificados os pisos de passeio e os bancos, com o objetivo de modernização do logradouro, conforme os costumes da época que não reclamavam obras de restauração e conservação de bens antigos e tradicionais (BRAGA, 2000, p. 1).

Como ocorreu em outros lugares do CHM, houve a remoção dos elementos originários do lugar, posto que até o Monumento à Tenreiro Aranha foi erigido inicialmente na antiga Praça Tamandaré. E, gradativamente, outros equipamentos e usos também foram inseridos, como um parque de diversões, mesas e cadeiras, comercialização de bebidas e alimentos, banheiros públicos etc. E a praça foi mudando de feição. Os elementos acrescentados de vários estilos, não tinham unidade quanto aos materiais, formas e distribuição no espaço. E contribuíram para a formação de um ambiente desorganizado. Visando solucionar esses problemas a Prefeitura de Manaus – Instituto de Planejamento Urbano – Projeto Centro Vivo, desenvolveu o “Projeto de Revitalização da Praça da Saudade” que foi desenvolvido e executado no período da pesquisa.

A situação da gestão da conservação no período da pesquisa

O projeto desenvolvido pela Prefeitura de Manaus buscou privilegiar aspectos da paisagem romântica do projeto original do lugar como praça sem, entretanto, atentar às necessidades e usos atuais da população que frequentava e se apropriava da praça e as premissas contemporâneas que embasam as intervenções em áreas de valor histórico-cultural.

Com isso, após a reforma, se observa a redução da frequência da população naquele espaço público, que se esvaziou de gente e de vida.

A intervenção realizada na Praça da Saudade, em 2006 pela Prefeitura de Manaus, através do Programa Centro Vivo, privilegiou um momento histórico: a praça romântica, com caramanchões de bouganvilles e traçado concêntrico planejados no início do século XX, em contraponto às marcas da paisagem cultural.

Identifica-se a intervenção baseada em alguns conceitos introduzidos por Eugene Violet Viollet-le-Duc, nos meados do século XIX, pois a obra remove os equipamentos dispostos na praça no decorrer de sua história, sem ater-se ao significado que estes

tinham para a população. E introduz elementos que já não eram próprios às necessidades das pessoas que frequentavam o local. Mais uma vez, nas intervenções realizadas no CHM, ocorre um falso histórico, pois quem passa pela Praça poderá pensar que ela nunca tenha tido um traço diferente do “resgatado”.

Considera-se que aqueles equipamentos, como o parque de diversões, barracas, lagos, inseridos principalmente na década de 1980, escultura em bronze faziam parte da dinâmica urbana do CHM e que aqueles usos estavam inseridos no cotidiano da população que frequentava a área. Alterou-se assim o uso do espaço público, sem se ater ao uso já estabelecido pela população no decorrer do tempo e, com isso, ocorreu o esvaziamento daquele espaço, que era amplamente apropriado pela população local, embora o espaço e os equipamentos necessitassem ser reordenados e recuperados.

O Monumento Tenreiro Aranha

Montado primeiramente na Praça Tamandaré, hoje denominada Praça Adalberto Valle, o monumento foi transferido para a Praça da Saudade em 1932, conforme Braga (2000, p.1). Sua autoria é atribuída aos artistas italianos Sívio Centofanti e Raffaelli Marchesi, a manufatura e procedência são documentadas pela seguinte inscrição na peça: *Fond. Crescenzi ROMA*. E por Braga (2000), Nascimento (2003) e Mesquita (2006).

O Monumento (fig. 44), inaugurado em 1907, é uma homenagem à elevação Estado do Amazonas à categoria de Província. Mesquita escreve que “na verdade é uma homenagem a João Baptista de Tenreiro Aranha” (MESQUITA, 2006, p. 291), primeiro governador da província do Amazonas (1798 -1861).



Figura 44 – Praça da Saudade, Monumento Tenreiro Aranha, Início do século XX.
Fonte: Cartão Postal.

Constituído de base composta de materiais pétreos, apresenta escultura fundida em bronze e elementos baseados nos tratados clássicos de arquitetura e similaridades com o Monumento à Abertura dos Portos, criado por Domenico De Angelis, em 1899, no Largo de São Sebastião, para além dos materiais utilizados: bronze e mármore. Observa-se que os dois monumentos estão inseridos no CHM em um mesmo contexto histórico-cultural, havendo relação com a forma (feitura) e a espacialidade (disposição) – os monumentos foram erigidos na centralidade das praças e têm em seu entorno edificações históricas.

Ainda no período da pesquisa, nos primeiros anos do século XXI, ocorreu a tentativa e erro de restauração do Monumento à Tenreiro Aranha, pela gestão municipal, que não contratou empresa especializada e resultou a degradação da obra, por meio da utilização de lixadeira mecânica e aplicação de tinta dourada na superfície do metal, o que ocasionou a exposição do metal a intempéries e a aceleração do processo de oxidação.

Em 2008 iniciou-se o processo de restauração da praça e posteriormente do Monumento, que perdurou após o período da pesquisa, não sendo então aqui analisadas as intervenções ocorridas.

2.3.6 – Palácio Rio Negro e entorno

A edificação situada na Avenida Sete de Setembro era propriedade do comerciante alemão Waldemar Scholz, que era rico exportador de borracha, sua residência era conhecida como Palacete Scholz. Erigida em 1917 foi projetada pelo

engenheiro francês Henri Joseph Moers, conforme laudo da Comissão Permanente de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas. Com a derrocada do Ciclo da Borracha, em 1918, a residência foi arrendada pelo Governo do Estado, quando passa a ser a sede do Governo do Estado do Amazonas, conforme afirma Mesquita (2006, p. 248) (fig. 45). Tombada em nível estadual, em 1980, a residência, atualmente é um dos mais íntegros exemplares da arquitetura erigida no período áureo da borracha – embora as áreas de serviço tenham sido reformadas, uma ala tenha sido acrescida e o mobiliário não seja original.

A edificação destaca-se pela robustez da arquitetura, seja pela localização, dimensão, estilo e ou pela interação com o patrimônio natural, visto que possui um ajardinamento com vegetação amazônica nas fachadas frontal e posterior, tendo ao fundo, como limítrofe, o Igarapé de Manaus.



Figura 45 – Residência de Waldemar Scholz, s/d.
Acervo: Carmélia Esteves de Castro.

Posteriormente denominado Palácio Rio Negro, a edificação foi considerada o símbolo do poder estadual e palco de grandes acontecimentos da história do Amazonas. O prédio foi restaurado na década de 1980 e recebeu sistematicamente operações de conservação, entre 1997 a 2009, inclusive é nesse período que a cor cinza das fachadas é substituída pelo amarelo ocre revelado nas prospecções pictóricas.

Com a transferência da sede do governo para a Rodovia AM 010, pelo governador Amazonino Mendes, em 1996, implanta-se naquele local o Centro Cultural

Palácio Rio Negro (CCPRN), onde funciona o Complexo Cultural Palácio Rio Negro que é gerido, desde aquela época pela Secretaria de Estado da Cultura.

Quanto ao mobiliário, enquanto sede do governo, foi substituído e/ou extraviado por seus ilustres habitantes. Exemplo deste fato é obtido através da obra do pintor fluminense Antônio Parreiras em “História de um pintor contada por ele mesmo”, que relata que em sua passagem por Manaus, nos primeiros anos do século XX, os quadros expostos foram todos adquiridos pelo Estado, segundo Parreiras (1999). Das obras adquiridas pelo Governo do Estado, na exposição de Parreiras, só restaram duas na Pinacoteca do Estado do Amazonas: a monumental “Tormento” e “Carnaval na Roça”, restauradas entre 1999 e 2000 pelo Ateliê de Restauro/Departamento de Patrimônio Histórico, da Secretaria de Estado da Cultura. Porém, não passam despercebidas as esculturas da fundição Val d’Osne, remanescente do período de fausto.

Uma das primeiras providências do Governo do Estado, em 1997, por meio da então Secretaria de Estado da Cultura, Desportos e Estudos Amazônicos, foi, entre outras atividades, restaurar as fachadas e coberturas do conjunto arquitetônico (imóveis residenciais, sendo alguns comerciais) que ladeiam o Centro Cultural Palácio Rio Negro – CCPRN, através da implantação da Coordenadoria do Patrimônio Histórico.

CASAS DA SETE



SITUAÇÃO ANTERIOR



SITUAÇÃO ATUAL

Figura 46 e Figura 47 – *Sky-line* do Projeto Casas da Sete, apresentando os imóveis vizinhos ao Palácio Rio Negro antes e após a intervenção.

Fonte: Márcia Honda Nascimento, 2006.

Foto montagem: Antônio Carlos Nascimento.

Conjunto Arquitetônico do entorno

Este projeto piloto denominado “Fachadas da Sete de Setembro” (fig. 46 e 47), além de se propor a resolver problemas relacionados aos elementos arquitetônicos das fachadas (cromatização, esquadrias, recomposição de elementos decorativos em estuque, telhado etc.), forneceu um referencial iconográfico e plástico, não mais visível no CHM: o do conjunto. Revelou ainda, o que havia sido ocultado, degenerado e degradado,

decorrente da decadência, novos usos e falta de zelo do que foi quase apagado pela memória e dos registros históricos, mas que pode ser restaurado através das intervenções nos bens.

No entorno do CCPRN, antigo Palácio Rio Negro, há várias edificações de valor histórico e arquitetônico, como a Vila Ninita, antiga casa de cômodos, que abrigou a Coordenadoria de Patrimônio Histórico e outros setores administrativos da SEC e, posteriormente, o Museu de Numismática e a Pinacoteca do Estado do Amazonas. Havia também no entorno a Casa Genário que, em 2009, foi demolida pelo governo do Estado, no projeto de implantação do Parque Jefferson Péres. Ocorrência similar recentemente ocorreu no Rio de Janeiro, quando o IPHAN “destombou” o Sambódromo e demoliu a fábrica da cervejaria Brahma, a fim de que fosse executado o projeto inicial de Oscar Niemeyer. Isto demonstra que, por vezes, o governo dispensa os mecanismos de defesa do patrimônio para executar projetos monumentais, como ocorrido nas reformas urbanísticas na França, Rio Janeiro e Manaus entre o final do século XIX e início do XX. Essas ações, que modificam as regras previamente estabelecidas, devem ao menos ser realizadas com o aceite da população. No caso do CHM foram várias as manifestações em negativa ao feito, posto que a dinâmica de resposta foi lenta e o processo governamental foi rápido.

As Pontes de ferro

As pontes eram de fundamental importância, pois a cidade era entrecortada por igarapés, e atuam até hoje como elos entre os transeuntes e os diversos espaços separados pela geografia.

Na Avenida Sete de Setembro, no entorno do Palácio há duas pontes de ferro, uma denominada Ponte Romana, que liga as margens do Igarapé de Manaus; e a outra, a Ponte Benjamim Constant.



Figura 48 e Figura 49 – Ponte Benjamin Constant, 1901-1902.
Fonte: Álbum do Amazonas 1901-1902.
Acervo: Biblioteca Nacional.

A Ponte Benjamin Constant (fig. 48 e 49) foi construída entre 1892/1895 no governo de Eduardo Ribeiro. Recebeu várias denominações: Terceira Ponte, Ponte de Ferro da Cachoeirinha e Ponte Metálica. Segundo Mesquita (2006), foi projetada pelo Engenheiro Frank Hirst Hebblewhite. A estrutura de ferro (material procedente da Inglaterra) liga as extremidades do Igarapé da Cachoeira. No ano de 2009, no governo de Eduardo Braga, foi restaurada e recebeu iluminação monumental, com recursos do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim, quando parte da população que ocupava irregularmente as margens do igarapé foi removida.

Outra intervenção realizada pelo Prosamim foi a criação de uma paisagem cenográfica nas paredes laterais dos imóveis localizados próximos à margem do Igarapé. A pintura é um *tromp'oeil*, dá a impressão de que as fachadas centenárias pintadas são reais.

As intervenções em Centro Histórico devem expressar os vários tempos que o compõem, ou seja, considerar as perdas e ou a criação de novos patrimônios. Assim, considerando a efemeridade que lhe é inerente, é próprio que estes tragam impressas as marcas dos tempos em que foram constituídos. Bem como as inovações propostas na contemporaneidade, na qual também está inserida.

O Museu da Imagem e do Som – MISAM

Primeiramente, em 2000, foi locado no prédio projetado pelo arquiteto Severiano Mário Porto, e, segundo o *site* da SEC, é uma “parceria com empresas privadas e tem por objetivo pesquisar, coletar, conservar, divulgar e popularizar acervos de imagens,

áudio e vídeo relativos à Amazônia, através da imagem, do áudio e do vídeo” (MANAUS, 2012, p. 1).

O MISAM possui um acervo de cerca de 245.000 peças (selos, cartões telefônicos, cartões postais, negativos em acetatos, DVD's etc.) e acervos de coleções raras, como o acervo fotográfico do Silvino Santos, importante cineasta amazonense, que fez um dos primeiros registros cinematográficos da região. Em 2009 todo o acervo foi transferido para o Palacete Provincial, onde atualmente funciona a instituição.

CAPÍTULO 3

GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CHM: PROBLEMÁTICA, CRÍTICA E SUGESTÕES

3. GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO CHM: PROBLEMÁTICA, CRÍTICA E SUGESTÕES

Neste capítulo foram verificados os programas e ações de Gestão da conservação do patrimônio cultural, realizados no Centro Histórico de Manaus – CHM e apresentados dois estudos de caso de intervenções realizadas pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado da Cultura.

Pontual indica que um grande desafio da gestão das cidades é adaptá-las para as necessidades contemporâneas e que se alia a esse desafio a “valorização das características históricas e artísticas, sem perda da sua autenticidade e significado” (PONTUAL, 2002, p. 114).

Diante dos cenários expostos nos capítulos anteriores, destaca-se a gestão da conservação do patrimônio cultural, disposto no Centro Histórico de Manaus – CHM, período no qual se enfatiza o “papel desempenhado pelo poder público em prol do incentivo e fomento na política cultural” (COSTA, 2010, p. 1).

Nesse sentido analisa-se a gestão da conservação do patrimônio cultural, no CHM, no período de 1997 a 2009, cujas ações buscaram a conservação-restauração, monitoramento do estado de conservação e medidas de sustentação, legislação, elaboração de inventário, análise e valorização, negociação, proposição e monitoramento e controle, as etapas da gestão descritas por Zancheti (2002).

Naquele período o poder público estadual começou a alocar, sistematicamente, recursos financeiros e humanos, implantando órgãos para o fomento e promoção da cultura e do patrimônio no Estado; e foram enfatizados os projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Estudos Amazônicos - SEC, nas obras de restauração do CHM; pela Prefeitura de Manaus por meio da Fundação Villa Lobos e Fundação Municipal de Turismo - Manaustur, Instituto do Planejamento Urbano e Programa Monumenta; pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na gestão da arqueologia e elaboração de inventários, entre outros.

3.1 A Problemática da Gestão da Conservação no Centro Histórico de Manaus: governo municipal

Na década de 1980 a Prefeitura de Manaus destacou-se na tentativa de proteger o patrimônio cultural disposto no Centro Histórico de Manaus, por meio de uma legislação que regulasse os procedimentos de fomento e proteção à cultura e ao patrimônio cultural do município de Manaus, e identificando na “Listagem de imóveis de interesse cultural do

CHM”, 1905 imóveis de interesse cultural naquela década. Porém, a necessidade de planos e projetos não alcançou a demanda dos bens em degrado, segundo a extinta Empresa Municipal de Urbanização (hoje denominada IMPLURB) que elaborou em 1996 levantamento de “todos os terrenos e propriedades abandonadas no centro da cidade, identificou 115 prédios e 48 áreas baldias, sendo a maioria classificada em péssimo estado de conservação” IMPLURB (1996) totalizando quase 10% dos imóveis considerados de interesse histórico, naquela época.

No que diz respeito à identificação e catalogação do patrimônio edificado destaca-se também o banco de dados feito pela Prefeitura de Manaus e o Governo Federal, por meio do Programa Monumenta, denominado “Cadastro dos imóveis de interesse de preservação”.

Observam-se ações exitosas no que tange à realização de algumas etapas da gestão, como no processo de tombamento do Mercado Adolpho Lisboa, em 1988, quando o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional utilizou os documentos produzidos pela Prefeitura, como a “Planta cadastral do CHM”, para referenciar a ação proposta. Da mesma maneira, o Estado, quando se trata da conservação de imóveis de valor histórico, utiliza-se da legislação municipal como justificativa para intervenção.

Porém verificou-se que os levantamentos e projetos que também devem ser considerados fontes para conservação e para as futuras análises do patrimônio cultural, não são rigorosamente conservados. Raramente existe um setor de arquivo que efetivamente catalogue e disponibilize as informações, que muitas vezes são perdidas, entre uma gestão e outra, ou dispersas nas secretarias. A manutenção dos suportes - servidores, mídias portáteis, laudos, dossiês, pesquisas, relatórios, fotografias, plantas, entre outras -, e a realização periódica de *backup* é de suma importância, considerando a vulnerabilidade desses suportes.

Observou-se durante as gestões, que a perda de informação também decorre pelo insuficiente número de funcionários efetivados, principalmente na Prefeitura. Os funcionários públicos são a memória viva das instituições e contribuem para o registro e a comunicação das ações preservacionistas ocorridas. O alto índice de cargos comissionados, ou seja, o alto índice de pessoas que participam temporariamente da gestão e que não têm como premissa o planejamento, e sim a execução dos projetos em curso, e ou, a execução de projetos de curto prazo, prejudica o processo de preservação do patrimônio cultural, bem como o deslocamento dos técnicos nos departamentos dificulta a manutenção da memória dos governos e promove a perda das informações. Lima escreve que

[...] O processo de agregar informação é, no cotidiano do trabalho, reconhecido como ganhar informação. De modo contrário: deixando de registrar o objeto perde informação (FERREZ, 1994, p. 67) configurando lacuna informacional, implicando até em desconhecer fatores necessários e relativos à segurança e legalidade do acervo (LIMA, 2008, p. 8).

Os dados pesquisados e comprovados durante as obras e os serviços executados corroboraram a percepção de como se constituiu o patrimônio cultural, quais seus atributos simbólicos, as várias formas e distribuição no espaço, as tecnologias empregadas (materiais e modos de fazer), os usos e costumes (prospecções artísticas, arqueológicas e arquitetônicas), as procedências (Região Norte, Rio de Janeiro, França, Inglaterra, principalmente no que tange a obras e elementos fabricados pelas Fundições Val D'Osne, em França; Fundição Macfarlane, em *Glasgow*; Francis Norton, em Liverpool, entre outros).

O bem patrimonial é aqui considerado um documento, fonte primária de informações. Faz-se necessário pesquisar, documentar e comunicar o que está sendo realizado no CHM, no que tange as intervenções de conservação, restauro e musealização como estratégia de preservação. Documentar é também preservar e produzir conhecimento. Portanto, estas informações devem ser acondicionadas em um maior número de lugares e disseminadas para que não se percam, estando desta maneira, disponíveis para o maior número de pessoas.

A documentação produzida pelas instituições, o que Bellotto (2011, p. 165) identifica como “documentação na administração” encontra-se pouco acessível, arquivada nas repartições que gerem o CHM; o que poderá acarretar no futuro a perda de informações e comprometer a preservação deste patrimônio. Desta maneira, faz-se necessária a análise dos projetos propostos e suas reverberações, a verificação do estado da gestão da conservação do CHM, no período da pesquisa, bem como a comunicação destes resultados pelo campo científico, como ferramenta de sistematização e preservação dos valores inerentes ao patrimônio cultural que são produtos de processos culturais e relativos às culturas envolvidas (JOKILEHTO, 2002, p. s/nº).

Para tanto se faz necessária a normatização destas informações advindas das intervenções no CHM e realizadas pelo poder público, no que tange a promoção da:

1. Utilização e delimitação dos conceitos utilizados no campo da conservação e que são comuns aos atores do campo, uma “linguagem de especialidade – ou linguagem profissional”, que é o estudo dos termos/ conceitos utilizados nos documentos patrimoniais e nas comunicações realizadas pelos agentes, com vistas à delimitação no campo conceitual e sua utilização nas atividades práticas,

(LIMA, 2010, s/ nº), principalmente pelos pares e estudantes. Desta maneira espera-se equacionar a documentação produzida pelas instituições, por meio da “Linguagem profissional”, e da “Linguagem documentária”, que segundo a autora está relacionada ao “intercâmbio e consultas voltadas a pesquisa”.

2. Sistematização dos projetos realizados no CHM, por meio do planejamento estratégico (ZANCHETTI, 2002). Organização das e entre as instâncias de poder e a sociedade organizada, com vistas à gestão integrada do patrimônio cultural o desenvolvimento de projetos no CHM;
3. Comunicação dos resultados, por meio de um programa oficial de difusão da informação, na internet e escolas públicas. E publicação anual e conjunta (em nível federal, estadual e municipal) dos resultados da gestão do patrimônio.

Considera-se que a normatização da informação é uma estratégia para a conservação do patrimônio cultural, à medida que as informações são difundidas aos estudantes e a população em geral. E poderão fundamentar futuras intervenções.

Com relação à identificação da área da Praça D. Pedro II como lugar sagrado para os índios, por ali terem sido enterrados os seus antepassados, pouco êxito teve o processo de negociação e controle dos problemas entre os indígenas, a Prefeitura e o Ministério Público Federal, apesar do posicionamento do IPHAN a favor dos indígenas. Até hoje, nenhuma instituição sequer registrou “in loco”, esta face da história do Amazonas. Mais uma vez atenta-se para o pouco investimento que a gestão municipal destina ao treinamento de seu corpo técnico.

Entretanto, a Prefeitura tem obtido eficácia na contratação de elaboração de diagnósticos e projetos e destaca-se nas etapas de análise, como, por exemplo, na pesquisa arqueológica realizada na Praça D. Pedro II, no mapeamento do sítio e no resgate das urnas arqueológicas; na restauração, preservação do sítio e dos artefatos escavados, na elaboração do Projeto de Restauração do Paço Municipal e projetos complementares, que foram elaborados por uma equipe interdisciplinar e após exaustiva investigação do sítio.

Faz-se necessário então, que cada vez mais esses especialistas disseminem seus conhecimentos e resultados de pesquisas por meio de cursos e oficinas, que deem conta das metodologias e resultados alcançados aos técnicos locais, conforme ocorreu nas intervenções realizadas pela Secretaria de Estado da Cultura – SEC, com vistas a cada vez mais capacitar e atualizar as informações acerca da gestão da conservação.

Ações de educação patrimonial foram realizadas pela Prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação e do IPHAN, nas escolas municipais e na UFAM,

coordenadas pela professora Bernadete Andrade. E, posteriormente, com o Programa Corredor Cultural, no Cemitério de São João Batista. O Programa Corredor Cultural também elaborou projeto de educação patrimonial para a Praça da Matriz, mas não houve prosseguimento, pois as obras não foram contratadas. Os projetos desenvolvidos seguiram o modelo apontado por Horta, Grumberg e Queiroz (1999).

O Programa Monumenta foi implantado em Manaus em 2000, na gestão do ministro Gilberto Gil e do prefeito Alfredo Nascimento e tem como elemento organizacional o Ministério da Cultura - MINC, na figura da Unidade Central de Gerenciamento – UCG, cujas funções foram supervisionar e controlar os projetos e contratos; o IPHAN deverá “orientar o Município ou o Estado e fiscalizar o desempenho técnico nos aspectos atinentes à preservação do patrimônio” (Brasil, 2006, p. 19); e o Município ou Estado, que é o órgão executor do projeto e

exerce as suas funções através da UEP - Unidade Executora do Projeto – a quem cabe a coordenação da elaboração do Projeto, a execução do procedimento licitatório e o controle do cumprimento dos contratos de execução das obras e de provisão de bens e serviços (BRASIL, 2006, p. 19).

Observou-se no período de 2006 a 2009, que a solução dos problemas não teve a eficácia almejada no que tange às áreas geridas pela Prefeitura de Manaus e pelo IPHAN, nas obras do Monumenta, cujas atribuições estão descritas no “Programa de preservação do patrimônio histórico urbano – Monumenta – Regulamento Operativo”.

Dentre as atribuições do IPHAN elenca-se o monitoramento, a avaliação e controle dos projetos e das obras, é o órgão que avalia e aprova os projetos que serão desenvolvidos nas obras, que deve controlar por meio do monitoramento a gestão. Entretanto as obras de Restauração do Paço e da Obra de Restauração do Mercado Adolpho Lisboa, foram embargadas ante a exaustão do processo de negociação pelos gestores, estando o Mercado até 2012 sem ser reinaugurado.

É necessário que os agentes tenham formação e experiência na área de gestão e conservação, como escrito anteriormente, pois são eles que estão a frente do processo, podendo identificar com maior rapidez os problemas e propor soluções apoiadas em suas próprias experiências e em experiências realizadas em outra localidades e em tempos distintos.

No que tange ao Programa Monumenta houve descontinuidade das propostas feitas pela Prefeitura de Manaus, embora os projetos fossem bem arquitetados, pois seguem os moldes do IPHAN, houve paralisação frente às dificuldades de gestão das obras de restauração.

Há demonstração de interesse da Prefeitura de Manaus em resolver a conservação das praças de Manaus demonstrado nos projetos da Secretaria Municipal de Obras - SEMOSB e Fundação Municipal de Turismo - FUMTUR, em meados da década de 1990 e os projetos já apontavam, àquela época, a necessidade de uma atuação integrada entre os órgãos municipais, para solução dos vários problemas e a participação da sociedade, no caso específico, dos empresários na manutenção das Praças, embora até o final da pesquisa isso não tenha sido alcançado de maneira sistêmica.

Em 2006, a Prefeitura de Manaus realizou contrato de comodato com a Fundação Joaquim Nabuco para gestão do “Museu Homem do Norte”, porém como fim do contrato em 2010, a Prefeitura de Manaus, não renovou o contrato e o Museu passou a ser administrado pelo governo do Estado do Amazonas, por meio da SEC.

O acervo consiste em aproximadamente 2.000 mil peças que retratam o homem do norte em suas diversas manifestações materiais e simbólicas. Além do acervo museológico, o museu ainda possui uma pequena biblioteca especializada em assuntos etnográficos, históricos e geográficos da Amazônia e de uma pequena literatura da região nordeste do Brasil. Tal acervo veio se estruturando ao longo de sua história por meio de compra, comodato e doações de visitantes, pesquisadores e funcionários (COSTA, 2011, p. 119).

A Prefeitura Municipal só conseguiu inaugurar um Museu (edificação) em 2012, o Museu da Cidade, cujas obras de restauração foram iniciadas em 2006, cinco anos após o prazo previsto para execução das obras, porém o projeto museológico ainda não foi executado.

Quanto à legislação patrimonial faz-se necessária a continuação do processo de acautelamento por meio do tombamento individual dos imóveis e a aplicação dos benefícios que a lei oferece aos proprietários e inquilinos de isenção do Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU, para que esses preservem as fachadas das edificações tombadas. Considera-se esta uma estratégia para preservação do patrimônio privado que necessita ser efetivada. E considera-se que este poderá ser um indicador de conservação e de gestão.

Os camelôs

Uma das questões mais difíceis a ser resolvida é a apropriação do espaço público do entorno dos jardins e ruas adjacentes por camelôs e comércio informal. Porém, seria fácil tê-lo reduzido se a legislação tivesse sido cumprida pelo poder municipal, pois a Lei Orgânica de Manaus – LOMAM, em seu artigo 432 § 1º dita que

§ 1º Fica vedada, ainda, a atividade de comércio ambulante nas áreas de “em torno”, no raio de 300 metros dos imóveis protegidos pela legislação do patrimônio-histórico, especialmente:

- I - Palácio Rio Negro;
- II - Palácio da Justiça;
- III - Teatro Amazonas;
- IV - Paço Municipal;
- V - Biblioteca Pública.

§ 2º Excetuam-se da vedação, objeto deste artigo e seu parágrafo 1º, as bancas de revistas, fotógrafos, boxes de informações turísticas de órgão oficial (LEI ORGANICA DE MANAUS, 2008, p. 127).

Nesse sentido, não se pode excluir a Catedral e seu entorno, uma das áreas mais afetadas por esse assunto no CHM.

Um estudo realizado pela “Action Marketing e Pesquisas de Mercado” foi realizado a partir da “Pesquisa sócio - econômica do trabalho informal em Manaus”, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE - Amazonas, em 2005. E que teve por objetivo “fornecer linhas de ações para a Prefeitura Municipal de Manaus, a fim de equacionar a questão do comércio ambulante” (SEBRAE, 2005, p.6).

Conforme gráfico apresentado no Apêndice 2, esta pesquisa identifica os pontos de maior concentração de camelôs, cujas cinco principais áreas são: a Praça da Matriz, com 14,78%; Avenida Eduardo Ribeiro, 12,83%; Rua Marques de Santa Cruz, 11,82%; Rua Marcílio Dias, 9,32% e Rua Henrique Martins 5,85%. O que demonstra a alta concentração na área da Matriz e entorno.

Com base nos dados, foi construído o perfil dos camelôs: tempo do camelô na informalidade e de instalação, escolaridade, procedência, tipos de produtos comercializados, renda mensal etc. Observa-se que 69% das pessoas entrevistadas pelo SEBRAE, responderam que não deixariam de ser camelôs, pois possuem baixa escolaridade e não têm outra ocupação. Os autores escrevem que:

Há um segmento muito refratário à ideia de mudar de ocupação. São as pessoas com menor escolaridade, que vieram de outros estados. Têm renda familiar e faturamento baixos. Não têm ocupação nem capital. É um grupo sem perspectiva de vida e sem ideais de longo prazo. Pagam tudo à vista, não têm capital de giro, não conhecem o mercado financeiro, não querem créditos, empréstimos, financiamentos ou treinamento; Não desejam tornar-se microempresários ou participar de empreendimentos. É o grupo que oporá mais resistência a qualquer iniciativa de deslocamento. Pode-se projetar que é o grupo situado no cruzamento daqueles que não desejam deixar a ocupação de camelô com aqueles que não desejam tomar parte em empreendimentos, como microempresários: *739 entrevistados = 37%. ALTO RISCO.*

[...]

Há um grupo de pessoas com maior escolaridade, que já tiveram empregos formais e foram despedidas, com algum capital disponível, desejo de crescer e melhorar que é mais afeito à ideia de mudança de ramo. São pessoas solteiras ou do próprio Amazonas, com parentes aqui

e que não vieram “aventurar”. Por razões circunstanciais estão no comércio ambulante, mas não veem isso como sua única alternativa de emprego. A grande maioria deseja continuar como camelô, mas poderia tomar parte em empreendimentos comerciais e formalizar sua situação. Conhecem como funcionam os financiamentos e aceitam a perspectiva de entrar em linhas de crédito bancárias. É um grupo que pode ser trabalhado e convencido pelos órgãos competentes, contanto que recebam algumas vantagens e incentivos fiscais e financeiros. Pode-se projetar que estão no cruzamento daqueles que deixariam de ser camelôs, com aqueles que participariam, como microempresários de um empreendimento comercial: 433 entrevistados = 21,7%. MÉDIO RISCO. [...]

Entre esses dois polos, há o grupo daqueles que não querem deixar de ser camelôs, mas aceitam tomar parte em um empreendimento ou que querem deixar de ser ambulantes, mas não pretendem ser microempresários ou empreendedores. Esse grupo compõe cerca de 41,3% dos entrevistados. É um segmento que resistirá à mudança, mas que pode ser persuadido pelos órgãos competentes, de acordo com as propostas apresentadas, a aceitarem as inovações (SEBRAE, 2005, p.58,60).

Além da não observância da legislação, a situação é mantida pela má gestão da área em outros aspectos, como a ausência de monitoramento e avaliação constante dos usos e das mercadorias, a grande quantidade de bancas que obstruem o espaço público, etc. As políticas desenvolvidas para este setor são insuficientes com relação a regras que normatizem os usos na área, e que ofereçam de forma permanente melhores condições de trabalho ao camelô, como financiamento, cursos e estrutura física que conseqüentemente propiciem melhores serviços ao cidadão, pois não se trata de remover os camelôs para áreas de menor valor cultural, ou mesmo de alto valor comercial.

Os problemas inerentes a essa questão ultrapassam aos problemas locais. Há problemas sociais e econômicos graves na Região Norte, decorrentes das rotas migratórias interestaduais (Ceará / São Luiz do Maranhão / Pará / Amazonas); da desigualdade socioeconômica no Amazonas, que traz levas de moradores do interior para Manaus e alguns também decorrem do desemprego na cidade e porque, depois que recaem na informalidade as pessoas não querem mais voltar ao mercado formal (SEBRAE, 2005, p. 84).

Os trabalhos realizados pelo SEBRAE e pela empresa Action Marketing e Pesquisas de Mercado demonstram a complexidade que envolve esta questão: o interesse por parte dos camelôs em permanecer naquela área de alta circulação de pessoas, onde o comércio formal está instalado e da rede que o alimenta.

A pesquisa adverte que “deslocar o camelô para bairros distantes do Centro ou, simplesmente, retirá-lo das ruas não possui chances de êxito” e que “haverá resistência a um deslocamento ou a uma mudança de ramo” SEBRAE (2005, p. 84). Esta situação que envolve os camelôs em Manaus apresenta para os políticos um risco, considerando os

resultados eleitorais, a rejeição a políticos em cargo executivo e a violência que envolveu a gestão do prefeito Artur Neto, na década de 1990, ao tentar decidir a questão (fig. 50). Porém, a pesquisa conclui que

- O problema não é insolúvel.
- Na mesma época, prefeitos como César Maia (RJ) e Paulo Maluf (SP) retiraram os camelôs, de forma mais planejada, e a opinião pública recebeu positivamente a ação.
- Cidades como Brasília, Porto Alegre e Curitiba também equacionaram esse problema até hoje, sem que certos políticos tivessem ficado estigmatizados (SEBRAE, 2005, p.10).



Figura 50 – Tentativa de Remoção dos Camelôs do Centro Histórico de Manaus, 2005.
Fonte: SEBRAE.

Nas considerações finais da pesquisa conjectura-se sobre a elaboração de um “mix de serviços” como: bancos, praça de alimentação, caixas eletrônicos, centrais de recursos humanos, Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM etc. para as áreas destinadas aos futuros “Camelódromos”, ou Shoppings populares. O incentivo à adesão ao projeto por fornecedores, distribuidores e importadores que já atuam na área; a legalização das transações comerciais e divulgação focalizada no consumidor, entre outras estratégias.

A análise registra também a falta do controle da área pelo poder público, no que tange à não concessão de novas licenças e apropriação dos espaços públicos no Centro de Manaus, entre outras considerações.

Com base nesse diagnóstico, a Prefeitura de Manaus elaborou no período de 2005 a 2008, por meio do IMPLURB - Programa Corredor Cultural e Programa Centro Vivo, Secretaria de Feiras e Mercados e Fundação Municipal de Turismo – Manaustur, projetos para reabilitação daquelas áreas, baseados no estoque imobiliário obsoleto e vazios urbanos, que previam a reutilização desses espaços dispostos no CHM, para construção de “Shoppings Populares”. Foram realizados projetos como o “Shopping

Popular São Vicente”, na Avenida Sete de Setembro, cujo prédio recuperado foi inaugurado ainda naquela gestão municipal, com vistas a abrigar parte dos camelôs da Praça da Matriz.

A abordagem e negociação com os camelôs foram realizadas pela Secretaria de Feiras e Mercados – SEMEF e pela Fundação Municipal de Turismo – Manaustur, e previa o treinamento dos camelôs, permissionários e taxistas, nas áreas de empreendedorismo, cursos de idiomas, alimento seguro⁴³, entre outros.

Porém, aquela gestão municipal não assumiu o “risco político” de transferir parte dos camelôs locados no entorno da Catedral, para o “Shopping Popular São Vicente” em pleno ano eleitoral, como previsto. E os novos gestores municipais decidiram dar novo uso ao prédio restaurado e com isto, não foi dado prosseguimento ao projeto, conforme o estabelecido pela gestão anterior.

Em 2012, iniciou-se, na área onde estava disposto o Monumento à Sant’ Anna Nery, onde no período da pesquisa havia um estacionamento da Catedral e do “Porto Privatizado”⁴⁴, a construção de um camelódromo. Atualmente a obra está paralisada pelo Ministério Público Federal que, na figura do Procurador da República Thales Cardoso, esclarece que

a proibição é decorrente de decisões proferidas pela Justiça Federal no Amazonas e pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em ação civil pública movida pelo MPF/AM ainda em 2011, quando surgiram informações de possíveis pretensões por parte do Executivo Municipal e da administração do Porto de Manaus de desafetar parte da área onde ficam os armazéns 20 e 23, com o objetivo de construir um shopping para abrigar os vendedores ambulantes que hoje ocupam diversos locais no Centro da capital.

[...]

De acordo com o procurador, não há qualquer possibilidade de o MPF concordar com o uso da área portuária para outras finalidades. “O papel do Ministério Público é zelar pelo cumprimento da lei. Além de ser área portuária, o local é tombado como patrimônio histórico nacional. Juridicamente é impossível estabelecer qualquer empreendimento comercial dessa natureza naquele local”, explicou Cardoso aos representantes dos vendedores ambulantes (BRASIL, 2012, p.12).

Durante a maioria do período da pesquisa, a área manteve-se degradada e sem o controle do poder público, sem uma política socioeducativa que beneficiasse

⁴³O Convênio foi firmado entre a Prefeitura de Manaus – Fundação Municipal de Turismo e o SEBRAE. O Programa Alimentos Seguros (PAS) é uma atividade oferecida pelo SEBRAE, em conjunto com outras entidades, no caso a PMM, para micro e pequenas empresas e ambulantes do setor de alimentação. E visa implantar “boas práticas durante a produção, o transporte, a manipulação e a estocagem de alimentos” (SEBRAE, 2012).

⁴⁴ Concessão dada pelo Governo do Estado do Amazonas, para exploração econômica do Porto de Manaus. Cujos projetos de recuperação da área acabaram por destruir parte do Complexo Both Line, área onde era comercializado o látex, no final do século XIX, início do século XX e de interesse arqueológico.

efetivamente as prostitutas, mendigos, menores em situação de risco, camelôs, turistas e a população que frequenta a área, apesar de a Igreja (Catedral) ter transformado o antigo Aviaquário Municipal em área destinada para as ações sociais da igreja, naquela área.

Em 2001, a Prefeitura de Manaus inseriu grades tubulares por todo o perímetro dos Jardins da Matriz. As grades delimitaram a área dos camelôs, contudo a alteração da configuração espacial fez com que se perdesse a fruição e interação entre os Jardins e a Praça. No mesmo ano, em decorrência da Restauração da Catedral, a Prefeitura de Manaus realizou uma intervenção que previa a recuperação dos jardins e dos equipamentos ali dispostos.

Um problema identificado na área foi a intensa movimentação de veículos, ocasionada pelo Terminal de ônibus (desativado em 2012, devido às chuvas intensas e assolaram o estado e que resultou no afundamento de várias partes daquela área).

Em 2006 a Prefeitura de Manaus, por meio da Empresa Municipal Transportes Urbanos – EMTU elaborou um plano para gestão do trânsito para cidade, na tentativa de equalizar os problemas ocasionados pela circulação de veículos. O projeto da EMTU tinha como objetivo gerar acessibilidade por meio de bilhetagem eletrônica e sistema de integração entre os principais polos e grandes deslocamentos, de maneira radial e transversal. Seriam construídos novos terminais de ônibus em áreas adjacentes e reduzido o tráfego de cargas que circulam no CHM, porém, não ocorreu a implantação desse sistema.

Em 2008, a Prefeitura de Manaus-Programa Corredor Cultural elabora o “Projeto de Restauração do Chafariz da Praça da Matriz” em parceria com o Ministério do Turismo e o “Projeto de recuperação da Praça da Matriz” que previa a restauração dos jardins, o replantio de espécies vegetais, a acessibilidade dos transeuntes, a recolocação do Pavilhão Universal, a recomposição dos passeios, etc. Os recursos utilizados seriam advindos de emenda parlamentar do senador Jefferson Péres, por meio do Ministério da Cultura e da Prefeitura de Manaus. Porém, com o término do período legislativo do ano de 2008 e a mudança da gestão municipal, o restauro do Chafariz não teve prosseguimento e o convênio para recuperação da praça não foi firmado.

3.2 A Problemática da Gestão da Conservação no Centro Histórico de Manaus: governo federal

O IPHAN dedica-se a gestão da conservação do patrimônio cultural nacional, nas Disposições Gerais do Decreto Lei 25, artigo 25, de 1937, que dita no Art. 1º que

constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, p. 1).

O decreto determina também que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1937, p. 7).

Brasil informa que em todo território nacional “são mais de 1100 bens tombados, 82 conjuntos tombados, como cidades, bairros, ruas e praças compostos de cerca de 20 mil imóveis” (BRASIL, 2010, p. 18). Porém, embora a lei de criação do IPHAN seja de 1937, até 2009 só havia quatro bens reconhecidos como patrimônio nacional no estado do Amazonas, pelo IPHAN, e todos em Manaus, dos quais três no perímetro do CHM. São eles: o Teatro Amazonas, tombado em 1966, o Mercado Adolpho Lisboa, 1986 e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus, em 1987.

No que diz respeito ao processo de institucionalização do patrimônio cultural na região norte pelo IPHAN, Abrahim⁴⁵ cita em comunicação via correspondência eletrônica que “em 1997 a 11ª DR passou a ser 1ª SR - superintendência regional, com os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. A 2ª SR, em Belém, ficou com Pará e Amapá”. Apesar da ação do IPHAN, em estabelecer sede na região e posteriormente, em Manaus, e dispor de uma legislação que define uma vasta gama de atribuições, até os dias atuais o órgão federal não tem corpo técnico que dê conta das demandas do estado do Amazonas.

Em 1997 o corpo técnico da superintendência era de três especialistas, sendo duas arquitetas e uma administradora. Em 2005 foi realizado concurso público, que não atendeu às demandas locais, considerando que a maioria dos técnicos aprovados, após pouco tempo, deixaram os cargos e a cidade.

Em 2012 o órgão federal, tombou o perímetro do Centro Histórico de Manaus, já acautelado pela Prefeitura de Manaus. Porém, não há um só bem que represente o patrimônio cultural dos primeiros habitantes da cidade de Manaus. Então se pergunta: a que patrimônio cultural as políticas públicas desenvolvidas no CHM buscam representar? Política que pode ser percebida também em outras áreas do território nacional.

⁴⁵ Ana Lúcia Nascente da Silva Abrahim foi superintendente do IPHAN em Manaus, no período de 1997 a 2004.

Abraham corrobora para responder esse questionamento, quando aponta como um dos aspectos da gestão do patrimônio cultural, realizado pelo IPHAN,

no esforço de ampliar os inventários para novos tombamentos do patrimônio cultural na Amazônia Ocidental, pudemos observar que, ao menos, dois fatores podem ter influenciado para dificultar a inclusão de novos bens, passíveis de tombamento federal nos Estados do Acre, Amazonas e Roraima, no rol de monumentos nacionais. O primeiro seria a natureza do próprio acervo arquitetônico na região – rarefeito e disperso, sem o propalado valor de excepcionalidade constante do texto legal, o Decreto-lei n. 25/37. Enquanto na arquitetura do Amazonas o mais “antigo” é eclético, na arquitetura vernacular do Acre, a riqueza das construções em madeira é notável (ABRAHIM, 2006, p.184).

E considera como realização destacável em sua gestão

a inclusão do inventário de patrimônio cultural Projeto Rota Cultural de Iauaretê a Manaus, incluído no orçamento da União, que consolidou parcerias entre o IPHAN e as etnias indígenas, e deu um avanço no reconhecimento oficial do patrimônio imaterial no Amazonas (ainda está em curso) (ABRAHIM, 2013, s. n°).

Há também outros inventários realizados pelo IPHAN, no Amazonas, como o “Inventário Nacional de Referências Culturais”, na área de etnomúsica.

A Portaria nº 92, de 5 de Julho de 2012, assinada pela ministra Anna Maria Buarque de Hollanda que reitera a legislação federal, a missão e finalidade do órgão

Art. 1º - O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado originalmente pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, é autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, constituída pela Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990, com base na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, circunscrição administrativa em todo o território nacional e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - O IPHAN tem como missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

§ 1º - É finalidade do IPHAN preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição Federal.

Entretanto, no que tange ao Governo do Estado, a 1ª do IPHAN realizou “avaliação, negociação e proposição” no acompanhamento das obras por especialistas advindos de outras superintendências (obra de restauração das fachadas do Teatro Amazonas, conservação do piso do Salão Nobre do Teatro Amazonas, obra de restauração do Mercado Adolpho Lisboa) com vistas a dar conta das demandas locais, por não tê-los em seu quadro no Amazonas, colaborando, a medida do possível, com a gestão da conservação no estado.

Notadamente, entre 1997 e 2009, quando obras importantes foram iniciadas e posteriormente embargadas, observa-se que o IPHAN concentrou as atividades na fiscalização das obras de bens tombados e entorno. Portanto, a participação do IPHAN, no que tange ao patrimônio cultural edificado, concentrou-se em poucas etapas da gestão, sendo necessária a participação efetiva em todas as etapas da gestão, com vistas à minimização dos entraves e como prevê a legislação.

Embora tenham um acervo importante para o Brasil no que tange a história, ciência e tecnologia, o Museu do Porto permaneceu fechado e em total perecimento durante a pesquisa. Um levantamento foi feito pelo Porto Privatizado, entretanto esta ação foi ínfima e não permitiu mitigar, sobretudo, o agravo do degrado do acervo em papel.

A iniciativa do IPHAN em tomba o CHM, por um lado revela o esforço em valorizar e preservar o que restou do patrimônio cultural naquele perímetro. Mas faz-se necessário que esta medida também seja precedida de incentivo e divulgação do ato a todos os atores envolvidos, para que esses atuem de forma positiva na preservação dos mesmos.

Ao tomba o Centro Histórico de Manaus, o IPHAN deve prever ferramentas que promovam a sua proteção: o aumento de recursos humanos e materiais que atendam às demandas locais. Conforme foi abordado nos capítulos anteriores há um insuficiente número de especialistas, portanto, há a necessidade da ampliação do quadro permanente, não só pelo histórico multicultural do estado do Amazonas (as nações indígenas), e das demandas da arqueologia, mas, principalmente após a iniciativa do órgão é previsível que a demanda aumente em proporções ainda não calculadas, pois não há ao menos um inventário atualizado das unidades que constituem o patrimônio tombado.

O Relatório de Gestão de 2009, feito pelos técnicos da 1ª SR do IPHAN expressa que

a Superintendência do Iphan no Amazonas é carente de recursos humanos na área técnica. Deste modo, durante a maior parte do ano de 2009 a unidade trabalhou com apenas um técnico (uma vez que o outro servidor da área técnica acumulava as funções de Superintendente e Chefe da Divisão Técnica). A partir de setembro do ano passado a situação melhorou parcialmente, com a nomeação de um Superintendente efetivo e, posteriormente, de um novo Coordenador técnico, além da contratação de dois técnicos através de processo Seletivo Simplificado. Desta forma a gestão da unidade durante o ano de 2009 foi condicionada tanto pela falta de recursos humanos como também pela nomeação de novos servidores durante o ano (BRASIL, 2010, p.126).

Atenta-se que, mais do que contratar novos técnicos, faz-se necessário que os especialistas compreendam a realidade amazônica, tendo experiência acadêmica e prática, para que os problemas sejam solucionados de forma eficiente e eficaz. Pois o objetivo da seleção é a preservação, caso contrário, no que tange à participação do IPHAN, o lugar se tornará um campo-santo, e o IPHAN continuará como órgão apenas fiscalizador e sem atuar na promoção e preservação do patrimônio cultural.

No Relatório de Gestão de 2011, aborda-se a carência de recursos humanos

[...] a Superintendência do IPHAN no Amazonas continua no propósito de montar uma equipe multidisciplinar mínima, para que possa atender a contento as demandas técnicas oriundas das ações atinentes a preservação do patrimônio cultural do Estado do Amazonas, afinal trata-se de um estado com 1.577.820 km². Seriam necessários profissionais das áreas de História, Restauração, Antropologia, Engenharia Estrutural, Biblioteconomia e pelo menos mais um arquiteto e um arqueólogo para dar conta das dimensões continentais deste longínquo estado pertencente à Amazônia Brasileira” (IPHAN, 2012, p. 133).

Os poucos recursos humanos na área, e a dificuldade de realização das tarefas de gestão foram constantes ao IPHAN, onde os cargos de direção foram indicados não somente por questão de notoriedade na área. Não tendo alguns gestores a experiência técnica, a maturidade profissional e política para resolver os problemas e atender à demanda continental do patrimônio cultural existente.

Um exemplo dos recursos investidos em Manaus, na área cultural, é o financiamento público federal, por meio da Lei Roaunet, como demonstrou a *“Tabla com los datos de las inversiones de 1996-2002 MINC/ DF”*, como demonstrado em Garro (2006), no quadro de investimentos em cultura no período de 1996 a 2002, que demonstra que a centralização de recursos financeiros se dá nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais em comparação aos investimentos aportados no estado do Amazonas, onde a extensão territorial e a potencialidade do patrimônio arqueológico e intangível são imensuráveis. Garro escreve que

En esta tabla se puede notar que la región sudeste do Brasil compuesta por las más importantes metrópolis, Rio de Janeiro y São Paulo, en los años de 1996 a 2002 concentraron un promedio de 83% de los recursos invertidos. Esta disparidad se debe en parte a que muchas instituciones invirtieron en sus propios centros culturales, los cuales se encuentran localizados próximos a sus sedes (GARRO, 2006, p. 62).

Todos os bens tombados pelo IPHAN no Amazonas estão em Manaus e apenas um bem está locado em área limítrofe ao CHM. Será que com toda extensão territorial do estado não há outras memórias a serem preservadas?

Ao analisarem-se os valores referentes aos recursos empenhados pelo IPHAN, observa-se que a situação persiste. Para melhor compreensão dos investimentos aportados pela SEC (investimentos em Cultura no estado do Amazonas) e pelo IPHAN (Investimentos no Patrimônio Histórico e Artístico, em nível nacional), compararam-se os recursos econômicos empregados no período da pesquisa, nos quadros abaixo:

Quadro 1 – Distribuição regional dos recursos empenhados pelo IPHAN em 2009.

Empenho orçamentário do IPHAN, por região, em R\$ 1.000.000,00.

Fonte: BRASIL (2009, p. 102).

| Região | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Norte | 1.632.290,56 | 2.186.845,79 | 3.509.582,38 | 5.586.773,16 | 5.449.097,33 |
| Nordeste | 5.446.329,73 | 12.605.927,36 | 15.777.437,14 | 18.401.639,49 | 25.186.186,76 |
| Centro-Oeste | 2.244.514,34 | 4.052.153,47 | 5.257.796,08 | 10.027.735,02 | 7.044.130,68 |
| Sudeste | 30.619.511,70 | 32.873.388,67 | 32.764.056,36 | 41.658.159,57 | 46.760.640,20 |
| Sul | 3.234.100,03 | 5.055.057,69 | 6.461.833,49 | 9.205.749,85 | 11.496.706,08 |
| Nacional | 73.190.875,89 | 114.848.139,56 | 136.261.019,14 | 174.526.293,69 | 186.100.890,96 |
| Total | 116.367.622,25 | 171.621.512,54 | 200.031.724,59 | 259.676.350,78 | 282.028.652,01 |

Quadro 2 – Evolução Orçamentária da SEC (Investimento em Cultura no Estado do Amazonas)

Fonte: Costa, 2011.

| Ano | Instituição | Orçamento | Realizado |
|------|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| 1996 | CULTURA/ SUPEC | R\$ 6.990.400,00 | R\$ 1.600.256,00 |
| 1997 | Secretaria de Cultura Esportes e Estudos Amazônicos | R\$ 14.848.918,36 | R\$ 5.571.806,10 |
| 1998 | Secretaria de Cultura e Estudos Amazônicos | R\$ 7.685.069,00 | R\$ 7.329.408,97 |
| 1999 | Secretaria de Cultura e Turismo | R\$ 11.141.755,00 | R\$ 14.896.966,61 |
| 2000 | Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto | R\$56.808.721,00 | R\$ 24.942.294,11 |
| 2001 | Secretaria de Cultura e Turismo | R\$ 84.223.093,00 | R\$ 52.944.359,07 |
| 2002 | Secretaria de Cultura e Turismo | R\$ 44.335.244,00 | R\$ 47.197.720,99 |
| 2003 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 41.843.000,00 | R\$ 48.083.806,00 |
| 2004 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 34.657.000,00 | R\$ 54.383.611,76 |
| 2005 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 49.757.000,00 | R\$ 66.876.900,76 |
| 2006 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 64.970.000,00 | R\$ 72.270.000,00 |
| 2007 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 65.004.000,00 | R\$ 77.350.087,00 |
| 2008 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 66.174.000,00 | R\$ 77.940.471,00 |
| 2009 | Secretaria de Estado da Cultura | R\$ 74.190.000,00 | R\$ 76.901.335,00 |

Através de documentos disponibilizados pelo IPHAN e pela SEC, no período de 2005 a 2009, pode-se afirmar no que tange ao IPHAN, que em todos os anos a “região norte permaneceu como a região que empenha o menor valor de recursos dentre as regiões brasileiras” (BRASIL, 2010, p. 101). Por exemplo, em 2009, o IPHAN investiu 1,93% do total dos recursos aplicados pela Instituição, na região Norte. No mesmo ano, em comparação com o IPHAN, o Governo do Estado do Amazonas - SEC investiu (na pasta cultura) R\$ 76.901.335,00 no Amazonas, perfazendo 41,32% dos recursos que foram investidos em nível nacional. Já em 2005 foram 91,37% com relação aos investimentos em nível federal. Quando se trata de investimentos do IPHAN na região sudeste, em relação à região norte, os percentuais atingem até 10 vezes a mais do que os recursos investidos no Norte do Brasil.

A distribuição dos recursos, nas regiões brasileiras, indica a tipologia do patrimônio que o Instituto prioriza em salvaguardar. Ao analisar os dados referentes aos recursos aplicados e o número de bens tombados, observa-se que o IPHAN selecionou como registro da produção cultural brasileira, os bens tombados no sudeste e nordeste em contraposição ao patrimônio atinente a região norte do país. Tendência esta que no período da elaboração desta dissertação começa a ter resultados inusitados, como o tombamento do Centro Histórico de Manaus pelo IPHAN.

Considerando as medidas de tombamento do CHM, em 2009, a demanda advinda das pesquisas arqueológicas e do acatamento do patrimônio intangível faz-se necessária a equiparação dos recursos econômicos em relação ao patrimônio cultural a ser conservado.

No que tange à inter-relação entre as instituições, pouco é o avanço quando se pensa na mesa de negociações e proposições. Um exemplo que se considera clássico foi o dos embargos das obras do Programa Monumenta, do Paço Municipal e o Mercado Adolpho Lisboa, pelo IPHAN. Os embargos, em contraposição à negociação, alavancaram vários prejuízos às obras, pois no caso do Mercado, por exemplo, na ocasião do embargo, o Pavilhão de Estivas estava temporariamente sem cobertura, pois estava em processo de restauro. A má gestão da obra promoveu o perecimento das alvenarias, que passaram dois invernos amazônicos expostos às intempéries, não sendo priorizada a preservação da edificação, tampouco os direitos dos mais de trezentos funcionários, deslocados dos seus postos de trabalho, até pelo menos 2012.

Uma legislação importante criada no período da pesquisa é o Decreto 3551/ 2000, do IPHAN, que trata do patrimônio intangível pelas instâncias públicas, e que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem o patrimônio cultural

brasileiro, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse decreto contribuiu para o aumento do valor simbólico do patrimônio cultural apontado por Zancheti, 2002 e Vinãs, 2003, pois, valoriza o saber fazer inerente à gênese de toda a cultura.

Outra participação fundamental do Governo Federal, por meio do Programa Monumenta foi a elaboração de manuais que auxiliam na gestão da conservação do patrimônio cultural, e que estão disponíveis na internet e podem ser baixados gratuitamente. São obras feitas por especialistas da área e podem ser utilizadas como referência metodológica nas obras de restauração e nos processos de gestão, tais como o manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural, entre outros.

O Programa Monumenta, também produziu material sobre os procedimentos que devem ser seguidos no decorrer do Programa e seus projetos, como a cartilha de “Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados” e o “Edital de Seleção de Imóveis Privados”, que orientam os gestores quanto às propostas e metodologias para recuperação de imóveis na área do Programa, embora, em Manaus, esta ferramenta não tenha sido utilizada de maneira adequada, o que gerou a nula taxa de adesão ao projeto (BRASIL, 2008, p. 79).

Outras instituições federais também participaram da gestão da conservação do patrimônio cultural nesse período. O Ministério do Turismo, por meio da disponibilização de recursos para obras de restauração e o Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, de maneira incipiente, também atuaram na gestão da conservação do patrimônio cultural do CHM.

Em 2009 o IPHAN contratou consultoria para “elaboração de planejamento estratégico” do Instituto elaborado para 2010/ 2015. “Nesse sentido a empresa contratada para auxiliar na construção do referido Planejamento Estratégico monitorará os resultados obtidos no decorrer de 2010...” (BRASIL, 2010, p. 93).

Isso demonstra, juntamente com outros direcionamentos geridos pelo Governo Federal, como a proposição do Plano de Preservação, as diretrizes propostas no Programa Monumenta, os manuais e inventários realizados e em curso, o compromisso do Instituto em propor direcionamentos que possibilitem a implantação da gestão da conservação do patrimônio cultural, no Centro Histórico de Manaus. Entretanto, faz-se necessária a assimilação e o incremento dessas proposições em nível local.

Conclui-se que houve pouca participação do IPHAN no que diz respeito à destinação de recursos econômicos e humanos para conservação dos bens tombados e áreas de entorno. E pouca eficácia no que tange a gestão do patrimônio cultural material nesta área, pois neste período ocorreram grandes perdas para o patrimônio gerido pelo

IPHAN no CHM, embora total esmero de seus parques técnicos, não se conseguiu evitar a demolição do Complexo Booth Line, no Porto de Manaus e de outras edificações localizadas em entorno de bens tombados. Considera-se também que falta continuidade nas políticas propostas em nível nacional como o Plano de Preservação e o MONUMENTA, assim como pouca habilidade para a negociação e avaliação, no que tange as obras do Paço Municipal e do Mercado Municipal Adolpho Lisboa.

3.3 - A Problemática da Gestão da Conservação do patrimônio Cultural; Governo do estado do Amazonas

No que tange à legislação de proteção ao patrimônio cultural, a Lei 1199, datada de 10 de setembro de 1976⁴⁶, e a Lei n. 1528, de 26 de maio de 1982⁴⁷, especificam o que compõe esse patrimônio e estabelecem parceria com IPHAN, no que tange à promoção e preservação de bens tombados. Designa ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas “a adoção das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico do Estado...”.

A referida Comissão tombou vários bens do estado, como o Paço Municipal, a Escola Municipal Nilo Peçanha e a Catedral de Manaus.

Em 2006 o governador Eduardo Braga cria por meio do decreto nº 25.939, datado de 19 de junho de 2006, o Conselho de Cultura que “dispõe sobre a organização, a competência e as diretrizes de funcionamento do Conselho Estadual de Cultura”, uma solicitação de vários atores culturais que pleiteavam uma participação efetiva na gestão da cultura, no estado do Amazonas.

O Conselho Estadual de Cultura, de acordo com o Art. 1º é um ‘órgão colegiado integrante da estrutura organizacional da Secretaria da Cultura, nos termos do artigo 2º, I, a da Lei nº 39, de 29 de julho de 2005, tem por finalidade “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate nos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e fomento das atividades culturais no Estado do Amazonas” (BRASIL, 2006).

As referidas leis buscam gerir a gestão da conservação de maneira integrada, no que tange à participação de vários órgãos do governo, da sociedade organizada e outras esferas governamentais em nível estadual. Entretanto, considera-se que o arranjo

⁴⁶ “dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas”, sancionada pelo governador Henoch da Silva Reis e que cria a “Comissão de Defesa Permanente do Patrimônio Histórico e Artístico”.

⁴⁷ Assinada pelo governador Paulo Neri, que trata da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas e cria o Conselho Estadual de defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas,

institucional deve ser formado em maioria por especialistas, representantes das diversas secretarias estaduais, aptos a desenvolver e gerenciar as etapas da gestão. Devem ser pessoas ligadas à área, não somente no que tange a teoria, mas também a prática.

Em abril de 1997 foi implantada pelo Governo Estadual a Secretaria de Estado da Cultura e Estudos Amazônicos, que também fora denominada de Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, atual Secretaria de Estado da Cultura – SEC, composta pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Turístico, Gerência de Recursos Humanos, Departamento de Museus, Departamento de Difusão Cultural, Departamento de Marketing, dentre outros setores. Estes departamentos foram responsáveis pela gestão da conservação no CHM, com a promoção de cursos e consultorias destinados aos técnicos da SEC, a estudantes de áreas afins e aos trabalhadores da construção civil, com vistas à conservação, restauração, à manutenção e criação de museus, centros culturais e galerias estaduais; à capacitação de mão de obra e posteriormente ao fomento e registro de bens intangíveis do patrimônio cultural no estado do Amazonas. Enfim, a promoção da museologia e/ ou patrimoniologia⁴⁸ no Centro Histórico de Manaus. Sendo, dessa maneira, a SEC, pioneira no que tange ao estabelecimento de políticas públicas que efetivamente atentassem para preservação, conservação, restauração e musealização⁴⁹ dos bens culturais do Centro Histórico de Manaus. Principalmente, no que diz respeito à capacitação de trabalhador, pois muitos que hoje atuam na área, participaram dos cursos promovidos pela SEC.

Observa-se no Apêndice 3, a participação do poder público predominantemente da SEC na gestão da conservação do patrimônio cultural. O quadro nos aponta: um panorama da diversidade dos acervos musealizados; os atores envolvidos e a quantificação de seus domínios; as tipologias dos acervos e espaços musealizados, o estado de conservação. Enfim, alguns indícios do estado da gestão no período da pesquisa. Estes dados são significativos para esta análise, pois traduzem o estado da gestão da conservação do patrimônio cultural, no período estudado.

⁴⁸ Scheiner ao refletir sobre a dicotomia que envolve os conceitos escreve: Museologia ou patrimoniologia? Não poderíamos dizê-lo: a intenção, no momento, não é apresentar movimentos conclusivos. É apenas pontuar indicadores que nos permitam reconhecer, de modo cada vez mais claro, Patrimônio e Museu como fenômenos plurais, construções simbólicas do pensamento contemporâneo o mais um conjunto de representações congeladas no tempo e no espaço, mas processos continuados de experiências – formando redes internacionais, que partem da multiplicidade e da contradição para articular as novas subjetividades individuais e coletivas que significam, hoje, a relação entre o humano e seus mundos. Nesta relação, todos os tempos e espaços estão presentes: os tempos e espaços da realidade, mas também tudo aquilo que poderia inscrever-se como instância de possibilidade: o projeto, o sonho, a virtualidade. E é na interseção entre eles - fenda, margem, intervalo, dobra - que Museologia e Patrimônio poderão, quem sabe, um dia encontrar o seu lugar (SCHEINER, 2009, p. 54-55).

⁴⁹ Operación tendiente a extraer, física o conceptualmente, una cosa de sua medio natural o cultural de origen para darle un status museal, transformándola em *muséalium*, « objeto de museo ». Vale decir, hacerla entrar em el campo museal (MAIRESSE; DESVALLÉES; DELOCHE, s/d, 109).

Através do Apêndice 3 – Quadro de sítios históricos, espaços musealizados, museus e centros culturais, casas de cultura e arte e galeria em Manaus, pode-se observar em números, por tipologia e pelo estado de conservação, os investimentos públicos e privados no campo museológico e do patrimônio.

Ao utilizar-se a palavra gestores na planilha buscou-se identificar quem realizou a ação de gestão do patrimônio e museológica, o que nem sempre coincide com o órgão que tombou ou com o proprietário do patrimônio. Os “sítios” elencados, embora não sejam assim denominados no cotidiano, foram agrupados para melhor entendimento dos projetos e ações que foram realizados nos conjuntos históricos, por se tratar de bens tombados e entornos. Dos quarenta espaços apresentados oito compreendem a sítios, dos quais quatro são geridos pela SEC e foram conservados, restaurados, reformados ou recuperados, dependendo da tipologia do imóvel, mantendo-se em bom estado de conservação.

Esses espaços geridos pela SEC mantiveram-se com frequentes atividades culturais, salvo o Espaço de Referências Culturais do Amazonas – ERCAM, localizado nos jardins do Palácio Rio Negro, que foi extinto com a construção do Parque Jefferson Péres, devido a questões concernentes ao projeto arquitetônico. O espaço era de singular importância uma vez que se podia observar as tradições indígenas e caboclas, como ritos, manejo da feitura da farinha, a casa do caboclo, entre outros. Pois como observado, não há no CHM, monumentos e ou marcos que apresentem a cultura indígena e cabocla, o ERCAM era um espaço que destacava as identidades, as memórias, as tradições dos antigos habitantes e seus descendentes, uma vez que eram esses atores que apresentavam o espaço, mantendo vivas as suas culturas na cidade.

Manaus não tem tradição de galeria de arte e é nesse período que a SEC implanta a Galeria do Largo, na Praça São Sebastião, enfrente ao Teatro Amazonas, o que dá as exposições e artistas mais visibilidade pelo público, uma vez que o local é muito frequentado pelo público local e turistas. Com a finalidade de dar suporte às atividades museológicas, patrimoniais e educativas por ela desenvolvidas, a SEC criou e manteve a Casa do Restauo, o Liceu de Artes, a Casa das Artes, a Casa da Música entre outros. O que tem propiciado a frequência e movimentação de um maior número de pessoas que utilizam esses produtos culturais.

O Governo de Estado, em parceria com o Banco de Desenvolvimento – BID, tem realizado o Programa Social e ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim, que segundo o site oficial do governo do estado beneficiou 69.640.000 pessoas “por meio da construção de 2001 moradias e a doação de mais de 1.144 investimentos e 134.908.117,47 em recursos do estado”, removendo ou propiciando às pessoas que

viviam às margens dos igarapés, sem condições mínimas de salubridade, melhores condições de vida.

Os recursos alocados no Prosamim, já contabilizados na 3ª etapa do projeto, perfazem US\$ 930,000,000.00, em 2012, constando as obras de saneamento, construção de parques, construção de residências, tratamento de esgoto, entre outras realizações. Porém, o poder público não resolveu o problema da poluição, embora tenha “construído 130km de sistema de esgoto só na Zona Sul”, observa-se que em várias áreas os esgotos continuam sendo jogado nos corpos hídricos e a população continua a contribuir para essa situação quando joga lixo no Rio e nos Igarapés.

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) foi concebido em 2003, quando iniciou também um trabalho de formatação da gestão compartilhada com comunidades que seriam atendidas posteriormente.

Problemas como falta de saneamento, urbanização e habitação foram crescendo ao longo de quatro décadas, quando a capital do Amazonas passou a receber pessoas de 61 municípios do Estado, em busca de empregos nas indústrias da Zona Franca.

Sem opções de moradia e sem renda muita gente começou a se instalar às margens dos igarapés da cidade e até 2003, governos de administrações anteriores não conseguiam captar financiamentos para fazer investimentos em obras de infraestrutura, saneamento e habitação (BRASIL, 2012).

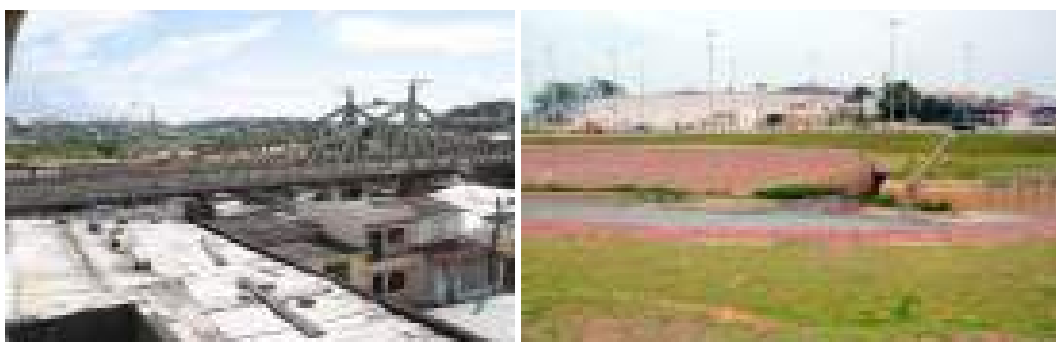


Figura 51 – Entorno da ponte de ferro, anterior à intervenção do Prosamim, 2007.

Autor: Chico Batata.

Figura 52 – Área de intervenção do Prosamim, redução do leito do Igarapé e crianças se banhando no Igarapé poluído, 2012.

Autor: Rogelio Casado.

Observa-se (figuras 51 a 52) a ocupação irregular do Igarapé, abaixo da Ponte de Ferro da Av. Eduardo Ribeiro e crianças tomando banho no Igarapé do Mestre Chico, cujas margens foram aterradas diminuindo, assim, os seus leitos e mais uma vez, alterando a paisagem.

A reportagem do Jornal “A Crítica”, datado de 18 de junho de 2011, realizada por Tayana Martins, alerta para o alto índice de lixo e para o mau cheiro “frutos da poluição das águas dos igarapés da área urbana de Manaus”. Ela escreve que



Figura 53 – Igarapé do Mestre Chico, 2001.
Autor: Euzivaldo Queiroz.
Fonte: Jornal A Crítica

de acordo com a pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e doutora em Hidroquímica, Hilândia Brandão, o mau cheiro e o aspecto grosso da água são consequências do processo de decomposição do material que é despejado (lixo e esgoto).

A pesquisadora, que realizou um estudo sobre a qualidade das águas dos igarapés da cidade em 2006, apontou que, com a decomposição do material, são formadas bactérias que consomem oxigênio, produzindo os gases sulfato e sulfeto. “São esses gases que dão o odor de ‘ovo podre’ e fica mais concentrado no período de seca porque a quantidade de água diminui e as bactérias ficam concentradas”, explicou (A CRÍTICA, 2011).

Após a intervenção realizada pelo Governo do Estado e Governo Federal, no intuito de sanar os problemas ambientais, como sanitarismo, urbanização e habitação, ainda persistem problemas elementares (fig. 53), inerentes à concentração de lixo nos igarapés da cidade. Nesse sentido, considera-se importante a intensificação dos projetos de educação ambiental realizados pela Prefeitura de Manaus nessas áreas, considerando as toneladas de lixo que são removidas dessas áreas. Há outras áreas no CHM na mesma situação, como o Bairro do Céu, área onde a Prefeitura de Manaus/MANAUSTUR, também possui levantamentos para intervenção nessa área que não recebeu nenhum beneficiamento.

Situação da Gestão da Conservação do patrimônio cultural no Centro Histórico de Manaus: Dois estudos de caso.

Das restaurações realizadas pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Estado da Cultura, no Programa Manaus Belle Époque, considera-se que duas obras de restauração tornaram-se emblemáticas na gestão da conservação do Centro Histórico de Manaus, o projeto de Recuperação da Catedral de Manaus e o projeto de Revitalização do Largo de São Sebastião.

Os dois projetos envolveram um número considerável de atores e agentes e, no caso da Catedral, as pesquisas, para identificação da edificação e as restaurações realizadas nos bens móveis e integrados, revelaram a ornamentação e procedência de várias obras. Essa obra foi a 1ª grande obra do Projeto Manaus *Belle Époque*, e contou com a participação de mão de obra local, procedente dos projetos de capacitação na área de restauração e museologia realizados pela SEC. No que diz respeito à intervenção no Largo, a intervenção proporcionou além da valorização do espaço público, uma requalificação da ambiência⁵⁰ e apropriação da paisagem pela população.

A Catedral de Manaus, os Jardins da Matriz e Entorno

Os serviços de restauro realizados pela SEC compreenderam o período de julho de 2001 a dezembro de 2002 e, durante a realização do restauro, a obra foi aberta à visitação pública, objetivando o acompanhamento das ações propostas executadas pelos manauenses.

Os trabalhos consistiram basicamente na restauração dos bens móveis e integrados, na identificação dos materiais e espaços constitutivos da edificação, na pesquisa arqueológica, na recuperação das coberturas, recomposição e cromatização das fachadas e na criação do Museu da Catedral.

A obra abarcou cinco frentes de trabalho: 1) a identificação e restauração da feição e dos elementos originais; 2) o registro dos vários tempos históricos inerentes à edificação; 3) a pesquisa arqueológica nos Jardins da Matriz; 4) a recuperação da integridade física do bem, com a recuperação das coberturas e 5) a criação do Museu da Catedral, proposta inicial no Projeto de arqueologia.

⁵⁰ Entende-se por ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais (CARTA DE NAROIBI, 1976, p. 3).



Figura 54, Figura 55, Figura 56 – Forro da Capela Mor, durante a obra de restauração, 2001.
Autor: Alberto César
Fonte: SEC - Ateliê de Restauo.



Figura 57 e Figura 58 – Forro da Capela Mor, durante obra de restauração, 2001.
Autor: Hamilton Salgado.
Fonte: SEC - Ateliê de Restauo.



Figura 59, Figura 60 e Figura 61 – Detalhes durante e após a Restauração, 2002.
Autor: Hamilton Salgado.
Fonte: SEC - Ateliê de Restauo.

Durante o processo de restauro (fig. 54 a 61), foi possível verificar com acuidade o acervo da Matriz, pois pouca documentação existia sobre a origem, autoria, procedência, técnica, intervenções no imóvel etc. Durante os procedimentos de restauro e da pesquisa arqueológica, foi possível checar a origem de alguns objetos, inclusive da igreja, no que tange à sua materialidade e à configuração espacial da construção.

Foram identificadas: a feitura em bronze das quatorze peças da Via Sacra pela Fundação Val d'Osne, em França; a policromia e o desenho da nave; a identificação do desenho arquitetônico da nave, considerando que estes foram alterados em um período anterior; a cromatização das esculturas que, por estar recoberta por repintes, não era possível observar, incluindo aí a variedade de materiais como o ouro, a datação, entre outros.

O Museu da Catedral

Uma ação importante foi à criação do Museu da Catedral (fig. 62) que foi previsto no Projeto de Arqueologia, pelos arqueólogos Maria Arminda Castro Mendonça de Souza e Marcus Vinicius de Miranda Correa e organizado pela museóloga, Veralúcia Ferreira, foi implantado na antiga sacristia da igreja, ultrapassando a segunda porta do *Altare Privilegiatum*, espaço que abrigava a residência dos padres em trânsito por Manaus. Com a obra de restauração, percebeu-se a necessidade de reunir parte do acervo museológico que se encontrava sem local de culto determinado, ou que estavam distribuídos pela edificação, bem como os materiais provenientes da obra de restauro e das pesquisas arqueológicas, os coletados com o clero, entre outros. Esse acervo fornece uma amostra da história da Igreja e da edificação.



Figura 62 – Museu da Catedral, 2002.
Autor: Hamilton Salgado.
Fonte: SEC – Ateliê de Restauro.

O acervo exposto no Museu da Catedral guarda indumentárias religiosas, as imagens do Senhor dos Passos, da Santa Verônica, do Senhor Morto, o Resplendor do SS. Sacramento, uma escultura de Nossa Senhora da Conceição, em madeira policromada; uma tela de Nossa Senhora da Conceição, o projeto de De Angelis para a Catedral que não foi executado, a cadeira utilizada pelo Padre João Paulo II em sua visita a Manaus, no ano de 1980, uma cápsula do tempo, encontrada nas prospecções arqueológicas e fragmentos históricos coletados durante o restauro, indumentárias religiosas, entre outras peças. Dentre as descobertas citadas destaca-se a cápsula do tempo (fig. 63), uma garrafa com um bilhete, encontrada durante as prospecções arqueológicas, incrustada nas paredes da sacristia, onde foi implantado o Museu da Catedral. Dentro da garrafa havia um manuscrito contendo informações sobre a obra, datado de 1862, segundo Monteiro (1971) a igreja fora construída por Francisco Canejo, conforme atesta o material coletado (fig. 64).



Figura 63 – Garrafa e Manuscrito achados nas prospecções arqueológicas internas da sacristia, 2002.

Autor: Hamilton Salgado.

Fonte: SEC - Atelier de Restauro de Papel.



Figura 64 – Manuscrito achado nas prospecções internas da Sacristia, 2002.

Autor: Hamilton Salgado.

Fonte: SEC – Atelier de Restauro de Papel.

O texto escrito na “cápsula” é o seguinte:

“O Francisco Canejo foi quem idificou esta Matriz veio no ann de 1859 em 8 de Outubro Official de Pedrero em zaminado nas cinco ordem de aquetetur a i athe na Desima Ordem Fiho de Caxias Esta foi com minha mão Própria o Difunto Francisco Canejo Fecto décimo quarto por frade Francisco Ferreira Marques, português frade 13 anos em 5 di fevereiro di 1862 fiz esta as 3 ½ horas da tarde”.

Os escritos gravados no Monumento de Abertura dos Portos do Amazonas as Nações Amigas, as prospecções na Catedral que evidenciaram o desenho original da nave, a bússola do tempo, as prospecções pictóricas, as análises dos materiais constitutivos são evidencias materiais dos dados relatados e documentos (consultorias, Relatórios da Província, livros) que evidenciaram os fatos históricos.



Figura 65 – Prospecções parietais na Sacristia, onde foi encontrado um arco pleno que interligava a Nave com a Sacristia e a cápsula do tempo, 2002.

Foto: Hamilton Salgado.

Fonte: Acervo SEC – Ateliê de Restauro.

As prospecções arqueológicas dentro da igreja que, no dizer dos pesquisadores, tratava-se da “arqueologia da arquitetura⁵¹”, também evidenciaram detalhes construtivos da edificação, como a distribuição espacial da nave, dois arcos nas paredes que faziam o altar-mor e as duas sacristias, conforme demonstra da imagem anterior (fig. 65).

Após o término da obra de restauração a Escola Técnica Federal doou à Secretaria de Cultura, um projeto assinado por Domenico de Angelis, mesmo autor do Monumento à Abertura dos Portos e da decoração do Salão Nobre do Teatro Amazonas.

⁵¹ Arqueologia da arquitetura pode ser entendida como prospecções arqueológicas, que visam entender os vários tempos históricos, forma, espaço, uso e função da edificação (ALBUQUERQUE, 2002).

O desenho do projeto para a Catedral, cujas linhas não foram executadas, foi exposto no Museu da Catedral e, no período da pesquisa, foi restaurado pelo Ateliê de Restauro de Papel, da Secretaria de Estado da Cultura – SEC.

Na área externa da Catedral, na fachada frontal, situado na área residual entre as escadarias, havia um aviaquário com aves raras, peixes, o qual foi desativado em 1990, para dar lugar às atividades pastorais da Igreja.

Interligando a Catedral com os Jardins e Praça da Matriz, estão dispostas duas escadarias em escala monumental, confeccionadas em pedra de Liós.

Com vistas a fazer uma análise/ verificação das etapas da gestão que foram desenvolvidas no período da pesquisa, com relação à “obra de restauração da Catedral de Manaus, se buscou identificar e conservar a edificação histórica e seus bens móveis” conforme escrito em Manaus (2001), por meio do registro (catalogação), investigação, documentação (prospecções artísticas, arquitetônicas e arqueológicas), restauração (bens imóveis, e integrados), adequação (instalação de sistema de ar condicionado)... Porém, no que tange à conservação do prédio, principalmente do Museu da Catedral, não houve um planejamento para execução de uma conservação sistêmica, após a restauração da edificação, considerando “as tarefas de gestão”, os problemas de manutenção e gestão da conservação, inerentes à materialidade da edificação e seu acervo móvel.

Quanto à história e conservação, a obra de restauração da Catedral de Manaus, na maioria das vezes, buscou-se atender as recomendações feitas pelos teóricos da restauração e nas cartas patrimoniais, no que tange a identificação e ao respeito aos materiais, feições e procedência. Nesse intuito buscaram-se identificar os materiais contidos nas argamassas, por meio de análises físico-químicas; a tipologia dos pêtrees, por meio de catalogação; as pinturas parietais e dos forros, por meio das prospecções pictóricas e arquitetônicas; e demonstrar os períodos históricos de acordo com as teorias de Brandi e Boito, por meio da evidenciação dos resultados encontrados, também desvendados pelas pesquisas arqueológicas realizadas na nave e na sacristia, atual Museu da Catedral, entre outros.

Embora o processo tenha sido amplamente explicado e divulgado no decorrer da obra de restauração, após a intervenção não foi possível compreender as mudanças realizadas, pois não houve a proposta de identificar em texto e ou exposição todo o processo de restauro. Então, quem adentra a edificação pode pensar que esta sempre teve a feição atual, que difere da original e da existente antes do restauro, uma vez que várias áreas foram conservadas, restauradas, redouradas, repintadas, escavadas, etc. E

estavam encobertas por repintes (altares laterais e nave), forro (altar mor) e argamassas (sacristia), apresentando perdas e ou, sem possibilidades de serem recompostas.

Não ocorreram também mecanismos que previssessem a conservação preventiva, nem pela SEC, tampouco pela Prefeitura de Manaus e Igreja. Logo, problemas de manutenção ocorreram no prédio e não houve o treinamento dos funcionários da igreja quanto às medidas necessárias à sua preservação, aos materiais a serem utilizados na conservação, ao monitoramento das patologias, a educação patrimonial, etc.

No entorno da Matriz foram insuficientes as ações para diminuir a degradação humana, e logo antigos hábitos foram sendo adotadas, como a apropriação da área por meninos em situação de risco, prostitutas, grande números de camelôs, como demonstrado no decorrer da dissertação, sem que se implantasse uma ação com eficácia para área. As grades, que foram colocadas para delimitar o espaço público do campo santo, serviam também para enclausurar o transeunte, e permitir a ocorrência de delitos, uma vez que as saídas foram restringidas. Com o tempo, estas grades foram oxidando e não cumpriam as funções iniciais, o que colaborou ainda mais para o aspecto de abandono da área pelo poder público e pela Igreja.

Faz-se necessário que os gestores, ao elaborarem projetos que visem à preservação do patrimônio cultural, prevejam estratégias à manutenção da estrutura física, o fomento às atividades culturais, religiosas, administrativas, etc., ou mesmo à mudança de usos quando não houver dolo às antigas características arquitetônicas, artísticas. Bem como, implantem-se estratégias com vistas a sua sustentabilidade e a melhor qualidade de vida de quem habita o local.

Considerando a importância cultural que este patrimônio representa para a cidade de Manaus: história, paisagem, religião, arquitetura, arte etc., faz-se necessária a implantação de mecanismos que permitam o monitoramento e a conservação da Catedral, bem como o fomento a atividades culturais na área que atuem como ferramentas de conservação e fruição do patrimônio.

Entretanto, há de se estabelecer dinâmicas que proponham a participação de outros agentes e atores como o IPHAN, a Prefeitura de Manaus, o Clero, os fiéis, os funcionários e usuários daqueles espaços, com vistas ao planejamento integrado das atividades de conservação, considerando a diversidade dos atores envolvidos na questão e a eficácia das proposições.

Situação da gestão da conservação: Teatro Amazonas e Entorno

Quando a SEC assumiu a gestão da Cultura no Estado, em 1997, o Teatro Amazonas apresentava bom estado de conservação, pois fora restaurado em 1992 pelo Governo do Estado do Amazonas. A conservação do teatro foi sistêmica, realizada pelos técnicos e consultores da SEC e pelo quadro permanente do IPHAN.

Foram realizados serviços de mapeamento e restauração das fachadas, conservação da cobertura, execução de pintura das fachadas e frisas da plateia, colocação de pavimentação na área externa, conservação do piso em *parquet* do Salão Nobre, conservação do pano de boca, conservação dos bustos, estuques e muros da fachada, iluminação monumental, entre outros serviços, conforme descrito nos projetos e relatórios da SEC, bem como o Mapeamento de Danos, organizado pela engenheira do IPHAN, Sílvia Puccioni, os técnicos da SEC e da empresa contratada para a execução da obra, em 2002, entre outros.

Os corpos estáveis do teatro foram criados e contratados a partir de 1997: a Orquestra Amazonas Filarmônica, regida, nos primeiros anos, pelo maestro Júlio Medalha, cujos músicos eram, além dos brasileiros, bielorrussos, russos e búlgaros; o Corpo de Dança do Amazonas, o Coro etc. Paulatinamente a essas contratações foram implantados o Festival de Ópera, que acontece ininterruptamente desde 1997; o Festival de Teatro da Amazônia, em 9ª edição; a Mostra de Cultura Popular 2ª edição em 2011, entre outras atividades locais e internacionais.

Foram também realizadas atividades de visita teatralizada, com vistas à difusão do patrimônio. Era uma visita guiada precedida de espetáculo teatral, criado pelo Grupo Metamorfose, cuja personagem principal representava o governador Eduardo Ribeiro que apresentava o Teatro Amazonas e discorria sobre a *Belle Époque*, no Amazonas.

O Museu do Teatro Amazonas (fig. 66) foi criado na década de 1980, na gestão de Gilberto Mestrinho, foi reativado pela SEC no início da década de 2000. Ocupou duas salas do Teatro, e expõe peças remanescentes do acervo constituído na *Belle Époque* e dos artistas que se apresentaram na casa, como as sapatilhas da bailarina Margot Fontain, figurinos das óperas, escarradeiras, telha da cúpula etc. Atividades de educação patrimonial⁵² foram desenvolvidas pelo grupo teatral Metamorfose, de acordo com a imagem a seguir.

Em 2000 foi implantado o “Projeto Manaus *Belle Époque* de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião”, da Secretaria de Estado da

⁵² A Educação Patrimonial é uma atividade desenvolvida nos museus e áreas de valor cultural e em sala de aula de maneira integrada. Segundo Horta (1999) visa por meio de experiências concretas, identificar, explorar e valorizar o Patrimônio Cultural, ou seja, considera que só se conserva o que se conhece.

Cultura, que visava “a partir da revitalização de algumas das mais significativas áreas históricas da cidade, fomentar o turismo, conforme justificativa anunciada na Apresentação da proposta...” (NASCIMENTO, 2006, p. 117).



Figura 66 – Museu do Teatro Amazonas, 2012.
Fonte: portal@d24am.com

No entanto, o cenário encontrado na Praça de São Sebastião pelos técnicos da SEC era bem diferente do encontrado no Teatro Amazonas. Estava abandonada pela gestão pública, com problemas de manutenção dos espaços públicos, das ruas do entorno, calçadas, equipamentos, Monumento de Abertura dos Portos às Nações Amigas, casarios do entorno e de não apropriação pela população, no cotidiano.

Embora todos os problemas descritos acima, o local era frequentado por fiéis nas missas e atividades realizadas pelos padres da igreja de São Sebastião, por turistas, pois está situado em frente ao Teatro Amazonas; por brincantes no Carnaval, organizado pela Confraria da Bica e pela Rádio Difusora; por magistrados que frequentavam o Tribunal de Justiça - que foi restaurado pelo Poder Judiciário e inaugurado como Museu da Justiça, administrado pela SEC e por frequentadores do tradicional Bar do Armando. Com o projeto de revitalização, essa frequência foi potencializada. Pois as pessoas passaram a frequentar a Praça.

Honda (2006) apresenta com detalhamento a intervenção urbana realizada na área pela SEC, com vasto registro iconográfico do patrimônio e do processo de restauro, bem como os critérios adotados na restauração e tipologias. Identificando a intervenção como “*city marketing*”, ela escreve que

trata-se de uma prática corrente no mundo capitalista, em transformar a cidade num modelo, num produto acabado, resultante de padrões preconcebidos, capaz de torná-la competitiva, quer no âmbito local, quer no âmbito internacional.

[...]

A imagem da cidade, portanto, é transformada em mercadoria, amplamente divulgada, buscando, assim atrair investidores e consumidores (HONDA, 2006, p.153).

Observa-se esta espetacularização do patrimônio como estratégia de conservação, de incremento do turismo e palco de uma política, onde o patrimônio é cenário para eventos de cunho cultural.

Porém, no caso da Praça de São Sebastião, que depois das obras teve restituída a antiga denominação de “Largo” de São Sebastião, os recursos utilizados nas intervenções e durante o período da pesquisa, na conservação dos bens imóveis e na requalificação do espaço público e privado, foram decorrentes da Associação de Amigos da Cultura, que foi criada pelo Governo do Estado, com vistas a arrecadar recursos a serem utilizados pela SEC, na gestão da cultura e do patrimônio cultural. O que não sustenta o discurso de sustentabilidade apontado por Honda (2006). A área já era autossustentável, o que foi aumentado foi o seu potencial turístico e apropriação dos cidadãos pela área.

Honda também aponta a parceria do IPHAN na gestão, com a colaboração de técnicos nos projetos de recuperação da área. Entretanto, as consultorias realizadas para as intervenções na área da Praça durante o período do restauro, foram custeadas pelo Governo do Estado. O mapeamento de danos organizado por Silvia Puccioni, em 2002, teve a parceria do IPHAN porque a SEC, ao desenvolver a restauração das fachadas do Teatro Amazonas, não previu a consolidação das argamassas.

Naquelas circunstâncias o IPHAN designou a engenheira Sílvia Puccioni, que orientou os procedimentos para recuperação das fachadas, o que indica que os serviços não foram realizados de maneira sistêmica de forma que os entraves pudessem ser minimizados e a intervenção planejada conjuntamente, como prevê a gestão integrada, proposta por Zancheti (2002).

A intervenção foi classificada como revitalização⁵³ pela SEC, porém, a maioria dos imóveis, que tiveram os usos modificados, foram os que passaram a ser gerenciados pela SEC, para usos culturais, como a Casa do Restauro, o Liceu, a Casa de Música

⁵³ Revitalização – conjunto de operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas ou conjuntos de edificações de valor histórico de apoio à ‘reabilitação’ (mudança de uso) das estruturas sociais, econômicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos. – Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2002, p. 11).

Ivete Ibiapina, o Ponto de Cultura, a Casa das Artes e posteriormente a Galeria do Largo, nesse sentido, considera-se que os serviços executados foram de recuperação e requalificação, como se observa nas imagens.



Figura 67 – Largo de São Sebastião, em destaque a Galeria do Largo.
Fonte: http://www.flickr.com/photos/tark_mao/870829953/ Acesso em 14.12.2010.



Figura 68 – Largo de São Sebastião destaque para Casa do Restauo.
Fonte: http://www.flickr.com/photos/tark_mao/870829953/ Acesso em 14.12.2010.

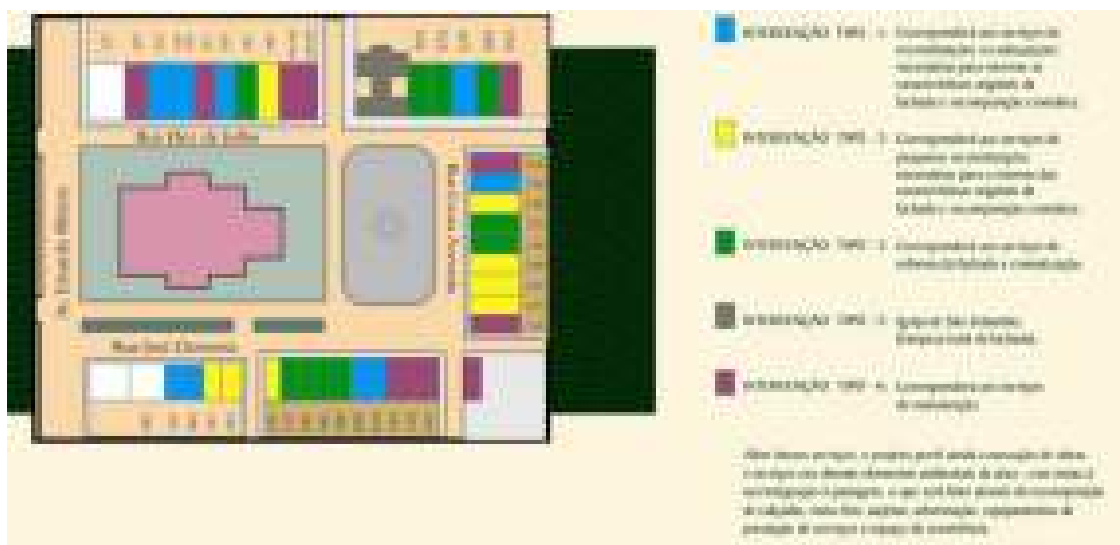


Figura 69 – Tipos de intervenções adotadas pelo projeto, 2003. Reconstruindo a *Belle Époque*. Manaus: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião. Fonte: Márcia Honda Nascimento, 2006.

O Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião (figs. 67, 68 e 69) foi realizado em etapas e por tipologias de intervenção, ocorreu também de acordo com o aceite dos proprietários e inquilinos dos imóveis ao projeto e se deu gradualmente. Após a 1ª etapa, mais pessoas adotaram o projeto, até que em 2004, a maioria dos imóveis daquele quadrilátero havia recebido intervenção.

Os projetos de restauração, laudos, metodologias, produzidos durante as gestões acumulam registros que contribuem para o entendimento do que se constitui o patrimônio. Por exemplo, nas obras de restauração da Praça de São Sebastião, nas prospecções do piso das ruas que ladeiam o Teatro Amazonas e que revelaram, na *anamnese*, que o primeiro piso fora confeccionado em Pedra Jacaré – embora, na restauração, tenha sido escolhido outro piso com mais durabilidade para calcetar aquela área – não ficou sinalizada na obra nenhum indício dos pátres originais.

Cabe citar que o Tribunal de Justiça do Amazonas antecipando todo esse movimento conservacionista que se deu na cidade, a partir de 1997, na gestão do desembargador Neuzimar Pinheiro, iniciou o processo de restauração na edificação centenária, o que teve continuidade na gestão do desembargador Djalma Martins da Costa e da desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima.

Houve também, intervenções com recursos privados ao longo do processo, como a construção de um hotel na Rua Costa Azevedo, no ano de 2008.

A maioria dos imóveis manteve a perspectiva conservativa, praça, residências, igreja, imóveis comerciais, pois, antes da intervenção havia uma variedade de atividades “desejáveis” desenvolvidas na área, que colaboravam para o “desenvolvimento sustentável”⁵⁴ do local. Não foi proposta a alteração de uso, nem modificações internas, embora em alguns imóveis obsoletos na Rua José Clemente tenham sido implementados novos usos.

Os resultados da análise desses dados estão elencados abaixo, e foram fundamentados nas disposições básicas para “Projetos de preservação na área específica de bens do patrimônio cultural” elaborado pelo Programa Monumenta, em 2002.

Ao se confrontarem as intervenções realizadas pelo Governo do Estado, com as premissas apresentadas pelo Monumenta, observa-se que:

1. Observa-se no que tange a alguns imóveis comerciais, onde ocorreu o “falso histórico”, que não se atentou à autenticidade das matérias-primas para a conservação dos materiais originais constitutivos do Bem cultural e conservação da materialidade, “evitando falsificações de caráter artístico e histórico” (MONUMENTA, 2002, p. 13). Nesse sentido foram construídas fachadas que não existiam, ou inventada nova arquitetura, como nos prédios do escritório de advocacia e na Galeria do Largo.

Honda critica “a finalidade meramente cenográfica destituída de importância e de veracidade histórica”, da intervenção no que tange ao “falso histórico” e que poderá ocasionar ao leigo o entendimento de que aqueles elementos arquitetônicos reconstituídos ou inventados são íntegros à paisagem histórica. O IPHAN parece não ter o mesmo entendimento, ao preservar aquela paisagem, por meio de tombamento, em 2012. Reitera-se que esse tipo de intervenção não deve ser próprio nas obras de restauração, considerando também que novas arquiteturas devem ter espaço em áreas históricas, desde que se respeite a visibilidade dos bens tombados.

2. A autenticidade histórica trata da alteração e falsificação dos “valores históricos contidos nos materiais, técnicas construtivas, aspectos espaciais” (MONUMENTA, 2002, p. 13). Quanto à intervenção nos dois imóveis comerciais, citados acima, observa-se que,

⁵⁴ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves:

- O conceito de ‘necessidade’, sobretudo as necessidades essenciais dos Pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- A noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades futuras’ (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46 apud Zancheti, 2002, p.1).

com a falsificação da matéria, falsearam-se os valores históricos e culturais. É uma valoração inventada, não mais decorrente de uma construção sócio-cultural.

3. A autenticidade estética trata das alterações constituídas nos vários tempos históricos, que “resultam numa outra ambiência” (MONUMENTA, 2002, p. 13). Em geral, pode-se verificar a alteração na paisagem histórica com a intervenção, principalmente pela alteração do desenho da rua, que foi transformada em passeio e no retorno aos materiais do calçamento.

Os eventos realizados – teatro, música, cinema, moda, etc., também propiciaram uma nova e positiva apropriação dos espaços públicos e a introdução de novos usos, por meio das atividades culturais e sociais realizadas naquele ambiente.

Atenta-se que o poder público deve buscar conceber a paisagem cultural como uma estrutura não estática, inserida nas dinâmicas culturais onde as inovações sejam incentivadas, por meio de concursos públicos, ou a contratação de *experts*, capazes de produzirem novos patrimônios em consonância com os preexistentes, e conforme as necessidades atuais da população. Deve-se evitar falsear as arquiteturas e constituir o “falso histórico”.

Faz-se necessário entender que novas formas de apropriação constituem a sua conservação do patrimônio cultural, Choay toma como exemplos Giovannoni “que os preserva integrando-os à vida contemporânea, através de meios de intervenção apropriados e bem codificados”, e Viollet-le-Duc ao escrever que ‘O melhor meio de conservar um edifício é o de lhe encontrar um emprego’ (CHOAY, 2009, p. 31).

4. A autenticidade dos processos construtivos diz respeito à manutenção das características materiais e estéticas com vistas à preservação do bem “evitando a introdução de técnica que seja incompatível e descaracterize o objeto” (MONUMENTA, 2002, p. 13).

Não se pode dizer que houve uma investigação de todos os materiais que constituem aquele ambiente histórico-cultural. Investigações foram feitas no patrimônio público, como no Monumento de Abertura dos Portos e nas fachadas do Teatro Amazonas, pois esse procedimento tornaria inviável economicamente o projeto, considerando as dimensões da intervenção, não sendo ainda selecionadas pela SEC e nem pelo IPHAN, para preservação.

Mas houve uma preocupação nesses aspectos, como demonstram os materiais produzidos nas consultorias dos professores Mário Mendonça, da Universidade Federal da Bahia - UFBA; Luís Alfredo Rispoli, da Fundação de Ouro Preto – FAOP e José Dirson Argolo, da UFBA, Sílvia Puccioni, do IPHAN, entre outros, além de pesquisa iconográfica,

prospecções arquitetônicas e cromáticas, vasta documentação dos processos de intervenção, entre outros.

A maioria dos imóveis permaneceu com o mesmo uso, a igreja, o Bar do Armando, o African House, o escritório de advocacia, as lojas de artesanato, o restaurante de comida japonesa, sendo que três edificações tiveram os usos modificados para fins comerciais, uma para pizzaria, outra para lanchonete e outra para um hotel, esse último empreendimento, demonstra a vocação turística da área, onde todos os imóveis convergem para o Teatro Amazonas e a paisagem centenária.

O projeto em si, não detalhou todas as intervenções a serem executadas, que por vezes foram pensadas durante a execução da obra, decorrentes dos resultados dos trabalhos e do acompanhamento diário dos serviços pela equipe técnica. Observa-se que a intervenção foi realizada em etapas, nem todos os moradores e proprietários, a princípio, aceitaram participar das reuniões de apresentação do projeto e negociação. Isso se deu com o tempo, à medida que a área ia sendo recuperada.

Um dos problemas verificados no projeto é a pouca arborização do Largo, o que requer um projeto paisagístico para a área que é árida durante o dia. No entanto, durante a primeira intervenção de restauro na área, uma árvore frondosa foi derrubada, talvez no intuito de aumentar a visualização do Teatro Amazonas.

Por meio de registros iconográficos, pode-se observar que aquele espaço público já teve várias feições, desde a aridez do espaço, a circulação de bonde, a inserção de espécies vegetais. É necessário avaliar as premissas citadas acima e adequar aquele espaço às novas demandas de permanência e uso. Pois, como afirma Dantas (2002, p. 263), “quando uma contradição é criada entre realidades existentes e outras novas, um conflito terá lugar entre os atores sociais que a produziram...”. Nesse sentido ao discorrer sobre a imagem da cidade como processo de negociação, o autor se remete a Rojot (1991) e afirma que:

Negociar é uma atividade social que acontece em ambientes determinados e, ao mesmo tempo, os resultados do processo de negociação influenciam nesse ambiente consideravelmente. Deve-se ainda levar em consideração o fato de que se a negociação ocorre dentro de uma estrutura de fatores sociais, econômicos e políticos determinantes, isso direcionará o confronto entre indivíduos (DANTAS, 2002, p. 262).

As intervenções foram desenvolvidas em longo prazo (pois os agentes da SEC permaneceram os mesmos, durante o período da pesquisa), o que propiciou a continuidade da gestão da conservação, e foram discutidas com os atores interessados, sendo aderida por estes paulatinamente.

Faz-se necessário atender às reivindicações feitas pelas populações que frequentam o espaço público e que requerem o plantio de árvores, com vistas a arrefecer o clima e permitir ao cidadão atravessar ou utilizar aquele espaço público sem ter que suportar as condições climáticas que atingem por vezes mais de 45°C, na cidade de Manaus.

É preciso considerar que a imagem da cidade é um produto socialmente construído, decorrente de "... um processo de negociação de significados" cujos resultados têm como consequência um "produto cultural" (DANTAS, 2002, p. 263, 264), a ser compartilhado com a sociedade.

Segundo Mesquita, a arborização da cidade era requerida desde a província. O governador Eduardo Ribeiro (1892 a 1896), também solicitou a construção de um jardim no local do Cemitério São José e o governador Fileto Pires acompanhou essa ideia de Eduardo, ao alertar para as vantagens que traziam os jardins e a arborização, e propunha a utilização de espécies nativas. Em 1901, Arthur Araújo expressou preocupação com "o ajardinamento das praças XV de Novembro e Constituição" Mesquita (2006, p. 173). No entanto, os projetos de modernização que se deram a partir do século XIX, devastaram as áreas verdes, aterraram igarapés alterando a morfologia do lugar. Por outro lado, buscava-se gerar impostos e normatizar as intervenções dos cidadãos por meio do Código de Posturas.

Observa-se em alguns registros iconográficos do CHM, do final do século XIX e início do século XX, que a arborização original foi removida em prol de uma arborização cujas espécies não eram de origem nativa e que a arborização proposta seguia aos clássicos modelos franceses, "as espécies importadas eram Ficus Benjamin, Machaerium-type, palmeiras imperiais e acácias. A Palmeira Imperial (Roystonea oleracea) parecia ser a árvore mais requisitada para esse fim, pois milhares de mudas foram compradas para embelezar a cidade" (NASCIMENTO, 2001, s/p). Nesse sentido se faz necessária a adoção de uma política que eleja o patrimônio ambiental, no qual são destacadas a cultura e a natureza.

Quanto à gestão da conservação, a SEC tem contribuído para a manutenção de uma política de conservação, restauração e preservação do patrimônio cultural, naquela área, seja através da maioria das intervenções realizadas, na capacitação de mão de obra local, na realização de um programa que além de alocar recursos econômicos, tem se mantido constante como uma política de estado.

Entretanto, faz-se necessário estabelecer mecanismos que prevejam a continuação do programa. E que outros agentes e possam participar de maneira efetiva na conservação da área, garantindo a sua conservação permanente.

3.4 - Proposta de Arranjo Interinstitucional – Organizacional para a Gestão da Conservação do Centro Histórico de Manaus

Este tópico apresenta, a partir dos diagnósticos sobre a gestão da conservação do patrimônio cultural no CHM, proposta de Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio Cultural. Entende-se que o planejamento da gestão deve ser desenvolvido no compartilhamento das ações entre os agentes institucionais e os atores culturais envolvidos no processo.

O mecanismo proposto, para alcance de tais objetivos é o plano de conservação, que “estabelece os objetivos e metas a serem alcançados, valores a serem conservados, além de instrumentos jurídicos, políticos, administrativos e financeiros que pretendem a consecução dos objetivos da conservação” (MILET, 2002, p. 125).

Zancheti ressalta que os procedimentos normativos - conjunto de leis patrimoniais e gestão da conservação dos bens patrimoniais dispostos no CHM - e operativos – referem-se às tarefas cotidianas as gestão, devem ser propostos “dentro de um determinado quadro temporal referencial mediante a mobilização de atores sociais e recursos econômicos” Zancheti (2002, p. 91), com vistas à eficácia e eficiência da gestão, para tanto, propõe-se a criação de um “Conselho de Conservação” e do “Conselho de Gestão” no Centro Histórico de Manaus.

O Conselho de Conservação dialogará com os atores culturais – executará as tarefas da gestão, compartilhará o tempo com os atores, com vistas a atender as necessidades e ao planejamento da gestão. O Conselho de Gestão produzirá os meios necessários (legislação, recursos financeiros e humanos, etc.), tendo a função de desembaraçar os processos legais que possam obstaculizar o Plano de Conservação Integrada, onde serão dispostos “os processos e tarefas desenvolvidos no cotidiano, que viabilizam a implementação do plano de conservação e a verificação da consecução dos objetivos do plano” (MILET, 2002, p. 125), a ser realizado pelo Conselho de Conservação.

A autora ainda escreve que “deve-se ainda salientar que o plano de conservação é parte integrante da gestão de conservação. Isso significa que em situações específicas a gestão da conservação se inicia em simultaneidade ao plano de conservação” Milet (2002, p. 125). O que direciona a pensar na sistematização das práticas de gestão, pois

estas dependem de sistemas complexos que para o alcance dos objetivos devem funcionar de forma a atender as demandas específicas que deverão ser tratadas em um Escritório Técnico, composto de integrantes das três instâncias de poder.

Constatou-se que há vários projetos empacados nas três instâncias governamentais, tais como o: Projeto de regeneração da Orla da Manaus Moderna, Feira da Manaus Moderna e Feira da Banana, Porto de Manaus, o Monotrilho e a Obra de Recuperação da Avenida Eduardo Ribeiro. etc., com vistas a solucionar assuntos como o trânsito intenso, os camelôs, os espaços obsoletos, a recuperação do estoque imobiliário, entre outros. Estes projetos devem ser reavaliados pela gestão, pois constituem demandas antigas, e posto que considerados exequíveis recursos devam ser alocados pelos gestores nos órgãos competentes e por meio das agências de financiamentos que investem na recuperação do Patrimônio Cultural.

A Gestão do Patrimônio Cultural Integrado, conforme escrito em Zancheti (2002), deve ser consubstanciada pelos agentes e atores no Plano de gestão é um mecanismo organizacional e instrumento legal, resultante de um processo democrático, onde os atores (população e sociedade organizada) e agentes (poder executivo, legislativo e judiciário) buscam resolver as demandas relacionadas ao centro histórico de acordo com as questões suscitadas pelos atores e decupadas pelos especialistas das instituições públicas, de acordo com um planejamento cujas etapas, segundo Zancheti (2002), são: análise e valorização, negociação, proposição, monitoramento e controle. “Essas ações objetivam sistematizar os procedimentos técnicos, institucionais e financeiros, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a conservação [...]” (PONTUAL, 2002, p. 115).

A proposta do “plano de gestão” é criar um grupo composto de especialistas, que possa conjuntamente elaborar estratégias para a gestão da conservação, tais como o: plano de desenvolvimento local; plano de educação patrimonial; sistemas de monitoramento e controle da conservação do patrimônio cultural; realização de inventários; medidas para avaliação de desempenho da gestão da conservação; mecanismo de captação de recursos; promoção dos grupos culturais; planos setoriais de infraestruturas ambientais (saneamento e limpeza urbana); alteração das legislações vigentes, instituindo a criação da gestão da conservação integrada; programas de qualificação e associativismo; acompanhamento por meio de indicadores; criação legal da comissão de conservação; criação do escritório de conservação do centro histórico de Manaus; realização de inventários; realização do foro anual de conservação; estabelecimento de mecanismo de negociação e integração das instituições e atores participantes da conservação territorial e urbana; estabelecimento de parcerias pelas fontes de financiamento e do setor privado, entre outros.

Considerando que

[...] os benefícios gerados por investimentos na conservação do patrimônio histórico não devem ser avaliados apenas quantitativamente, em uma equação na qual custo e benefício é mensurado como 'taxa de retorno de investimento' em um determinado número de anos. Nem mesmo baseados apenas nos incrementos nas receitas do comércio e dos serviços locais ou nos impostos sobre as edificações, já que as gestões públicas devem avaliar o custo social desses projetos em termos alternativos ao custo entre 'de não atuar' e ao do efetivo aumento da inclusão social a partir da valorização de aspectos históricos locais (SCHIFFER, 2002, p. 303 e 304).

Posto que se identifique a inclusão social como um dos principais objetivos da Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural Integrado, uma sociedade que respeite as suas diferenças onde todos possam ter garantidos os direitos previstos na Constituição do Brasil e que a conservação do meio ambiente, por meio por meio do desenvolvimento sustentável, seja uma premissa para os gestores nesta construção.

Tendo em mente a diversidade inerente ao patrimônio cultural, observa-se, portanto, cada vez mais ser necessária à implantação no Brasil, de estratégias que propiciem o fomento às duas faces do patrimônio cultural, pois estas forças devem estar representadas, no que foi selecionado para ser herança cultural. Portanto, primar nos projetos de gestão da conservação à representação dos locais identitários, às manifestações intangíveis etc., como uma amostra estratigráfica daquilo que representou e representa a cultura nacional, é fundamental. Porém, quais são os critérios que definem e qualificam o objeto cultural a alçar o status de patrimônio cultural?

Fonseca (2008, p. 64) aponta que o aspecto legal e prático, que envolveu o acautelamento do patrimônio cultural brasileiro, privilegiou "bens de tradição europeia" e veio a "reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas". Fanon (1979, p. 25-77) considera que o mundo é composto por forças antagônicas em classe e cultura.

Um direcionamento a essa questão é dado por Fabian (2006, s/ nº) ao escrever sobre o que denominou nos seus estudos como "intersubjetividade", e que a "etnografia está alicerçada, em termos cruciais em nossa capacidade de nos comunicarmos pela linguagem". Neste sentido, nota-se que a "intersubjetividade" no que tange à gestão da conservação, deve ser observada nas relações que se estabelecem entre os gestores públicos e os representantes do patrimônio, sejam grupos étnicos, classes sociais, cidadãos, etc., ele escreve:□

refiro-me a uma intersubjetividade que deve ser criada na interação (intercâmbio, influência múltipla). E ao me questionar sobre o modo como ela pode ser criada, cheguei à segunda tese: “a etnografia está baseada, em termos cruciais, em nossa capacidade de nos comunicarmos pela linguagem”. Para mim, a linguagem passou a ser central. Cheguei a posteriori à conclusão de que essa era uma abordagem muito estreita da comunicação, pois nos comunicamos através de muitos outros modos. A maior parte do meu esforço teórico subsequente concentrou-se em formular esta ideia claramente, ver novos aspectos, novas formas de chegar ao que chamei “intersubjetividade”. Isso me levou ao passo seguinte: o que torna possível a intersubjetividade na comunicação? Daí a noção de tempo compartilhado (FABIAN, 2006 p. 13).

Fabian nos impulsiona a transpor seus resultados de pesquisa à gestão da conservação do patrimônio cultural do Centro Histórico de Manaus e a pensar na problemática atual da gestão. A refletir sobre um dos aspectos fundamentais à construção da gestão que é o compartilhamento do tempo. É necessário que sejam implantadas estratégias de gestão que considerem a interação no que tange aos programas e projetos realizados no CHM, com vistas ao alcance de melhores resultados no que se refere às categorias e discursos do patrimônio Gonçalves (2007), a otimização das tarefas, e a gestão compartilhada. Pontual, concorda com esse pensamento, ao definir planejamento estratégico ou situacional, ao afirmar que

[...] o planejamento situacional ou estratégico, diferencia-se da teoria do planejamento normativo. Na primeira, admite-se que existam vários sujeitos que planejam a realidade com objetivos conflitantes, e que o Estado ou o poder público é um desses sujeitos, embora tenha uma posição privilegiada. Entende-se, também, que a resolução dos conflitos envolve o compartilhamento de deveres e responsabilidades com todos os demais grupos econômicos e sociais presentes na sociedade [...] (PONTUAL, 2002, p. 10).

Vinãs, (2003, p. 154) em a “Ética de la Restauración” em “Teoría contemporânea de la Restauración” também comunga com este pensamento ao identificar na subjetividade valores intersubjetivos que devem ser mensurados na seleção da restauração que deve ser baseada no reconhecimento do valor que o bem tem para os sujeitos “receptores”. Ao escrever sobre os valores e funções dos bens patrimoniais na restauração, que “La subjetividad de que se habla aquí es en definitiva *intersubjetividad*: los valores son fruto de un acuerdo tácito entre-sujetos para quienes cada objeto significa algo [...]. E completa, a “Un trabajo de Restauración también debe tener presente la existencia de un horizonte de expectativas en los sujetos, porque el mecanismo comunicativo depende del emisor, pero también del receptor [...]” (VINÂS, 2005. p. 155).

Ao escrever sobre o futuro da conservação urbana e territorial, Jokilehto escreve que “o significado básico da modernidade reside na aceitação da pluralidade de valores e atitudes nas diferentes culturas e tradições, mesmo que as próprias tradições tenham sido sujeitas à influência crescente da modernidade... (JOKILEHTO, 2002, p. 19)”. E considera que a conservação “é um problema cultural, também, porque existe uma necessidade de se estabelecer uma comunicação com outros membros da sociedade e uma base para a partilha e implantação de tais valores” (JOKILEHTO, 2002, p. 19).

Pode-se então afirmar que a “gestão da conservação integrada” é uma estratégia para o maior alcance da representação do patrimônio cultural, considerando que é realizada pelos atores representantes do patrimônio cultural e gestores públicos especializados na área.

Lowental (1996) apud Vinãs (2003, p. 144) escreve que “[...] el valor del patrimonio no se mide por pruebas rigurosas, sino por su potencia actual”. Já Gonçalves acrescenta que “nós atribuímos significância, porém os objetos nos identificam” e que esses objetos selecionados têm a capacidade de representar, organizar e construir a vida social [...], conforme Mauss apud Gonçalves, cada objeto tem a sua biografia cultural. Mercadorias, dádivas ou objetos sagrados que como objetos de coleções legitimam ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais [...] (GONÇALVES, 2007, p.13 - 42).

Neste sentido, pensa-se sobre a quem os objetos selecionados no CHM representam. Quem selecionou e atribuiu significância, quais os discursos neles intrínsecos, a partir de que campo de visão foi constituído. Quando se caminha pelas ruas do CHM, logo se percebe na orientação e distribuição dos espaços o discurso inerente ao seu patrimônio, que também é percebido nos monumentos de origem europeia, na arquitetura que avança sobre a mata, etc.. “Se os objetos organizam a visão de nós mesmos” como afirma Gonçalves (2007, p.13 - 42), com o que se identificam as populações e os distintos grupos sociais que tem no CHM suas referenciais de culturais⁵⁵? Gonçalves registra que

⁵⁵ Segundo o Inventário Nacional de Referências Culturais, refere-se aos “objetos, práticas e lugares pela cultura na construção de sentidos e de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (...) para efeitos metodológicos, o objeto do INRC são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinados grupos sociais” (INRC, 2000, p. 8 e 10 *apud* Pontual, 2002, p.101).

os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de “patrimônio”, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público (GONÇALVES, 2007, p. 155).

Esse patrimônio configurado como marco na paisagem contribui para o que Le Goff, ao referenciar Pierre Janet, escreve como “acto mnemónico fundamental”, o ‘comportamento narrativo’, que se caracteriza antes da função social, pois é comunicação a outrem de uma informação na ausência do acontecimento ou do objecto que constitui o seu motivo” (Le Goff, 1984, p.12). E completa: “[...] a amnésia é só uma perturbação no indivíduo, mas envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória colectiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves na memória colectiva” (Le Goff, 1984, p.12).

Portanto, sendo os objetos portadores de mensagens que dizem respeito ao ambiente de onde provêm, é possível afirmar que o patrimônio cultural é um marco das várias memórias selecionadas pelos gestores e, portanto, deve representar as várias memórias nele contidas: o legado cultural dos grupos sociais que viveram naquele lugar. Faz-se necessário então, que estes marcos sejam destacados nas paisagens do CHM.

Observou-se que houve o investimento do poder público em setores da cultura e da preservação, tais como: o Governo Municipal destacou-se na legislação, no patrimônio imaterial: festivais, festas, folclore, lançamento de Cds de artistas locais, na pesquisa arqueológica e restauração do patrimônio edificado.

O Governo do Estado do Amazonas teve destaque na restauração do patrimônio edificado, na criação e manutenção de espaços musealizados como demonstrou-se no Apêndice 3 – Quadro de espaços musealizados, museus, centros, culturais, casas e galerias em Manaus; na restauração de bens móveis, no fomento aos bens imateriais, na pesquisa arqueológica, no campo editorial, nos festivais de ópera, cinema, na criação de eventos etc. Um ponto destacável é que a SEC após as restaurações conservou a maioria dos imóveis que lhe são próprios ou que sediam suas atividades.

Governo Federal monitorou e avaliou os projetos de arqueologia e arquitetônicos propostos pelos governos municipal e estadual, realizou inventário do patrimônio imaterial, propôs e incentivou as políticas públicas por meio de publicações, em nível federal e geriu obras de restauração em bens tombados pela autarquia ou dispostos em seu entorno.

Houve no CHM uma mudança no cenário e na forma de apropriação, monitoramento e preservação dos bens culturais. Entretanto, acredita-se serem necessárias outras ferramentas que propiciem que os projetos desenvolvidos pelas instâncias de poder alcancem uma ordem comum e abarquem de maneira sistêmica, permanente e integrada a gestão da conservação do patrimônio cultural, disposto no CHM.

Pensando nas potencialidades e nos problemas do Centro Histórico de Manaus e com apoio na bibliografia, nos documentos pesquisados e no prévio conhecimento do sistema organizacional do Governo do Estado e da Prefeitura de Manaus e o IPHAN considera-se que a “Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio Cultural” deve seguir um modelo interinstitucional, que abarque as três instâncias governamentais responsáveis pela gestão da conservação do patrimônio cultural e o planejamento: Governo do Estado; Governo Municipal e Governo Estadual, bem como Assembleia Legislativa - Comissão de Cultura e Patrimônio Histórico, a Câmara Municipal - Comissão de Educação e Cultura e o poder Judiciário - Ministério público Estadual do Amazonas e a sociedade organizada, conforme diagrama abaixo.

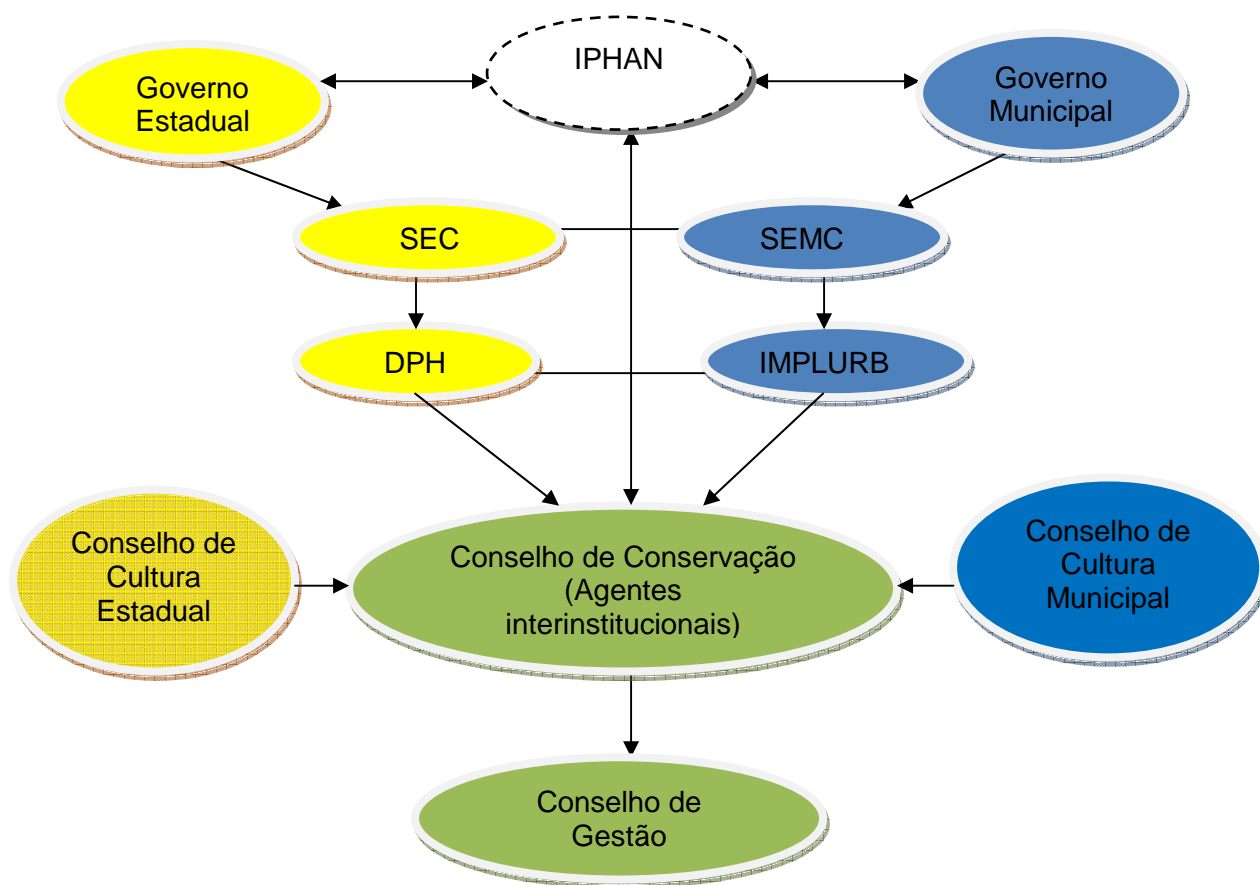
O arranjo interinstitucional proposto deve ser formado por:

1. Representantes do governo municipal, estadual e federal;
2. Representantes municipais e federais da pasta cultura;
3. Representantes do departamento responsável pela conservação do patrimônio cultural (Governo do Estado) e pelo planejamento urbano (Prefeitura Municipal de Manaus);
4. Criação e implantação de Escritório Técnico formado por agentes Interinstitucionais do Governo do Estado e da Prefeitura de Manaus composto pelas seguintes secretarias: Secretaria de Estado da Cultura – SEC; Secretaria Municipal de Cultura- SEMC; Secretaria Estadual de Planejamento - SEPLAN, Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, Secretaria Estadual de Administração - SEAD, Secretaria Estadual Fazenda - SEFAZ, Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINFRA, Secretaria Municipal de Finanças - SEINF, SEMEF, Secretaria

Municipal de Obras e Serviços Públicos, SEMOSB, Instituto de Planejamento Urbano - IMPLURB, Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Secretaria do Estado de Educação do Amazonas – SEDUC, Fundação Estadual de Turismo - AMAZONASTUR e Fundação Estadual de Turismo - MANAUSCULT, que trabalham conjuntamente a fim de realizar as tarefas da gestão advindas dos conselhos estaduais e municipais, responsáveis pelo Plano de Gestão da Conservação;

5. Conselhos de Cultura cujos arranjos são determinados pela legislação municipal e estadual específica, são representantes da sociedade organizada - Associação de moradores do CHM, Associação de Feiras e Mercados, Conselho estadual de Cultura, Conselho Municipal de Cultura, Associação de Comercio do Amazonas - ACA Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Associação Amazonense de Artistas Plásticos - AMAP e outros atores conforme as políticas propostas.
6. E pelo Conselho de Conservação, formado por representantes do Município, do Estado e da Federação; da Câmara Municipal e Federal, Assembleia Legislativa e Senado, com vistas a atender as demandas da sociedade provenientes do “Escritório Técnico”, proposto acima.

Quadro 3 – Diagrama de Arranjo Interinstitucional-Organizacional



Ao reunir os atores e agentes culturais que atuam na gestão da conservação do CHM e com a normatização desses em uma escala que prioriza o planejamento estratégico⁵⁶, onde as tarefas da gestão de elaboração e controle sejam realizadas em sintonia entre o poder público e a sociedade organizada e esses atuem de maneira integrada, com vistas à recuperação e revitalização do CHM, almeja-se que os valores preservados representem o que esses simbolizam: os diversos grupos sociais, gestão após gestão da conservação integrada do Patrimônio Cultural, sempre mensurados por indicadores que permitam aferir de maneira verossímil a validade das proposições na atualidade e no futuro.

⁵⁶ [...] O planejamento estratégico efetiva-se no processo de tomada de decisão e participação, assim com em planos e documentos que sintetizem as dimensões técnicas, sejam os problemas, potencialidades, ameaças e oportunidades, sejam propostas urbanísticas, institucionais e financeiras (PONTUAL, 2002, p.104).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho buscou-se apresentar um panorama da Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural em Manaus, no período de 1997 a 2009 e ao introduzir os principais teóricos do campo, procurou-se esclarecer os fundamentos e conceitos que permeiam o pensamento ocidental, os princípios éticos e as práticas de intervenções no Centro Histórico de Manaus.

Ao visualizarem-se as imagens do Centro Histórico de Manaus, do final do século XIX e início do século XX, observam-se as modificações que ocorreram na paisagem no decorrer de mais de um século e que comprovam as transformações que se deram com o patrimônio cultural.

Iniciativas e programas de conservação, restauração e preservação foram desenvolvidos pelos gestores públicos, como o processo ocorrido na Praça de São Sebastião, cujo êxito foi alcançado em médio prazo. O resultado foi a valorização de toda a área de entorno do Teatro Amazonas e conseqüentemente do próprio Teatro, bem como a apropriação do espaço público, pela população e turistas. Nesse caso, ressalta-se que todo aquele contexto histórico foi valorizado, por meio da requalificação da área que teve seus atributos culturais potencializados e a “ressonância” (GONÇALVES, 2006) dos programas e atividades realizadas na área. Os investimentos para conservação e restauração do patrimônio cultural propiciaram uma mudança incipiente, entretanto singular na paisagem, a valorização do patrimônio arqueológico, artístico, arquitetônico, arquivístico e paisagístico. Entretanto, atenta-se que a gestão da conservação é um processo constante e que deve ser monitorada e avaliada, com vistas a atender as atuais e possibilitar conjeturar os futuros possíveis.

Há também, com estas medidas a tentativa de “cristalização” do patrimônio, ou seja, de se privilegiar os feitos decorrentes da “Manaus Belle Époque”, ao não inserir-se novas arquiteturas no contexto histórico e reinventar as antigas.

Observam-se no CHM, “ilhas”, compostas pelo patrimônio cultural e natural. São elas as praças, largos, edificações que, administradas pelo poder público, constituem-se nos espaços democráticos, onde é possível exercer a cidadania em comparação com a maioria das áreas do CHM, que se encontram degradadas.

A construção da paisagem histórico-cultural no Centro Histórico de Manaus decorre das mudanças ambientais geradas pelo processo de extermínio que se deu no estado, dos quais se elencam: 1. A herança indígena, 2. A carnificina a qual os nativos foram expostos e escravidão; 3. a suplantação de suas crenças e hábitos pela fé do colonizador; 4. A destruição de seus referenciais ambientais; 5. A miscigenação que se

deu no estado entre as culturas nativas e outras culturas, sobretudo a portuguesa e a nordestina; 6. A implantação da Zona Franca de Manaus; 7. O processo de Recuperação das edificações históricas.

O Patrimônio Cultural disposto no CHM é diverso, visível e invisível: pedra e cal, praças, avenidas, vegetação, igarapés, clima, modos de viver etc., e reflete a história da região amazônica. Na gestão da conservação do patrimônio cultural do CHM, priorizou-se a preservação do patrimônio dito de “pedra e cal” e, paulatinamente, o registro, o monitoramento e demais tipos de proteção do patrimônio intangível, seguindo as deliberações advindas das políticas públicas propostas pelo governo federal a partir do ano 2000.

O CHM dispõe de uma estrutura que necessita ser regenerada, pois ocorreu um esvaziamento por parte de alguns agentes importantes para a organização do sistema, como a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal, o Tribunal de Justiça, entre outros de maneira adversa a que deve reger a gestão da conservação. Pois o poder público deve incentivar e propor usos desejáveis para a conservação do patrimônio cultural e incrementar a circulação de pessoas na área, regenerando áreas degradadas, financiando moradias, promovendo o comércio e o turismo. Cuidando, ainda, para a manutenção e fruição das atividades desenvolvidas na área. Para tanto, é necessário que os agentes estejam onde estão os atores.

A interdisciplinaridade inerente às obras de conservação, restauração e recuperação provocou o desvendamento deste patrimônio, uma vez que se investigou a face primeira do patrimônio que é a sua feitura, sua constituição, o que está relacionado ao saber-fazer, à face primeira do material. Porém observa-se ser necessário ouvir os “receptores”, a quem se destina a ação, pois a gestão é eficaz quando atinge o maior número de pessoas e para isso é preciso que os agentes se comuniquem e expressem o que pensam frente ao patrimônio cultural e à cultura, e sistematizem os programas e projetos conjuntamente no Plano de Gestão e de Conservação.

O Patrimônio Cultural deve espelhar as culturas que ajuíza, e isto deve ocorrer por meio da comunicação, do compartilhamento do tempo, entre os gestores públicos e demais atores interessados. Ao selecionar registros do passado, protege-se uma determinada memória. Entretanto, fomentar a cultura, inserir na paisagem urbana novas referências de acordo com a cultura concebida pelos grupos sociais é uma maneira de promovê-la. Para tanto, marcos de novas arquiteturas e de elementos culturais na paisagem devem constituir a construção do tempo presente e quiçá do tempo futuro.

De maneira geral, observa-se que as ações propostas para o CHM, geralmente são executadas em curto e médio prazo e que não há um planejamento sistêmico e integrado na conservação.

Quanto às etapas de gestão elencadas por Zancheti (2002), na maioria das vezes foram realizadas isoladamente, não existindo compartilhamento dos projetos, no que tange à tomada de decisões tampouco à realização dos projetos de gestão da conservação do patrimônio cultural do CHM. Com isto, não há um futuro pautado em um discurso comum e na minimização do tempo e dos custos das intervenções, faltando planejar a gestão em longo prazo, cruzar informações e inibir novos riscos. É possível afirmar também que não existe um monitoramento e controle das intervenções ocorridas.

Vários problemas foram diagnosticados na gestão da conservação do Patrimônio Cultural do CHM, seja decorrente da falta de vigilância às etapas descritas em Zancheti (2002), que podem ser expressas na falta de manutenção e abandono de parte desses patrimônios pelo poder público, pelo esvaziamento de algumas áreas (sobretudo pelo poder público), o que acelera o processo de abandono, como se pode notar na Praça D. Pedro II e nos arredores do Mercado Adolpho Lisboa; a não cobrança de eficiência e eficácia dos projetos implantados, como o Monumenta, Centro Vivo, Corredor Cultural e Prosamim; a descontinuidade da gestão; os maus hábitos da população, que polui os corpos hídricos e as ruas; a pouca interação entre as instituições que gerem o Centro Histórico de Manaus, ou seja, a ausência de planejamento urbano e a perda de controle no crescimento da cidade apontados no diagnóstico do Programa GEOCIDADE.

Como visto, ocorreu também um esvaziamento dos setores públicos importantes do Centro Histórico de Manaus, reduzindo a circulação de um tipo de frequentadores (governador, prefeito, desembargadores, juízes, funcionários públicos, população em geral), automóveis e a circulação de dinheiro. O que por um aspecto não favoreceu a sustentabilidade do local, pois havia um constante e alto número de pessoas que trabalhavam no Centro da cidade e usufruíam do mercado local.

Analisando por outro aspecto a desocupação dos prédios do CHM pelo poder público, esses imóveis cujos usos eram administrativos tiveram seus usos alterados para centros culturais. É o caso do Tribunal de Justiça do Amazonas, hoje Centro Cultural Palácio da Justiça; da sede do Governo do Estado no Palácio Rio Negro, atual Centro Cultural da Justiça; do Quartel da Polícia, atual Centro Cultural Palacete Provincial; da sede do Governo Municipal, previsto futuro Museu da Cidade de Manaus. O que permitiu o aumento das atividades museológicas e patrimoniais, principalmente como suporte às atividades culturais para além das salas de aulas e maior número de equipamentos

turísticos. Faz-se necessário pensar em estratégias que permitam a suas manutenções, uma vez que todos são edificações antigas e necessitam de monitoramento e manutenção periódica.

As áreas de atuação dos governos concentraram-se no patrimônio monumental existente, e não foi incentivado e nem erigido novos patrimônios que pudessem valorar as culturas locais e suscitar novos referenciais para a cultura local. Fazem-se necessárias as inserções de marcos na paisagem que digam respeito às heranças dos vários estratos históricos, culturais e sociais do estado.

Neste sentido, no que trata do patrimônio arquitetônico edificado em áreas que ainda mantêm as características de conjunto, como o Largo de São Sebastião, a Praça Heliodoro Balbi, a Praça da Saudade, o entorno da Catedral, etc. Considera-se lícita a inserção de novas arquiteturas que traduzam o tempo atual. Estas devem atentar para o equilíbrio do conjunto, principalmente no que tange ao gabarito, cor e forma. Há também no Centro Histórico de Manaus várias áreas onde as construções não têm valor cultural e vazios urbanos, onde podem ser erigidos marcos atuais, como no entorno do Centro Cultural Chaminé, na área da Manaus Moderna, no Entorno do Mercado Adolpho Lisboa, área da Feira da Banana, na Praça da Saudade entre outras áreas. E previstos novos e ou antigos usos, como por exemplo, o residencial.

Ao analisar a pouca e efetiva participação da população, no que tange ao financiamento para recuperação de imóveis privados, previsto pelo Programa Monumenta, considera-se que a atividade poderia ter contribuído para mudar o cenário da área de abrangência do programa, no caso o perímetro do Sítio Histórico de Manaus.

Atenta-se para um olhar prospectivo frente à gestão da conservação integrada do CHM, pois, entre outros aspectos, a recuperação dos imóveis privados trata da sustentabilidade da área, pois cria o “Fundo de Preservação”, que prevê que os recursos econômicos disponibilizados pela Prefeitura de Manaus, pelo Governo Federal e o BID, sejam investidos na conservação e restauração do patrimônio edificado, por meio de empréstimo, a ser restituído com juros módicos e que após o término do financiamento ao mutuário, os recursos sejam aplicados na recuperação de outras áreas degradadas, na restauração de coberturas, adequação dos usos, recuperação de fachadas, entre outros.

Nesse aspecto, quando se analisam os mecanismos de gestão para alcance da sustentabilidade dos programas, embora a SEC tenha alcançado êxito no que tange à qualidade das intervenções e conservação das mesmas, atenta-se para a necessidade

de implantar ferramentas para a manutenção futura das áreas recuperadas, o que foi proposto pelo Programa Monumenta.

Embora não tenha conseguido captar a adesão dos proprietários e moradores dos imóveis, a Prefeitura e o Governo Federal devem continuar a investir nessa estratégia com vistas ao alcance da sustentabilidade da área. Essa tática, de reinvestir os recursos financiados na área do programa, contribui para preservação da área sem a necessidade de reinvestimentos por parte do poder público. O que poderá propiciar a regeneração e ou revitalização da área de maneira democrática, uma vez que os recursos deverão ser disponibilizados conforme o interesse da população e com a contratação de profissionais escolhidos pelos mutuários, podendo dessa maneira existir uma maior diversificação nas tipologias das intervenções realizadas.

Ao contrário dessa ação, embora a SEC tenha recuperado e mantido a maioria das áreas restauradas por meio da elaboração dos projetos, do financiamento às intervenções de conservação/ restauração e manutenção das áreas com atividades de manutenção e eventos, não há estratégias que oportunizem a sustentabilidade do CHM após essa política de governo. Faz-se necessária a implantação de estratégias que propiciem a regeneração/ revitalização da área de maneira sistêmica, governo após governo, como uma política de estado.

Outro problema apontado no CHM é a apropriação dos espaços públicos com a aquiescência do poder público, por camelôs, flanelinhas, automóveis. É preciso ter “vontade política” para resolver esses problemas de ordem social, econômica e de mobilidade urbana, de maneira que agentes e atores culturais envolvidos solucionem os problemas conjuntamente, priorizando os interesses comuns e estudando as diretrizes já propostas em gestões anteriores.

Faz-se necessária a seleção e adequação das propostas elaboradas de maneira a formalizar os trabalhadores informais e, concomitantemente a essa ação, requalificar os espaços e realizar campanhas de educação ambiental e patrimonial. Também fomentar o treinamento dos trabalhadores por meio do SENAI, SENAC, SESC, considerando que os listados já são parceiros do poder público em projetos como, por exemplo, o Programa Alimento Seguro - PAS⁵⁷.

A poluição dos rios e igarapés tem causado a degradação do CHM e ganha força na vazante dos rios, quando os lixos descartados nos rios emergem. Segundo o site da

⁵⁷ Os procedimentos de Boas Práticas foram estabelecidos pela Anvisa por meio da Resolução 216, de 2004, que garante as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado. O Curso é uma Parceria do Ministério do Turismo e Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e tem como objetivo boas práticas na fabricação e manipulação dos alimentos comercializados pelos permissionários da Prefeitura de Manaus.

Prefeitura de Manaus, foram retiradas em 2012, em dois meses, 4.711 toneladas de lixo durante a maior cheia histórica dos últimos cem anos. Vários são os órgãos da Prefeitura de Manaus que desenvolvem programas de Educação Ambiental e Patrimonial, na cidade de Manaus, porém parece que esses não têm sido suficientes para mudar os hábitos da população.



Figura 70 – Remoção de lixo pela Prefeitura de Manaus, 2012.
Fonte: Secretaria Municipal de Limpeza Pública e Serviços Públicos – SEMULSP.

É necessário um novo posicionamento dos governantes e da população local frente aos problemas ambientais, afinal, todos – governos e cidadãos – são responsáveis pela gestão da conservação do Centro Histórico de Manaus e devem tomar as providências necessárias à preservação do mesmo. A população, sejam residentes, proprietários, camelôs, empresários, trabalhadores, estudantes, etc., também determina e respalda o que será preservado, à medida que o patrimônio cultural só tem significância quando lhe é dado um sentido.

O que se pleiteia também é que existam marcos nas paisagens que referenciem os primeiros habitantes, com vistas a que os grupos sociais conheçam sobre as suas ancestralidades. E, assim, reconheçam e atribuam valores, selecionem e preservem uma parte significativa do patrimônio cultural do Amazonas.

Ao apresentar os pressupostos para a gestão da conservação, coletar e analisar dados sobre o Patrimônio Cultural disposto no CHM constatou-se a inexistência de uma gestão integrada e propôs-se um arranjo institucional que contenha os gestores das três instâncias governamentais e representantes da sociedade organizada, que atuem de

maneira integrada por meio de um Plano de Conservação, com vistas à sustentabilidade das ações.

Os gestores públicos do CHM devem conjuntamente com os outros atores buscar coibir a degradação humana e revelar, da forma mais igualitária possível e por meio da gestão da conservação integrada, a diversidade cultural inerente ao patrimônio cultural disposto na face intangível e tangível, ora oculta ou disposta por meio dos monumentos, da arquitetura, das manifestações culturais, do patrimônio, entre outros.

A valorização do servidor público, a capacitação dos técnicos e políticos, a normatização e difusão da informação são problemas apontados e que requerem ações para a gestão eficaz da conservação do patrimônio no Centro Histórico de Manaus.

Dito isto, pode-se afirmar que não há gestão da conservação integrada em Manaus e que os mecanismos para sustentabilidade das áreas de abrangência devem ser gerados e que esse processo pode se tornar real considerando os processos de gestão da conservação realizados na área. Os programas preservacionistas são realizados de maneira assistemática e sem integração entre as instâncias dos governos e os atores.

Porém, há ainda muito a ser feito, como se observa confrontando o que foi feito no perímetro do CHM, com o entorno do Mercado Adolpho Lisboa, a Zona Portuária, a Avenida Eduardo Ribeiro, a Avenida Joaquim Nabuco e tantas outras áreas, onde ainda não ocorreram intervenções. Ao demonstrar nos mapas as áreas de intervenção, observa-se as áreas que ainda não foram regeneradas e, considera-se que as intervenções realizadas constituem uma pequena amostra do trabalho a ser realizado e mantido no Centro Histórico de Manaus.

Diante das atuais proposições das instâncias governamentais, tais como: o tombamento do Centro Histórico de Manaus – CHM, pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; o projeto de inserção de monotrilho na paisagem histórica; o projeto de recuperação da Avenida Eduardo Ribeiro (Governo do Estado); o projeto de recuperação da Orla (Governo Federal e Governo Municipal); o projeto de recuperação da Praça da Matriz; a restauração do Mercado Adolpho Lisboa (Governo Municipal); que necessitam de monitoramento e outros de revisão, faz-se necessário que os gestores, sobretudo os especialistas, atentem para a documentação desses processos como estratégia de conservação.

Os projetos ora propostos pelos gestores constituem uma reverberação do trabalho que foi realizado no CHM no campo da conservação, principalmente a partir de meados da década de 1990.

Finalmente considera-se, então, que existam as ferramentas para iniciar o exercício da Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio Cultural, tais como legislação, técnicos capacitados, recursos econômicos, diversificado patrimônio, exemplos positivos de áreas que já sofreram intervenções, entre outros. E que cada instância vem desenvolvendo, a sua maneira, atividades de patrimonialização: o Governo Federal com os inventários do Patrimônio Cultural no Amazonas, Manuais de Obra e a Arqueologia; por meio do suporte técnico de especialistas de outras superintendências; o Governo Municipal por meio da legislação e tentativas de conservação-restauração do patrimônio cultural; o Governo do Estado, na realização de cursos, na conservação e restauração do patrimônio cultural, no fomento e promoção da cultura e na realização de eventos. Entretanto, a Gestão da Conservação Integrada do Patrimônio Cultural requer vontade política.

5. REFERÊNCIAS

5. REFERENCIAS

ABRAHIM, Ana Lúcia Nascentes Silva. Comunicação via email, 2012.

ABRAHIM, Ana Lúcia Nascentes Silva. *O patrimônio no Amazonas: natureza e cultura em processo*. Somanlu – Revista de Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2008.

ABREU, Maurício. *Sobre a memória das cidades*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escala e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu. *Catedral de Manaus – Igreja de Nossa Senhora da Conceição*. Projeto de Arqueologia. Tempo – Espaço – Forma – Uso – Função. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/50892503/Paulo-Tadeu-de-souza-albuquerque-catedral-de-manau>. Acesso em 12.03.2013.

AMAZONAS. *Câmara Municipal de Manaus. Lei Orgânica do Município de Manaus*. Manaus: Câmara Municipal, 1990.

AMAZONAS. *Câmara Municipal de Manaus. Lei Orgânica do Município de Manaus*. Manaus, Câmara Municipal, 2008. Disponível em www.cmm.am.gov.br. Acesso em 01.05.2012.

ASTORGA, Jorge Alfonso Astorga. *La Ley de Incentivos e la Restauración del Centro Histórico de Rio de Janeiro, Cinco Iglesias de los siglos XVII y XIX*. In: SULLIVAN, Saron; PERICHI, Ciro Caraballo; SALINAS, Enrique Carvajal SALINAS. *La dimensión social del patrimonio: Gestion Plane; Ciudad Espacios; rural vernáculo*. 1 ed. Buenos Aires: Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio, 2006.

BARBOZA, Frederico. *Ministério da cultura no Governo Luiz Inácio Lula da Silva: Um primeiro Balanço*. Políticas Culturais: um campo de estudo. In: CALABRE, Lia. (Org). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

BOITO, Camillo. *Os restauradores Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Tradução KÜHL, Paulo Mugayar e KÜHL, Mugayar Beatriz; apresentação KÜHL, Mugayar Beatriz; revisão CORDEIRO, Renata Maria Parreira. 3ª Ed. – Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

BRAGA, Robério. *Praça da Saudade*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ SEC - Série Memória, 2001-2004.

BRAGA, Robério. *Ajardinamento da Praça Heliodoro Balbi*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ SEC - Série Memória, 2001-2004.

BRAGA, Robério. *Hotel Cassina*. 2001. Sem referência.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. *Constituição do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 23. 04. 2012.

BRASIL. Carta de Petrópolis. IPHAN. Cartas patrimoniais. www.iphan.gov.br. Acesso em 23. 04. 2012.

Declaração de Amsterdã. IPHAN. Cartas patrimoniais. www.iphan.gov.br. Acesso em 23. 04. 2012.

BRASIL. *DECRETO 25*. IPHAN. Cartas patrimoniais. www.iphan.gov.br. Acesso em 23. 04. 2012.

BRASIL. *DECRETO 3155*. IPHAN. *Cartas patrimoniais*. www.iphan.gov.br. Acesso em 23. 04. 2012.

BRASIL. *Lei Orgânica de Manaus*. 2008. Disponível em www.camarademanaus.gov.br. Acesso em 01.05.2012.

BRASIL. *Lei Orgânica do Município de Manaus*. Câmara Municipal de Manaus. Manaus: 1990.

BRASIL. *Manual de Elaboração de Projeto*. Brasília: MinC/ Monumenta/ BID/ IPHAN, 2002.

BRASIL. *Cartas patrimoniais*. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acessado em 21. 02. 2007.

BRASIL. *Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano. Termo Geral de Referência*. Brasília, MinC/ IPHAN. 2003.

BRASIL. Portaria do IPHAN nº 92, de 5 de julho de 2012.

BRASIL. Portaria do IPHAN nº 92, de 5 de julho de 2012.

BRASIL. *Projeto Geo cidades: Relatório ambiental urbano integrado. Informe GEO: Manaus/* Supervisão: Ana Lúcia Nadalutti La Rovere, Samyra Crespo; Coordenação: Rui Velloso. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

BRASIL. *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Org. Diogo, Érica. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009.

BRASIL. *Relatório de Atividades 2003. Unidade Central de Gerenciamento – UCG*. Programa Monumenta. Brasília: 2003.

BRASIL. *Relatório de Atividades 2003/2004*. Brasília: MinC/ IPHAN. 2005.

BRASIL. *Relatório de Gestão 2009*. MinC/ IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1742><http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1742>. 2010. Acesso em 11. 03. 2013.

BRASIL. *Relatório de Gestão 2010*. MinC/ IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1743>. 2011. Acesso em 11. 03. 2013.

BRASIL. *Relatório de Gestão 2011*. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2119>. 2012. Acesso em 11. 03. 2013.

BRASIL. Projeto Orla: Implementação em territórios com urbanização consolidada. Coordenação: KAZUO, Nakano, Kazuo. São Paulo: Instituto Polis. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/081021_PUB_ProjOrla_implementacao.pdf. Acesso em 16. 02. 2013.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura, Editora FGV, 2009.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: um discurso indispensável*. Org. Política cultural no Brasil: um histórico. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALDAS, Maurício. *Museu Histórico da Cidade de Manaus - Anteprojeto Museológico*. Manaus: Prefeitura de Manaus/ Manaustur, 2006.

CARNEIRO, Ana Rita. *Métodos de análise dos bens materiais naturais e culturais visando à conservação urbana*. In: ZANCHETI, Sílvio. *Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural Integrado*. Editora Universitária. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

CARRIÓN, Fernando. *Vinte temas sobre os centros históricos na América Latina*. In: ZANCHETI, Sílvio. *Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural Integrado*. Editora Universitária. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. *Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2008.

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: Narrativas Polifônicas*. Org. (Coleção Museu, Memória e Cidadania). Rio de Janeiro: Garamund. MinC./ IPHAN/ DEMU, 2007.

- CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural* – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. *As questões do patrimônio. Antologia para um combate*. Biblioteca Nacional de Portugal. Portugal: Edições 70 Ltda, 2011.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CORRÊA, Marcus Vinícius de Miranda. *Plano de acompanhamento arqueológico das obras de Restauro do Paço Municipal*. Manaus: Prefeitura de Manaus – Programa Monumenta/ UEP, 2007.
- COSTA, Cacilda Teixeira da. *O Sonho e a Técnica : A Arquitetura de Ferro no Brasil* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2001
- COSTA, Rila Arruda. *Políticas Culturais no Amazonas (1997-2010)*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. 2011. Anais eletrônicos.
- COSTA, Rila Arruda. *Políticas Culturais no Amazonas (1997-2010)*. Dissertação de mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2011.
- CURY, Marília Xavier. Museologia novas tendências. In: GRANATTO, Marcus; SANTOS Claudia e LOUREIRO, Maria. *Museologia: Interface e Perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009.
- DANTAS, Ney. *A produção da imagem da cidade*. In: ZANCHETTI, Sílvio (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- DEVAALLÉES, André; MAIRESSE, François (DIR). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.
- DIOGO, Érika. (Org). *Recuperação dos imóveis privados em Centros Históricos*. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009.
- FABIAN, Johannes *A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação*. Entrevista a João Pacheco de Oliveira e Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Revista Mana vol.12 nº 2, 2006.
- FANON, Franz “Da Violência” *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - Coleção Perspectiva do Homem [1961], 1979.

- FÁTIMA, Furtado. *O processo de monitoramento, avaliação e controle*. In: ZANCHETI, Sílvia (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.
- FERREZ, Helena D. *Documentação museológica: teoria para uma boa prática*. In: IPHAN. Rio de Janeiro: *Estudos Museológicos*. Cadernos de Ensaio, 1994.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além de pedra e cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.
- FURTADO, Ricardo Cavalcanti; ZANCHETI, Sílvia Mendes (Coordenadores). *Piranhas: proposta de tombamento e plano de gestão*. PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Álvaro Antônio Moreira da. Recife: L. Dantas da Silva Editor/ CHESF, 2003.
- GARCIA, Etelvina. *Manaus, referência da História*. Manaus: Norma Editora, 2005.
- GARCIA, Etelvina. *Zona Franca de Manaus: história, conquistas e desafios*. Manaus: Norma Editora. Suframa. 2004.
- GARRO, Jorge Afonso Astorga. *La ley de incentivos y la restauración del Centro Histórico de Rio de Janeiro, cinco Iglesias de los siglos XVII y XIX*. In: SULLIVAN, Saron; PERICHI, Ciro Caraballo; SALINAS, Enrique Carvajal. *La dimensión social del patrimonio: Gestion Plane; Ciudad Espacios; rural vernáculo*. 1ª Ed. Buenos Aires: Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio, 2006.
- GERALDES, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano: Atualizando o conceito para um turismo urbano possível*. Disponível em: www.unibero.edu.br/.../revistaturismo/. Acessado em 29.04.2012.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Os museus como espaços de representação social*. In: *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007a.
- _____ *Os limites do patrimônio*. In: Manuel Ferreira Lima Filho; Cornelia Eckert; Jane Beltrão. (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007b.

_____ *Monumentalidade e Cotidiano: Os patrimônios culturais com gênero de discurso*. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. MinC. Coleções, Museus e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007a.

_____ *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____ O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUSMÂM, Dora Aziagara. Processo de financiamento de projetos de conservação. DANTAS, Ney. A produção da imagem da cidade. IN: ZANCHETI, Sílvio (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

HANNESCH, Ozana; SILVA, Elisabete; GRANATO, Marcus; CARVALHO, Ana Paula. *Gestão da conservação do Patrimônio Cultural: Algumas reflexões sobre teoria e Prática*. P. 1-10. IN: A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática. Recife: UFPE/ CECI, 2011. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/ceci/br/pesquisa/estudos/631.html>. HOAUISS, Antônio. Dicionário Hoauiss de língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina; QUEIROZ, Adriane. *Educação Patrimonial*. IPHAN, 1999.

IMPLURB. *Listagem de imóveis de interesse de preservação*. Manaus: Instituto de Planejamento Urbano, 1996.

IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: www.iphan.gov.br Acessado em 21. 02. 2007.

JUKKA, Jokilehto. *Conceitos e ideias sobre conservação*. IN: ZANCHETI, Sílvio (org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905)*. Manaus: EDUA/ FSDB, 2005.

MARGARETH, L. *Museu de Numismática*. Manaus: Série Memória/ SEC, 2001.

LACERDA, Norma. *Globalização e identidades locais*. In: ZANCHETI, Sílvio. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

LAPA, Tomás de Albuquerque; ZANCHETI, Sílvio Mendes. *Conservação Integrada Urbana e territorial*. In: ZANCHETI, Sílvio. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

- LAPA, Tomás de Albuquerque; ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O desenvolvimento sustentável urbano*. In: ZANCHETI, Sílvio. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.
- VIOLLET-LE-DUC, Éugene Emmanuel Violet. *Restauração*. 3. ed. – Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: ENCICLOPEDIA EINAUDI. *Memória – História*. Volume 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. *Atributos Simbólicos do patrimônio: Museologia/ “patrimologia” e informação em contexto da linguagem de especialidade*. Rio de Janeiro: XI Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação. GT 9 – Museu, patrimônio e informação, 2010.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. *Pesquisa em Comunicação*. 6ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- LORÉDO, Wanda Martins. *Manual de conservação em arqueologia de Campo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Departamento de Proteção, 1994.
- MANAUS. *Projeto de recuperação da praça da matriz*. Manaus: Prefeitura de Manaus. Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR, 1994.
- MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André; DELOCHE, Bernard. *Documento Provocativo: Conceptos fundamentales de la museologia*. Disponível em <http://icom.museum/recursos/banco-de-datos-de-las-publicaciones/L/1/> ICOM. Acesso em 12. 03. 2013.
- MESQUITA, Otoni. *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*. Manaus: Editora Valer, 2006.
- MONTEIRO, Circe Maria Gama Monteiro. *Revitalização, habitação em áreas históricas e a questão da gentrificação*. In: ZANCHETI, Sílvio. *Gestão da Conservação do Patrimônio cultural*. Recife: UFPE / CECI, 2002.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 3ª. Edição. Conquista, 1971.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Igreja de São Sebastião*. Manaus, 1999.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Teatro Amazonas*. 3ª edição. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

- MORA, Luis De La. *Os desafios a superar para desenvolver programas de conservação urbana integrada*. In: ZANCHETI, Sílvio (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.
- NASCIMENTO, Andrea de Sousa. *Arborização e Áreas Verdes em Manaus (1870-1920)*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas - Série Memória/ SEC, 1999.
- NASCIMENTO, Márcia Honda. *Reconstruindo a Belle Époque Manauara: projeto de revitalização do entorno do Teatro Amazonas e da praça de São Sebastião*. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade Federal do Amazonas: UFAM, 2006.
- NASCIMENTO, Maria Evany do. *Patrimônio e Memória da Cidade: Monumentos do Centro Histórico de Manaus*. Dissertação e Mestrado. Manaus: Universidade Federal de Amazonas - UFAM, 2003.
- PARREIRAS, Antônio. *História de um pintor contada por ele mesmo*. Niterói: Editora Niterói Livros, 1999.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil*. In: John Ruskin. *A lâmpada da memória*. São Paulo: Coleção Artes & Ofícios. Ateliê Editorial, 2008.
- PONTUAL, Virginia. *A gestão da conservação integrada*. In: ZANCHETI, Sílvio. (Org). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.
- PONTUAL, Virginia. *A referência cultural e o planejamento da conservação integrada*. In: ZANCHETI, Sílvio. Org. *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI, 2002.
- LA ROVERE, Ana Lúcia Nadalutti, CRESPO, Samyra. Coordenação: VELLOSO, Rui. *Relatório Urbano Ambiental Integrado*. Rio de Janeiro: Projeto geo cidades/ Consórcio Parceria 21, 2002.
- PUCCIONI, Sílvia. *Restauração Estrutural. Metodologia de Diagnóstico*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1997.
- ROBBA, Fábio; Macedo Soares, Sílvio. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- ROBERT-DEHAULT, Elisabeth. *As fundições Artísticas: Sua história e seus escultores*. In: FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS. *Obras de arte em ferro fundido*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução e apresentação Maria Lúcia Bressan Pinheiro, revisão Beatriz e Gladys Mugayr Kuhl. São Paulo, Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SALGUEIRO, Valéria. *A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, nº 30, 2002. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/.../1309. Acesso em 12.03.2013.

SANTOS, Myrian. *Sepúlveda dos. A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SEBRAE. *Pesquisa sócio-econômica do trabalho informal em Manaus. Mídia digital*. In: *Action marketing pesquisas de mercado*. Manaus: 2005.

SCHEINER, Tereza Cristina. *Museologia ou Patrimologia: Reflexões*. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. Loureiro. (Orgs). *Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas* Rio de Janeiro: MAST, 2009.

SCHIFFER, Sueli Ramos. *A conservação urbana e a superação da pobreza*. In: ZANCHETI, Sílvio (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI. 2002.

SEBRAE. *Programa de Alimento Seguro*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso em 12. 03.03.

SILVA, Aline Rosana Alexandrina da; Aguiar Lileane Praia Portela de. *Dramas e tramas da Privatização do Porto de Manaus: A situação Booth Line*. Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_5/31.pdf. Acesso em 12.03.2013.

SILVA, Elisabete Edelvita Chaves da. *Projeto de Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição – Catedral Metropolitana de Manaus*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – SEC, 2000.

SILVA, Elisabete Edelvita Chaves da. (Org). *Projeto de Restauração do Coreto e Chafariz da Praça D.Pedro II*. Manaus: Programa Monumental/ UEP/ Prefeitura de Manaus – Manaustur, 2006.

SILVA, Elisabete Edelvita Chaves da. *Projeto de Restauração do Monumento de Abertura dos Portos*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ SEC, 2000.

SILVA, Gerado Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Maria Arminda Castro Mendonça. *Projeto integrado de aproveitamento turístico e resgate da memória cultural da igreja matriz de nossa senhora da conceição – Catedral*

Metropolitana de Manaus (subprojeto de arqueologia). Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ SEC, 2002.

STOVEL, H. *Monitoramento para o gerenciamento e conservação do patrimônio cultural*. In: ZANCHETI, Sílvio (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife: UFPE/ CECI. 2002.

VINÃS, Salvador Munõs. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madri: Editorial Madri, 2003.

Martins, Tayana. Manaus: Jornal A Crítica. 18. 06. 2011.

ZANCHETI, Sílvio; LAPA, Tomas. *A conservação integrada urbana e territorial. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. In: Zancheti, Sílvio. *Gestão da Conservação do Patrimônio Cultural Integrado*. Editora Universitária. Recife: UFPE/ CECI, 2002.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://manauscult.manaus.am.gov.br/nossa-historia/>. Acesso em 12.03.2013.

http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=166. Acesso em 28.05.2012.

http://www.suframa.gov.br/suframa_publicacoes_fpereiradasilva.cfm.

Acesso em 28.05. 2012.

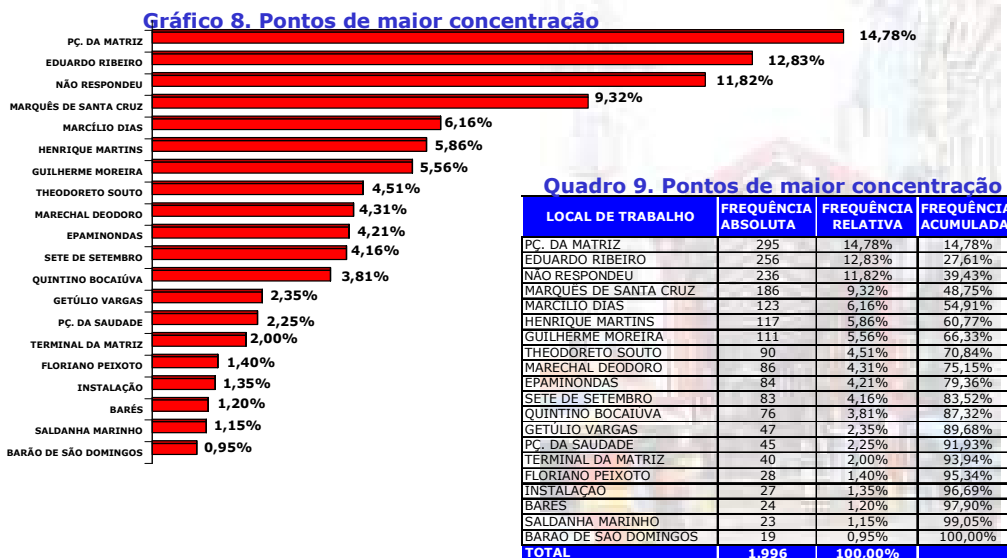
<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=837116>. Daniela Arthur. Acesso em 12.03.2013.

http://www.flickr.com/photos/tark_mao/870829953/ Acesso em 14.12.2010.

6. APÊNDICES

6.2 APÊNDICE – PESQUISA SÓCIO ECONÔMICA DO TRABALHO INFORMAL DE MANAUS – RESULTADOS E ANÁLISES. SEBRAE – AM. ACTION MARKETING E PESQUISA DE MERCADO.

Centro de Manaus
Pontos de maior concentração



Fonte: SEBRAE/ 2005

6.3 APÊNDICE 3 – QUADRO DE ESPAÇOS MUSEALIZADOS, MUSEUS, CENTROS CULTURAIS, CASAS E GALERIA EM MANAUS.

| Sítios | Gestores | Conservado/ Restaurado | Reformado Recuperado | Precisa Conservação e/ou Restauração ou Manutenção | Em ruínas / Não existe | Espaço Público | Espaço Privado | Espaço Fechado ou embargado |
|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------------|
| 1. Sítio do Largo de São Sebastião | SEC | X | | | | X | | |
| 2. Sítio da Catedral de Manaus – Igreja de Nossa Senhora da Conceição | SEC/ PMM | X | | X | | X | X | |
| 3. Sítio do Mercado Adolpho Lisboa e Conj. Paisagístico e Arquitetônico do Porto | IPHAN/ PMM | | | X | | X | | X |
| 4. Sítio Praça Heliodoro Balbi | SEC | X | | | | X | | |
| 5. Sítio Praça Dom Pedro II | PMM/ IPHAN | | X | | | X | X | |
| 6. Sítio Parque Jefferson Péres e entorno do Palácio Rio Negro | SEC | X | X | | | X | X | |
| 7. Sítio Praça da Saudade | PMM | | X | X | | X | X | |
| 8. Sítio Praça do Congresso | PMM | X | | | | X | X | |
| Museus: | | | | | | | | |
| 9. Museu do Índio | Privado | X | | | | | X | |
| 10. Museu de Ciências Naturais da Amazônia | Privado | X | | X | | | | X |
| 11. Museu do Porto | IPHAN e Porto Privatizado | | | X | | X | X | X |
| 12. Museu Tiradentes | SEC/ PM | X | | | | X | | |
| 13. Museu Amazônico | UFAM | X | | | | X | | |

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------|------------------------|---|--|---|--|---|---|---|
| 14. Museu Crisantho Jobim | SEC | X | | X | | X | | |
| 15. Museu da Casa da Ciência | Fiocruz | | | | | X | | |
| 16. Museu Moacir Andrade | ETFA | X | | | | X | | |
| 17. Museu do Teatro Amazonas | SEC | X | | | | X | | |
| 18. Museu do Amazonas | UEA | X | | | | X | | |
| 19. Museu da Imagem e do Som – Misam | SEC | X | | | | | | |
| 20. Museu do Homem do Norte | Gov. Federal/ SEC / PM | X | | | | X | | |
| 21. Museu da Numismática | SEC | X | | | | X | | |
| 22. Museu da Imagem e do Som | SEC | X | | | | X | | |
| 23. Museu de Minerais e Rochas geólogo Carlos Isotta | CPRM | X | | | | X | | |
| 24. Espaço de Referência Cultural do Amazonas – Ercam | SEC | | | | | | | X |
| 25. Museu Seringal Vila do Paraíso | SEC | X | | | | X | | |
| 26. Navio Museu Justo Chermont | SEC | X | | | | X | | |
| 27. Museu da Rede Amazônica | Privado | X | | | | | X | |
| 27. Museu Luso Sporting Club | Privado | | | X | | | X | |
| 28. Museu da Catedral de Manaus | SEC | X | | | | | X | |

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------------|------|---|---|--|--|---|--|--|
| 29. Museu Casa de Eduardo Ribeiro | SEC | X | | | | X | | |
| 30. Museu de Arqueologia | SEC | X | | | | X | | |
| 31. Pinacoteca do Estado do Amazonas | SEC | X | | | | X | | |
| 32. Casa da Ciência | INPA | X | | | | X | | |
| 33. Casa de Música Ivete Ibiapina | SEC | X | | | | X | | |
| 34. Casa das Artes | SEC | X | | | | X | | |
| 35. Galeria do Largo | SEC | | X | | | X | | |
| 36. Liceu de Artes | SEC | X | | | | X | | |
| 37. Casa do Restauro | SEC | X | | | | X | | |
| 38. Centro Cultural dos Povos do Amazonas | SEC | X | | | | X | | |
| 39. Centro Cultural Palácio Rio Negro | SEC | X | | | | X | | |
| 40. Centro Cultural Palacete Provincial | SEC | X | | | | X | | |

□